

Paisagem

leituras . significados . transformações

roberto verdum
lucimar de fátima dos santos vieira
bruno fleck pinto
luís alberto pires da silva
organizadores


UFRGS
EDITORA

PGDR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO DE LINGUAGEM

Paisagem



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretora

Sara Viola Rodrigues

Conselho Editorial

Alexandre Ricardo dos Santos

Carlos Alberto Steil

Lavinia Schüler Faccini

Mara Cristina de Matos Rodrigues

Maria do Rocio Fontoura Teixeira

Rejane Maria Ribeiro Teixeira

Rosa Nívea Pedroso

Sergio Antonio Carlos

Sergio Schneider

Susana Cardoso

Valéria N. Oliveira Monaretto

Sara Viola Rodrigues, presidente

Paisagem

leituras . significados . transformações

roberto verdum
lucimar de fátima dos santos vieira
bruno fleck pinto
luís alberto pires da silva
organizadores


UFRGS
EDITORA


PGDR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO RURAL - UFRGS

© dos autores
1ª edição: 2012

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto

Imagens internas:

Concepção: Daniele Caron e Letícia Castilhos Coelho

Montagem e edição gráfica: Letícia Castilhos Coelho e Luciano Laner

Revisão: Carlos Batanoli Hallberg

Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt

P149 Paisagem: leituras, significados e transformação / [organizado por] Roberto Verдум ... [et al.] . – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

258 p. : il. ; 16x23cm

(Série Estudos Rurais)

Inclui figuras e quadros.

Inclui referências.

1. Geografia - Paisagem. 2. Paisagem – Construção – Conceitos – Métodos. 3. Paisagem – Potencial metodológico – Elaboração – Diagnósticos ambientais. 4. Paisagem - Caracterização – Diagnóstico ambiental – Reserva Biológica da Serra Geral e do Entorno – Maquiné, RS. 5. Paisagem – Instalação de aerogeradores – Rio Grande do Sul. 6. Impacto – Paisagem – Parque Eólico de Osório, RS. 7. Paisagem – Perspectiva – Planejamento – Valorização – Patrimônio rural - Patrimônio urbano. 8. Paisagem – Estética – Cultura. 9. Paisagem – Fotografia. 10. Paisagem - Interpretação. 11. Paisagem – Instrução – Método – Ensino. 12. Paisagem – Educação ambiental. I Verдум, Roberto. II. Série.

CDU 910

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0183-8



Cartografia de Jan Huygen van Linschoten (1595)
disponível em: http://www.ibgrgs.org.br/cd_mapas_rs/Inicio.htm#

Sumário

Apresentação / 9

Paisagem: construção de conceitos e métodos

Perceber e conceber paisagem / 15

Roberto Verdum

A paisagem na geografia / 23

Geovane Aparecida Puntel

Paisagem: potencial metodológico para a elaboração de diagnósticos ambientais

A unidade de paisagem natural
como base espacial para a gestão ambiental / 37

Lílian Maria Waquil Ferraro,

Ana Rosa Bered, Silvia Mara Pagel

Caracterização e diagnóstico ambiental por unidades de paisagem
da Reserva Biológica da Serra Geral e do entorno – Maquiné/RS / 49

Roberto Verdum, Lucimar de Fátima dos Santos Vieira,

Bruno Fleck Pinto, Camila Thomaz da Silveira

Subsídios para o plano de manejo de uma unidade de conservação / 57

Lucimar de Fátima dos Santos Vieira

Percepção da paisagem na instalação
de aerogeradores no Rio Grande do Sul / 73

Roberto Verdum, Lucimar de Fátima dos Santos Vieira,

Bruno Fleck Pinto, René Cabrales

Impacto na paisagem gerado pelo Parque Eólico de Osório,
sob a visão dos moradores: análise de resultados e metodologia utilizada / 87

Josiane Daitx

Paisagem na perspectiva do planejamento e valorização do patrimônio rural e urbano

Entre o aqui e o além lugar: a paisagem na cidade jardim / 105

Cláudia Luísa Zeferino Pires

A Geografia e o estudo da percepção da água na paisagem urbana / 119

Mario Luiz Rangel

Percepções e conectividades de caminhantes
nas paisagens dos areais pampeanos / 131

Luís Alberto Pires da Silva

Paisagem: estética e cultura

O estudo das paisagens e suas representações
a partir de produtos culturais / 149

Lucas Manassi Panitz

Interpretar a paisagem: uma lógica narrativa / 169

Daniele Caron

Paisagem, territorialidades múltiplas e temporalidades diversas:
uma leitura da paisagem do Vale do Rio Três Forquilhas (RS) / 189

Álvaro Luiz Heidrich, Nola Patrícia Gamalho

A Paisagem na Fotografia: uma possibilidade de interpretação / 207

Letícia Castilhos Coelho

Paisagem como instrumento e método para o ensino

O estudo da paisagem no Ensino Fundamental e Médio / 229

Geovane Aparecida Puntel

Perceber unidades de conservação e praticar educação ambiental / 241

Lucimar de Fátima dos Santos Vieira, Roberto Verdum

Lista dos autores / 252

Apresentação

Conceber a paisagem na perspectiva da construção de conceitos e métodos é pensá-la como um referencial geohistórico e uma forma de leitura do mundo, ou seja, trata-se de uma elaboração e expressão humana praticada e incorporada no senso comum da maioria das pessoas. Como tema de interesse científico percebe-se que a paisagem é um referencial construído na modernidade, mesmo que nas artes seja uma expressão recorrente desde a Antiguidade, tanto nas expressões do mundo oriental quanto ocidental.

Assim, o leitor ou a leitora que se aventura a ler estas primeiras linhas buscando saber quais os enfoques propostos na obra e que queira associar os seus interesses pelo tema, perceberá que a paisagem aqui é concebida como um mosaico, com formas e cores muitas vezes de uma combinação singular e que nos marca ou nos remete a sensações que se situam em tempos diversos. Neste mosaico podem-se incorporar, também, sons, odores, dinâmicas, estruturas, funcionamentos, etc., que passam a ser composições de interesse da arte, cultura e ciência, mas também como a expressão individual e coletiva de estar e ser no mundo.

Nesta obra você encontrará referências de como na ciência a concepção de paisagem tem se diferenciado no tempo, como uma imagem que expressa os aspectos subjetivos da natureza e da vida cotidiana da(s) sociedade(s) humana(s). Como uma porção da superfície terrestre em seu conjunto possui muitas vezes um significado objetivo, que revela as heterogeneidades e as homogeneidades complexas das formas e do seu entrelaçamento com as ações de apropriação e transformação pela(s) sociedade(s) humana(s).

No que se refere ao potencial metodológico para a elaboração de diagnósticos ambientais encontram-se estudos que buscam entender as diferentes relações entre a natureza e a sociedade, assim como o indivíduo no decorrer dos tempos e em diferentes lugares. Procura-se entender as modificações na paisagem como uma espiral, onde as várias formas de interpretação e de investigação se inter-relacionam. Há ensaios em que se ultrapassa uma tendência muito forte de se pensar a paisagem a partir do que se vê e, automaticamente, descrever o que a visão alcança sem se fazer relações entre os elementos que a compõem, num dado momento.

Assim, ela é estudada como sendo composta pelo espaço natural e o construído pela ação humana em um cenário único e em processo de constante

transformação. Com a integração das dinâmicas naturais e sociais, originando ambientes diferenciados que podem ser observados em diferentes escalas de abordagem ao longo de tempo. Analisam-se os diferentes aspectos da organização do espaço que constituem os quadros naturais aos quais os humanos imprimem transformações, segundo o grau de tecnologia alcançado e os valores atribuídos a eles. Deste modo, há autores que se propõem a estudar a paisagem como um sistema aberto, influenciada não só pela escala de observação, mas também pelo entendimento dos processos de transformação da natureza no contexto das relações socioeconômicas ao longo do tempo.

Nessa obra o leitor e a leitora encontrarão subsídios para a elaboração de métodos para identificar as áreas de importância ecológica e o patrimônio sociocultural. Exploram-se as perspectivas e as percepções das comunidades locais quanto a uma melhor qualidade de vida, após a implantação da unidade de conservação. Verifica-se ainda, por exemplo, que os maiores desafios de conceber as áreas protegidas são: a preservação dos processos que geram e mantêm a biodiversidade que ali se quer conservar; a dificuldade para a implementação efetiva da unidade de conservação e a gestão das áreas já estabelecidas; a criação de restrições de uso sem explicações e compensações; o não reconhecimento de conflitos sociais e culturais causados pela instauração de espaços especialmente protegidos.

Neste sentido, considera-se que estudar a relação natureza e sociedade na perspectiva da análise da paisagem é possível compreender, em parte, a complexidade do espaço geográfico em um determinado momento. Entende-se a paisagem como resultado da vida das pessoas, dos processos produtivos e da transformação da natureza. Estudá-la mostra a história da população de um determinado lugar e a necessidade de sempre estar sendo discutida e registrada.

Quando se trata de estabelecer indicadores de percepção da paisagem, no que se refere à instalação de novos elementos incorporados socialmente a ela, verifica-se que a categoria paisagem é reconhecida por todos, independente de escolaridade, atividade, idade e renda, sendo mais evidente o aspecto estético, como também o patrimônio histórico. Revelam-se as paisagens consideradas não transformadas como aquelas já modificadas pelas atividades humanas, e que, ao se introduzir novos elementos nelas, há o reconhecimento por parte das pessoas das mudanças nas suas formas e funcionalidades.

Na perspectiva do planejamento e da valorização do patrimônio rural e urbano, propõem-se reflexões teórico-metodológicas de como é possível ler as marcas territoriais de diferentes tempos e espaços a partir da percepção da paisagem como indicadora dessas transformações. Verifica-se que a paisagem possui uma apropriação conceitual que perpassa, ao mesmo tempo, pelas ações simbólicas e concretas, a partir de uma elaboração ideológica de cunho

estético de um lado e de outro uma estratégia de organização espacial no espaço urbano. Demonstra-se o quanto é necessário apreender as diferentes percepções, as valorações, os imaginários e as significações que ligam o sujeito ou o coletivo à dinâmica e apropriação espacial. Revela-se que são nas paisagens que construímos um espaço para ser observado, como também se observar através delas. Assim, cada sociedade constrói seus significados simbólicos de suas paisagens, indicando a forma como (se) percebem (n)o mundo.

Nas áreas urbanas, especificamente em relação aos elementos da natureza, pode-se apreender como a percepção destes elementos na paisagem tende a ser mais intuitiva e/ou subjetiva. Por exemplo, a partir da premissa de que as paisagens urbanas se formam a partir das relações entre as pessoas, pode-se afirmar que elas são culturais, transformando-se no tempo e no espaço. Essa transformação tende, em muitos casos, a não levar em consideração a relação homem/natureza. Nas periferias das cidades a expansão urbana se dá, em grande parte, em áreas impróprias, tendo-se como consequência inúmeros problemas ao meio e à população assentada. Por outro lado, ao se reconhecer a paisagem como a vivência cotidiana da interação dos vários sentidos e do conjunto de sensações e percepções, novas identidades de sentir emergem. Quando se coadunam aspectos biológicos com a dinâmica implícita dos elementos abióticos, que coabitam e são apropriados historicamente pela presença humana, pode-se conceber que há uma unidade de paisagem que se estabelece.

Assim a paisagem e suas representações a partir de produtos estéticos e culturais apresentam-se como expressões humanas diversas, na literatura, nas artes visuais e na música. A produção de significados das práticas humanas revela-se pelas diversas linguagens que podem decodificar estes significados, por meio da interpretação. Assim, o ordenamento territorial, que deve ser operado com outros conceitos geográficos, tais como território, lugar e região, é capaz de revelar tanto os aspectos subjetivos como objetivos expressos nas paisagens. Revelam-se como estas múltiplas dimensões dos significados possibilitam a aplicação de metodologias que evitem cristalizar a realidade urbana e rural durante o processo de conservação dos valores ambientais e culturais. A reconstrução de realidades passadas pela paisagem busca de certa forma materializar a memória, lembrar acontecimentos, reviver lugares, compartilhar com personagens de tempos vividos. No entanto, a velocidade de transformação das paisagens altera substancialmente sua leitura por parte das pessoas do lugar, podendo provocar perdas de continuidade histórica e geográfica. Perdas que revelam a criação permanente de novas paisagens e a necessidade de conservação daquelas que possuem uma forte carga simbólica às pessoas.

Ao desejar uma ótima leitura e a eterna reconstrução do que seja a paisagem, sugere-se caminhar por cada texto como um caminho que se interliga no espaço geográfico e que se faz e se refaz em tempos distintos, mesclando novos desejos e interesses que não se cristalizam no tempo... se refazem.

ROBERTO VERDUM

Paisagem: construção de conceitos e métodos



Fotografia (autor desconhecido) do acervo do Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV) – UFRGS; ilustração de José Lutzenberger disponível em: http://www.lutzenberger.com.br/porto_alegre_antigo_bpena.htm

Perceber e conceber paisagem

Roberto Verдум

Introdução

Apesar da ideia de paisagem estar presente desde a Antiguidade, principalmente na pintura e na arte, a incorporação deste conceito nos estudos acadêmicos é uma criação da modernidade. Sendo assim, a paisagem ainda é um termo pouco usado e impreciso e, por isto mesmo, cômodo, que cada um utiliza a seu *bel prazer*, anexando um qualitativo que altera seu sentido (Rougerie e Beroutchachvili, 1991; Bolós, 1992; Roger, 1995).

Para o senso geral das pessoas, o termo paisagem sugere duas maneiras distintas para ser entendido: a *objetiva* e a de *representação*. A ideia de que paisagem é baseada naquilo de que a visão alcança – *escala espacial* – faz com que se construa sua noção como um mosaico, mais ou menos ordenado de formas e cores (Berque, 1995; Deffontaines, 1998 e Maciel, 2001).

Ao nos transferir no tempo (*escala temporal*), notamos que o mesmo recorte espacial dado pela visão se altera, isto é, a paisagem é dotada de uma dinâmica. Todos os elementos que compõem esta dinâmica podem ser objetos de estudo, tanto em conjunto como isolados; no entanto, esta dinâmica sugere uma *estrutura* e um *funcionamento* essencialmente únicos, características que dariam a cada paisagem seu caráter específico (Bertrand, 1995).

Na ciência a concepção de paisagem tem se diferenciado no tempo, tais como as associações desta com os termos: país (do latim *pagus*), lugar, unidade territorial, porção da superfície da terra firme, etc. No limiar da sua elaboração como referencial de expressão artística e de análise das relações entre sociedade e natureza, duas construções lógicas são apresentadas na sua definição:

a) como *imagem* que representa a vista de um recorte espacial, expressa na arte produzida a partir do séc. XVII, com significado pictórico/subjetivo, na busca de expressar elementos associados à natureza e a vida do cotidiano da(s) sociedade(s) humana(s); neste sentido a paisagem seria a soma de muitos olhares e não só de um ponto de vista, como no caso do artista que a produziu;

b) como *porção da superfície terrestre*, em seu conjunto, sendo o produto de uma área modificada pelas forças geológicas/geomorfológicas, com significado objetivo, na busca de compreender a origem da forma, da estrutura e da funcionalidade associadas a um número específico de elementos da natureza.

A partir do século XIX, quando a Geografia constrói seu referencial como ciência, a paisagem é concebida como o conjunto das formas que caracterizam um determinado setor da superfície terrestre. Os geógrafos passam a analisar os elementos que compõem a paisagem, em função da sua *forma e magnitude* e, assim, obter uma classificação das paisagens. Portanto, é de fundamental importância, neste tipo de procedimento, que a paisagem seja considerada como o conjunto dos elementos da natureza capazes de serem observados a partir de um ponto de referência. Além disso, na leitura da paisagem seria possível definir as formas resultantes da associação do ser humano com os demais elementos da natureza.

As questões e dúvidas desta maneira de conceber a paisagem surgem pelas dificuldades de se tratar as *heterogeneidades e homogeneidades* em relação à escala e pela complexidade das formas da superfície terrestre. Humboldt (1874 *apud* Rougerie e Beroutchachvili, 1991), apresenta as ideias fundamentais para a compreensão da paisagem, principalmente de que as relações entre os elementos da natureza, enlaçados entre si, formam um todo animado por determinadas forças, quase como um “*organismo vivo*”. Assim, era fundamental considerar a natureza como uma troca contínua de formas e movimentos cíclicos, periódicos e em intervalos desiguais que conduzem a uma constante renovação de formas e funcionamentos. Neste sentido, ele propunha as bases para o estudo da paisagem a partir de dois pressupostos: a) a aplicação do método racional empírico, fundamentado na experimentação; e b) a busca das leis gerais de funcionamento da natureza.

Na busca pela compreensão da complexidade da natureza e da existência de *unidade* em determinadas porções da superfície terrestre, Richthofen (*apud* Rougerie e Beroutchachvili, 1991), na primeira metade do século XX, explica-as pela interconexão de três esferas: a atmosfera, a litosfera e a hidrosfera, sendo que desta resultaria a própria origem e a dinâmica da biosfera.

Já Smuts (*apud* Rougerie e Beroutchachvili, 1991), na primeira metade do século XX, afirma que o universo, a natureza, e também suas partes constituintes tendem a gerar *unidades* que forma um todo (*holos*, grego: todo). A natureza seria composta pela matéria inerte, viva e pensante (ser humano). Estas matérias não são o resultado da soma de seus elementos, mas estes são interconectados e estruturados de uma determinada maneira.

A natureza tende a ser vista como um conjunto, ela teria dimensões capazes de serem diferenciadas, sendo que, também, teria nos *recortes espaciais*

(*unidades*) uma complexidade crescente. Assim, essas unidades integradas não são a soma de seus componentes; são relativamente *homogêneas*, permitindo estabelecer um sistema de *classificação taxonômica* (níveis de hierarquização); são *discretas*, isto é, apresentam a possibilidade de serem delimitadas; apresentam uma *dinâmica*, pelos processos de intercâmbio e transformação da matéria e energia; apresentam uma *estrutura* relacionada com o seu funcionamento, que varia através do tempo; apresentam seu *desenvolvimento próprio* que leva cada unidade a experimentar transformações em sua própria estrutura.

Na segunda metade do século XX inicia-se a popularização da problemática da degradação e da conservação da natureza, já identificada pelos estudos científicos que focalizavam as relações da natureza com a(s) sociedade(s) humana(s). Nesta perspectiva, os estudos da paisagem crescem com o surgimento de novas formulações conceituais advindas da Ecologia (Haeckel (1834-1919) *apud* Rougerie e Beroutchachvili, 1991). Nestas são elaborados os conceitos chave de *sistema* (conjunto formado por indivíduos de várias espécies) e *ecossistema* (um sistema formado por organismos vivos, com um determinado nível de organização), assim como a concepção de modelo que levam em conta os referenciais de uma delimitação espacial e temporal, como unidades de paisagem.

Neste sentido, as contribuições postuladas pelos geógrafos e ecólogos buscam conceber os níveis de organização de partes e do todo da superfície terrestre, por consequência, as ideias de integração e totalidade dos elementos da natureza e a sua inter-relação com as dinâmicas da sociedade humana.

Roteiro metodológico para realizar a leitura da paisagem

Quanto ao método de análise da paisagem podem-se adotar três possibilidades de encaminhamento: a *descritiva*, a *sistêmica* e a *perceptiva* (Berque, 1995; Bertrand, 1995; Fontoura e outros, 2003; Verdum e outros, 2006 e 2007).

A *paisagem descritiva* tem como base a descrição, e para a apreensão da paisagem seriam necessárias a enumeração dos elementos presentes e a discussão das *formas*. Assim, a análise geográfica estaria restrita aos aspectos visíveis do real e, essencialmente, a morfologia da paisagem.

A *paisagem sistêmica* sugere o estudo da combinação dos elementos físicos, biológicos e sociais, um conjunto geográfico indissociável, uma interface entre o natural e o social, sendo uma análise em várias dimensões. O relacionamento e a análise que separam os elementos que constituem as diferentes características espaciais, psicológicas, econômicas, ecológicas, etc., não permitem,

no entanto, dominar o conjunto. A complexidade da paisagem é o tempo morfológico (*forma*), constitucional (*estrutura*) e a *funcionalidade*, que não pode ser reduzida em partes.

A *paisagem perceptiva* é concebida como uma *marca* e uma *matriz*. Como *marca*, a paisagem pode e deve ser descritiva e inventariada. O ponto de partida continua sendo a descrição da paisagem, enquanto perceptível, mas a explicação ultrapassa o campo do percebido, seja pela abstração, seja pela mudança de escala no espaço ou no tempo. A paisagem é *matriz*, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação, que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza. Assim, pode-se dizer que a paisagem é o concreto, ou seja, a coisa real, mas, ao mesmo tempo, é a imaginação, a representação destas coisas, as imagens. Cada um de nós, de acordo com a nossa trajetória, nossa consciência, experiência, vê as paisagens de forma diferente e única. Cada um constrói seus conceitos que vão refletir em suas ações e olhares, mas estes olhares estão concebidos a partir de uma matriz cultural, do coletivo das pessoas de uma determinada sociedade humana.

Para se estabelecer os *indicadores de percepção da paisagem* propõe-se a questão geral seguinte:

Como reconhecer os elementos que estruturam uma paisagem e como entender a relação desses com novos elementos que são a ela integrados, nas escalas espacial e temporal?

A proposta de caracterizar um espaço geográfico qualquer a partir da categoria de análise espacial (*paisagem*) pressupõe a concepção de poder caracterizar este espaço pela utilização de um referencial que possa auxiliar na compreensão das diferentes Unidades de Paisagem (UPs) que a compõem (Verdum e outros, 2006). Neste sentido, é fundamental definir que as diferenças entre as UPs, estão referenciadas, essencialmente, em quadro critérios: a *forma*, a *função*, a *estrutura* e a *dinâmica*.

A *forma* é o aspecto visível de uma determinada paisagem, é referenciada por aspectos da paisagem que podem ser facilmente reconhecidos em campo, pelos registros fotográficos e pelo uso dos produtos do sensoriamento remoto (fotos aéreas e imagens de satélite): o morfológico, a presença d'água, a cobertura vegetal e a ocupação das terras. Cada forma possui diferenças, tanto do ponto de vista de suas dinâmicas como, também, da possibilidade de apropriação e uso social, isto é, a sua *função*.

Sendo assim, a *função* pode ser compreendida pelas atividades que, de certa maneira, foram ou estão sendo desenvolvidas e que estão materializadas nas formas criadas socialmente (espaço construído, atividades agrícolas,

atividades mineradoras...), e que também são reconhecidas em campo e pelos produtos do sensoriamento remoto, pelas diferenciações que apresentam em relação aos aspectos das unidades da paisagem, onde não ocorrem as diversas formas criadas socialmente.

A *estrutura* é outro critério que não pode ser dissociado da forma e da função, sendo esta reconhecida como a que revela os valores e as funções dos diversos objetos que foram concebidos em determinado momento histórico. Sendo assim, a estrutura revela a natureza social e econômica dos espaços construídos e, que de certa maneira, interfere nas dinâmicas da paisagem anteriores a essas intervenções sociais.

A *dinâmica* é a ação contínua que se desenvolve gerando diferenças entre as UPs, no que se refere aos resultados dessas dinâmicas, no tempo, na sua continuidade e na sua mudança. O tempo (geológico e histórico) revela o movimento do passado ao presente e este em direção ao futuro dessa paisagem. Neste caso, as dinâmicas de cada UPs revelam para a sociedade significados que podem ser reconhecidos pelas formas e podem ser pensados em termos de intervenções que já foram realizadas, assim como aquelas que serão propostas. Neste sentido, é fundamental o reconhecimento das diversas dinâmicas em cada uma das UPs, assim como de que maneira estas estão diretamente conectadas.

Para alcançar os objetivos de *leitura da paisagem* propõe-se a metodologia a partir de dois níveis de análise:

- da observação e diferenciação da paisagem
- da escala temporal

Nível de observação e diferenciação

Neste nível de análise deve-se considerar a *subjetividade*, que pode ser tanto *individual* como *coletiva*, pelo referencial cultural de determinada comunidade.

A observação e a diferenciação *espacial* (*forma e estrutura*) podem ser reconhecidas por *elementos distintos da paisagem*, tais como: o relevo, a cobertura vegetal, a disposição das rochas, dos solos, dos cursos e corpos d'água, etc.

A *apropriação* e o *uso* (*funcionalidade*) podem ser observados e diferenciados pelas transformações na paisagem pelo trabalho e pelas técnicas utilizadas – sendo assim, a paisagem também é um produto social.

A partir desses níveis de análise da paisagem pode-se propor que a concepção de paisagem assume significados distintos, isto é, têm-se *padrões paisagísticos locais e identidades locais*.

Nível de escala temporal

Neste nível de análise deve-se considerar a noção de dois tempos distintos: o geológico e o histórico. Em relação ao tempo histórico, deve-se ter como referência que uma paisagem passa a ser incorporada e fazer parte da *identidade individual e coletiva* em torno de *25 anos* (uma geração) (Berque, 1995; Verdum e outros, 2007).

Propostas de técnicas de avaliação sensorial

Para a avaliação sensorial e para se estabelecer os *indicadores visuais*, propõem-se as seguintes etapas metodológicas:

- Analisar a paisagem pela sua *globalidade* ou pela sua *decomposição em unidades* que são definidas por limites naturais – *elementos* (*planície, coxilha, cerro, serra – vale, encosta, topo; floresta, banhado...*); neste sentido propõe uma avaliação global do conjunto da paisagem (primeira impressão) e/ou de seus elementos constituintes (modulações da percepção inicial - atratividade) a partir das experiências vividas.
- Conhecer entre esses *elementos* da paisagem aqueles que são marcantes, referências e valorizados; que realmente determinam a *reação estética*; deve-se levar em consideração a distância do ponto de observação, assim como a dimensão desses elementos constitutivos da paisagem.
- Reconhecer que esses elementos evoluem/modificam com o tempo.

Esse método permite elaborar a expressão cartográfica das representações mentais da paisagem percebida nos locais de análise, onde constam os elementos da paisagem passíveis de serem identificados como de referência individual e/ou coletiva.

Sugestões para o desenvolvimento do método

1) Realizar o levantamento das *paisagens de interesse estético e de patrimônio histórico*, assim como elaborar uma reflexão sobre a possível *paisagem do futuro*, dando uma ideia da dimensão escalar de novos elementos que poderão ser inseridos e que não são (re)conhecidos pela maioria das pessoas. Neste sentido, se podem ter mudanças na forma da paisagem, na sua funcionalidade e, também, em termos de restrições e cuidados quando das possíveis alterações nas mesmas.

2) Para a realização das entrevistas que devem ser feitas com o *instrumento de pesquisa da percepção da paisagem e dos limitantes e potencialidades: locais/regionais* propõe-se o seguinte roteiro:

- o público alvo a ser entrevistado deve ser de *residentes*, do meio rural e urbano: preferencialmente, produtores rurais, educadores, técnicos agrícolas, administradores e técnicos de órgãos públicos e comerciantes; como também de *ocasionais*, isto é, pessoas que transitam pela(s) área(s) de interesse, tais como representantes comerciais e de serviços e turistas;
- a análise da paisagem deve ser realizada na sua *globalidade*, na visão geral que os entrevistados têm do *que é paisagem* e de que forma ele a descreve, como também na decomposição de *elementos* da paisagem que são aqueles de referência para ele, a partir das suas experiências vividas e que privilegiam seu grau de satisfação;
- para qualificar as *paisagens* ou os seus *elementos de referência*, segundo os entrevistados, propõe-se que seja adotada uma *escala* que varie de um a cinco, sendo que o menor valor corresponde às paisagens menos importantes e o maior valor àquelas de grande importância para eles;
- se deve reconhecer que as paisagens se modificam com o *tempo*, assim propõe-se como importante resgatar pelas entrevistas as *paisagens do passado*, aquelas do *presente* e aquelas do *futuro* que serão construídas.

Finalizando, vale salientar que estudar a relação natureza e sociedade tendo como categoria de análise a paisagem é de extrema importância, pois através dela é possível compreender, em parte, a complexidade do espaço geográfico em um determinado momento do processo. Ela é o resultado da vida das pessoas, dos processos produtivos e da transformação da natureza. Neste sentido, a paisagem mostra a história da comunidade de um determinado lugar, e que necessita sempre estar sendo discutida e registrada.

Referências

BERQUE, August in. *Les raisons du paysage – de la Chine antique aux environnements de synthèse*. Paris: Editions Hazan, 1995. 190 p.

BERTRAND, George. Le paysage entre la nature et la société. In: ROGER, Alain (Org.). *La théorie du paysage en France (1974-1994)*. Seyssel: Éditions Champ Vallon, 1995. 464 p.

BOLÓS, MARIA (Org.). *Manual de Ciencia del paisaje – teorías, métodos y aplicaciones*. Barcelona: Ed. Masson S. A., 1992. 273p. (Colección de Geografía).

DEFFONTAINES, Jean-Pierre. *Les sentiers d'un Géoagronome*. Paris: Éditions Arguments, 1998.

FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini; VERDUM, Roberto; SILVEIRA, Camila Thomaz. Análise de sistemas de produção e leitura da paisagem. *Revista GeoUerj*, Rio de Janeiro, n. especial, p. 1-6, 2003.

MACIEL, Caio Augusto Amorim Maciel. Morfologia da paisagem e imaginário geográfico: uma encruzilhada onto-gnoseológica. *Revista Geographia*, Niterói, ano 3, n. 6, p. 99-117, 2001.

ROGER, Alain (Org.). *La théorie du paysage en France (1974-1994)*. Seyssel: Éditions Champ Vallon, 1995. 464 p.

ROUGERIE, Gabriel; BEROUTCHACHVILI, Nicolas. *Géosystèmes et Paysages: bilan et méthodes*. Paris: Armand Colin Éditeur, 1991. 302 p.

VERDUM, Roberto; VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos; PINTO, Bruno Fleck; CABRALES, Rene. Percepção da paisagem na instalação de aerogeradores no Rio Grande do Sul. In: *XII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada – Natureza, Geotecnologias, Ética e Gestão Territorial*. v. 1. Natal: Departamento de Geografia/CCHLA/UFRN, 2007. p. 1-20.

VERDUM, Roberto; VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos; SILVEIRA, Camila Thomaz da. Unidades de paisagem do Parque Estadual de Itapeva – RS. *Anais do VI Simpósio Nacional de Geomorfologia, Regional Conference on Geomorphology*. Goiânia: União da Geomorfologia Brasileira (UGB), 2006. v. 2. p. 1-11.

A paisagem na geografia

Geovane Aparecida Puntel

Introdução

Este texto é resultado de pesquisas e discussões realizadas durante a dissertação de mestrado¹ e tem como objetivo apresentar algumas contribuições conceituais referentes à paisagem. O que se pretende é entender a paisagem como uma espiral, onde as várias formas de interpretação e de investigação se inter-relacionam, em que uma está contida na outra, e vice-versa.

Sem a intenção de fragmentar os estudos e os métodos de abordagem da paisagem e levando em consideração os múltiplos estudos e métodos aplicados à paisagem, buscou-se fazer uma subdivisão: não no sentido de classificar ou criar uma ruptura, uma linearidade, mas para entender as diferentes relações entre a natureza, o homem, a sociedade e o indivíduo no decorrer dos tempos e em diferentes lugares.

Paisagem do visível e da descrição

Há uma tendência muito forte de se pensar a paisagem a partir do que se está vendo e, automaticamente, descrever o que a visão alcança, sem fazer relação entre os elementos que compõem a paisagem. O que se observa, em um dado momento, é resultado de uma inter-relação de vários elementos que determinam a existência de uma ou de outra paisagem.

Conforme o trabalho de Figueiró (1998), *Evolução do conceito de paisagem*, a difusão da ideia de paisagem dentro da Geografia pode ser atribuída a Alexandre Von Humboldt (1769-1859), naturalista alemão, com grande parte da sua formação francesa, que retrata, na sua obra, uma tentativa de conciliação entre duas concepções metodológicas distintas: a francesa e a alemã. Ele

¹ Dissertação de mestrado intitulada “Paisagem: uma análise no ensino da Geografia”, orientada pelo prof. dr. Roberto Verдум, do programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRGS.

foi o primeiro a estudar a estrutura da superfície terrestre, com suas inúmeras viagens.

Para Moraes (1993), Humboldt entendia a Geografia como a parte terrestre da ciência do cosmos, isto é, como uma espécie de síntese de todos os conhecimentos relativos à Terra. Humboldt entendia que o geógrafo deveria contemplar a paisagem de uma forma quase estética, visto que causaria uma ‘impressão’ no observador. Esta, combinada com a observação sistemática dos seus elementos componentes e filtrada pelo raciocínio lógico, levaria à explicação da causalidade das conexões contidas na paisagem.

Na compreensão de Christofolletti (1997), Humboldt estabeleceu a concepção que propiciou perceber e compreender as paisagens diferenciadas dos lugares e dos povos como fenômenos específicos, merecedoras de descrição, análise e explicação. Além da contribuição de Humboldt, Ritter e Ratzel também tiveram participação significativa na abordagem do conhecimento da natureza. Foram esses pensadores clássicos, do final do século XVIII e início do século XIX, que utilizaram o conceito da paisagem em suas descrições de áreas distintas da superfície terrestre.

Humboldt, em suas viagens do século XVIII, valorizava a observação direta e a descrição detalhada. Tinha uma preocupação permanente de fazer comparações e raciocínios gerais e evolutivos. Além da descrição do meio físico, ele observava também a sociedade local. Conforme palavras do naturalista:

Não se trata de um ensaio da Física do Mundo, de reduzir o conjunto dos fenômenos sensíveis a um pequeno número de princípios abstratos, sem mais base que a razão pura. A Física do Mundo que intento expor não pretende elevar-se às perigosas abstrações de uma ciência puramente racional da Natureza, é uma Geografia Física unida à descrição dos espaços celestes e dos corpos que se encontram em determinados espaços² (Humboldt, 1982, p. 162).

Conforme as pesquisas de Lencioni (2003, p. 92), para o historiador e filósofo Ritter (1779-1859), a “[...] Geografia deveria ter uma visão completa e universal da Terra, reunindo todo o conhecimento do globo, apresentando uma conexão desse todo, tanto em relação ao homem quanto a Deus”. A Terra não passava de um palco, onde se desenrolavam as atividades humanas. Esse pensador procurou, em seus estudos, relacionar a superfície terrestre, a natureza e a atividade humana. O homem era o sujeito da natureza. Ritter, em 1850, escreveu:

² Tradução nossa.

Quanto mais avançarmos no conhecimento da distribuição espacial da superfície do globo terrestre e quanto mais nos interessarmos além de sua desordem aparente, pela relação interna de suas partes, mais simetria e harmonia descobriremos nele, e em maior medida as ciências naturais e da história podem ajudar-nos a compreender a evolução das relações espaciais (Ritter, 1982, p. 171).

A proposta de Ritter é antropocêntrica e regional, valorizando a relação homem x natureza. Ele procurava explicar a evolução da humanidade, relacionando homem e meio natural, descrevendo a sociedade. Tanto Ritter como Humboldt propõem princípios para a Geografia; entre eles, cabe salientar o contato direto com o sujeito de estudo, através da observação, da coleta de material a ser analisado e da procura de explicações científicas.

A epistemologia da Geografia foi evoluindo e, por volta de 1870, com o francês Vidal de La Blache (1845-1918), surgiu uma nova Geografia, com uma visão que buscava ir além das enumerações exaustivas e dos relatos de viagem. La Blache definiu o objeto da Geografia como relação homem-natureza, na perspectiva da paisagem. Colocou o homem como um ser ativo, que sofre a influência do meio, mas que atua sobre este, transformando-o. Para esse geógrafo, a análise geográfica seria a observação de campo, indução a partir da paisagem, particularização da área enfocada, comparação das áreas estudadas e do material levantado, e a classificação das áreas e dos gêneros de vida em “séries de tipos genéricos” (Moraes, 1993).

La Blache acentuou o propósito humano da Geografia, vinculando todos os seus estudos geográficos à Geografia humana. Ele discute a relação homem-natureza, sem abordar as relações entre os homens. Os seus estudos abordam uma sobreposição de fatos, e não uma integração.

O alemão e naturalista Friedrich Ratzel (1844-1904) viveu na mesma época que o francês La Blache e, conforme Lencioni (2003, p. 103), “ambos compartilham da mesma visão de homem e de natureza como constituintes de uma unidade, não como opostos”. Também tinha como método a análise empírica, pautada na observação e descrição, privilegiando a visão naturalista.

Conforme Gomes (1996, p. 209), o método de La Blache se caracteriza por três proposições: a observação (descrição), a comparação e a conclusão. Apesar de toda essa visão integradora de La Blache, o estudo de suas obras revela um caráter descritivo. Gomes (1996) conclui que a obra desse autor não é “nem moderna, nem tradicional, ela incorpora a perpetuidade relativa das grandes referências de um passado, em que se podem encontrar tantas maneiras de interpretar quanto os pontos de vista daqueles que a examinam” (Gomes, 1996, p. 222).

Paisagem da fisionomia, da estrutura e da funcionalidade

Toda paisagem apresenta característica própria, tem forma e marca que resultam da interação da sociedade com a natureza. A visão fisionômica da paisagem é a primeira aproximação da realidade, é a aparência; e cada paisagem cumpre uma função de acordo com as condições próprias do lugar, seja ela estética, política, estratégica, econômica, cultural, histórica, para permitir uma determinada organização e funcionalidade.

Sauer definiu a paisagem como o conjunto de formas naturais e culturais associadas, além de entender que os objetos existem juntos na paisagem, formando “um todo”: aspectos físicos e culturais a um só tempo. Também escreveu que a área ou a paisagem é o campo da Geografia, porque é uma importante seção da realidade ingenuamente perceptível, e não uma ideia sofisticada. E a Geografia assume responsabilidade pelo estudo de áreas porque existe a curiosidade comum acerca desse assunto (Corrêa e Rosendahl, 1998, p. 15). A Geografia tradicional, entretanto, deu ênfase maior à descrição de áreas com observações frequentes sobre a inter-relação de fatos ocorridos em uma determinada área.

A descrição, para Sauer (1982), não poderia ser feita de uma cena individual, mas de um somatório de características gerais. Para ele, a paisagem é, em essência, uma forma da Terra, cujos processos de modelagem são físicos e culturais ao mesmo tempo, possuindo uma identidade calcada em uma constituição reconhecível, limites e relações com os outros lugares num contexto maior.

Ainda de acordo com Sauer, toda ciência só adquire uma identidade através da escolha de um objeto e de um método. Segundo ele, no caso da Geografia, a paisagem deve ser o único objeto fundamental da pesquisa geográfica. Também acreditava que, através do estudo da paisagem, resolveria a oposição entre a Geografia física/humana, geral/regional e a inexistência de um método próprio (Gomes, 1996, p. 230-231).

Por volta dos anos 50 do século XIX, o geógrafo alemão Carl Troll entendeu que a Geografia encontrou, na paisagem, um objeto próprio; e que ela deveria ser vista como a unidade orgânica. Nos seus trabalhos, a Biologia e a Ecologia subsidiaram a Geografia. Troll (1982) considera que toda paisagem se apresenta ao geógrafo dotada de uma certa fisionomia. Seus distintos aspectos, tantos os visíveis como os não visíveis, encontram-se em uma determinada relação funcional. Pode-se, no entanto, distinguir um conceito fisionômico formal de um funcional da paisagem. O formal refere-se ao espaço, que se apresenta como uma totalidade de qualquer ponto de vista. Já o conceito

funcional refere-se ao resultado da apreciação de todos os geofatores, incluídas a economia e a cultura humana, que se encontram em interação (Troll, 1982).

Conforme o mesmo autor:

Todas as paisagens refletem as transformações temporais e conservam testemunhos de tempos passados. Porém, enquanto que as paisagens naturais somente variam num ritmo geológico, as paisagens econômicas mudam relativamente depressa de geração para geração, inclusive durante a própria observação do geógrafo³ (Troll, 1982, p. 325).

Para entender a paisagem a partir da sua forma, estrutura e funcionalidade, cabe, primeiramente, perceber o aspecto visível, que tem uma função, que é o papel desempenhado pelo objeto criado; e esses objetos estão organizados de diferentes formas e se inter-relacionam entre si.

Paisagem da inter-relação dos elementos naturais e sociais

Entre os geógrafos dos anos 1970, houve um grande debate acerca da nova visão da concepção de paisagem, agora vista de forma global e sistêmica. A paisagem ganha atenção para seu estudo de forma integrada com Bertrand, que propõe o estudo geossistêmico⁴ da paisagem: uma combinação dos elementos físicos, biológicos e antrópicos; um conjunto geográfico indissociável; uma interface entre o natural e o social; enfim, uma análise em várias dimensões.

No entendimento de Bolós I Capdevila (1992, p. 36), “geossistema corresponde a um determinado tipo de sistema”. Num geossistema há uma troca constante entre diversos elementos (subsistemas) abióticos,⁵ como a água, o solo, o ar, o clima e elementos bióticos,⁶ como a vegetação, a fauna, o homem. Então, é a partir dessas inter-relações dinâmicas que temos o subsistema socioeconômico, que está em constante modificação.

Morin (1977, p. 99-102) define sistema como uma inter-relação de elementos que constituem uma entidade ou unidade global. Uma das características de um sistema é a inter-relação dos elementos, e a outra é a unidade global constituída por esses elementos em inter-relação. O autor ainda con-

³ Tradução nossa.

⁴ Entende-se como geossistêmico a integração de todos os elementos de uma paisagem (Bolós I Capdevila, 1992).

⁵ O subsistema abiótico compreende os elementos que não são dotados de vida (Bolós I Capdevila, 1992, p. 36).

⁶ O subsistema biótico é formado por elementos que possuem vida (Bolós I Capdevila, 1992, p. 36).

sidera que sistema é uma unidade global, não elementar, visto que é constituído por partes diversas inter-relacionadas.

O pensador Morin contribuiu muito na visão da construção de um conhecimento de forma sistêmica, quando trata da totalidade, destacando que “[...] não podemos reduzir nem o todo às partes nem as partes ao todo, nem o uno ao múltiplo nem o múltiplo ao uno, mas que temos de tentar conceber em conjunto, de modo simultaneamente complementar e antagônico, as noções de todo e de partes, de uno e de diverso” (Morin, 1977, p. 103). E está cada vez mais presente a necessidade de se construir um conhecimento em que tudo está relacionado, nada existe isolado; é preciso uma visão unificada e sistêmica.

Bolós I Capdevila (1992, p. 31-32) entende que um sistema pode ser definido “como um “modelo” consistente em um conjunto de elementos em interação. Ele classifica os sistemas em três categorias: abertos, fechados e isolados. Os abertos produzem uma entrada de estímulos do exterior – energia, matéria –, que os mantém num determinado nível de funcionamento. Esse sistema pertence a praticamente todos os sistemas naturais e sociais. No sistema fechado não existe nenhuma apropriação exterior de matéria; o sistema funciona graças ao intercâmbio de energia. Já no sistema isolado não existe nenhum intercâmbio nem de matéria, nem de energia com o mundo exterior. Essa classificação dos sistemas leva em consideração as entradas e saídas de energia e de matéria.

No que se refere à associação entre a abordagem sistêmica e a concepção da paisagem como categoria de análise, o livro *Géosystèmes et Paysages* (Rougerie e Beroutchachvili, 1991, p. 11) faz uma breve abordagem, levando em consideração a visão de paisagem por vários autores. G. Bertrand vê a paisagem como um produto social; P. Gourou, como organização desejada pelas civilizações; H. Vogt, como aspecto visível do geocomplexo, a estrutura determinada e constituída pelo natural e pelo humano; A. Bailly pensa que é o conjunto de objetos que remete à experiência própria das pessoas; R. Brunet considera como um duelo, fonte de informações e fonte de sensações; para Berque, a paisagem é uma marca, expressão de uma civilização, é uma matriz, condicionada à relação de uma sociedade e de um espaço; já J. C. Wieber conclui que não pode ter uma definição única e fechada.

Para Bertrand (1995, p. 99), a paisagem é um sistema, ao mesmo tempo social e natural, subjetiva e objetiva, espacial e temporal, produção material e cultural, real e simbólica. Uma análise que separe os elementos que constituem as diferentes características espaciais, psicológicas, econômicas, ecológicas não permite que se domine o conjunto. A complexidade da paisagem é o tempo morfológico (forma), constitucional (estrutura) e a funcionalidade que não pode ser reduzida em partes. A paisagem é um sistema que imbrica o natural e o social.

Paisagem como dimensão perceptiva

Analisando como os diversos estudiosos da Geografia elaboram o conceito de paisagem, verifica-se que Frémont (1995, p. 21-22) questiona o que são e como se devem estudar as paisagens. As respostas certamente não são simples. Os geógrafos já vêm descrevendo, discutindo e analisando esse assunto há um longo tempo. Suas visões parecem reduzidas frequentemente a um inventário ou a simples descrições.

Essa perspectiva desconsidera a estética das paisagens; entretanto, a paisagem não é um simples objeto, é uma obra do universo com muitos significados. O seu estudo não se deve limitar ao campo de observação e interpretação da Geografia, a um estudo de formas-objetos considerados por si mesmo. A morfologia deve ser complementada por uma semiologia, por uma poética e uma estética das paisagens, impondo uma reflexão teórica sobre a percepção do espaço e das formas.

Na mesma concepção de paisagem perceptiva, Berque, no livro de Corrêa e Rosendahl, (1998), assegurou que a paisagem é uma *marca* e uma *matriz*. Como marca, a paisagem pode e/ou deve ser descritiva e inventariada. Para isso, dispõe-se de numerosos instrumentos metodológicos como, por exemplo, a semiótica dos lugares, na mesma visão de Frémont. O ponto de partida continua sendo a descrição da paisagem, enquanto perceptível, mas a explicação ultrapassa o campo do percebido, seja pela abstração, seja pela mudança de escala no espaço ou no tempo. A paisagem também é matriz, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação, que canalizam, de certa forma, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza.

Ainda analisando a visão de Berque, pode-se dizer que a paisagem é o concreto, ou seja, coisas da realidade, mas, ao mesmo tempo, é a imaginação, a representação dessas coisas, das imagens. Cada pessoa, de acordo com a sua trajetória, sua consciência e experiência, vai perceber a paisagem de forma diferente e única. Assim, vai construindo os conceitos que refletem as ações e olhares. Conforme o mesmo autor, a paisagem é uma realidade e, ao mesmo tempo, uma aparência da realidade.

Nesse sentido, Tuan (1980, p. 284) afirma que “a maioria das pessoas durante suas vidas fazem pouco uso de seus poderes perceptivos” e que a cultura e o meio em que vivemos determinam quais sentidos são privilegiados. No entanto, todas as pessoas compartilham de percepções comuns, porém a “visão que cada pessoa tem do mundo é única e de nenhuma maneira é fútil” (Tuan, 1980, p. 285).

A percepção de um turista não é a mesma de uma pessoa nativa, porque suas experiências e vivências são diferentes. A visão de um analfabeto vai se diferenciar de uma pessoa que consegue acompanhar a evolução tecnológica do mundo moderno. Portanto, cada um percebe o mundo de sua maneira. Tuan (1980, p. 4) entende que “percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados”.

Conforme Bertrand (1995, p. 106), o observador individual participa de um sistema histórico-cultural e socioeconômico que canaliza suas interpretações paisagísticas. É preciso reconhecer uma produção social da paisagem que é diversa e contraditória, pois todas as categorias sociais não têm o mesmo acesso cultural e material à paisagem. A percepção direta de um espaço, que permite a representação da paisagem, deve estar ressituated num processo mais complexo do tipo dialético, que liga o observador ao espaço e vice-versa.

Já Carlos (2001, p. 305) afirma que “é possível pensar o lugar tendo como ponto de partida o olhar na paisagem”. No entanto, a paisagem mostra a realidade de um lugar ou o espaço em um determinado momento, e cada um vê a paisagem a partir de uma visão, conforme seus interesses, concepções e experiências.

No entendimento de Tuan (1980), os órgãos precisam ser ativamente usados; uma pessoa pode ter ouvidos e não ouvir, ter olhos e não ver. A percepção é cada vez mais dirigida por valores culturais e, em cada sociedade, a percepção pode ser diferenciada, conforme os hábitos desenvolvidos.

No romance “Ensaio Sobre a Cegueira”, José Saramago (1995) reflete sobre a necessidade constante de “descortinar” nosso olhar. Conforme o escritor, o mundo está cheio de cegos vivos. É preciso recuperar a lucidez, pois o pior cego é aquele que não quer ou não consegue ver.

Pode-se dizer que paisagem é tudo o que está ao nosso redor, porém não tem uma existência própria, porque ela existe a partir do momento que o sujeito a percebe, e cada um a vê de forma diferente, não só em função da observação, do olhar, como também em função dos seus interesses individuais.

Brunet, citado por Rougerie e Beroutchachvili, considera que “não há olhar ‘objetivo’ sobre um objeto tão complexo como a paisagem [...]. A paisagem não existe em si, ela é um olhar particular sobre um fragmento da realidade geográfica, uma ‘invenção’ histórica e cultural” (Rougerie e Beroutchachvili *apud* Passos, 1998, p. 143).

Para Santos (1997, p. 62), “a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos. Por isso, o aparelho cognitivo tem im-

portância crucial nessa apreensão, pelo fato de que toda educação, formal ou informal, é feita de forma seletiva; pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato”.

Isso significa que é preciso ultrapassar a paisagem visível, descortiná-la, para chegar ao seu significado. Ela precisa ser vista além da sua aparência, precisa-se buscar explicação para o que está por detrás da paisagem. Segundo Denis Cosgrave (*apud* Maciel, 2001, p. 107), “toda paisagem é simbólica, é também aquilo que se imagina e que recebe diferentes valorações e sentidos culturais”.

“Através da paisagem, a configuração territorial apenas se dá parcialmente miniaturizada pelas fotografias ou mapas e cartas, à medida que se tenha o domínio da informação” (Santos, 1997, p. 76). Observar a paisagem implica uma visão parcial do espaço geográfico.

Percebe-se que existem diferentes modos de ler o espaço geográfico a partir da paisagem, e que um mesmo teórico na sua trajetória acadêmica pode renegar alguns conceitos, ideias e elaborar novas percepções sobre o mesmo assunto. Isso mostra que a elaboração do conceito paisagem pode ser pensado de diferentes formas, pois a identidade de cada um é incompleta, interminável; o sujeito está sempre em processo, constantemente reposicionando-se. Enfim, não se pensa da mesma forma a vida toda, vive-se em constante mutação.

Finalizando...

No decorrer deste texto, buscou-se resgatar a evolução do conceito paisagem na abordagem de diferentes teóricos em diferentes tempos. Percebe-se que a paisagem, enquanto objeto de estudo, foi sendo entendida de diferentes maneiras no decorrer dos tempos, já que o método de análise foi evoluindo e os paradigmas foram sendo revistos.

Foi com os grandes clássicos modernos da Geografia no século XIX, tais como Humboldt, Ritter, La Blache, Ratzel, que o conhecimento geográfico começa a adquirir seu estatuto científico, a ser definido como um objeto de estudo, uma metodologia e uma epistemologia. Foi com esses clássicos que o conceito de paisagem começou a ser usado na Geografia, como método e transcrição de dados sobre determinadas áreas do planeta. Os estudos baseavam-se na relação homem e natureza, e as técnicas de análise eram basicamente de observação, de descrição e de representação. Prevalencia a sobreposição dos fatos, não a integração dos mesmos. Apreciava-se muito a relação homem – natureza na perspectiva da paisagem.

Já Sauer, no século XX, acreditava que através da paisagem era possível integrar a Geografia em uma unidade, em que os aspectos físicos e culturais fossem estudados simultaneamente. Para ele, a paisagem representa uma materialização de pensamentos e ações humanas, limitando-se ao caráter descritivo físico-material, característica marcante que prevaleceu até a metade do século XX. Nos anos 1970, o geógrafo francês Bertrand defende o método de análise da paisagem de forma dialética, através de uma abordagem sistêmica, entendendo que os elementos sociais, físicos, econômicos estão todos inter-relacionados.

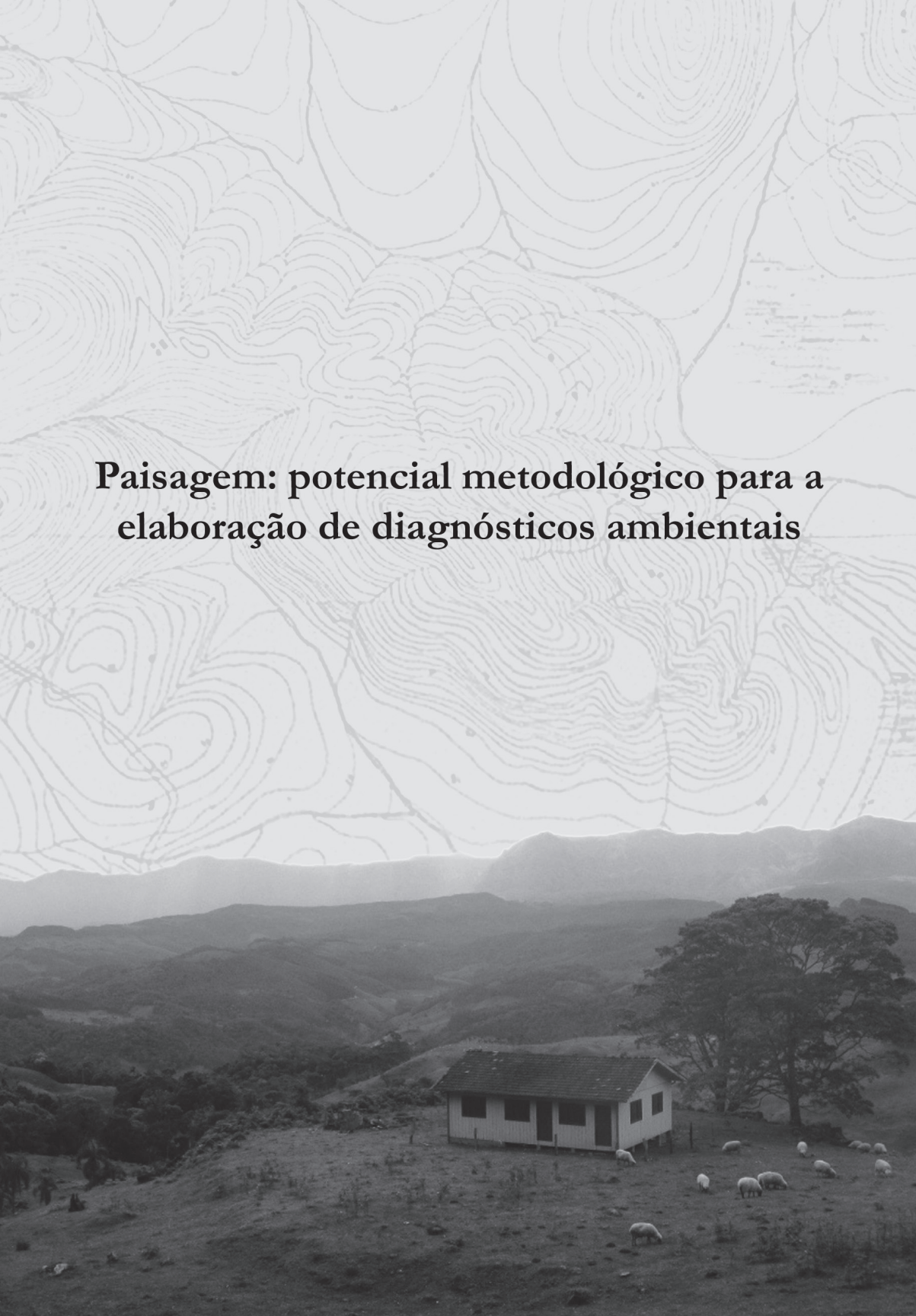
A paisagem é o concreto, o real, a materialização dos objetos em diferentes momentos no espaço geográfico; e também é a representação desses objetos, é a imaginação de cada indivíduo, que vai depender do seu interesse, da sua concepção e da sua experiência. Diversos estudiosos como Berque, Tuan, Bertrand, Carlos, Saramago, Santos, entre outros, contemplam a visão perceptiva nos estudos da paisagem.

Referências

- BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para Geografia Cultural. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p. 84-91.
- BERTRAND, Georges. Le paysage entre la Nature et la Société. In: ROGER, Alain. *La théorie du paysage en France 1974-1994*. Seyssel: Champ Vallon, 1995, p. 88-108.
- _____. Paisagem e Geografia Física Global. Esboço Metodológico. Tradução Olga Cruz. Trabalho publicado originalmente na “Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Quest”, Toulouse, v. 39, n. 3, p. 249-272, 1968. *RAËGA*, Curitiba, n. 8, 2004, p. 141-152.
- BOLÓSI CAPDEVILA, Maria de. El geosistema, modelo teórico del paisaje. In: _____. *Manual de Ciencia del Paisaje*. Teoría, métodos y aplicaciones. Barcelona: Aleu S. A., 1992, p. 31-45.
- CARLOS, Ana F. Alessandri (Org.). *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.
- CHRISTOFOLETTI, Antonio. Geografia: Da antiguidade à pós-modernidade. *GeoNotas*, v. 1, n. 2, out./nov./dez. 1997.
- CORREA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.
- FIGUEIRÓ, Adriano S. Evolução do conceito de paisagem: uma breve revisão. *Geosul*, Florianópolis, v. 13, n. 26, p. 40-52, 1998.
- FRÉMONT, Armand. Les profondeurs des paysages géographiques. In: ROGER, Alain. *La théorie du paysage en France 1974-1994*. Seyssel: Champ Vallon, 1995, p. 21-41.

- GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1996.
- HUMBOLDT, Alexander von. Cosmos, Ensayo de una descripción física del mundo. In: MENDONZA, J. G.; JIMÉNEZ, J. M.; CANTERO, Y. N. O. (Org.). *El pensamiento geográfico. Estudio interpretativo y antología de textos (De Humboldt a las tendencias radicales)*. Madrid: Alianza Editorial, 1982, p. 159-167.
- LENCIONI, Sandra. *Região e Geografia*. São Paulo: EDUSP, 2003, p 73-118.
- MACIEL, Caio Augusto Amorin. Morfologia da paisagem e imaginário geográfico: Uma Encruzilhada Onto-Gnoseológica. *GEOgrafia*, ano 3, n. 6, p. 99-117, 2001.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. *Geografia. Pequena História Crítica*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MORIN, Edgar. *O Método. A Natureza da Natureza*. Tradução de Maria Gabriela de Bragança. 2.ed. Portugal: Publicações Europa-América Ltda., 1977.
- PASSOS, Messias Modesto dos. Resenha: Rougerie, G. ; Beroutchachvili, N. Géosystèmes et Paysages. Bilan et méthodes. Paris: Armand Colin, 1991. *GEOSUL*, Florianópolis, v. 13, n. 25, p. 143-150, 1998.
- RITTER, Karl. La organización del espacio. En la superficie del globo y su función. En el desarrollo histórico. In: MENDONZA, J. G.; JIMÉNEZ, J. M.; CANTERO, Y. N. O. (Org.). *El pensamiento geográfico. Estudio interpretativo y antología de textos (De Humboldt a las tendencias radicales)*. Madrid: Alianza Editorial, 1982, p. 168-216.
- ROUGERIE, G.; BEROUTCHACHVILI. *Géosystèmes et Paysages*. Bilan et méthodes. Paris: Armand Colin, 1991, p. 1-246.
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. 5.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- SARAMAGO, José. *Ensaio Sobre a Cegueira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SAUER, Carl. La Geografía Cultural. In: MENDONZA, J. G.; JIMÉNEZ, J. M.; CANTERO, Y. N. O. (Org.). *El pensamiento geográfico. Estudio interpretativo y antología de textos (De Humboldt a las tendencias radicales)*. Madrid: Alianza Editorial, 1982, p. 349-354.
- TROLL, Carl. El paisaje geográfico y su investigación. In: MENDONZA, J. G.; JIMÉNEZ, J. M.; CANTERO, Y. N. O. (Org.). *El pensamiento geográfico. Estudio interpretativo y antología de textos (De Humboldt a las tendencias radicales)*. Madrid: Alianza Editorial, 1982, p. 323-329.
- TUAN, Yi-fu. *Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores de Meio Ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.





**Paisagem: potencial metodológico para a
elaboração de diagnósticos ambientais**

Fotografia de Juliane Magagnin da Soller; Planta cartográfica de Porto Alegre (1896) disponível em: http://www.ihgrgs.org.br/cd_mapas_rs/Inicio.htm#

A unidade de paisagem natural como base espacial para a gestão ambiental

Lilian Maria Waquil Ferraro

Ana Rosa Bered

Silvia Mara Pagel

Introdução

A paisagem é composta pelo espaço natural e o construído pela ação humana em um cenário único e em processo de constante transformação. Resulta da integração das dinâmicas naturais com as sociais, originando ambientes diferenciados que podem ser observados em diferentes escalas de abordagem e ao longo de tempo.

Segundo Machado (1988), a paisagem contribui para compreender os diferentes aspectos da organização do espaço: os aspectos físicos e bióticos constituídos pelos quadros naturais aos quais os humanos imprimem transformações, segundo o grau de tecnologia alcançado e os valores atribuídos a eles. Tanto as paisagens naturais como as humanizadas diversificam e homogeneízam a superfície terrestre, surgindo assim diferentes tipos de paisagem, cujos estudos envolvem as interações entre a sociedade e a natureza, abarcando todo o conjunto de elementos naturais e socioeconômicos em contínuo dinamismo.

Na análise aqui desenvolvida a paisagem é estudada como um sistema aberto, influenciada não só pela escala de observação, mas também pelo entendimento dos processos de transformação do ambiente natural à luz das relações sociais e econômicas que nele se estabeleceram através do tempo.

Sendo uma entidade visual, as diferentes escalas de observação fazem com que os elementos componentes da paisagem tenham várias dimensões. Na medida que o observador aproxima o olhar, se destacam os detalhes na forma e na configuração dos aspectos locais da paisagem, resultantes das características ambientais e relações produtivas que se estabeleceram em determinado espaço. Quando a escala de apreensão deixa de ser local e passa a ser regional ou até

mesmo global, destacam-se os componentes relacionados aos grandes compartimentos da superfície terrestre, representados pelas características físicas ou bióticas regionais e o resultado da ocupação humana desses ambientes, em seus diferentes modelos de ocupação do território e apropriação dos recursos naturais. O processo histórico na formação da paisagem, quando considerado como a análise das transformações naturais e antrópicas no decorrer do tempo, contribui para identificar os arranjos sociais atuais e em que medida os modelos de ocupação do território foram provocando alterações no ambiente natural.

De acordo com Rocha (1995), são inúmeras as perspectivas que se abrem para o emprego de metodologias na análise da paisagem, sendo que para cada situação devem ser observados os padrões nos quais se apresentam os componentes da paisagem e identificados os diferentes arranjos que se formam pela interação dinâmica dos diversos elementos naturais e diferentes processos de antropização.

Uma parcela do território que reflete de forma homogênea características naturais e/ou antrópicas pode ser chamada de unidade de paisagem ou zona homogênea. No processo de definição de padrões de paisagens que se diferenciam em uma escala regional, a geologia, a geomorfologia, os diferentes tipos de vegetação e as características hidrológicas são componentes que se destacam, aliados aos diferentes modelos de ocupação humana.

Identificação de unidades de paisagem no Rio Grande do Sul

A identificação e delimitação de diferentes unidades de paisagem têm sido foco de vários estudos no Rio Grande do Sul. Os critérios utilizados, a escala de análise e o método aplicado variam conforme os objetivos a serem alcançados e as respostas esperadas pela segmentação do território em unidades espaciais. No planejamento ambiental, algumas metodologias foram aplicadas para delimitar as diferentes unidades de paisagem, de modo a estabelecer novos enfoques de gestão, tradicionalmente voltados aos recursos hídricos e tendo como unidade de planejamento a bacia hidrográfica. Estas metodologias buscam integrar, em menor ou maior grau, as variáveis dos meios natural e antrópico, de forma a facilitar a compreensão humana da natureza e consequentemente contribuir para a gestão ambiental com sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida da população.

Entre os trabalhos de macrozoneamentos já realizados no Estado, onde os elementos da paisagem são integrados ao processo de planejamento e gestão ambiental, destacamos o Zoneamento da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica

(Marcuzzo, 1998), onde foram estabelecidas três zonas com diferentes níveis de proteção aos ecossistemas integrantes do bioma Mata Atlântica: zona núcleo, de amortecimento e de transição.

No zoneamento ambiental do litoral norte do RS, denominado Diretrizes Ambientais para o Desenvolvimento dos Municípios do Litoral Norte (FEPAM, 2000), foram desenvolvidos dois instrumentos de gestão: o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) e o Enquadramento dos Recursos Hídricos, que tiveram como objetivo fornecer uma base sólida para acordos sociais que garantam a efetiva implementação de políticas e ações para a melhoria da qualidade ambiental e a proteção da paisagem, dos valiosos recursos naturais e ecossistemas da região. Do ponto de vista metodológico foram elaboradas cartas temáticas e zoneamentos intermediários, com ênfase na vegetação e fauna, variáveis que melhor representaram os aspectos mais vulneráveis na ocupação do território. O mapa final do ZEE apresentou 14 zonas com padrões de paisagem semelhantes, contendo informações sobre a fragilidade e condicionantes ambientais de cada zona. No enquadramento dos recursos hídricos foram considerados os usos da água, a ocupação do solo e a qualidade atual das lagoas, estuários e rios, definindo as classes de uso atual e futuro dos recursos hídricos da região. A integração destes dois instrumentos de gestão resultou em uma visão sistêmica dos recursos ambientais e consequente qualificação do processo de planejamento regional.

Outra referência de zoneamento de abrangência estadual foi a elaboração do mapa do Macrozoneamento Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, pela Secretaria de Coordenação e Planejamento e Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Rio Grande do Sul, 2002), cujo objetivo principal foi expressar os diferentes padrões de uso e ocupação do solo, de cobertura vegetal e de relevo do Estado. Na elaboração do mapa de macrozoneamento foram utilizados como base de informações o mosaico de imagens do Satélite NOAA (Nasa, 2000); o mapa geomorfológico do Projeto RADAMBRASIL e o mapa altimétrico do Estado, resultando na definição de cinco macrozonas, que por sua vez foram subdivididas em zonas menores, perfazendo dezesseis zonas, com características paisagísticas diferenciadas, que podem auxiliar no planejamento de ações voltadas à conservação ambiental.

Mais recente, o Zoneamento Ambiental da Silvicultura (Fepam e FZB, 2006), elaborado com o objetivo de avaliar de forma integrada a fragilidade dos diversos ambientes do Estado frente à implementação da atividade de silvicultura, estabeleceu como unidade de planejamento as unidades de paisagem natural (UPNs), delimitadas com base em variáveis do meio físico

e biótico. Esta unidade de planejamento do território foi estabelecida a partir do entendimento de que planejar o uso e a ocupação do território relacionado com uma atividade econômica deveria considerar a diversidade do ambiente natural e a resposta desse ambiente frente a esta atividade, compreendendo sua dinâmica, capacidade de resiliência e os impactos (positivos e negativos) sobre esses ambientes ao longo do tempo. O mapeamento de unidades de planejamento territorial, gerado a partir do cruzamento de critérios físicos e biológicos, possibilitou identificar as características ambientais das diversas paisagens naturais do Estado e avaliar o seu grau de conservação ou degradação, resultante da pressão de atividades antrópicas desenvolvidas em cada unidade, fornecendo subsídios para o estabelecimento de diretrizes e a projeção da silvicultura nesses ambientes.

Unidades de paisagem natural (UPNs) referenciadas na fisionomia original do Rio Grande do Sul

A definição das unidades espaciais constituiu a primeira etapa do processo de elaboração do Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no Estado do Rio Grande do Sul, tendo-se optado pela setorização do território estadual em regiões naturais homogêneas, definidas através de critérios que refletem as características fisionômicas e paisagísticas originais. A opção pelo uso de unidades espaciais que se diferenciam quanto as suas características originais, e cuja delimitação não inclui as transformações introduzidas pelo uso antrópico, possibilitou avaliar a vulnerabilidade das diversas paisagens à atividade de silvicultura. Entre as vantagens que esta compartimentação apresenta para o planejamento e a gestão ambiental, destacam-se:

- considera as peculiaridades ambientais regionais, ao permitir que cada região com características próprias seja avaliada individualmente, de acordo com suas potencialidades e vulnerabilidades em relação à atividade antrópica;
- a delimitação das unidades é particularmente adequada para fins de gestão ambiental, pois segue limites físicos naturais e não políticos;
- permite o planejamento da conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, através do dimensionamento dos impactos ambientais em uma escala regional, evitando que regiões com características únicas sejam sub-representadas no sistema de áreas protegidas ou saturadas pela atividade;

- reduz o risco de se desconsiderarem fatores de restrição importantes ou de tratá-los de modo inconsistente;
- otimiza a espacialização de dados pontuais (por exemplo, ocorrências de fauna e flora), pois conjuntos característicos de organismos podem ser encontrados em áreas que apresentem características físicas semelhantes;
- estabelece áreas com potencial para o desenvolvimento de usos futuros diversos;
- contribui para o estabelecimento de sistemas de monitoramento mais simplificados e de maior aplicabilidade.

Delimitação das unidades de paisagem natural

No zoneamento da silvicultura, as unidades de paisagem natural foram delimitadas através do cruzamento das bases digitais de geomorfologia, vegetação potencial original, solo e altimetria, previamente simplificadas e na escala 1:250.000 (FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2003), tendo como ferramenta auxiliar o mosaico de imagens de satélite LANDSAT 7 (Nasa, 2000) do Estado do Rio Grande do Sul. O cruzamento dos dados de geomorfologia e vegetação, gerando uma classificação fitogeomorfológica do Estado, representou o ponto de partida. Os polígonos gerados por este cruzamento inicial foram agrupados, divididos ou redefinidos conforme a avaliação de sua articulação com os demais temas analisados, resultando em unidades de planejamento com características próprias. Nesta metodologia, as unidades de paisagem natural são resultantes dos critérios naturais da paisagem, sendo posteriormente agregadas informações referentes ao uso e a ocupação do território. Desta forma, a partir do conhecimento das parcelas homogêneas são sobrepostos dados referentes às atividades humanas para a gestão de temas específicos, contribuindo para a definição das restrições ambientais e a projeção de usos futuros da atividade de silvicultura.

O mapa preliminar produzido através destes cruzamentos foi submetido a pesquisadores em uma oficina especialmente organizada para discutir a delimitação das unidades de paisagem natural do Rio Grande do Sul. Consultas complementares a especialistas com conhecimento sobre áreas específicas do Estado permitiram decidir sobre a situação de algumas UPNs cuja delimitação não foi possível a partir das contribuições obtidas na oficina. O mapeamento final (Mapa Figura 1) resultou em um mosaico de 45 unidades de paisagem natural para o Rio Grande do Sul, com a área variando entre 20.318,44 e 2.786.977,65 ha.

A incorporação das particularidades advindas da ocupação do território, englobando as diferentes formas de relações produtivas com a natureza, na etapa de caracterização de cada unidade de paisagem natural, possibilitou qualificar suas potencialidades e vulnerabilidades ambientais frente à atividade de silvicultura, através da integração dos elementos naturais e antrópicos na leitura da paisagem de cada UPN.

Caracterização das unidades de paisagem natural e o planejamento ambiental

No zoneamento da silvicultura a projeção de uso de uma ou mais atividades produtivas nas diversas paisagens do Estado e o estabelecimento de diretrizes para orientar o processo de licenciamento ambiental, resultou da análise integrada dos temas levantados para delimitar e caracterizar ambiental

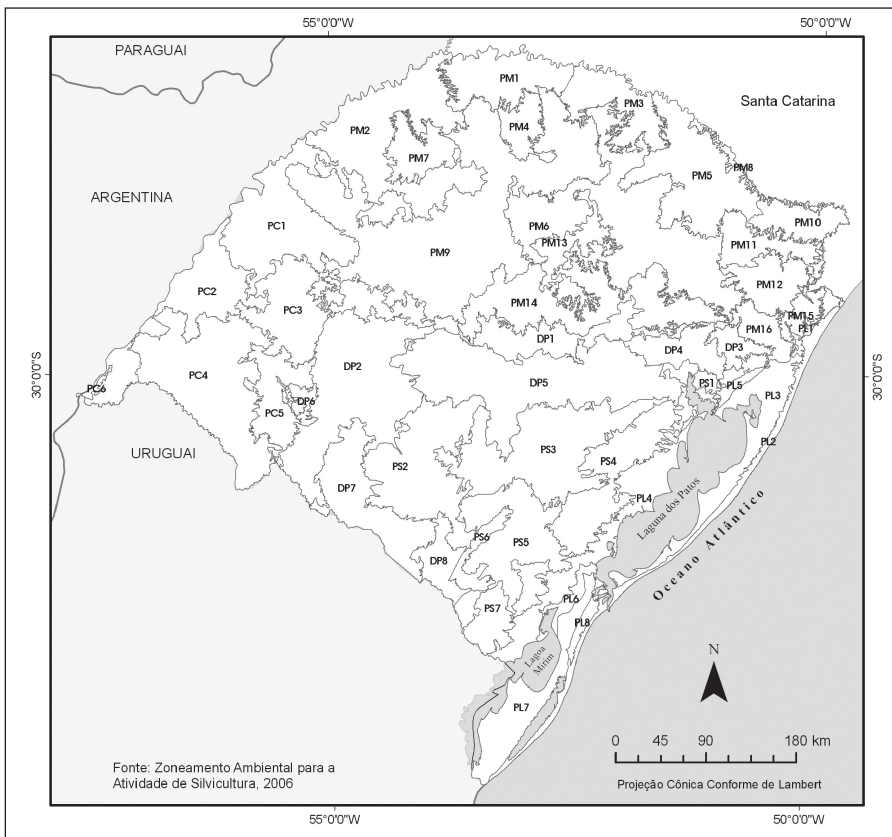


Figura 1. Mapa das unidades de paisagem natural do RS.

e socioeconomicamente cada uma das unidades de paisagem natural (UPNs). Foram considerados os atributos da paisagem relevantes para a análise das potencialidades e vulnerabilidades do ambiente, frente às características dos empreendimentos considerados. Por potencialidade foram consideradas as atividades possíveis de serem incentivadas, consistindo em um forte indicador para as ações a serem desenvolvidas nos planos de gestão ambiental. Por vulnerabilidade foram consideradas as limitações dos recursos naturais com relação aos usos antrópicos, resultando na vulnerabilidade de cada paisagem representada pelas UPNs.

A partir do conhecimento do padrão espacial de cada unidade e dos processos que promovem as mudanças deste padrão, foram elaboradas as diretrizes de uso e ocupação, seguindo-se as seguintes etapas:

- **Caracterização dos principais elementos da paisagem natural:** os elementos da paisagem natural considerados foram os fatores abióticos e a vegetação original potencial. Neste item, cada Unidade de Paisagem foi descrita pelas suas características físico-naturais, ou seja, os principais componentes do ambiente regional que tornam aquele espaço uma parcela homogênea.
- **Caracterização dos aspectos atuais relevantes:** os aspectos atuais da paisagem refletem os temas ambientais e socioeconômicos inseridos para caracterizarem a transformação do território ao longo do tempo. Paisagens condicionadas por características físicas e biológicas semelhantes tornam-se mais heterogêneas devido à ação humana, formando mosaicos cujo objetivo principal é a obtenção de bens e serviços específicos. A caracterização dos aspectos atuais buscou identificar os usos e as alterações destes usos sobre a paisagem natural original de cada UPN.
- **Definição dos objetivos de conservação:** a análise integrada das duas etapas anteriores permitiu definir os objetivos de conservação de cada UPN. O conhecimento das características originais descritas nos principais elementos da paisagem natural confrontado com os aspectos atuais relevantes permitiu identificar as transformações e as pressões antrópicas que o ambiente vem sofrendo. Este foco é importante à medida que detalha, em cada unidade, uma ampla variedade de situações, configurando as áreas mais suscetíveis e as com potencial para o desenvolvimento das atividades consideradas. O resultado desta análise é o estabelecimento dos objetivos que irão nortear o planejamento e a gestão ambiental, bem como a conservação da biodiversidade e dos recursos naturais.

- **Definição de regras de uso para uma ou mais atividades:** com a definição dos objetivos de conservação, são elaboradas as diretrizes de uso, considerando as potencialidades e vulnerabilidades ambientais. A construção do modelo de ocupação objetiva valorizar as vocações regionais e respeitar a diversidade do ambiente, possibilitando compatibilizar o desenvolvimento de atividades produtivas com a conservação dos recursos naturais. O produto final do trabalho é projetar os usos para cada unidade de paisagem, o qual deverá orientar as ações normatizadoras e legislativas do poder público, de forma a adequar o desenvolvimento econômico com a manutenção da qualidade ambiental.

A compartimentação do território em unidades territoriais homogêneas possibilita o planejamento e a gestão ambiental e o desenvolvimento de políticas públicas adequadas às características ambientais e socioeconômicas específicas de cada região do Estado, representadas pelas UPNs.

As diretrizes resultantes do zoneamento qualificam o processo de licenciamento ambiental, contribuindo para a proposição de alternativas de ocupação dos espaços urbanos e rurais, conforme a vulnerabilidade e o potencial ambiental de cada UPN.

O zoneamento também auxilia a seleção de indicadores e a implementação de programas de monitoramento mais específicos, permitindo diagnosticar a eficácia dos instrumentos de gestão e o grau de alteração dos recursos naturais decorrentes da inserção de novos empreendimentos por UPN, adequando e/ou redefinindo as diretrizes e as medidas adotadas, de forma a assegurar o desenvolvimento regional em consonância com a conservação ambiental.

Pelos resultados alcançados no Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura do Rio Grande do Sul, sugere-se que as UPNs sejam adotadas como unidades de planejamento e gestão em zoneamentos de outras atividades, assim como no planejamento da conservação da biodiversidade e dos recursos naturais do Estado.

A gestão ambiental como meio de administrar os bens naturais em sintonia com a sociedade

O tema meio ambiente vem adquirindo forma nas últimas décadas, desde que se tomou conhecimento da importância da manutenção dos recursos naturais para garantir a qualidade de vida e a nossa sobrevivência e das demais formas de vida. Infelizmente esta consciência ocorreu quando os efeitos do mau

uso do ambiente natural já mostravam seus efeitos diretos sobre a diminuição de bens naturais essenciais através da contaminação por emissões, perda da biodiversidade, impactos sobre a saúde humana, entre outras.

Movimentos sociais encabeçados por cientistas e pela própria sociedade organizada fizeram com que os alertas sobre práticas inadequadas gerassem estruturas de controle amparadas por legislação ambiental. Estabeleceu-se um conflito de interesses, especialmente nos países em desenvolvimento, onde de um lado grupos defendiam o aumento de parques industriais alegando que a “maior poluição é a pobreza” e que os cuidados ambientais requerem grandes investimentos, sendo prioritária a geração de empregos; e de outro a “consciência ecológica”, onde se buscava garantir a proteção dos recursos naturais.

A discussão destes contrapontos levou à busca da sustentabilidade ambiental, cujo conceito incorpora o desenvolvimento sustentável ao crescimento econômico, que objetiva que o atual uso dos recursos naturais não comprometa as necessidades desses recursos pelas gerações futuras. Mais recentemente, o processo de mudança de paradigma de desenvolvimento é conduzido pela adoção de políticas públicas decorrentes das diretrizes da Agenda 21 – no Brasil, mais especificamente da Agenda 21 Brasileira.

Diversos conceitos foram formulados para definir o desenvolvimento sustentável. Um deles coloca como fundamento social a necessidade de que os processos produtivos sejam encadeados com os processos ambientais. Neste contexto foram criadas as políticas e legislação ambiental e os órgãos ambientais para o planejamento, a gestão e a fiscalização ambiental.

Quanto à gestão ambiental, vários conceitos foram desenvolvidos, assim como formulados métodos para a execução de políticas de gestão ambiental. Pode-se trabalhar a gestão com vistas ao estabelecimento de políticas públicas, e aí estaremos tratando de grandes metas ou objetivos de caráter regional, atingindo neste caso todo o Estado, ou podemos estabelecer setores, regiões ou até um empreendimento pontual para ser objeto de ações de gestão ambiental.

Neste contexto, cabe salientar a importância dos instrumentos disponíveis para o exercício da gestão ambiental que inevitavelmente vão se diferenciar dependendo do objeto a ser focado. Outro aspecto importante é o caráter multidisciplinar desta gestão, requerendo a contribuição de profissionais dos mais diversos campos.

Para compreender melhor a utilização dos instrumentos de gestão ambiental voltada para políticas públicas, pode-se redefini-la como sendo um processo de mediação de interesses e conflitos entre atores sociais que agem sobre os meios físicos, bióticos e antrópicos. Como qualquer estratégia de ação dirigida para uma área de interesse, deve-se ter os objetivos e a área de

abrangência claramente definida para que se possa planejar adequadamente os planos de gestão.

Na fase de planejamento existem métodos disponíveis para a formação desses planos, onde se recomenda a participação da comunidade, ou pelo menos dos agentes, direta ou indiretamente atingidos. Várias experiências promovidas por programas vinculados aos órgãos públicos foram realizadas e obtiveram bons resultados, pois o envolvimento destes agentes compromete efetivamente a realização das ações previstas e priorizadas pelo grupo. Na fase de definição das ações, cabe à equipe ter claro os instrumentos de gestão disponíveis e manejar estas ferramentas da melhor forma possível, visando atingir os objetivos estabelecidos.

Salienta-se, entre outros, como instrumentos de gestão, o zoneamento, o sistema de unidades de conservação, o licenciamento, o monitoramento, a fiscalização e o enquadramento dos recursos hídricos. Estes instrumentos são basicamente de responsabilidade pública, nas três esferas de governo (municipal, estadual e federal) e, embora suas competências estejam claramente definidas em lei, atualmente enfrentam uma grave crise no que se refere às estruturas administrativas para sua aplicação.

Observa-se que atualmente o órgão responsável pela gestão ambiental tem suas políticas voltadas prioritariamente para ações imediatistas e pontuais, com o foco no licenciamento e relevando para segundo plano as ações de planejamento que teriam um caráter de projetar o futuro ambiente desejável.

Espera-se que a sociedade articulada mantenha-se atenta às decisões tomadas, seja na esfera pública ou no setor privado, a respeito de questões ambientais, fazendo valer nestas o interesse não somente econômico, mas também o socioambiental, possibilitando assim a sustentabilidade do desenvolvimento.

Referências

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIZ ROESSLER. *Diretrizes Ambientais para o Desenvolvimento dos Municípios do Litoral Norte*. Porto Alegre: Fepam/Programa de Gerenciamento Costeiro, 2000. (Cadernos de Planejamento e Gestão Ambiental, v. 1).

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL HENRIQUE LUIZ ROESSLER; FUNDAÇÃO ZOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL. *Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura*. Porto Alegre: Fepam, 2006.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Levantamento de recursos naturais*. Mapeamentos temáticos. Escala original 1:250.000. V. 33. Rio de Janeiro: IBGE, 1986. Ed. rev. digital 2003.

MACHADO, L. M. C. P. *A serra do mar paulista: um estudo de paisagem valorizada*. Tese (Doutorado). Curso de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Rio Claro, 1988.

MARCUZZO, S.; PAGEL, S. M.; CHIAPPETTI, M. I. S. *A reserva da biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul: situação atual, ações e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, 1998. (Série Cadernos da Reserva da Biosfera, n. 11).

NASA. *Mosaico de imagens*. ETM+LANDSAT 7 do Rio Grande do Sul. 2000. Disponível em: <<https://zulu.ssc.nasa.gov/mrsid>>. Acesso em: 17 agosto de 2006.

RIO GRANDE DO SUL. SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO. *Atlas Socioeconômico: Estado do Rio Grande do Sul*. Secretaria de Coordenação e Planejamento. 2.ed. rev. ampl. Porto Alegre: SCP, 2002.

ROCHA, C. H. *Ecologia da paisagem e manejo sustentável em bacias hidrográficas: estudo do Rio São Jorge nos Campos Gerais do Paraná*. Dissertação (mestrado). Setor de Ciências Agrárias, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.

Caracterização e diagnóstico ambiental por unidades de paisagem da Reserva Biológica da Serra Geral e do entorno – Maquiné/RS

Roberto Verdum

Lucimar de Fátima dos Santos Vieira

Bruno Fleck Pinto

Camila Thomaz da Silveira

Introdução

A proposta de caracterizar a Reserva Biológica da Serra Geral, Maquiné/RS e de seu entorno, a partir da categoria de análise espacial – paisagem – pressupõe a concepção de poder caracterizar esta unidade de conservação (UC) pela utilização de um referencial que possa auxiliar na compreensão das diferentes unidades de paisagem (UPs) que a compõem, assim como uma possibilidade de instrumentar o gestor, quando da elaboração do zoneamento ambiental dessa UC. Neste sentido as bases teórico-metodológicas de Bertrand (1978), Deffontaines (1995), Roger (1995) e Vilàs (Vilàs e outros, 1992) são fundamentais para poder definir as diferenciações entre as UPs, nos limites da Reserva e de seu entorno. Estas diferenciações baseiam-se, essencialmente, em quadro critérios: a *forma*, a *função*, a *estrutura* e a *dinâmica*.

A *forma* é o aspecto visível de uma determinada paisagem, que no caso desse diagnóstico, é referenciado por aspectos da paisagem que podem ser facilmente reconhecidos em campo e pelo uso dos produtos do sensoriamento remoto (fotos aéreas e imagens de satélite): o morfológico, a presença d'água, a cobertura vegetal e a ocupação das terras. Cada forma possui diferenças, tanto do ponto de vista de suas dinâmicas como, também, da possibilidade de apropriação e uso social, isto é, a sua *função*.

Sendo assim, a *função* pode ser compreendida pelas atividades que, de certa maneira, foram ou estão sendo desenvolvidas e que estão materializadas nas formas criadas socialmente (espaço construído, atividades agrícolas, atividades minerado-

ras...) e que, também, são reconhecidas em campo e pelos produtos do sensoriamento remoto, pelas diferenciações que apresentam em relação aos aspectos das unidades da paisagem, onde não ocorrem as diversas formas criadas socialmente.

A *estrutura* é outro critério que não pode ser dissociado da forma e da função, sendo esta reconhecida como a que revela os valores e as funções dos diversos objetos que foram concebidos em determinado momento histórico. Sendo assim, a estrutura revela a natureza social e econômica dos espaços construídos e que, de certa maneira, interfere nas dinâmicas da paisagem anteriores a essas intervenções sociais.

A *dinâmica* é a ação contínua que se desenvolve gerando diferenças entre as UPs, no que se refere aos resultados dessas dinâmicas, no tempo, na sua continuidade e na sua mudança. O tempo (geológico e histórico) revela o movimento do passado ao presente e este em direção ao futuro dessa UC. Neste caso, as dinâmicas de cada UPs revelam para a sociedade significados que podem ser reconhecidos pelas formas e podem ser pensados em termos de intervenções que já foram realizadas na Reserva e em seu entorno, assim como aquelas que serão propostas: o zoneamento, a efetivação e os usos para a Reserva. Neste sentido, é fundamental o reconhecimento das diversas dinâmicas em cada uma das UPs, assim como de que estas estão diretamente conectadas.

Sendo estabelecidos esses critérios para diferenciar as UPs da Reserva Biológica da Serra Geral, cabe destacar que é fundamental reconhecer que para a efetivação desta, deve-se levar em conta que o próprio paradigma conservacionista/preservacionista gera e gerará uma *marca* que altera as relações que se estabelecem na ocupação das terras no seu entorno, fato este já verificado nos trabalhos de campo. Sendo assim, há a necessidade de que esta Reserva seja reconhecida socialmente pelas suas *formas, funções, estruturas e dinâmicas*, atribuindo-a um valor que leve em consideração a dimensão histórica e cultural da área de entorno e do município de Maquiné/RS.

Unidades de Paisagem da Reserva Biológica da Serra Geral

Para a definição das Unidades de Paisagem (UPs) da Reserva Biológica da Serra Geral, utilizam-se os critérios (*formas, funções, estruturas e dinâmicas*) anteriormente estabelecidos, como também um conjunto de técnicas e bases de informações, tais como: os estudos realizados sobre determinados elementos que caracterizam as UPs (vegetação, solos, litologia e ocupação/uso da terra), o produto do sensoriamento remoto (imagem Spot-5, de 2/8/2002 e Ikonos, de 15/7/2002), as observações e os registros de campo e os questionários aplicados junto à população, situada na área de entorno da Reserva.

A partir dessa sistemática, foram estabelecidas as UPs, sendo que para a denominação de cada UP é definido que:

– o *primeiro nível hierárquico* de diferenciação das UPs leva em consideração as características que lhe são atribuídas como sendo de interesse para a sua conservação, sendo que essas são apresentadas em função da altimetria, isto é, das mais elevadas (o platô do relevo planáltico, onde se situa a área da UC Reserva Biológica da Serra Geral), as menos elevadas (as planícies aluviais dos tributários dos rios Maquiné e Três Forquilhas);

– o *segundo nível hierárquico* de diferenciação das UPs leva em consideração as diferentes estruturas e funções que caracterizam as intervenções produzidas socialmente.

1. Platô

1.1 cobertura vegetal: mata, campo e banhado

1.2 atividades extrativistas e agrícolas

2. Escarpas

2.1 cobertura vegetal: mata, campo e banhado

2.2 atividades extrativistas e agrícolas

3. Depósitos de colúvio

3.1 cobertura vegetal: mata, capoeira, campo e banhado

3.2 atividades agrícolas

4. Planícies aluviais

4.1 cobertura vegetal: mata e campo

4.2 atividades agrícolas

4.3 espaços construídos

A seguir, apresentam-se as diferentes características das UPs, sendo que os critérios de diferenciação serão apresentados considerando, inicialmente, a *forma* e a *dinâmica* dos diferentes elementos que a compõem e, posteriormente, a *função* e a *estrutura* que se associam na sua essência, com as marcas criadas socialmente e hoje reconhecidas nas diversas UPs da reserva.

1. Platô

A presença predominante de Floresta Ombrófila Mista (Gerhardt, 2002) caracteriza a transição entre a escarpa do Planalto e o Platô que se encontra em altitudes superiores à 900m, onde as litologias da formação Serra Geral estruturam o relevo suavemente plano, com elevações na forma de colinas e depressões. Os solos nesta unidade são rasos e pedregosos, originados do processo de intemperismo das rochas básicas e ácidas da formação Serra Geral.

No Platô a vegetação apresenta diferentes estratos: arbóreo, arbustivo e herbáceo, onde predomina a vegetação rasteira (sobretudo gramíneas), além da mata de araucária. Nas depressões, pelo acúmulo de umidade, os ambientes de banhados são favorecidos. É neste contexto de diversidade das formas de relevo, conjugado com a da vegetação nos seus diferentes estratos, que se situa a Reserva Biológica da Serra Geral.

Em termos de atividades historicamente desenvolvidas nesta unidade de paisagem pode-se destacar as extrativistas, que estão relacionadas à coleta de produtos florestais, como a erva-mate e o pinhão. Como atividades agrícolas desenvolvidas em espaço coletivo de exploração, os *faxinais*, são identificados à criação de suínos e bovinos.

2. Escarpas

Esta UP se localiza em cotas altimétricas entre 400 e 900m, sendo caracterizada pela cobertura florestal dominada pela vegetação Ombrófila Densa e secundária (Gerhardt, 2002), que cobre os solos rasos que se assentam sobre o relevo escarpado e cuja origem associa-se ao intemperismo das lavas básicas e ácidas da formação Serra Geral, assim como dos arenitos da formação Botucatu. Condicionada a esta estrutura lito-morfológica destaca-se que é nessa unidade de paisagem que se encontram as principais rupturas do relevo na forma de patamares. Estes são associados à rede de falhas e diaclases na rocha, que condicionam os principais pontos de origem d'água (nascentes) da imensa rede de drenagem que alimenta os vales do entorno da Reserva situada no Platô.

Esta cobertura florestal com porte arbóreo entre 25 e 30m, possui uma composição diversificada, com alto grau de epifitismo e parasitismo. Apesar de ter sido explorada no passado por produtores rurais, essa se encontra em estágio avançado de regeneração, e que muitas vezes se confundem com os remanescentes florestais intactos, que se situam em setores de difícil acesso. Esta regeneração deve-se ao abandono de parcelas agrícolas voltadas à subsistência de produtores no passado, associada à dificuldade de acesso em função da topografia acidentada das escarpas, que possuem, em alguns casos, declividades superiores a 45°.

Nessa UP identificam-se, também, processos e características que dificultam o desenvolvimento de atividades agrícolas, tais como dinâmicas de encosta (movimentos de massa) que originam escorregamentos capazes de colocarem em risco aqueles produtores que ali desenvolvem suas atividades. Além disso, destaca-se a perda de fertilidade de parcelas já utilizadas no passado, associadas às dificuldades econômicas enfrentadas pelos produtores e as restrições legais relacionadas à proteção da cobertura vegetal.

Destaca-se nesta UP uma atividade que se insere como possibilidade socioeconômica de subsistência – o desenvolvimento da extração da samambaia preta (*Rumhora adiantiformis*), que ocorre com mais densidade nas margens da floresta ou entre a vegetação secundária da capoeira em processo de recuperação. Além desta espécie, também se identifica a extração do palmito e de epífitas.

3. Depósitos de colúvio

Nesta UP encontra-se como suporte estrutural o arenito da formação Botucatu na base, intercalado ou não com as vulcânicas da formação Serra Geral em cotas altimétricas superiores. Sobre estas litologias assentam-se depósitos de colúvio, consistindo de tálus (Martins *et al.*, 2000), sendo que estes têm altitudes que variam das porções mais baixas, em torno de 20m, na intersecção com os vales aluviais, até as cotas mais elevadas no contato com a escarpa, em torno de 500m.

Os solos oriundos destes depósitos de encosta (colúvio), profundos e de textura francamente argilosa, são capazes de suportar remanescentes florestais com árvores que atingem entre 25 e 30m, também com elevado grau de epifitismo e parasitismo, tendo a existência de uma variedade de bromeliáceas, cipós e outros tipos de plantas trepadeiras. Devido a estas características, este estrato arbóreo é denominado Floresta Submontana (Gerhardt, 2002), com a ocorrência de vegetação secundária: pioneira, capoeira e capoeirão.

Em relação às atividades agrícolas historicamente desenvolvidas nesta UP, considera-se ela como tendo sido comprometida no passado, o que ocasionou setores degradados dessa floresta, que podem ser, atualmente, identificados em campo ou por meio digital. Destaca-se também a presença de escorregamentos modernos e antigos nesses depósitos de colúvio, como sendo o resultado das dinâmicas de encosta, que podem ou não estar associados a esses setores de florestas degradadas para o uso agrícola. Salienta-se ainda que, mesmo com a continuidade das atividades agrícolas nos dias de hoje, verifica-se nas áreas abandonadas, como já mencionado, a recomposição vegetal secundária em vários estágios de sucessão.

4. Planícies aluviais

Visualmente, pela observação do produto do sensoriamento remoto e nos trabalhos de campo, esta unidade de paisagem (UP) é identificada facilmente, tanto pela sua topografia plana como pela presença de um expressivo

parcelamento agrícola que se diferencia das demais unidades da paisagem. Esta topografia plana, a existência de solos com textura argilosa (aluvião) e o potencial hídrico para a irrigação dos cultivos nesta UP favorecem o desenvolvimento histórico das atividades agrícolas.

Para caracterizar a cobertura vegetal remanescente, Gerhardt (Gerhardt *et al.*, 2000 e Gerhardt, 2002) salienta a existência da mata ciliar nas margens da rede de drenagem e que se encontra em grande parte devastada. Em função do processo de colonização, as propriedades agrícolas são, até hoje, distribuídas perpendicularmente à rede de drenagem, se estendendo desde a margem dos cursos d'água até a escarpa do planalto (em torno de 800m). Esta característica espacial diferencia o tamanho das propriedades, segundo a amplitude dos vales fluviais, que podem ter maior ou menor disponibilidade de áreas produtivas, no que se refere ao potencial produtivo dos diversos agricultores. Assim, as atividades agrícolas que historicamente se desenvolveram nessa UP e que hoje se caracteriza como sendo a de maior uso intensivo da terra na área do entorno da Reserva, podem ser as associadas à olericultura. Entre essas atividades destacam-se os cultivos anuais como: milho, fumo, feijão e abacaxi. As atividades associadas a esses cultivos têm sido aquelas consideradas como as que tem ampliado a exploração intensiva da mata ripária, sendo destaque na problemática ambiental nessa UP.

Destaca-se, também nesta UP, a presença de espaços construídos (urbanos) que, preferencialmente, foram ali instalados e historicamente ampliados, tais como: as malhas urbanas de Barra do Ouro e Maquiné. Estes são espaços estratégicos que representam a conexão entre os produtores dos diferentes vales como, também, suas referências de comércio e serviços.

Unidades de Paisagem pelo olhar dos moradores dos vales

A pesquisa, através de questionários aplicados aos moradores dos vales que cortam estas unidades de paisagem (Encantado, Forqueta, Ligeiro, Pedra de Amolar, Ressaco, Solidão e Três Pinheiros), mostra que os entrevistados reconhecem de certa forma essas unidades, principalmente na área do entorno da Reserva, isto é das Escarpas até as Planícies aluviais.

A diferenciação entre as unidades se dá pelo tamanho, pela forma, pelas diferentes espécies e tonalidades da vegetação, assim como pelas diversas atividades agrícolas. Especificamente, a unidade de paisagem Depósitos de Colúvio é reconhecida como sendo uma das unidades mais intensamente degradada no passado e no presente pelas atividades agrícolas (cultivos de trigo, fumo,

feijão e milho), mas que em parte se encontra em recolonização por uma vegetação secundária, o que reforça a hipótese de uma maior atividade agrícola e degradação no passado. Agregando-se a isto, mesmo sendo desenvolvida no passado, a prática da queimada é vista como uma prática menos impactante no desenvolvimento da lavoura, considerando-se a aplicação indiscriminada de agrotóxicos na atualidade que é apontada como fonte de poluição das águas. Além desta fonte de poluição, também são apontados os esgotos cloacais, principalmente pela precariedade dos sistemas de esgotamentos, inclusive identificada pelo estudo de qualidade das águas quando da realização do diagnóstico da Reserva. Como demais impactos generalizados nas unidades de paisagem são identificados o desmatamento, o extrativismo e a plantação de árvores exóticas.

Conclusões

Destaca-se que as unidades de paisagem no entorno da área de interesse da Reserva Biológica da Serra Geral pode ser compartimentada em quatro grandes unidades de paisagem: Platô, Escarpas, Depósitos de Colúvio e Planícies Aluviais, considerando seus aspectos: geológico, geomorfológico, hidrológico, pedológico e botânico. Além dessas variáveis relacionadas diretamente a *forma* e a *estrutura* da paisagem, também as unidades podem ser identificadas, por seus aspectos *funcionais*, que se referem à apropriação e ao uso da sucessão de culturas que ali se instalaram e se sustentaram historicamente pela extração, pelos cultivos e pelas criações de animais.

A pesquisa realizada com os moradores dos diversos vales situados no entorno da Reserva mostra que os entrevistados reconhecem, de certa maneira, essas unidades pelo seu tamanho, pela forma, pelas diferentes espécies e tonalidades da vegetação, assim como pelas diversas atividades agrícolas ao longo do tempo, o que revela a dinâmica da função em cada unidade de paisagem.

Especificamente, a unidade de paisagem Depósitos de Colúvio é reconhecida como sendo uma das unidades mais intensamente degradada no passado e no presente pelas atividades agrícolas, mas que em parte se encontra em recolonização por uma vegetação secundária em diferentes estágios (pioneira, capoeira e capoeirão). A prática da queimada é considerada pelos produtores como sendo menos impactante no desenvolvimento da lavoura, em relação à atual aplicação intensiva de agrotóxicos. Esta aplicação de agrotóxicos e o esgoto cloacal são identificados como sendo as principais fontes de poluição das águas, sendo esta considerada preocupante por se tratar de poluição próxima

às nascentes dos cursos d'água. Outras degradações nessa UP são o desmatamento, o extrativismo e a plantação de árvores exóticas.

As Planícies Aluviais, pela sua estrutura e forma, também são reconhecidas como favoráveis ao desenvolvimento histórico das atividades agrícolas. Dentre as características dessa unidade da paisagem destacam-se a topografia plana, a existência de solos com textura argilosa (aluvião) e o potencial hídrico para a irrigação dos cultivos. Estas características potencializaram as atividades agrícolas que historicamente se desenvolveram, sendo hoje a UP de maior uso intensivo da terra no entorno da Reserva, associado à olericultura. Como destaque em relação à problemática ambiental são identificados o uso intensivo de agrotóxicos e a exploração da mata ripária. Também é nesta UP que se encontram os espaços construídos (urbanos), ali historicamente instalados e ampliados: as malhas urbanas de Barra do Ouro e Maquiné, que funcionam como espaços de conexão entre os vales do entorno da Reserva.

Referências

BERTRAND, George. Le paysage entre la nature et la société. *Revue géographique des Pyrénées et du SO*, Toulouse, 49 (2), p. 239-58, 1978.

BOLÓS, Maria de (Org.). *Manual de Ciencia del paisaje – teorías, métodos y aplicaciones*. Barcelona: Ed. Masson S. A., 1992. (Colección de Geografía).

DEFFONTAINES, Jean-Pierre. *Les sentiers d'un Géographe*. Paris: Éditions Arguments, 1998.

GERHARDT, Cleyton H. et al. *Diagnóstico socioeconômico e ambiental do município de Maquiné/RS: perspectivas para um desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre, 2000. Documento não publicado (mimeo).

GERHARDT, Cleyton H. *Agricultores familiares, mediadores sociais e meio ambiente: a construção da "problemática ambiental" em agro-eco-sistemas*. Dissertação de Mestrado. PPG em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre, 2002.

MARTINS, Débora; VERDUM, Roberto; POTTER, Paul E. *Drainage pattern of Três Forquilhas Valley – an introduction to the origin of Brazil's great coastal escarpement*. Acta do VIII Congresso Geológico da América Latina. Montevideú. 2000.

ROGER, Allain (Org.). *La théorie du paysage en France (1974-1994)*. Seyssel: Éditions Champ Vallon, 1995.

Subsídios para o plano de manejo de uma unidade de conservação

Lucimar de Fátima dos Santos Vieira

Introdução

Este capítulo é parte integrante de uma dissertação de mestrado¹ que tinha como objetivo geral fornecer subsídios ao plano de manejo da Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa (Rebio Mata Paludosa) utilizando como referencial teórico e metodológico a categoria de análise geográfica: Paisagem. Os objetivos específicos foram caracterizar a paisagem da Reserva e da sua área de entorno; identificar áreas de importância ecológica e o patrimônio sociocultural, como elos possíveis entre a unidade de conservação (UC) e o seu entorno; e identificar quais são as perspectivas e as percepções da comunidade quanto a uma melhor qualidade de vida após a implantação da mesma.

A Rebio Mata Paludosa localiza-se no município de Itati, no litoral norte do estado do Rio Grande do Sul e é integrante da área piloto da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica do Estado e representante de um dos ecossistemas mais ameaçados – as Florestas Ombrófilas Densas das Terras Baixas – que se configuram, também, como o *habitat* de várias espécies ameaçadas de extinção. O manejo desses espaços especialmente protegidos deve ser planejado, dinâmico, com ações direcionadas ao conhecimento e a proteção da biodiversidade, além de proporcionar a participação da sociedade no processo de criação e execução, para que possam cumprir as funções ecológicas, científicas, econômicas, sociais e políticas no município do qual está inserido. Devem-se buscar alternativas para sua sustentação econômica e, assim, reduzir os conflitos com as prefeituras e a comunidade local e regional, com ações tomadas em conjunto.

¹ Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – A leitura da paisagem como instrumento para o plano de manejo: Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa – Itati/RS (2007).

Considerando-se essas premissas, a construção do referencial teórico foi embasada na aplicabilidade da categoria de análise geográfica – paisagem – e do Roteiro Metodológico para o Planejamento de Unidades de Conservação fornecido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama, 2002) para subsídios do plano de manejo da Reserva.

O Roteiro Metodológico para o Planejamento de Unidades de Conservação é um documento técnico, que possui como objetivo principal orientar a elaboração do plano de manejo e as atividades que serão desenvolvidas na unidade de conservação, elaborado por técnicos, através de um zoneamento. A comunidade e o poder público da área de entorno deveriam participar também, com seu conhecimento empírico e científico a respeito das riquezas e potencialidades da área em que vivem, pois assim todos se sentem participantes e atuantes na elaboração, execução e manutenção do plano de manejo.

A paisagem foi utilizada como ferramenta para o plano de manejo da unidade de conservação Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa, devido ao seu conceito de integração dos fatores físicos, biológicos, socioeconômicos e culturais, além da visão espacial e temporal. A análise da paisagem foi elaborada através da escolha de autores que percebem a paisagem de forma integradora dos espaços naturais e sociais, ou seja, paisagens que retratam o passado e o presente através das relações entre a sociedade e a natureza, em sua forma, em sua função, em sua estrutura e em sua dinâmica. Autores como Bertrand (1971), Berque (1998), Sauer (1998), Bobek e Schmidthüsen (1998), Corrêa e Rosendahl (1998), Heidrich e Gamalho (2006) e Verdum, Vieira e Pinto (2007). A partir desta lógica, fez-se uma leitura da paisagem apreendida pelas suas marcas e pelas suas matrizes, interpretando os significados e decifrando os modos de vida e as ações humanas impressas no tempo e no espaço, pois a paisagem-marca e a paisagem-matriz se sobrepõem, transformando-se numa paisagem transglóssica.

Metodologia e procedimentos operacionais

A metodologia utilizada foi calcada no Roteiro Metodológico para o Planejamento de Unidades de Conservação fornecido pelo Ibama, em 2002. O Roteiro apresenta três abordagens distintas, como mostra a Figura 1: enquadramento, diagnóstico e planejamento. O enquadramento (contextualização) destaca a relevância e as oportunidades da unidade de conservação em âmbito internacional, federal e estadual. O diagnóstico é a caracterização socioambiental e institucional da UC e da área de entorno. O planejamento constitui as proposições voltadas para a unidade de conservação e sua região

com a finalidade de minimizar ou reverter situações de conflito e aperfeiçoar situações favoráveis à UC.

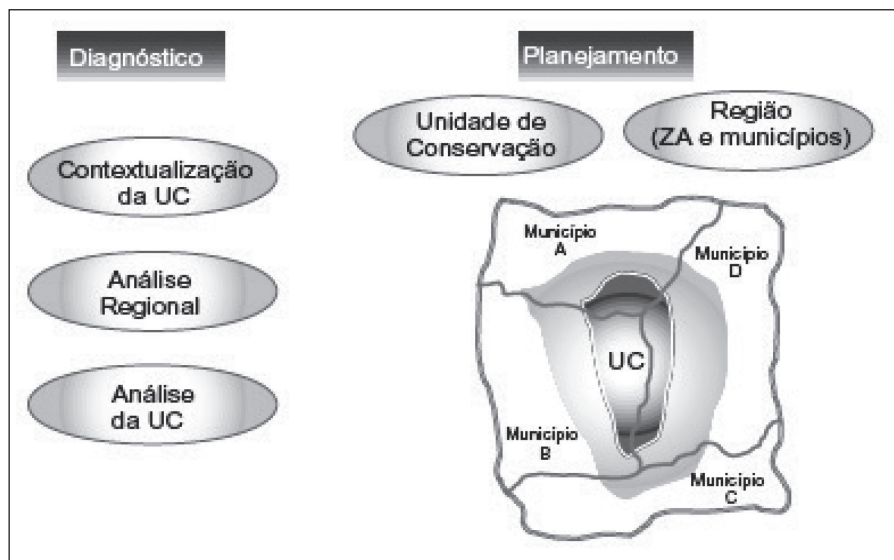


Figura 1. Abordagem do plano de manejo do Roteiro Metodológico elaborado pelo IBAMA.
Fonte: Disponível em <http://www.ibama.org.br>.

- No Roteiro Metodológico o plano de manejo é dividido em seis encartes:
- I - Contextualização da UC: enquadramento da unidade nos cenários internacional, federal e nacional;
 - II - Análise Regional: caracterização dos municípios abrangidos pelos limites da UC e pela zona de amortecimento;
 - III - Unidade de Conservação: apresenta as características bióticas, abióticas, socioeconômicas e culturais e institucionais da UC;
 - IV - Planejamento: estratégias de manejo da UC e do seu relacionamento com o entorno;
 - V - Projetos Específicos: detalhamento de situações especiais após a conclusão do plano de manejo;
 - VI - Monitoria e Avaliação: estabelecimento de mecanismos de controle da eficiência e efetividade da implantação do planejamento.

As etapas de execução do roteiro metodológico foram a Contextualização da Unidade de Conservação, a Análise Regional e a Análise da Unidade de Conservação. As etapas que envolvem o processo de planejamento e a imple-

mentação do plano não foram contempladas, pois as suas atribuições são do gestor público da unidade de conservação e deve ser submetido à monitoria e avaliação procedendo-se aos ajustes à retroalimentação da área.

A coleta e a análise das informações básicas disponíveis compreenderam o levantamento bibliográfico e cartográfico existente e a aquisição das cartas topográficas, das fotografias aéreas e das imagens de satélite. Foram também adquiridos documentos publicados de cunho científico e técnico, como o diagnóstico de fauna e flora e o levantamento fundiário da Reserva.

A caracterização da flora foi proposta a partir do inventário das espécies vegetais existentes na Reserva, entre os anos 2001 e 2002, realizadas pela empresa Beck de Souza Engenharia Ltda. (Beck de Souza) na elaboração do Diagnóstico Ambiental da Reserva Biológica Mata Paludosa e Diagnóstico Socioeconômico da Área de Proteção Ambiental Rota do Sol.

A fauna descrita foi baseada na Avaliação e Diretrizes para a formulação do plano de manejo da Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa feita pela empresa Beck de Souza Engenharia Ltda., no ano de 2002, e no Relatório de Monitoramento da Fauna do ano de 2006, realizado pela equipe de biólogos da empresa Har Engenharia Ltda., empresa responsável pelo monitoramento da implantação da rodovia RS-486. Foi compreendida toda a área da unidade de conservação e alguns pontos do seu entorno, utilizando metodologias diferentes para os diversos grupos de vertebrados.

O primeiro reconhecimento do trabalho de campo foi realizado em 2004, como pesquisa para o trabalho de conclusão do curso de geografia. Através da utilização do conceito geográfico da paisagem, elaborou-se um material para ser aplicado como metodologia em educação ambiental. Neste período foi feita uma consulta com a comunidade escolar, os funcionários da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (Sema), os funcionários da Rota do Sol e alguns proprietários da área da Reserva.

Em 2006, foi realizada uma pesquisa de campo para o reconhecimento da área do entorno (10 km) identificando os limites da Reserva. Posteriormente outras saídas a campo foram feitas para o levantamento dos principais elementos da paisagem que caracterizam tanto a área do entorno, quanto da UC e os limites da bacia hidrográfica da UC, buscando subsídios à identificação da zona de amortecimento e das unidades de paisagem (UPs).

O uso do Sistema de Informações Geográficas foi importante para a caracterização da área de estudo e da sua área de entorno. A base cartográfica foi elaborada de acordo com os Termos de Referência fornecidos pela Sema (Defap – Divisão de Unidades de Conservação) do ano de 2004 e com informações da pesquisa de campo, através da utilização de um GPS (Garmim Map 76),

cartas topográficas do Ministério do Exército – Departamento de Engenharia e Comunicações na escala 1/50.000 (folhas MI-2955/4, Aratinga e MI-2972/2, Maquiné), fotografias aéreas (1974) fornecidas pelo Daer, escala 1/20.000 e imagens de satélite do sensor Spot-5 fornecidas pela Fundação Zoobotânica (outubro 2002).

Os mapas temáticos foram elaborados com a utilização do software Arc-View 9 (incluindo atributos e arquivos vetoriais), através do Sistema de Informações Geográficas (SIG) com o objetivo de auxiliar na estruturação do banco de dados, a fim de facilitar o acesso, a manipulação, a atualização e a sobreposição de informações que foram georreferenciadas. As cartas topográficas, as fotografias aéreas e as imagens de satélites foram interpretadas visando obter produtos como a cobertura vegetal, uso e ocupação da terra, unidades geomorfológicas, rede de drenagem, rede viária, limites municipais e hipsometria.

Para identificar as práticas agrícolas dos atores residentes na área da UC e na área de entorno, e as suas percepções da paisagem, foram realizadas 48 entrevistas com os agricultores que permitiram caracterizar o uso e a cobertura da terra. Além de conhecer quais são as suas perspectivas quanto à melhoria de vida após a implantação da UC busca-se entender como ocorre o manejo de suas práticas agrícolas e quais são as suas preocupações com o ambiente e a sua percepção em relação à Reserva. As entrevistas foram realizadas no vale do arroio do Padre (oito entrevistas), na Linha Bernardes (cinco entrevistas), na Linha Mittmann (quatro entrevistas), na Vila Nova (sete entrevistas) e na Costa do rio Três Forquilhas (nove entrevistas). Foram entrevistados um pastor e militar, produtores rurais, comerciantes, funcionários públicos, aposentados, o guarda-parque e o chefe da UC. Para as informações sociodemográficas do vale do arroio Três Pinheiros (16 entrevistas) utilizaram-se os dados do Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Reserva Biológica da Serra Geral, produzido em 2006. Houve também a participação em uma reunião pública em 2007, convocada pela Sema, cuja finalidade era apresentar a proposta de ampliação da Reserva para os proprietários e redefinição dos novos limites mesma.

Da posse das informações acima foram elaborados os três encartes como consta no roteiro metodológico do Ibama, de Contextualização, de Análise Regional e de Análise da Reserva.

Contextualização da Unidade de Conservação

Na *Contextualização da Unidade de Conservação* identificaram-se as características da UC nos enfoques internacional, frente a sua situação de

inserção na Reserva da Biosfera; federal, frente a sua importância e representatividade para o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e para o bioma Mata Atlântica; e estadual, frente a sua importância como área núcleo da Reserva da Biosfera Mata Atlântica Sul.

O bioma Mata Atlântica é considerado um dos *hotspots* mundiais, a quinta área mais ameaçada e rica em espécies endêmicas mundialmente e é reconhecido como uma das Reservas da Biosfera pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e a União Mundial pra a Natureza (UICN).

Análise regional da unidade de conservação

Na Análise Regional, caracterizou-se o contexto político-econômico e territorial dos municípios abrangidos pela UC e pela sua área de entorno, juntamente com a bacia hidrográfica; elaborou-se um mapa ilustrativo com a rede hidrográfica, terras municipais e a área de entorno e um mapa com as UCs próximas a Rebio Mata Paludosa.

Segundo o edital n. 10/2001, do Fundo Nacional do Meio Ambiente (Fnma) do Ministério do Meio Ambiente, ao se tratar de contextualização regional, deve-se caracterizar a Área de Influência de uma unidade de conservação como aquela que exerce alguma influência direta sobre a mesma, considerando principalmente os municípios da microrregião e as microbacias onde a mesma está inserida, bem como quaisquer outras áreas onde outros atores interferiram na Unidade ou que esta possa interferir sobre eles. (FNMA, 2001, p. 56). Portanto, a área de entorno foi definida utilizando como critério essencial à bacia hidrográfica do rio Três Forquilhas, pois a Rebio Mata Paludosa está inserida no médio e baixo curso da bacia hidrográfica do rio Três Forquilhas, onde a bacia torna-se mais aberta.

Outros critérios utilizados foram os limites das UCs presentes na faixa dos 10 km e a estrada de rodagem, a BR-101. No roteiro metodológico do Ibama (2002) recomenda-se a caracterização ambiental, os aspectos culturais, históricos, uso e ocupação da terra, as características da população e a visão das comunidades sobre a área protegida.

Fez-se uma leitura da paisagem da área de entorno apreendida pelas suas marcas e pelas suas matrizes, através da paisagem do passado e do presente, usando a metodologia de Berque (1998). A paisagem do passado foi lida através da história e da cultura da população e também da forma de ocupação do vale

do rio Três Forquilhas. A paisagem do presente foi lida através dos aspectos geomorfológicos, pedológicos, aos movimentos de massa, às formas de uso e ocupação da terra, aos recursos hídricos, os aspectos socioeconômicos e culturais dos atores envolvidos e dos problemas relacionados às suas respectivas vivências na área de entorno subdividida em dois capítulos: as estruturas, as formas, as funções e as dinâmicas que conformam a paisagem, e as dinâmicas sociais e a percepção da paisagem.

As estruturas, formas, funções e as dinâmicas foram definidas pelas unidades de paisagem, em dois níveis hierárquicos: o primeiro com a compartimentação do relevo e a estrutura geológica, e o segundo com o tipo de solo, os recursos hídricos, o uso e cobertura da terra, a fauna e a flora.

Nas dinâmicas sociais buscaram-se os modos de vida, as manifestações da cultura através do imaginário social e das práticas sociais, das condições socioeconômicas e das formas de ocupação e uso do espaço da área de entorno da Rebio Mata Paludosa.

A caracterização da Rebio Mata Paludosa a partir da categoria de análise geográfica – paisagem do passado e do presente

A proposta da criação da Rebio foi indicada na elaboração do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) para a construção da rodovia RS-486, conhecida como Rota do Sol. A Reserva foi criada em 23 de outubro de 1998, pelo Decreto n. 38.972 e originou-se do Programa de Compensação Ambiental por Significativo Impacto Ambiental, previsto no Capítulo VIII da Lei n. 9.985 do SNUC de 18 de julho de 2000, devido à construção do gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – TGB.

A Rebio está inserida dentro do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza de proteção integral e possui como objetivo principal a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais.

A Reserva está localizada integralmente no município de Itati (Figura 2), no litoral norte do estado do Rio Grande do Sul. Situa-se no curso médio da bacia hidrográfica do rio Três Forquilhas, no vale de mesmo nome, a jusante da Área de Proteção Ambiental Rota do Sol (APA Rota do Sol), sendo seccionada em dois polígonos pela rodovia RS-486.

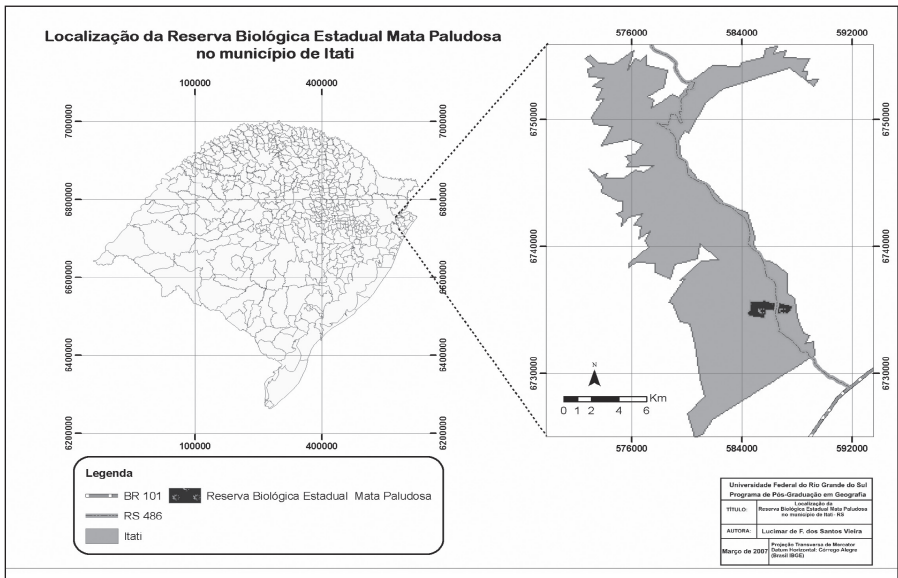


Figura 2. Localização da Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa no município de Itati. Fonte: Vieira, 2007.

As vias principais de acesso à Reserva são pela rodovia federal BR-101, no município de Terra de Areia e pela RS-020 a partir da localidade de Tainhas, no município de São Francisco de Paula. A BR-101 dá acesso ao norte e ao sul do país e é também importante rodovia de passagem de intenso volume de carga para as demais regiões do Brasil, do Uruguai e da Argentina.

Originalmente a Rebio possui uma área aproximada de 113 hectares, com 52 hectares na Área A (Encosta) e 61 hectares na Área B (Planície). Atualmente, após um processo de reavaliação dos atributos de qualidade ambiental da área, a Sema, através do Defap, propõe uma área de 240 hectares, sendo que 44 hectares correspondem à área da planície e 196 hectares correspondem à área da encosta.

Desta forma, o Defap afirma que os novos limites propostos respeitam o contorno das propriedades existentes na área, não comprometendo economicamente as áreas que não estão incluídas na unidade; excluem áreas fortemente alteradas pelos agricultores; incluem áreas de grande interesse ambiental; incluem nascentes localizadas na área de encosta; garantem a manutenção do ecossistema ao longo do gradiente altitudinal da encosta e planície; apresentam visualização e localização mais facilitada; adequar-se ao atual traçado da rodovia Rota do Sol.

A abordagem metodológica empregada para Caracterização Ambiental (Análise) da Reserva foi feita através do estudo das paisagens utilizando-se diversos autores, não estabelecendo uma ordem cronológica, e sim traçando um conjunto de ideias que contemplem a categoria paisagem nas diversas abordagens da Geografia. A caracterização das unidades funcionais (unidades de paisagem) da UC foi obtida por meio do cruzamento de cartas temáticas. Visando indicar áreas ecologicamente prioritárias para a implantação de estratégias de planejamento que permitam o efetivo estabelecimento de corredores ecológicos da Reserva com outras Unidades de Conservação foram utilizados os seguintes fatores: fragmentos florestais, rede de drenagem, estradas e as classes do uso e da cobertura da terra.

A leitura da paisagem do passado foi compreendida desde sua primeira ocupação e pelos seus usos. A leitura do presente foi elaborada utilizando como critérios à forma, a função, a estrutura e a dinâmica para a compreensão das diferentes unidades de paisagem (UPs), evidenciando as marcas e as matrizes da Reserva.

No critério da forma utilizaram-se os aspectos morfológicos, os recursos hídricos, a pedologia e o uso e a cobertura da terra. A função foi compreendida pelas formas criadas socialmente e pelas atividades que foram e que estão sendo desenvolvidas. A estrutura está associada à forma e à função, pois esta é revelada pela natureza social e econômica dos espaços construídos num determinado momento histórico e que influenciam na dinâmica da paisagem, anteriores às intervenções sociais, e pela caracterização biológica. A dinâmica foi construída pela leitura da paisagem no tempo histórico, desde o início da ocupação na área da reserva até o momento atual.

A partir da utilização dos critérios forma, função, estrutura e dinâmica estabelecidos na paisagem da área de entorno, foram estabelecidas as UPs da Reserva Mata Paludosa utilizando como o primeiro nível hierárquico a compartimentação do relevo e como o segundo nível hierárquico, o tipo de solo, os recursos hídricos, a fauna, a flora e o uso e a cobertura da terra. As UPs (Figura 3) são: Unidade de Paisagem Meia Encosta, Unidade de Paisagem Baixa Encosta e Unidade de Paisagem Planície Aluvial.

Foram produzidos dois perfis da paisagem da Reserva, como se pode observar nas Figuras 4 e 5. Ambos identificando as unidades de paisagem com todos os critérios.

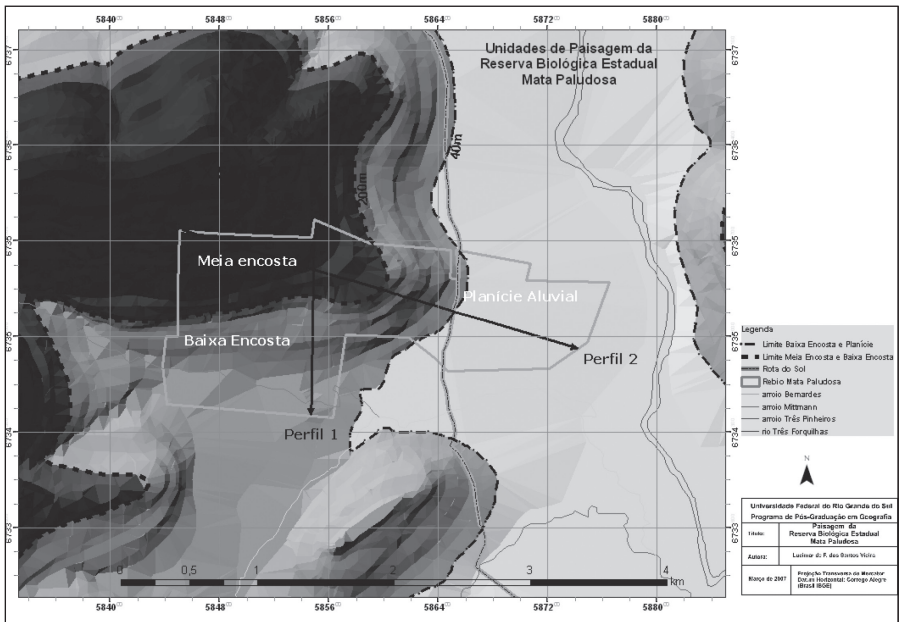


Figura 3. Unidades de Paisagem da Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa.
Fonte: Vieira, 2007.

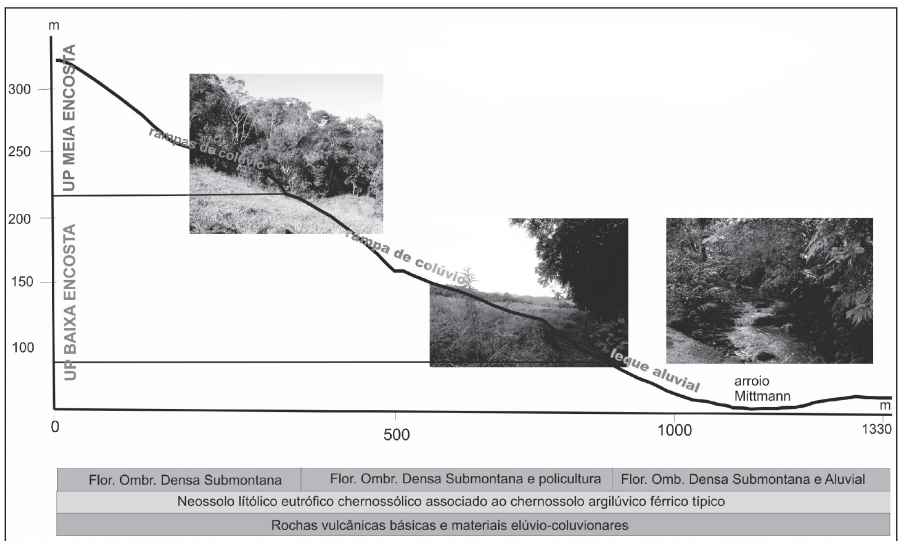


Figura 4. Perfil produzido a partir da análise da paisagem da vertente da Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa do arroyo Mittmann.
Fonte: Vieira, 2007.

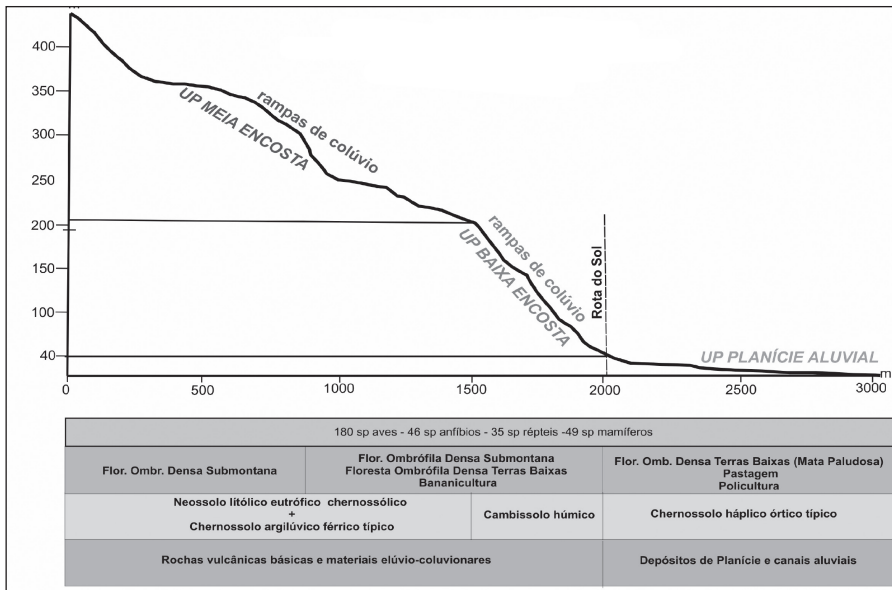


Figura 5. Perfil produzido a partir da análise da paisagem da vertente da Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa do rio Três Forquilhas.

Fonte: Vieira, 2007.

Considerações Finais

A paisagem-matriz da área de entorno da Rebio Mata Paludosa, localizada nas escarpas do planalto e na planície costeira da bacia hidrográfica do rio Três Forquilhas, é caracterizada por unidades de paisagem da Alta Encosta, Meia Encosta, Baixa Encosta e Planície Aluvial.

A população é composta por uma comunidade híbrida etnicamente, de hábitos de vida simples, com encantamentos pela beleza e rusticidade do lugar, de católicos e protestantes, e com esperança de que a estrada “Rota do Sol” traga prosperidade para o vale. A terra é percebida como mercadoria para o lazer, produzir, sobreviver, morar, ou simplesmente se reproduzir. Destacam-se quatro tipos básicos de estabelecimentos, com os quais as instituições públicas devem estabelecer relações em função do plano de manejo: da agricultura familiar, pecuária familiar, pequena produção mercantil e sítios.

Trata-se de uma paisagem composta por uma vegetação exuberante, a Mata Atlântica reconhecida mundialmente, mas que a própria comunidade

ainda não foi informada e que os órgãos públicos municipais não exploram de forma sustentável.

A água, como um dos elementos que compõem essa paisagem, obteve o índice “excelente” como resultado do Índice de Qualidade de Água. Resultado também demonstrado nas informações dadas pelos atores entrevistados, pois 64% indicaram que a água é muito boa e consomem sem nenhum tratamento químico e 57% utilizam a água diretamente das nascentes.

A *paisagem-marca da área de entorno* é da terra da cachaça, do açúcar mascavo, da banana, do tomate, das flores, do abacaxi e também do arroz, e futuramente será a da Rota do Sol, da Mata Atlântica, das unidades de conservação, da fauna e da flora ameaçadas de extinção.

Quanto às perspectivas da comunidade em relação a uma melhor qualidade de vida após a implantação da Rebio, a maioria afirma que nada mudará, pois poucos citaram a proteção dos animais e das plantas e a preservação para o futuro. Há um descontentamento em relação às atividades prestadas e na forma de atuação do órgão ambiental responsável pela área. Cerca de 70% dos entrevistados não conhecem nenhuma unidade de conservação e 40% não conhecem a Rebio Mata Paludosa.

A *paisagem-matriz* da Reserva, que se encontra em processo de construção, caracteriza-se como uma área protegida seccionada por uma importante estrada, a Rota do Sol, com uma vegetação formada por um pequeno fragmento de Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas e de Floresta Ombrófila Densa Submontana, *habitat* de uma fauna com muitos exemplares ameaçados de extinção, como anfíbios e aves. No seu entorno, encontra-se uma comunidade de múltiplas etnias, com minifúndios, de protestantes e católicos, carregada de símbolos. A *paisagem-marca* do núcleo-sede da colonização alemã no vale do rio Três Forquilhas é aquela que busca resgatar e guardar os traços históricos da construção da identidade. É aquela do local escolhido para guardar tesouros na época das guerras, da “terra” para os japoneses plantarem flores, do banhado, do “morro grande” para caçar passarinhos e da “casa dos Voges”. A *paisagem-matriz* e *marca* se cruzam, se sobrepõem e se relacionam, tornando-se assim, uma paisagem transglóssica.

A paisagem da Encosta, subdividida em Meia e Baixa Encosta, com suas rampas de colúvio e leques aluviais, nascentes dos arroios Bernardes e Mittmann, e do rio Três Forquilhas, é conhecida pelas crianças como o “morro grande cheio de passarinhos”, e com um tesouro escondido. A vegetação do tipo Floresta Ombrófila Densa Submontana, localizada na linha Mittmann, encontra-se em estágio avançado de regeneração, com muitos palmitos, bromélias e orquídeas, além de uma fauna associada a ela de tucanos, tatus, quatis, graxains, entre outros.

A paisagem da planície aluvial, situada sobre depósitos de planície e canais aluviais, caracteriza-se por ser frequentemente inundada, formando banhados. Ela é formada por um mosaico de vegetação florestal em processo de regeneração, isto é pela Floresta Ombrófila Densa de Terras Baixas – a Mata Paludosa, e por uma vegetação típica de banhados, com um número expressivo de anfíbios e de aves.

Embora a Rebio possua uma área reduzida, a heterogeneidade das suas unidades de paisagem indicam ser o *habitat* de um elevado número de espécies, refletindo não só a riqueza de espécies da fauna, como também da flora. Esta será a paisagem-marca da Reserva, juntamente com a sua importância cultural e histórica.

Em relação a esta Reserva, um dos maiores desafios das áreas protegidas é a preservação dos processos que geram e mantêm a biodiversidade que ali se quer conservar.

Contudo, para isso é preciso ter a noção de que esses processos ultrapassam os limites da área protegida e a importância da atuação dos atores sociais. É preciso ressaltar a importância da integração da população local e da prefeitura municipal no sentido de estabelecer a gestão e implementação do plano de manejo da Reserva como forma estratégica de reconhecimento, não só da Rebio Mata Paludosa mas também das outras áreas protegidas na área de entorno. Entre as estratégias, uma que poderia ser mencionada é a de convidar a população da área de entorno, instituições públicas e privadas que realizam pesquisas na área a participarem das etapas do plano de manejo, salientando a importância não só biológica, mas também sociocultural.

Partindo do pressuposto que o plano de manejo deve ser um instrumento de trabalho para a comunidade da área de entorno da unidade de conservação e não apenas um documento técnico dos funcionários da unidade, ressalta-se a importância do conhecimento empírico e científico a respeito das riquezas e potencialidades da área, além das oportunidades e limites de uso da terra.

A Reserva é uma unidade de conservação de proteção integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem a interferência humana direta, permitindo somente as pesquisas científicas e visitação pública com objetivos educacionais. Avalia-se que uma possível forma de reconhecimento da importância da Reserva, como, por exemplo, pela sua beleza cênica, geomorfológica, hídrica e biológica, seria pela realização de atividades na sede da Confraria Coruja da Figueira, localizada externamente ao limite da Reserva. O Sítio da Figueira, já citado anteriormente, possui uma importância histórica para a comunidade, além de ser a sede da propriedade dos antigos proprietários da área da Reserva. Como afirma o proprietário Elio Muller: “a figueira representa a luta pela preser-

vação do meio ambiente e símbolo no trabalho de resgate da memória de um povo (história)”. A Confraria, consolidada desde 2001, como uma comunidade virtual, é conhecida pelo Curso de Educação Ambiental à Distância, promovido pelo Ministério do Meio Ambiente e pela Universidade de Brasília.

Outro local de destaque e que pode ser a sede administrativa da Reserva é a casa do proprietário da área da Linha Mittmann, que fica fora dos limites da Reserva, podendo ser a zona de uso especial. O proprietário na reunião pública realizada em 2007 informou que seria um ótimo local para a sede da fiscalização e, assim, evitar o extrativismo vegetal e a caça. A área situada dentro dos limites da Reserva, na planície de inundação do arroio Mittmann, poderá ser uma das zonas intangíveis, devido ao grau de regeneração em que se encontra a vegetação e que, segundo o proprietário, possui mais de 8.000 pés de palmito. É bom ressaltar que na zona de amortecimento é preciso anexar os remanescentes de Florestas Ombrófilas Densas de Terras Baixas próximas a Reserva e a área urbana de Itati.

Esses fragmentos são de vital importância, já que abrigam espécies raras no Estado e associações muito pouco conhecidas e únicas do ponto de vista científico, além de possibilitarem o trânsito da fauna e de vias de recolonização para espécies temporariamente extintas.

Nota-se que existe uma conectividade da vegetação Floresta Ombrófila Densa em estágios médios e avançados de regeneração que permitem a formação de um corredor ecológico entre as áreas protegidas do Pró-Mata da Puc, da Reserva Biológica Estadual Serra Geral e da APA Rota do Sol. A Rebio e a APA Rota do Sol fazem parte da mesma bacia hidrográfica, sendo que algumas nascentes da Reserva Biológica Estadual Serra Geral também são da mesma bacia hidrográfica, possibilitando a manutenção e a biodiversidade de espécies de peixes.

Verifica-se que os animais vão para as rodovias para comer plantas que nascem nas suas margens, em busca de alimentos que caem dos caminhões que transportam grãos, e a utilizam para regular a temperatura corporal (como por exemplo, dos répteis), servem também como corredor ecológico. Os locais de maior incidência são próximos aos cursos d’água que atravessam as rodovias e preferencialmente à noite. A época de maior incidência de acidentes está relacionada à fase reprodutiva e a migração dos jovens animais que saem em busca de novos territórios e as fêmeas com filhotes que se locomovem à procura de alimentos e de água. Portanto, é necessário rever uma forma de conscientização por parte dos usuários da Rota do Sol para minimizar os atropelamentos nesta área.

A sinalização da presença de unidades de conservação ao longo da Rota do Sol deveria começar no município de Terra de Areia, ao passar pela BR-101 e

outras placas ao sair da RS-020 e entrar na Rota do Sol, e não uma placa apenas quando começa a Rebio, pois existe também a APA Rota do Sol que é muito próxima da Estação Ecológica de Aratinga. É importante que os usuários sejam informados que estão passando por uma área de grande importância biológica. Deveria haver a distribuição e a elaboração de material educativo para os motoristas, principalmente na época do verão, quando duplica o tráfego nesta rodovia. Isto é, a produção de material educativo informando a importância das suas atitudes ao passar naquele local, além da própria importância biológica da área.

Os redutores de velocidades deveriam ser as lombadas eletrônicas e/ou lombadas, sendo localizadas mais próximas à Rebio Mata Paludosa. Todo o percurso, devido ao número de animais atropelados, deveria ter um limite menor de velocidade e uma explicação aos usuários quando estes entram nesta rodovia e o porquê desta medida. A Rota do Sol poderá ser a zona de uso conflitante.

Finalizando esse estudo, pode-se afirmar que um novo paradigma de conservação é necessário. O desafio profissional para o manejo de áreas protegidas é o de substituir as práticas que são impostas de cima para baixo, padronizadas, simplificadas, rígidas e de curto prazo, pela diversidade das práticas locais de manejo dos recursos, complexas, flexíveis, não regulamentadas e de longo tempo. Profissionalmente, significa colocar as pessoas antes das coisas. Como aprendizado, significa menos conhecimento de livros e palestras, e mais conhecimento proveniente das experiências de vida dos atores sociais envolvidos. Como comportamento, admite-se que o mais importante não é só ficar de pé, dando aula e motivando, mas sim, também, sentado, ouvindo e aprendendo, pois as comunidades rurais conhecem a complexidade e a diversidade de seus modos de vida e do ambiente, elas são especialistas em suas realidades imediatas (Pimbert e Pretty, 2000).

É necessário criar e reverter hábitos e atitudes já arraigados, que simplesmente desprezam o ambiente. Criar novos valores que priorizem necessidades coletivas, pois assim aprendemos a amar e, por extensão, cuidar, conservar, proteger e cultivar aquilo que conhecemos e reconhecemos. Assim, como afirma Diegues (2003, p. 26) “paisagem não é um lugar, mas um olhar sobre o lugar. Proteger uma paisagem não é somente proteger as atividades que a evolução econômica condenaria a se transformar ou desaparecer, mas também satisfazer um olhar...”.

Referências

BECK DE SOUZA, Engenharia Ltda. *Avaliação e diretrizes para formulação do Plano de Manejo da Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa*. Vol. 1 e 2. Porto Alegre, 2002. (Material cedido em CD).

- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- BERTRAND, George. Paisagem e geografia física global: um esboço metodológico. *Revista IGEO/USP*, São Paulo, 1971. (Caderno de Ciências da Terra).
- BOBEK, Hans; SCHMIDTTHÜSEN, Joseph. A paisagem e o sistema lógico da geografia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O mito moderno da natureza intocada*. 4.ed. São Paulo: Hucitec/Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2004.
- FUNDO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – FNMA. *Edital FNMA/PROBIO 03/2001*. Utilização Sustentável de Recursos da Biodiversidade nas áreas de entorno de Unidades de Conservação de Proteção Integral localizadas em ecossistemas abertos. Brasília, jul. 2001. MMA – Secretaria Executiva – FNMA.
- _____. *Apoio à Gestão Integrada em Unidades de Conservação de Proteção Integral e Reservas Particulares do Patrimônio Natural*. Edital nº 10/2001.
- HAR ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE Ltda. *Relatório de Estudos de Impacto Ambiental da Rodovia RS 486 – Rota do Sol – Trecho Tainhas – Terra de Areia*. Vol. 1 e 2. 1990.
- HEIDRICH, A. L.; GAMALHO, N. P. *Dinâmica socioeconômica e paisagem no setor dos remanescentes de Mata Atlântica, no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2006.
- IBAMA – GTZ. *Roteiro Metodológico para o Planejamento de Unidades de Conservação de Uso Indireto*. Versão 3.0. Brasília, 1996.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/SBF. *Biodiversidade Brasileira: avaliação e identificação de áreas prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros*. Brasília, 2002.
- RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA. *Plano de Ação*. Vol. 1: Referências Básicas. Consórcio Mata Atlântica/Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, jun. 1992.
- PIMBERT, Michel P; PRETTY, Jules. Parques, comunidades e profissionais: incluindo “participação” no manejo de áreas Protegidas. In: DIEGUES, A. C. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec/Nupaub, 2000.
- SAUER, Carl Ortwin. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- VERDUM, Roberto; VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos; PINTO, Bruno Fleck; CABRALES, Rene. Percepção da paisagem na instalação de aerogeradores no Rio Grande do Sul. In: *XII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada*. XII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada – Natureza, Geotecnologias, Ética e Gestão Territorial. Vol. 1. Natal: Departamento de Geografia/CCHLA/UFRN, 2007, p. 1-20.

Percepção da paisagem na instalação de aerogeradores no Rio Grande do Sul

Roberto Verdum

Lucimar de Fátima dos Santos Vieira

Bruno Fleck Pinto

René Cabrales

Introdução

Estudar a relação natureza e sociedade, tendo como categoria de análise a paisagem, é de extrema importância, pois através dela é possível compreender, em parte, a complexidade do espaço geográfico em um determinado momento do processo. A paisagem é o resultado da vida das pessoas, dos processos produtivos e da transformação da natureza. Neste sentido, a paisagem mostra a história da população de um determinado lugar e que necessita sempre estar sendo discutida e registrada.

Quanto ao método de análise da paisagem, podem-se adotar três possibilidades de encaminhamento: a *descritiva*, a *sistêmica* e a *perceptiva*.

A *paisagem descritiva* tem como base a descrição, e para apreensão da paisagem seriam necessárias a enumeração dos elementos presentes e a discussão das formas. Assim, a análise geográfica estaria restrita aos aspectos visíveis do real e, essencialmente, a morfologia da paisagem.

A *paisagem sistêmica* sugere o estudo da combinação dos elementos físicos, biológicos e sociais, um conjunto geográfico indissociável e uma interface entre o natural e o social, sendo uma análise em várias dimensões. O relacionamento e a análise que separam os elementos que constituem as diferentes características espaciais, psicológicas, econômicas, ecológicas, etc., não permitem, no entanto, dominar o conjunto. A complexidade da paisagem é o tempo morfológico (forma), constitucional (estrutura) e a funcionalidade, que não pode ser reduzida em partes.

A *paisagem perceptiva* é concebida como uma *marca* e uma *matriz*. Como marca, a paisagem pode e deve ser descritiva e inventariada. O ponto de partida

continua sendo a descrição da paisagem, enquanto perceptível, mas a explicação ultrapassa o campo do percebido, seja pela abstração, seja pela mudança de escala no espaço ou no tempo. A paisagem é matriz, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação; que canalizam, em um certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza. Assim, pode-se dizer que a paisagem é o concreto, ou seja, a coisa real, mas ao mesmo tempo é a imaginação e a representação destas coisas, as imagens. Cada um de nós, de acordo com a nossa trajetória, nossa consciência e nossa experiência, vê as paisagens de forma diferente e única. Cada um constrói seus conceitos que vão refletir em suas ações e olhares, mas estes olhares estão concebidos a partir de uma matriz cultural que é do coletivo das pessoas de uma determinada sociedade humana.

Para se estabelecer os *indicadores de percepção da paisagem*, no que se refere à instalação dos *aerogeradores*, propõe-se a seguinte questão geral:

Como reconhecer os elementos que estruturam uma paisagem e como entender a relação desses com novos elementos (aerogeradores) que são a ela integrados nas escalas espacial e temporal?

Metodologia: etapas propostas para a realização do estudo de indicadores de percepção da paisagem

As etapas propostas para o estudo de indicadores de percepção da paisagem são as seguintes:

- a) Levantamento bibliográfico sobre os métodos relativos ao estudo da paisagem, através da abordagem da *paisagem perceptiva*;
- b) Levantamento bibliográfico e visual sobre estudos relativos à implantação de aerogeradores no mundo e à adoção de métodos de avaliação dos indicadores de percepção em face de sua instalação;
- c) Elaboração do *instrumento de pesquisa* para a definição de indicadores de percepção da paisagem;
- d) Aplicação do instrumento de pesquisa, junto à população fixa (rural e urbana) e flutuante (turistas), nos municípios de Pinheiro Machado, Santana do Livramento, Giruá, São Francisco de Paula, Osório, Tramandaí e Imbé;
- e) Análise e estruturação dos resultados.

Para alcançar os objetivos propostos desenvolveu-se a metodologia da percepção da paisagem a partir de dois níveis de análise:

- da observação e diferenciação da paisagem;
- da escala temporal.

Nível de observação e diferenciação

Neste nível de análise deve-se considerar a *subjetividade*, que pode ser *individual* como também *coletiva*, do referencial cultural de determinada comunidade.

A observação e a diferenciação *espacial* (morfológico/estrutural) podem ser reconhecidas por *elementos distintos da paisagem*: planalto, serra, colina e planície.

A *apropriação* e o *uso* (funcionalidade da paisagem) podem ser observados e diferenciados pelos entrevistados pela transformação da paisagem pelo trabalho e pelas técnicas utilizadas – sendo assim, a paisagem também é um produto social.

A partir desses níveis de análise da paisagem, pode-se propor o seguinte referencial para a interpretação da paisagem: entre as paisagens do *Planalto Sul-rio-grandense*, da *Campanha*, do *Planalto Basáltico* e da *Planície Costeira* nota-se que as *formas*, as *apropriações* e os *usos* (*funcionalidades e valores mercantís*) são diferenciados. A concepção de paisagem assume significados distintos, pois têm-se *padrões paisagísticos locais e identidades locais* diferentes.

Nível de escala temporal

Neste nível de análise, deve-se considerar a noção de tempo, sendo esse o tempo histórico – isto é, uma paisagem passa a fazer parte da *identidade individual e coletiva* em torno de *25 anos* (uma geração).

No caso dos aerogeradores, por estarem em fase de implantação nas paisagens no Rio Grande do Sul, não há tempo de referência que possa nos indicar uma reflexão individual/coletiva sobre a sua incorporação como *elemento da paisagem*; criando uma referência para a subjetividade que deve ser expressa pelo entrevistado. Neste sentido, é fundamental que o entrevistado, através das fotografias que foram criadas em meio digital e utilizadas nas entrevistas, tenha a noção escalar dos aerogeradores como novos elementos que serão incorporados na paisagem, nas suas dimensões espacial e temporal.

Propostas de técnicas de avaliação sensorial

Para a avaliação sensorial dos entrevistados, foram considerados potenciais tanto os *residentes* como os *ocasionais*, no meio *rural* e *urbano*.

Assim, para se estabelecer os *índices de qualificação* das paisagens pelos entrevistados e dos *indicadores visuais*, propõem-se as seguintes etapas metodológicas:

– Analisar a paisagem pela sua *globalidade* ou pela sua *decomposição em unidades*, que são definidas por limites naturais: *elementos* (*planície, coxilha, cerro, serra – vale, encosta, topo, floresta, banhado...*). Neste sentido, pode-se propor que o entrevistado avalie globalmente o conjunto da paisagem (primeira impressão) e/ou de seus elementos constituintes (modulações da percepção inicial – atratividade), a partir das experiências vividas por ele, numa *escala que varia de um a cinco*. O menor e o maior valor nesta escala correspondem às paisagens identificadas pelos entrevistados tendo, respectivamente, menor ou maior importância para eles.

– Conhecer, entre esses *elementos* da paisagem, aqueles que são marcantes, referenciais e valorizados; que realmente determinam a *reação estética*. Deve-se levar em consideração a distância do ponto de observação, assim como a dimensão desses elementos constitutivos da paisagem.

– Reconhecer que esses elementos evoluem/modificam com o tempo.

– Propor ao entrevistado, pelo uso das fotografias, que ele estabeleça uma escala de valores para a instalação dos aerogeradores; esta escala deve ser comparada às preferências/definições técnicas do empreendedor e do corpo técnico do licenciamento.

Esse método permitiu elaborar a expressão cartográfica das *representações mentais da paisagem* percebida pelos entrevistados nos locais onde ocorreu a aplicação do instrumento de análise – municípios de Pinheiro Machado, Santana do Livramento, Giruá, São Francisco de Paula, Osório, Tramandaí e Imbé – onde constam os *elementos da paisagem* passíveis de incorporarem os aerogeradores e aqueles considerados como de referência e que devem ser preservados de tais incorporações (*escala de valor de um a cinco*).

Resultados

Como resultados são apresentados as características dos *atores da paisagem*, suas *percepções* e como esses avaliam as *alterações da paisagem* com a futura instalação dos aerogeradores. O estudo foi realizado em cinco áreas com os seus respectivos indicadores de valoração da paisagem.

Escudo Rio-grandense – Município de Pinheiro Machado **Indicador de valoração da paisagem: quatro**

O município de Pinheiro Machado encontra-se no Corede Sul, segundo o Atlas Socioeconômico: Estado do Rio Grande do Sul (2002), e no

Escudo Rio-grandense, segundo o Atlas Eólico do Estado do Rio Grande do Sul (2002).

Os sistemas agrários que se destacam são: a pecuária com os rebanhos de bovinos e ovinos e a agricultura com as lavouras de trigo, cevada, soja, arroz, milho e uva. Em termos da estrutura fundiária, o município se insere num percentual entre 40% e 60% da sua área com propriedades acima de 500 ha.

Neste município foram realizadas 12 entrevistas – seis no meio urbano e seis no meio rural. A escolaridade predominante entre os entrevistados é de ensino superior, sendo a renda média de três salários mínimos. Dentre as atividades relacionadas, destacam-se: secretário municipal, historiador, técnico da Emater, educadores e produtores rurais.

Em relação ao *conceito de paisagem* expresso pelos entrevistados salienta-se que este está associado:

– *Aos elementos que compõem a natureza*, sendo mencionados como referência *o verde (campo e mato), animais no campo, algo bonito e agradável.*

– *Ao visual construído ou destruído.*

Além disso, a pecuária e a agricultura são reconhecidas por não alterarem a paisagem, tanto no passado quanto no presente, fazendo parte do contexto natural e contrapondo-se à silvicultura (florestas plantadas – não nativas) como uma atividade que altera.

Quanto às *paisagens de referência* e a sua valoração numa escala de um a cinco, dada pelos entrevistados, destacam-se: a Pedra das Torrinhas (5), o Cerro dos Porongos (5), a Serra das Asperezas (4), o rio Camaquã (4) e a Serra das Velledas (1). Essas paisagens são consideradas marcantes pela beleza natural, pelo valor histórico e por serem áreas ainda preservadas. A partir deste conjunto de paisagens selecionadas, como sendo aquelas de referência para os entrevistados, considera-se que, para o município, o *indicador geral de valoração das paisagens* deva ser *quatro*.

Quanto ao conhecimento dos aerogeradores, demonstra-se que há um conhecimento relativo no que se refere ao seu uso e suas dimensões (dos que se manifestaram conhecedores, todos afirmaram que os aerogeradores possuíam uma altura entre 50 e 100m), indicando a necessidade de uma maior divulgação, mesmo que tenha se identificado a presença de empreendedores contatando os produtores rurais. Há a manifestação positiva dos entrevistados em relação a essa forma alternativa de geração de energia, com a ressalva de provocar um possível impacto ambiental para a paisagem.

Em relação às paisagens possíveis para a instalação dos aerogeradores, há uma manifestação favorável a Serra das Asperezas; no entanto, há restrições

quanto às proximidades da área urbana e as paisagens de interesse na preservação do patrimônio histórico.

Quanto ao instrumento aplicado na construção da paisagem do futuro com os aerogeradores, os entrevistados são praticamente unânimes quanto às mudanças na forma da paisagem e em relação a sua funcionalidade, destacando-se as mudanças no espaço físico, a presença do ruído e da iluminação.

Coxilha de Santana – Município de Santana do Livramento **Indicador de valoração da paisagem: dois**

O município de Santana do Livramento encontra-se no Corede Fronteira Oeste, segundo o Atlas Socioeconômico: Estado do Rio Grande do Sul (2002), e na Coxilha de Santana, segundo o Atlas Eólico do Estado do Rio Grande do Sul (2002).

Os sistemas agrários que se destacam são: a pecuária com os rebanhos de bovinos e ovinos, e a agricultura com as lavouras de arroz e uva. Em termos da estrutura fundiária, o município se insere num percentual entre 60% e 90% da sua área com propriedades acima de 500 ha.

Neste município foram realizadas oito entrevistas – quatro no meio urbano e quatro no meio rural. A escolaridade predominante entre os entrevistados é de ensino superior, sendo a renda média de seis salários. Dentre as suas atividades relacionadas, destacam-se: técnico da Emater, empregados e produtores rurais.

Em relação ao *conceito de paisagem* expresso pelos entrevistados salienta-se que esse está associado:

– *Ao panorama – o que se vê, a forma como se vê o mundo – agradável e bonito.*

– *À forma dos cerros e o seu contraste com a água e a vegetação.*

Quanto às *paisagens de referência* e a sua valoração numa escala de um a cinco, dada pelos entrevistados, destacam-se: o Cerro Vacaquá (5), os Cerros Verdes (5), a Fazenda Santo Antônio (5), a Estância do Cerrito (5), o Arroio Carcávia (4), o Perau (4) e o Cati (1). Estas paisagens são consideradas marcantes pela beleza natural, valor histórico e pelo contraste dos elementos que compõe a paisagem. A partir deste conjunto de paisagens selecionadas, como sendo aquelas de referência para os entrevistados, considera-se que, para o município, o *indicador geral de valoração das paisagens* deva ser dois.

As atividades desenvolvidas nas paisagens identificadas são a pecuária de forma extensiva e o plantio de pastagem de inverno. A maioria dos entrevistados afirmou que tais atividades não alteraram e nem alteram a paisagem, já que as mesmas são desenvolvidas até hoje.

Quanto ao conhecimento dos aerogeradores, demonstra-se que há um desconhecimento no que se refere ao seu uso e suas dimensões; contudo, existe praticamente uma unanimidade em favor da instalação.

No que se refere às *possibilidades de sua instalação*, poucas condições são impostas pelos entrevistados nas paisagens de referência escolhidas, como por exemplo, a Área de Proteção Ambiental do Ibirapuitã e a mata nativa. Santana do Livramento, por seu estado de depressão econômica e desestruturação social em termos da falta de novos produtores, se revelou a área mais favorável à instalação dos aerogeradores como uma nova forma de inserção econômica.

Em relação ao instrumento aplicado na construção da paisagem do futuro com os aerogeradores, os entrevistados são praticamente unânimes na não alteração da forma e da funcionalidade da paisagem. O aspecto relacionado à alteração na sua funcionalidade seria os impactos gerados pelos aerogeradores, relacionados à criação de gado.

Planalto das Missões – Município de Giruá **Indicador de valoração da paisagem: três**

O município de Giruá encontra-se no Corede Missões, segundo o Atlas Socioeconômico: Estado do Rio Grande do Sul (2002), e no Planalto das Missões, segundo o Atlas Eólico do Estado do Rio Grande do Sul (2002).

Os sistemas agrários que se destacam são: a lavoura com a produção de soja, trigo e mandioca, e a pecuária com os rebanhos bovinos e suínos – tendo destaque a produção de leite. Em termos da estrutura fundiária, o município se insere num percentual em torno de 20% da sua área com propriedades acima de 500 ha.

Neste município foram realizadas 11 entrevistas – quatro no meio urbano e sete no meio rural. A escolaridade predominante entre os entrevistados é de ensino médio completo, sendo sua renda acima de 10 salários mínimos como a mais expressiva entre eles. Suas atividades estão relacionadas, essencialmente, às de produtores rurais, aos técnicos da cooperativa agrícola, aos comerciantes e aos educadores.

Em relação ao *conceito de paisagem* expresso pelos entrevistados, salienta-se que este está associado:

– *Aos elementos que compõem a natureza*, sendo mencionados como referência *aquilo que se enxerga: algo bonito, o verde e as plantas que compõem a vegetação (o campo e o mato)*.

– *À paisagem natural e a construída*.

Quanto às *paisagens de referência* e a sua valoração numa escala de um a cinco, dada pelos entrevistados, destacam-se: a cascata do Comandaí (5), os Butiazais (5), a Área verde (3) – situada no meio urbano de propriedade municipal, as nascentes do rio Santa Rosa (4), Passo das Pedras (4) e a fazenda Invernada Grande do Comandaí (5). Estas paisagens são consideradas marcantes pela beleza natural, bem estar, proteção da natureza, valor histórico e ponto turístico. A partir deste conjunto de paisagens selecionadas, como sendo aquelas de referência para os entrevistados, considera-se que, para o município, o *indicador geral de valoração das paisagens* deva ser três.

A paisagem é referenciada pelos elementos que compõem a natureza, associado principalmente à representatividade da vegetação – de campo e de mata. Mas, além da paisagem considerada natural, existe a modificada, que é, essencialmente, aquela produzida pelas sociedades humanas ao longo do tempo, inicialmente com a pecuária e depois com a agricultura. Nesse contexto, não se reconhece mais a paisagem florestal anterior como sendo uma paisagem de referência, e sim as paisagens passadas como a pecuária que, a partir dos anos 1940 e 1960, passam a ceder espaço aos cultivos de trigo e soja respectivamente.

Quanto ao conhecimento sobre os aerogeradores, demonstra-se que há uma desinformação generalizada no que se refere ao seu uso e suas dimensões, indicando a necessidade de uma maior divulgação, até mesmo para argumentar favoravelmente e evitar possíveis reações pelo fator surpresa, quando da sua implantação. Tem-se que considerar a parcela dos entrevistados que são contrários à instalação em suas paisagens de referência e até mesmo em suas propriedades.

No que se refere às *possibilidades de sua instalação*, diversas condições são propostas em função dos interesses difusos dos entrevistados: em campo aberto, no meio da lavoura, em lugares isolados, próximos às torres de alta tensão em grandes propriedades e onde não haja influência na agricultura. Quanto às *restrições* para a sua instalação, são mencionadas as proximidades da área urbana, as paisagens ou os locais de interesse de preservação do patrimônio histórico e junto às nascentes de cursos d'água.

Em relação à *paisagem do futuro*, elaborada pela visualização de fotografias que incorporam os aerogeradores nas paisagens reconhecidas pelos entrevistados, a maioria dos entrevistados manifesta haver alterações nos aspectos relativos à *forma* e à *funcionalidade da paisagem*. Em termos de alterações na sua funcionalidade se destacam: as mudanças no espaço físico disponível para a atividade agrícola e o ruído gerado pelos aerogeradores, em função da proximidade do gado.

Serra Geral – Município de São Francisco de Paula
Indicador de valoração da paisagem: três

O município de São Francisco de Paula encontra-se no Corede Hortênsias – Planalto das Araucárias, segundo o Atlas Socioeconômico: Estado do Rio Grande do Sul (2002), e na Serra Geral, segundo o Atlas Eólico do Estado do Rio Grande do Sul (2002).

Os sistemas agrários que se destacam são: a lavoura com a produção de batata-inglesa, alho, repolho, beterraba e o plantio de árvores exóticas (pinus); e a pecuária com os rebanhos bovinos e suínos – tendo destaque a produção de leite. Em termos da estrutura fundiária, o município se insere num percentual entre 40 e 60% da sua área com propriedades acima de 500 ha.

Neste município foram realizadas nove entrevistas – seis no meio urbano e três no meio rural. A escolaridade predominante entre os entrevistados é de ensino superior completo, sendo sua renda entre 05 e 10 salários mínimos. Suas atividades estão relacionadas, essencialmente, às de produtores rurais, aos administradores de órgãos públicos e aos comerciantes.

Em relação ao *conceito de paisagem* expresso pelos entrevistados, salienta-se que este está associado:

– A tudo que se vê, olhar no horizonte – é a natureza, um jardim, um campo e uma mata com araucária.

– A tudo que engloba o ecossistema (fauna, flora, relevo dos morros, rios lagos e açudes).

– Ao conjunto de elementos que formam a paisagem, tanto natural como modificada.

Quanto às *paisagens de referência* e a sua valoração numa escala de um a cinco, dada pelos entrevistados, destacam-se: campos de cima da serra (5), Passo do S (5), Passo da Ilha (5), Josafá (5), Fazenda Cascaes (4), arroio Ribeirão e rio Tainhas (3). Estas paisagens são consideradas marcantes pela variedade de plantas e pela biodiversidade – singularidade da paisagem em conjunto com a grande quantidade de nascentes, preservação e áreas intocadas, beleza natural e o relevo. A partir deste conjunto de paisagens selecionadas, como sendo aquelas de referência para os entrevistados, considera-se que, para o município, o indicador geral de valoração das paisagens deva ser três.

Em termos de reconhecimento de paisagens do passado e das atuais, considera-se que a pecuária faz parte do contexto da paisagem, alterando menos do que a agricultura (cultivos), a silvicultura (pinus) e o extrativismo praticado na retirada da vegetação. Além desses, é apontado, em menor escala, o ecoturismo como uma atividade que altera a paisagem.

Quanto ao conhecimento dos aerogeradores, demonstra-se que há informação, que de certa forma é associada aos contatos realizados por empreendedores junto aos interessados, localizados em áreas preferenciais para a sua instalação. Grande parte dos entrevistados considera uma boa alternativa de geração de energia, menos impactante que uma hidrelétrica, economicamente favorável e menos poluente, exceto em relação ao ruído.

É importante considerar a parcela dos entrevistados que não tem a noção do tamanho dos aerogeradores, assim como tem enorme rejeição a sua instalação nas paisagens de referência.

No que se refere às *possibilidades de sua instalação*, diversas condições são propostas em função dos interesses difusos dos entrevistados: nas áreas degradadas, principalmente, onde há pinus; no Cerrito e na várzea de São João; em campo aberto sem mata em meio à lavoura. Quanto às *restrições* para a sua instalação, é mencionada a proximidade da área urbana e de residências.

Em relação à *paisagem do futuro*, elaborada pela visualização de fotografias que incorporam os aerogeradores nas paisagens reconhecidas, todos os entrevistados manifestaram alterações nos aspectos relativos à *forma da paisagem*; e parte dos entrevistados, em relação à funcionalidade da paisagem. Em termos de alterações na sua funcionalidade, se destacam aquelas que se relacionam diretamente com a paisagem: o ecoturismo e a pecuária.

No que se refere aos cuidados que devem ser tomados, caso haja a instalação dos aerogeradores, são mencionados os seguintes: a fauna e a flora – em especial a mata nativa; as nascentes e os cursos d'água em geral e os acessos rodoviários.

Litoral Norte – Municípios de Osório, Tramandaí e Imbé **Indicador de valoração da paisagem: três**

Os municípios de Osório, Tramandaí e Imbé participam do Corede Litoral, segundo o Atlas Socioeconômico: Estado do Rio Grande do Sul (2002), e no litoral norte, segundo o Atlas Eólico do Estado do Rio Grande do Sul (2002).

Os sistemas agrários que se destacam são a rizicultura, bananicultura e hortifrutigranjeiros; na pecuária, o destaque é dos rebanhos bovinos de corte e de leite nos municípios de Osório e Tramandaí. A área rural de Tramandaí é a maior produtora de grama jardim do Estado. Em termos da estrutura fundiária, os municípios de Imbé, Osório e Tramandaí se inserem num percentual em torno de 20%, 40% e 60%, respectivamente, de suas áreas com propriedades acima de 500 ha. Os municípios de Imbé e Tramandaí possuem

como atividades econômicas importantes o comércio em geral, o turismo e a indústria da construção civil.

Nesse município foram realizadas 29 entrevistas – 19 no meio urbano, seis no meio rural e quatro ocasionais (segunda moradia). A escolaridade predominante entre os entrevistados é de ensino superior, sendo sua renda acima de cinco salários mínimos. Suas atividades estão relacionadas, essencialmente, aos produtores rurais, técnicos da Emater, comerciantes, advogados, arquitetos, pescadores, aposentados, administradores de órgãos públicos e educadores.

Em relação ao *conceito de paisagem* expresso pelos entrevistados, salienta-se que este está associado:

– *Aos elementos que compõem a natureza, sendo mencionados como referência aquilo que se enxerga, algo bonito – a beleza natural, o verde e as plantas que compõem a vegetação: o campo, a mata, as cachoeiras, as lagoas.*

– *À paisagem natural e a construída.*

– *Ao cenário: caracterizando um espaço que ocupamos.*

– *À flora, à fauna, às rochas, ao solo e à água de um determinado local.*

Quanto às *paisagens de referência* e a sua valoração numa escala de um a cinco, dada pelos entrevistados, destacam-se: Morro da Borrúsia (5), rio Maquiné (5), Cascata da Borrúsia (5), campo de dunas entre Tramandaí e Cidreira (5), Lagoa do Palmital, Malvas e Pinguela (5), barra do rio Tramandaí (5), o mar (5), Mata Atlântica (5), cascata do Guarapiá (5), portos antigos e comunidades pesqueiras (5), Guarita de Torres (4), escarpa do Planalto/Lagoa (5), Itaimbezinho (5), Lagoa da Custódia (5), rio Três Forquilhas (5), Parque Aparados da Serra (5) e os Cânions (5). Estas paisagens são consideradas marcantes pela beleza natural, bem estar, proteção da natureza, valor histórico e ponto turístico. A partir deste conjunto de paisagens selecionadas, como sendo aquelas de referência para os entrevistados, considera-se que, para os municípios, o indicador geral de valoração das paisagens deva ser três.

Em termos de reconhecimento de paisagens do passado e das atuais, considera-se que a pesca e o turismo fazem parte do contexto da paisagem, alterando menos do que a extrativista e o crescimento urbano que esses municípios vêm mostrando. Além desses, é apontada, em menor escala, a rizicultura como sendo uma atividade agrícola que está alterando a paisagem no que se refere à drenagem dos recursos hídricos, abundantes na área da pesquisa e de grande valor paisagístico por parte dos entrevistados.

Em relação ao conhecimento sobre o uso dos aerogeradores como fonte de geração de energia, com exceção de um entrevistado, os demais já ouviram falar sobre essa alternativa de produção de energia (principalmente pelos meios

de comunicação). Consideram uma alternativa de baixo impacto ambiental, quando comparada com as outras fontes de geração de energia.

Quanto aos *aerogeradores instalados nas paisagens de referência* escolhidas pelos entrevistados, houve um equilíbrio, dependendo do local, da quantidade e da obtenção de maiores informações a respeito dos aerogeradores.

No que se refere às possibilidades de sua instalação, diversas condições são propostas em função dos interesses difusos dos entrevistados: em campo aberto, em lugares isolados, nas áreas que já estão previstas, longe dos centros urbanos, nas áreas em que há florestamento e distante das paisagens de interesse turístico.

Quanto às *restrições* para a sua instalação são mencionadas as proximidades da área urbana, as paisagens ou os locais de interesse de preservação do patrimônio histórico, na encosta com Mata Atlântica (por exemplo, morro da Borrúsia), junto às nascentes de cursos d'água e próximas às lagoas. Destaca-se também a preocupação dos entrevistados quanto ao local de acesso para visitação do Parque Eólico, quanto à segurança do local.

Em relação à paisagem do futuro, elaborada pela visualização de fotografias que incorporam os aerogeradores nas paisagens reconhecidas pelos entrevistados, a maioria manifestou haver alterações nos aspectos relativos à forma da paisagem; e a minoria, em relação à funcionalidade da paisagem.

Constatou-se também o reconhecimento do parque eólico como uma atração turística para o município de Osório (num primeiro momento) e uma preocupação com a infraestrutura necessária para os turistas.

Conclusão

A categoria paisagem é reconhecida por todos os entrevistados, independente de escolaridade, atividade, idade e renda, sendo mais evidente o aspecto estético, como também o patrimônio histórico (Pinheiro Machado). O estudo da paisagem revela aquelas consideradas não transformadas (vegetação nativa e pecuária) e aquelas já modificadas (áreas de agricultura e silvicultura).

Quanto à informação sobre os aerogeradores, avalia-se que deva ser realizada uma divulgação mais ampla junto à comunidade que será espacialmente envolvida com a sua instalação. Neste sentido, considera-se de grande importância o papel do órgão licenciador e do(s) empreendedor(es) junto às instituições e à sociedade civil organizada (prefeituras, instituições de caráter técnico, sindicatos, meios de comunicação, etc.), no sentido de divulgar as informações técnicas e os sítios de interesse para a instalação dos aerogeradores.

Sugere-se que estas ações sejam realizadas amplamente, além do que já se prevê por lei, como no caso das Audiências Públicas.

Destaca-se que a *desinformação* pode potencializar o risco do fator surpresa junto à comunidade local. Isto é, pelo sigilo de certas informações quanto à possível instalação dos aerogeradores em determinada área, pode ser gerada uma rejeição a sua instalação nas paisagens de referência daquela comunidade, ou mesmo de forma generalizada nas propriedades previamente selecionadas pelo(s) empreendedor(es).

O instrumento aplicado da *paisagem do futuro* com os aerogeradores instalados mostrou-se eficaz; isto é, ao se introduzir este novo elemento na paisagem e dar ao entrevistado a dimensão escalar, estes reconhecem e se manifestam perante as mudanças na *forma* e na *funcionalidade* da paisagem.

Quanto às restrições e aos cuidados no momento da sua instalação, destacam-se a flora, a fauna, as paisagens ou os locais de interesse de preservação do patrimônio histórico, as proximidades da área urbana, os sistemas fluviais e os acessos nas propriedades.

Mesmo que o estudo da paisagem não se centre nas características socioeconômicas, estas se revelam como decisórias em relação à instalação ou não dos aerogeradores.

Referências

- BERINGUIER, C.; BERINGUIER, P. Manières paysagères une méthode d'étude, des pratiques. In: GEODOC. Toulouse: Université de Toulouse, 1991, p. 5-25.
- BERQUE, Augustin. Les raisons du paysage – de la Chine antique aux environnements de synthèse. Paris: Editions Hazan. 1995.
- BERTRAND, George. Paysage et géographie physique globale. Esquisse méthodologique. Revue géographique des Pyrénées et du SO, Toulouse, 39 (2), p. 249-272, 1968.
- _____. Le paysage entre la nature et la société. In: ROGER, Allain (Org.). La théorie du paysage en France (1974-1994). Seyssel: Éditions Champ Vallon, 1995.
- BOLÓS, Maria (Org.). Manual de Ciencia del paisaje – teorías, métodos y aplicaciones. Barcelona: Ed. Masson S. A., 1992. (Colección de Geografía).
- CENIQUEL, Mario. Paisagem urbana, cenário e percepção: a noção de memória como componente metodológico do projeto. Paisagem e Ambiente: Ensaios, São Paulo, n. 6, 1994.
- DEL RIO, Vicente. Paisagem, realidade e imaginário: a percepção do cotidiano. Paisagem e Ambiente: Ensaios, São Paulo, n. 5, 1997.
- DEGREAS, Helena Napoleon. Paisagem e proteção ambiental: algumas reflexões sobre conceitos, desenhos e gestão do espaço. Paisagem e Ambiente: Ensaios, São Paulo, n. 4, 1982.

SERPA, Ângelo. Clonagem de paisagens: como alguns projetos de intervenção transformam as paisagens urbanas em não-lugares. *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, São Paulo, n. 12, dez. 1999.

SANTOS, Emmanuel Antonio dos. Paisagem: abordagem e investigação. *Paisagem e Ambiente: Ensaios*, São Paulo, n. 3, 1989.

ROUGERIE, Gabriel; BEROUTCHACHVILI, Nicolas. *Géoystèmes et Paysages: bilan et méthodes*. Paris: Armand Colin Éditeur, 1991.

TUAN, Yi Fu. *Topophilia. A study of environmental perception, Attitudes and Values*. New Jersey: Prentice-Hall/Englewood Cliffs, 1974.

VERDUM, Roberto; VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos; PINTO, Bruno Fleck; CABRALES, Rene. Percepção da paisagem na instalação de aerogeradores no Rio Grande do Sul. XII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada – Natureza, Geotecnologias, Ética e Gestão Territorial. V. 1. Natal: Departamento de Geografia/CCHLA/UFRN, 2007, p. 1-20.

Impacto na paisagem gerado pelo Parque Eólico de Osório, sob a visão dos moradores: análise de resultados e metodologia utilizada

Josiane Daitx

The answer is blowin' in the wind
Bob Dylan

Introdução

Após a crise internacional do petróleo (década de 1970) e do amadurecimento da ideia de preservação/responsabilidade ambiental, têm-se buscado, cada vez mais, alternativas ao modelo energético tradicional, baseado em fontes poluentes e não renováveis. A energia eólica, pois, apresenta-se como uma destas alternativas, uma vez que é uma energia renovável, isto é, obtida de uma fonte natural capaz de se regenerar e, por conseguinte, virtualmente inesgotável. Além disso, pode-se afirmar que a sua disponibilidade – tanto presente quanto futura – é garantida, assim como os seus efeitos na natureza são claramente menos nocivos que os produzidos pelas fontes energéticas tradicionais.

No entanto, aponta-se que os principais impactos socioambientais negativos causados pela geração de energia elétrica por meio de turbinas eólicas são os sonoros e os visuais. Quanto aos sonoros, atribui-se ao ruído dos rotores. Quanto aos visuais, por sua vez, imputa-se à aglutinação de torres e aerogeradores, em especial, nas fazendas eólicas, onde a quantidade de turbinas é considerável. “Apesar de efeitos negativos, como alterações na paisagem natural, esses impactos tendem a atrair turistas, gerando renda, emprego, arrecadações e promovendo o desenvolvimento regional” (Aneel, 2005).

No final da BR-290, rodovia que liga Porto Alegre ao litoral norte do Rio Grande do Sul e, logo adiante, na rodovia RS-030, é possível ver e admirar

os cataventos do Parque Eólico de Osório. Finalizado e em funcionamento desde 2007, causou um grande impacto paisagístico na região, sobretudo para os moradores do município de Osório, onde se localiza; e, além disso, as 75 torres de aerogeradores (com mais de 100 metros de altura) mudaram – significativamente – a perspectiva dos habitantes locais sobre a paisagem que os circunda.

Motivada pelas questões mencionadas acima, no segundo semestre do ano de 2007, no curso de Bacharelado em Geografia, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a orientação do prof. dr. Roberto Verдум, realizei o meu trabalho de conclusão de curso. O objeto daquele trabalho foi não só identificar os impactos na paisagem (forma da paisagem) gerados pela instalação do Parque Eólico de Osório, mas também, partindo da premissa de paisagem como potencial criativo/metodológico para a elaboração de diagnósticos ambientais, desenvolver um método que revelasse, de modo mais fidedigno possível, a percepção da população local sobre o parque e, ainda, de que forma este alterou a dinâmica das relações cotidianas da população no entorno das torres (funcionalidade da paisagem).

O presente artigo, pois, tem por escopo divulgar e relatar, essencialmente, tanto o método desenvolvido para realizar a pesquisa supramencionada como os resultados nela obtidos. A fim de realizar tal tarefa, preliminarmente, convém salientar que o texto foi dividido em duas partes fundamentais.

Assim sendo, inicialmente, será abordada a forma pela qual se construiu a estrutura metodológica da pesquisa – cujo fundamento essencial foi a elaboração e aplicação de um questionário – e, concomitantemente, serão relatadas as visitas realizadas à região e os seus respectivos objetivos. Foram feitas, fundamentalmente, três visitas com as seguintes metas: na primeira, uma cognição global do Parque Eólico e dos territórios adjacentes; na segunda, um mapeamento e divisão da área conforme conveniente para a pesquisa; na última, a aplicação do questionário elaborado à população local.

Em um momento posterior, serão examinados os dados obtidos com a aplicação do questionário aos habitantes locais. Além do mais, nessa parte, serão analisadas – de forma pormenorizada – as perguntas elaboradas e as respostas alcançadas, para proporcionar uma avaliação crítica da pesquisa. Ao todo, foram feitas 18 (dezoito) perguntas, as quais versaram sobre temáticas como o conhecimento básico sobre o Parque, as alterações percebidas na paisagem, o desconforto sonoro proveniente do funcionamento dos aerogeradores, entre outras.

Além disso, por uma questão de precisão terminológica, é importante definir o que se entende por “paisagem”, já que tal aspecto resgata

a ideia de dinâmica de elementos naturais e antrópicos, possibilitando, assim, o diagnóstico de ações e acontecimentos atuais e do passado em determinada área.

Nesse sentido, Hardt afirma que a paisagem

[...] pode ser interpretada como combinação dinâmica de elementos naturais (físico-químicos e biológicos) e antrópicos, inter-relacionados e interdependentes, que, em determinado período de tempo, espaço e momento social constituem um conjunto único e indissociável, equilibrado ou não, em permanente evolução, produzindo percepções mentais e sensações estéticas (Hardt e Hardt, 2008).

Assim sendo, pode-se afirmar que a paisagem é uma associação de elementos naturais e/ou antrópicos, dinamizados entre si ou individualmente, através do tempo, e que, quando observados em determinado momento, se compõem como conjunto indivisível.

Por fim, neste artigo pretende-se contribuir com a construção de novos questionamentos, já que, como afirma o sociólogo Edgar Morin, “conhecer e pensar não é chegar a uma verdade absolutamente certa, mas dialogar com a incerteza” (Morin, 2001).

Metodologia desenvolvida

Levando-se em conta a complexidade metodológica que a pesquisa exploratória demanda, foram realizadas três visitas na região do Parque Eólico de Osório: a primeira para (re)conhecimento geral do Parque e do território adjacente; a segunda com o intuito de especificar, delimitar e subdividir as áreas de interesse; e, por fim, a terceira, na qual foi realizada a aplicação do questionário.

A partir da primeira visitação e de dados bibliográficos anteriormente pesquisados sobre a região, constatou-se que o município de Osório, no Rio Grande do Sul, Brasil, está localizado no nordeste do estado, pertencendo ao COREDE¹ Litoral e à Aglomeração Urbana do litoral norte,² como se

¹ COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento, criados pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994, são um fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional para o Estado do Rio Grande do Sul.

² Em maio de 2004 foi instituída a Aglomeração Urbana do Litoral Norte. A região possui 231.753 habitantes e é formada pelos municípios de Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné,

pode observar na Figura 1. No entanto, é importante salientar que o trabalho abrange, apenas, o entorno do complexo de geração de energia eólica, não contendo outras áreas do município. Ademais, destaca-se que, como a RS-030 delimita o Parque, esta foi utilizada para representar a linha de referência para a aplicação do questionário.

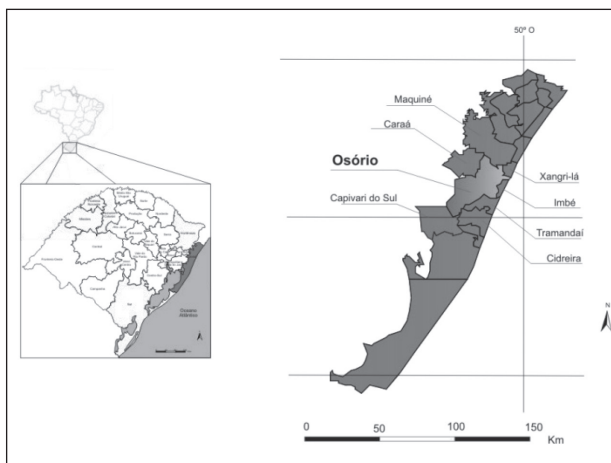


Figura 1. Mapa de localização da área de estudo, município de Osório – RS.

Fonte: elaborado pela autora a partir do Atlas Socioeconômico do Rio Grande do Sul, disponível em <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=26>>.

Segundo Strohaecker (2007):

Osório é classificado, dentre os municípios do litoral norte do Rio Grande do Sul, como um Município Urbano Permanente. Os municípios urbanos permanentes consolidados são de médio porte, apresentam características predominantemente urbanas, com população na faixa dos 35-40 mil habitantes, e com um significativo número de domicílios ocupados o ano inteiro, ou seja, mais de 30% dos domicílios são ocupados permanentemente.

Mais adiante, quanto às características principais dos municípios urbanos permanentes, a professora destaca que

Morrinhos do Sul, Osório, Palmares do Sul, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-lá.

[...] esses municípios são relativamente antigos do ponto de vista político-administrativo, estão localizados sobre a barreira IV da planície costeira, adjacentes à orla, e de seus territórios foram desmembrados muitos municípios com perfil atualmente de segunda residência. Constatou-se que mesmo com as emancipações, esses municípios não perderam população, ao contrário, apresentaram incremento populacional decorrente de suas funções polarizadoras na região no tocante à concentração de investimentos públicos e privados (Strohaecker, 2007).

Eles apresentam um bom grau de desenvolvimento, apesar de nos últimos anos, terem se acentuado as desigualdades socioeconômicas e as migrações de estratos de menor rendimento. São os municípios que conformam os polos de centralidade da região, aglutinando as funções de especialização para atendimento dos municípios vizinhos.

Além disso, no que se refere especificamente ao Parque Eólico, pode-se destacar que ele é considerado o maior projeto de energia eólica da América Latina, sendo subdivididos em três parques – Osório, Sangradouro e Índios. Esse empreendimento, que passou a operar em sua integralidade em janeiro de 2007, tem um total de 75 aerogeradores e uma potência instalada de 150 MW, capaz de produzir 425 milhões de kW/h por ano de energia – o suficiente para abastecer anualmente o consumo residencial de cerca de 650 mil pessoas em Porto Alegre.³

Quanto à morfologia e à ocupação do solo – considerando o relevo da área como um elemento fundamental para análise em relação à paisagem – é importante destacar que o município de Osório está localizado em uma área de transição entre duas grandes unidades morfoestruturais: a Bacia Sedimentar do Paraná e a Bacia Sedimentar de Pelotas. É interessante, portanto, salientar que estas duas grandes unidades abrigam duas morfoesculturas: o Planalto Meridional e a Planície Costeira do Rio Grande do Sul (Strohaecker, 2007).

O uso do solo, na região do Parque, é preponderantemente de pastoreio e plantação de arroz, visto que a instalação está localizada na zona rural de Osório. Os registros fotográficos (Figura 2) e a observação, feitos em campo, apontam a continuidade no uso do solo para os mesmos fins.

³ Dados obtidos no sítio da Prefeitura Municipal de Osório: <http://www.osorio.rs.gov.br>.



Figura 2. Fotografia de um dos aerogeradores do parque cercado de rebanho bovino.

Fonte: Josiane Daitx.

Em seguida foi realizada a segunda visita ao local, com o objetivo de demarcar e especificar a área, para a posterior aplicação do questionário. Deste modo, delimitou-se a subdivisão de quatro áreas de interesse, a fim de organizar, mapear e valorizar os diferentes pontos de vista em relação ao Parque, como ilustra a Figura 3.

Para dar início ao desenvolvimento de uma linha de pesquisa para com os moradores adjacentes ao Parque, foi necessário o desenvolvimento de um questionário como principal estrutura metodológica. Este instrumento de acesso e coleta de informações foi elaborado especialmente para este fim – não foi utilizado nenhum modelo anteriormente existente. As questões foram desenvolvidas através de reflexões e observações construídas na primeira visitação a Osório. Os questionamentos elaborados procuram atender os fins da pesquisa, de modo que o questionário contém 18 perguntas, distribuídas entre objetivas e descritivas, objetivando mapear o contexto em relação aos atores locais sobre a instalação do Parque.

Por fim, a terceira visita de campo a Osório, serviu para a aplicação do questionário. Foram entrevistados 30 moradores no entorno do Parque, obedecendo aos preceitos, quanto as quatro diferentes áreas, já estabelecidas. O

número de entrevistas escolhido garante uma boa amostragem para pesquisas deste porte. Após dois dias de coleta de dados em entrevistas com moradores e já de posse das informações obtidas através dos questionários, foi o momento de aglomerar os inúmeros dados objetivos e descritivos em uma planilha, para melhor organização e visualização do todo, onde as respostas objetivas (quantitativas) foram absorvidas como números e as respostas descritivas (qualitativas) foram transcritas com fidedignidade, analisadas e, quando viável e conveniente, transformadas em dados estatísticos.

Como foi aplicado o mesmo questionário para as quatro diferentes áreas do entorno, a fim de unificar a pesquisa, o próximo passo foi separar as respostas pelos respectivos grupos (áreas). Em seguida, catalogar conforme os diferentes tópicos existentes dentre as 18 perguntas – como: conhecimentos básicos do Parque, mudanças observadas na paisagem, desconforto sonoro, etc.



Figura 3. Mapa dos grupos de moradores entrevistados em Osório/RS.

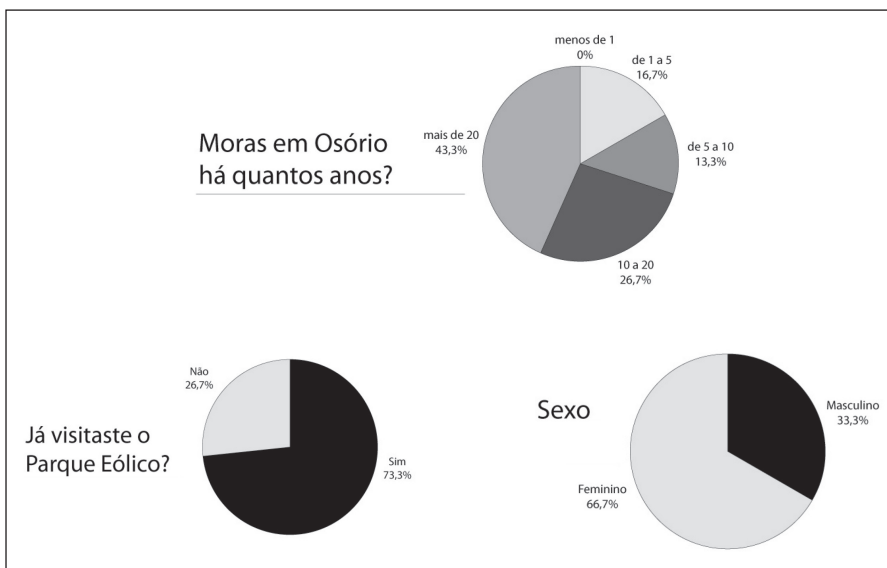
Fonte: Elaborado pela própria autora a partir de programa de visualização de imagens de satélite Google Earth.

Análise dos resultados

É importante salientar que antes da efetiva aplicação das perguntas do questionário aos atores locais, foram estabelecidas duas condições *sine quibus non*: saber se de fato residiam e/ou trabalhavam naquela área e, também, se avistavam o parque diariamente de suas casas ou de seus locais de trabalho.

A seguir apresentamos os resultados, analisados em gabinete.

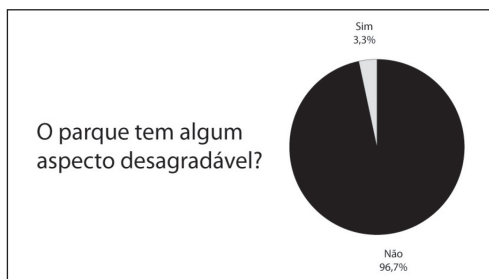
Breve perfil dos entrevistados:



Esta questão que segue foi tida como a mais relevante e reveladora para esta presente pesquisa. Quando perguntados sobre se a visualização do Parque era tida como agradável para cada indivíduo questionado, as respostas foram unânimes, todos os 30 entrevistados consideram a visão do Parque agradável, ou seja, 100% dos moradores, dos quatro diferentes grupos e localizações, mesmo com seus diferentes ângulos e pontos de vista, simpatizam com o novo visual concedido àquela área próxima de suas casas.

Foi questionado se os moradores tinham alguma observação desagradável a respeito da instalação do Parque. Interessante perceber que, com exceção de um morador que afirmou se incomodar com o fato de os fios da rede de distribuição do Parque passarem justamente em frente à sua casa, os demais afirmaram que nada lhes trazia aspectos desagradáveis.

Nota-se que a observação negativa do morador refere-se a um aspecto secundário, pois este não toca diretamente à paisagem do Parque. Todavia, este dado foi valorizado no trabalho, uma vez que os cabos de distribuição intervêm diretamente na paisagem do observador entrevistado.



A função do Parque é do modo de cada morador, clara e correta. Pois quando perguntados sobre qual seria a serventia da instalação das torres eólicas, as respostas foram assertivas e mesmo que sem muitas explicações técnicas, foram bem associadas à captação de energia e inclusive quatro entrevistados relacionaram o Parque como fonte de energia não poluente, renovável e limpa.

Os resultados trazidos e analisados anteriormente descrevem uma subdivisão, existente no questionário, onde este incluía perguntas iniciais básicas que expressaram o conhecimento dos moradores em relação ao Parque. A seguir estarão expostas análises de percepção frente às mudanças paisagísticas trazidas pela instalação do complexo eólico, descrita pelos moradores.

No que diz respeito às mudanças ocorridas na paisagem, após a instalação do Parque, os resultados foram conclusivos: 100% dos habitantes entrevistados afirmaram ter compreendido mudanças de paisagem. É importante destacar que algumas perguntas tiveram caráter de intencionalidade, ou seja, buscou-se a caracterização da paisagem a partir de uma ótica temporal. Onde foi solicitado aos moradores que descrevessem e caracterizassem a paisagem do entorno de onde vivem, antes e depois da instalação das torres eólicas. Para melhor planificar e perceber os diferentes pontos de vista dos entrevistados a respeito do período anterior à instalação, as respostas foram divididas conforme as quatro áreas já mencionadas.

Área 1: Paisagem anterior ao Parque predominantemente de vegetação. Entrevistados responderam, com frequência, que “só havia mato”.

Área 2: Além de referências a respeito da predominante vegetação, neste grupo foram muito citados os estabelecimentos comerciais, comuns na área, assim como a “vista do morro” (Borrússia).

Área 3: Este grupo de moradores é aquele no qual a área está localizada mais próxima aos aerogeradores. Estes entrevistados caracterizaram a paisagem anterior ao Parque como predominantemente de campo, “verde”, onde os acessos eram poucos, precários, relativamente estreitos e sem grandes cuidados.

Área 4: Aqui registraram-se depoimentos muito semelhantes aos já citados nos grupos anteriores, quanto à forte presença de vegetação e campos e do Morro da Borrússia, salientando que esta área está localizada próximo ao sopé deste Morro. Além desta paisagem, foi muito citada a vista da Lagoa dos Barros, as estradas RS-030 e *Free-way* e também algumas casas já existentes.

Em seguida, cada entrevistado teve de descrever a paisagem que avistava, diariamente, após a chegada dos cataventos. Neste caso não foi necessário recorrer à divisão por áreas, para uma melhor planificação e análise, pois os depoimentos foram extremamente semelhantes. Inicialmente, 100% dos entrevistados citaram a presença das novas turbinas, como parte da nova paisagem cotidiana. Depois, a resposta tida como mais recorrente foi aquela na qual os moradores classificavam a paisagem atual como mais bonita que a anterior. Para 84% dos entrevistados, as mudanças na paisagem extrapolam a presença dos aerogeradores, pois houve um aumento no número de casas nos arredores, assim como um maior fluxo de carros e pessoas (moradores e/ou turistas) nas ruas. É importante salientar que Osório é um município que fica a caminho do litoral, ou seja, muitas pessoas que se dirigem às praias gaúchas passam pelos arredores do Parque. Portanto, foi percebido pelos moradores que, atualmente, os carros, que antes apenas passavam, agora costumam parar, para os ocupantes dos veículos fotografarem a vista e muitos buscam perguntar aos moradores do seu entorno maiores informações sobre o complexo eólico.

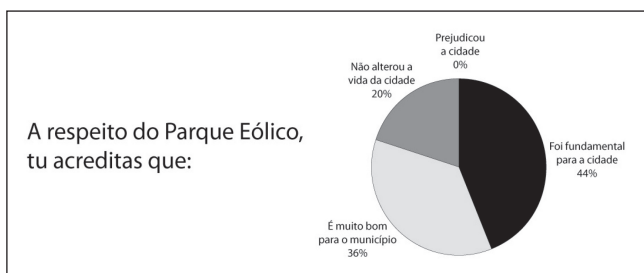
Interessante perceber que a paisagem noturna também foi alterada: um entrevistado trouxe a informação de que, à noite, são acesas pequenas luzes vermelhas em cada torre aerogeradora, e que, segundo ele, era bonito e diferente observar tais pontos de luz na noite calma das proximidades. Este momento tornou clara a riqueza trazida pelas entrevistas e a importância de questionamentos descritivos em uma pesquisa construída para este fim, pois existem detalhes e particularidades que apenas são possíveis de serem obtidos através de perguntas discursivas com a população local, inserida no contexto diariamente.

Foi ainda questionado sobre quais seriam as mudanças mais observadas quanto aos aspectos: visuais, sonoros, econômicos, infraestruturais, entre

outros. Aqui existia a possibilidade de citar mais de uma alternativa, dentre as propostas. Todos citaram primeiramente o aspecto visual, em seguida as respostas se dividiram entre o aumento no trânsito de carros e de pessoas. Foi mencionado o fomento na área comercial e imobiliária, além da arrecadação da prefeitura que, segundo os moradores, dobrou em razão das taxas advindas da instalação do Parque, pelo uso do terreno, ainda que muitos tenham reclamado sobre a expectativa acerca das promessas de investimentos na qualidade da infraestrutura e lazer para os moradores. Por outro lado, alguns salientaram a ocorrência de uma pequena melhoria em determinadas ruas e na iluminação pública.

Uma questão que costuma gerar muita polêmica, quando se trata de geradores eólicos, é a dos impactos sonoros. Portanto, foi questionado aos moradores se o ruído das turbinas os incomodava, partindo do pressuposto que existe um ruído. A resposta foi determinante: 100% das respostas foram negativas quanto a qualquer espécie de som vindo dos rotores. Salienta-se, neste ponto, que a grande maioria dos entrevistados declarou estar satisfeito com a distância existente entre o Parque e as áreas urbanizadas. Os outros moradores que não responderam a essa alternativa alegaram não ter opinião a respeito. Deste modo, pode-se afirmar que não existiram insatisfações quanto a este aspecto.

Quanto à opinião geral dos moradores entrevistados sobre o Parque em relação ao município onde vivem, registrou-se que 44% consideram a instalação fundamental para a cidade, pois este trouxe crescimento e notoriedade para Osório.



Das “paisagens referência” do município de Osório, selecionaram-se seis (Morro da Borrússia, Cascata da Borrússia, Lagoa do Palmital, Malvas e Pinguela, Mata Atlântica, Escarpa do Planalto/Lagoa e ainda a Lagoa da Custódia), entendidas como principais, e sobre elas questionou-se se, de al-

gum modo, estas foram alteradas após a instalação. Percebeu-se, com clareza, que a paisagem referência Morro da Borrússia foi a mais modificada, no sentido em que teve sua única estrada de acesso revitalizada, ou seja, asfaltada e sinalizada, ampliando muito o número de visitantes que sobem até o topo do morro para avistar o município e o Parque, de um ponto privilegiado. Em segundo lugar ficou a Lagoa dos Barros que, quando observada da estrada ou de outros determinados pontos, tem como complemento as torres, que, devido ao seu tamanho, atraem significativamente a atenção de quem olha para a Lagoa.

Além destas paisagens referência, questionou-se se, de alguma forma, os moradores observaram alguma outra modificação em paisagens cotidianas, de modo a enriquecer a pesquisa e para incluir elementos não previstos no momento de elaboração do questionário. Registrou-se então que o pôr do sol de Osório agora está complementado pelos enormes cataventos, que se situam entre os moradores e o Sol que se recolhe a cada final de tarde.

Considerações finais

No desenvolvimento deste artigo foi fundamental ter clareza sobre o conceito acadêmico de paisagem, porém, na sua aplicação, o seu uso corriqueiro e sua significação dada pelos moradores entrevistados se fizeram presentes por todos os momentos da interação de campo. Haja vista que, quando questionados sobre a paisagem, os habitantes locais prontamente erguiam seu olhar para o horizonte e olhavam para além do primeiro plano, como se buscassem enxergar além dos elementos mais próximos. Pode-se perceber que os moradores entrevistados ligavam, diretamente, paisagem com aspectos visuais relacionados ao campo, ambientes naturais, vegetação.

Nas observações feitas durante a pesquisa, eventualmente os entrevistados comentavam sobre qual seria o seu significado de paisagem, com a finalidade de buscar respaldo entre os conceitos da pergunta e os seus conceitos pessoais. Por conseguinte, é interessante, aqui, reproduzir integralmente a compreensão trazida à tona por um ator local: “[...] uma paisagem é a mesma coisa que um espaço, assim como um campo, uma montanha, prédios, uma plantação, né? É tudo que enxergo ao redor, tudo o que posso ver até onde a vista alcança” (Declaração feita pelo entrevistado número 3).

Aqui, faz-se necessário ressaltar a importância da elaboração de questões de caráter aberto, nas quais os entrevistados têm liberdade para abordar aspectos e peculiaridades apenas fornecidos por quem está inserido diretamente no

contexto, possibilitando, desse modo, a obtenção de informações relevantes e de difícil percepção para pesquisadores em gabinete.

Quanto ao conjunto de dados obtidos, um dos pontos mais importantes revelados, foi que, no caso do Parque Eólico de Osório, o ruído não foi entendido em nenhum momento como um problema. Inclusive, todos os moradores entrevistados afirmaram não ouvir qualquer onda sonora vinda das turbinas, tais como ruído motor ou aerodinâmico liberado dos rotores ou das pás. Provavelmente, isto se deve à tecnologia de ponta utilizada na implementação do parque, pois, nas turbinas, não constam as caixas de engrenagens inclusas nos sistemas mais antigos, o que reduz consideravelmente os ruídos mecânicos. Além disso, as torres foram construídas com aproximadamente 38 metros a mais que a média, o que torna os sons aerodinâmicos muito amenos, irrelevantes até mesmo a alguns metros da sua base. Ressalta-se, ainda, que a distância existente entre o Parque e as casas de moradia foi considerada adequada pelos habitantes entrevistados.

Deste modo, a análise dos dados trazidos através do questionário veio de encontro às principais questões que normalmente problematizam a instalação de parques eólicos, isto é, os resultados da pesquisa apontam uma experiência enriquecedora ao município de Osório segundo a ótica de seus moradores. Inclusive, a visão do Parque é tida como agradável, trazendo ares de modernidade e progresso, de inclusão em uma nova tendência totalmente engajada com os paradigmas ambientais.

Conclui-se, pois, que as alterações sentidas na dinâmica da cidade não se limitam apenas ao impacto visual, tais como o aumento do fluxo do trânsito e a maior circulação de pessoas. Osório, sobretudo, com a implementação do Parque, ganhou uma nova identidade, alterando, assim, de forma positiva, a própria relação da comunidade local com o contexto que a circunda. Os osorienses, portanto, concederam uma nova identidade otimista ao município, porque, para eles, este não passava de um trajeto para o litoral norte. Osório, pois, no imaginário local, passou a contextualizar-se no mundo globalizado através de um símbolo que representa a ideia de desenvolvimento limpo e responsável.

Este fenômeno ocorrido com a mudança de perspectiva e identidade dos habitantes de Osório pode ser sintetizado nas palavras de Octavio Ianni:

No âmbito da globalização de coisas, gentes e ideias, modificam-se os quadros sociais e mentais de referência. Tudo que é evidentemente local, nacional e regional revela-se também global. As relações, os processos e as estruturas características da globalização incutem em praticamente todas as realidades preexistentes novos significados, outras conotações (Ianni, 2004, p. 205).

Portanto, pode-se afirmar que, para os moradores locais, a instalação de um parque eólico – responsável pela produção de energia de forma não poluente – retirou a cidade do anonimato e a introduziu no processo da globalização de modo mais direto, tornando-se, então, um motivo de orgulho para os moradores.

Por outro lado, apesar dos benefícios elencados até então, não se pode ignorar o fato de que os entrevistados ainda guardam uma grande expectativa em relação à exploração de todo o potencial turístico que um parque eólico é capaz de fornecer, tais como a abertura do Parque para visitação, infraestrutura de lazer no Parque. Os osorienses acreditam que uma política pública neste sentido geraria o desenvolvimento do comércio e o consequente aumento de empregos.

Para finalizar, além da aceitação registrada, em relação ao Parque, foi registrado também um certo anseio por interagir com esta nova realidade paisagística, a fim de efetivar sua integração com o Parque, de modo a sentirem-se parte, de fato, deste novo horizonte, contribuindo para o equilíbrio do meio ambiente e buscando uma balança socioambiental favorável conectada às, nem tão novas, necessidades ambientais do planeta.

Referências

Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. *Atlas de Energia Elétrica do Brasil*. 2.ed. Brasília: ANEEL, 2005. Disponível em: <http://www3.aneel.gov.br/atlas/atlas_2edicao/energia_eolica/6_7.htm>. Acessado em: 3 de novembro de 2008.

AMBIENTEBRASIL. *Energia Eólica*. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./energia/index.html&conteudo=./energia/artigos/eolica.html>>. Acessado em 5 de novembro de 2007.

AMBIENTEBRASIL. *Energia Solar*. Disponível em: <<http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./energia/index.html&conteudo=./energia/solar.html>>. Acessado em 5 de novembro de 2007.

ASSOCIAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DO ALTO VALE DO ITAJAÍ – APREMAVI. *Dossiê Hidrelétrica Barra Grande*. Disponível em: <<http://www.apremavi.com.br/dossie/pbarragrande.htm>>. Acessado em 5 de novembro de 2007.

ARAÚJO, M. S. M. *Relatório de Análise do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo* (MDL) – Estudos de Caso. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 2000.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

DAITX, Josiane. O impacto da instalação do Parque Eólico em Osório: Uma análise sobre a percepção da paisagem por parte dos moradores. Trabalho de Graduação (Bacharelado em Geografia). Faculdade de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

FENILLI, Giorgia Zomer; LOCH, Carlos. *Impactos Sócio Ambientais Causados Pela Implantação da Usina Hidrelétrica Itá*. Anais do Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário, UFSC, Florianópolis. 6 a 10 de Outubro de 2002. Disponível em: <http://geodesia.ufsc.br/Geodesia-online/arquivo/cobrac_2002/092/092.HTM#2.5>. Acessado em 1 de novembro de 2007.

GREENPEACE. *Clima, Energia eólica é solução para ameaças das mudanças climáticas*. São Paulo: [s/n], 2005a.

GREENPEACE. *Energia, Energia eólica é grande alternativa para a Europa*. Amsterdã: [s/n], 2005b.

HARDT, L. P. A.; HARDT, C. *Gestão da qualidade da paisagem e de vida da população urbana: ensaio metodológico aplicado a Curitiba, Paraná*. Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu/MG, Brasil, de 29 de setembro a 3 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1739.pdf>. Acessado em 3 de novembro de 2008.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. 12.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

INATOMI, Thais Aya Hassan; UDAETA, Miguel Edigar Morales. *Análise dos impactos ambientais na produção de energia dentro do planejamento integrado de recursos*. Anais do III Workshop Brasil-Japão em Energia, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. UNICAMP (Campinas) – 23 a 24 de novembro de 2005. Disponível em: <<http://www.cori.rei.unicamp.br/BrasilJapao3/Trabalhos2005/Trabalhos%20Completo/Analise%20dos%20impactos%20ambientais%20na%20producao%20de%20energia%20den.pdf>>. Acessado em 15 de outubro de 2007.

INSTITUTO SÓCIO AMBIENTAL. A polêmica da Usina de Belo Monte. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/esp/bm/index.asp>>. Acessado em 30 de outubro de 2007.

JORNAL AMBIENTE BRASIL. *Energia Eólica*.

KARPINSKI, Cezar. *O estudo de impacto ambiental e as populações afetadas por usinas hidrelétricas: o caso de Campos Novos e Barra Grande (Santa Catarina, 1987-2003)*. Anais das XIV Jornadas de Jovens Pesquisadores da AUGM. UNICAMP (Campinas) – 13 a 15 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.cori.unicamp.br/jornadas/completos/UFSC/CA7003%20-%20Jornadas%20AUGM%20_Cezar%20Karpinski_Texto%20Completo.doc>. Acessado em 22 de outubro de 2007.

KRAFTA, Marta. *Impacto Ambiental de um Parque Eólico e Sua Minimização Através de Inovações Tecnológicas e Planejamento* – o Caso do Parque Eólico de Osório.

LANZARINI, Juliana. *Boletim Diário Canal Energia - Parque eólico de Osório deve entrar em operação comercial em 2007*, 4 de abril de 2006.

MARSAIOLI, Luis Edouard; MERA, Michel Claude Monteiro. *Impactos Ambientais das Barragens Hidrelétricas*. Disponível em: <<http://be310.sites.uol.com.br/#Inicio%202>>. Acessado em 30 de outubro de 2007.

MOREIRA, Ruy. Para que o EIA-RIMA quase vinte anos depois? In: VERDUM, R.; MEDEIROS, R. M. V. *RIMA: Relatório de Impacto Ambiental*. 5.ed. rev. ampl. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 13-18.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. Traduzido por Eloá Jacobina. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 29, n. 4, ago. 1995. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101995000400010&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em 3 de novembro de 2007.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Coordenação e Planejamento. *Atlas Socioeconômico: Estado do Rio Grande do Sul/Rio Grande do Sul*. Secretaria da Coordenação e Planejamento. 2.ed. rev. ampl. Porto Alegre: SCP, 2002.

ROSS, J. L. S. Relevo Brasileiro, uma nova proposta de classificação. *Revista Departamento Geografia*, USP, n. 4, p. 25-39, 1990.

RS VIRTUAL. *Concluída L T que liga parque eólico de Osório à subestação da CEEE*. Palácio Piratini, 7 abr. 2006.

ROBYNS, B. *As fontes de energia renováveis – eLearning tools for electrical Engineering*. [s/l]: [s/n], 2005.

STROHAECKER, Tânia Marques. *A urbanização no litoral norte do estado do Rio Grande do Sul: contribuição para a gestão urbana ambiental do município de Capão da Canoa*. V. 1. Tese (Doutorado em Geociências). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

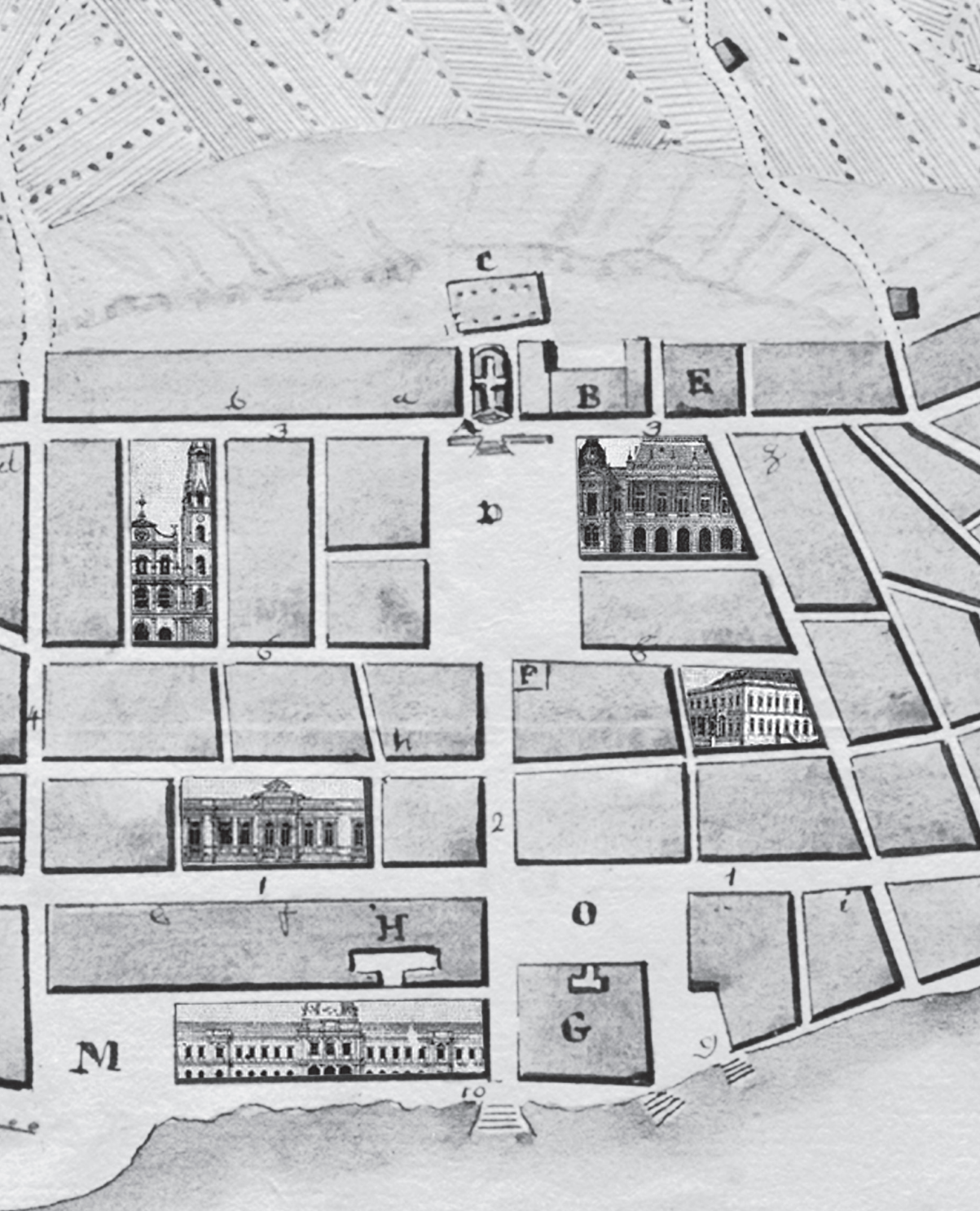
TAYLOR, D. Wind Energy. In: BOYLE, G. *Renewable Energy: Power for a Sustainable Future*. New York: Oxford University Press, 1996.

VERDUM, Roberto *et al.* *Percepção da paisagem na instalação de aerogeradores no Rio Grande do Sul*. Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada, 9 a 13 de julho de 2007. Anais e Trabalhos Completos. Natal: UFRN, 2007.

VIEIRA, Eurípedes Falcão; RANGEL, Susana Salum. *Planície Costeira do Rio Grande do Sul: geografia física, vegetação e dinâmica sócio-demográfica*. Porto Alegre: Sagra, 1988.

VILLWOCK, Jorge Alberto; TOMAZELLI, Luiz José. Geologia Costeira do Rio Grande do Sul. *Notas Técnicas*, Porto Alegre, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n. 8, p. 1-45, 1995.

VILLWOCK, Jorge Alberto. A Costa Brasileira: Geologia e Evolução. *Notas Técnicas*, Porto Alegre, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, n. 7, p. 1-47. 1994.



Paisagem na perspectiva do planejamento e valorização do patrimônio rural e urbano

Mapa de Porto Alegre (1833) disponível em: http://www.ibgrgs.org.br/cd_mapas_rs/Inicio.htm#; Ilustração do perfil da cidade de Porto Alegre (1864) – acervo do Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV) – UFRGS

Entre o aqui e o além lugar: a paisagem na cidade jardim

Cláudia Luísa Zeferino Pires

Introdução

O tema proposto para este capítulo visa considerar algumas reflexões teórico-metodológicas na leitura da geografia da Cidade Jardim de Porto Alegre através da paisagem. A paisagem apresenta-se, muitas vezes, ao nosso olhar, com formas diferenciadas possuindo espaços intercalados ora com elementos naturais, ora socioculturais, caracterizada por uma dimensão estética que se materializa através da apropriação territorial. O desafio que se coloca é: como ler as marcas territoriais de diferentes tempos e espaços a partir da percepção da paisagem como indicadora dessas transformações. Para tanto, o foco dessa análise é a *Cidade-Jardim – Macrozona de Planejamento do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre*. A escolha da Cidade Jardim tem como referência a paisagem, cuja apropriação conceitual perpassa pelas ações simbólicas e concretas a partir de uma ideologia estética e uma estratégia de organização espacial para a zona sul de Porto Alegre/RS.

Para essa temática complexa, muitas questões são levantadas: É possível compreender o espaço da Cidade Jardim a partir da paisagem? Como o conceito de paisagem pode contribuir para a compreensão de dinâmicas espaciais? É possível reconhecer arranjos espaciais através da dinâmica da paisagem? Quais são ou como podem ser identificadas as paisagens da Cidade Jardim? Como representar a paisagem combinando a subjetividade com a apropriação territorial? Como transcender a noção de paisagem visível para paisagem percebida, possibilitando uma leitura crítica do lugar e possibilitar práticas de inclusão social?

Conforme o PDDUA (2006), a Cidade Jardim de Porto Alegre se caracteriza, principalmente, por ser uma área bem residencial, com baixas densidades populacionais. Alguns de seus referenciais geográficos importantes são o Morro do Osso e a orla do Guaíba, no bairro Ipanema. Apresenta

bairros residenciais mais próximos à orla do Guaíba e outros mais afastados. Na primeira situação, além de Ipanema, estão os bairros Vila Assunção, Vila Conceição, Tristeza, Pedra Redonda, Espírito Santo, Guarujá e Serraria, enquanto que na segunda, estão partes dos bairros Cavahada e Camaquã e ainda as áreas habitacionais que se aproximam da Vila Nova. Os bairros Cavahada e Camaquã têm na Avenida Cavahada um importante eixo estruturador de deslocamentos na zona sul. Esta avenida tem passado nos últimos anos por um processo de transformação através da densificação da ocupação residencial e da diversificação de atividades socioeconômicas ao longo de seu percurso. A Vila Nova representa a interface entre o campo e a cidade, pois com uma ocupação residencial mais rarefeita, ainda possui atividades rurais. A Figura 1 apresenta a localização da macrozona Cidade Jardim no município de Porto Alegre.

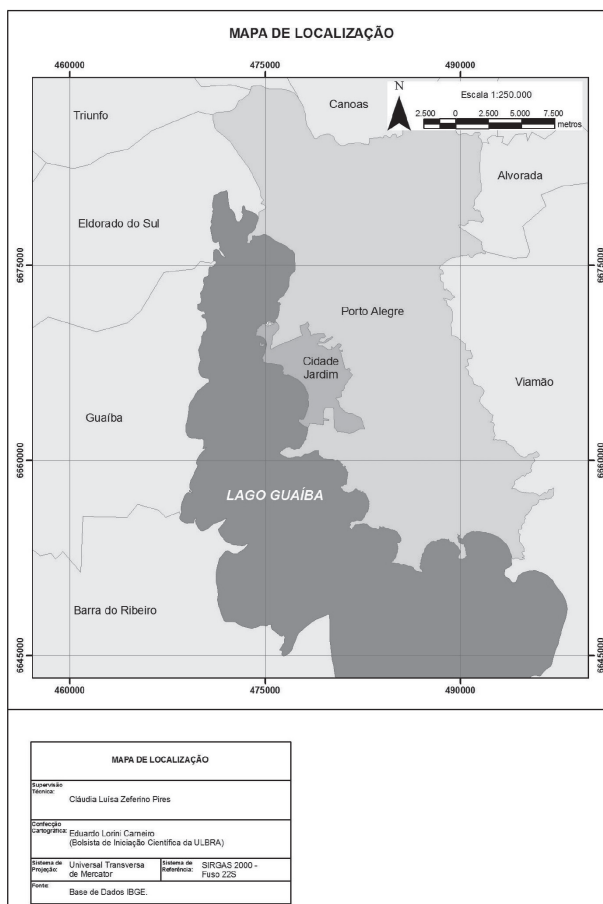


Figura 1. Localização da Cidade Jardim no município de Porto Alegre.

O espaço que compreende a Cidade Jardim de Porto Alegre como macrozona de planejamento remete as ideias que foram propagadas por Ebenezer Howard no século XIX. Seu desenho viário acompanha o relevo, as residências são marcadas pela presença de muitos jardins. Junto às vias de passeio intercalam-se gramíneas, arbustos e árvores de grande porte. Segundo Howard (1996):

A cidade Jardim forma um agrupamento humano equilibrado, usufruindo das vantagens do campo e da cidade, evitando as diferenças entre ambos. Esta procura do campo como lugar privilegiado para a instalação das cidades equilibradas, já evidenciaria na utopia de Thomas More (1478-1535) (Howard, 1996, p. 39).

Na segunda metade do século XIX, empresários instalam fábricas com moradias, formando comunidades junto aos campos. O funcionamento da Cidade Jardim – na Inglaterra – foi idealizado para compreender as necessidades de 30.000 habitantes em uma área de aproximadamente 400 hectares, além de 2.000 habitantes que ocupariam terrenos agrícolas circundantes em 2.020 hectares. Abaixo, as Figuras 2 e 3 demonstram a planta da Cidade Jardim.

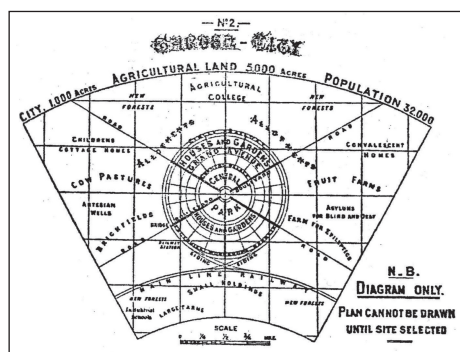


Figura 2. A Cidade Jardim e seu Entorno Rural – Século XIX.

Fonte: Howard (1996, p. 113).

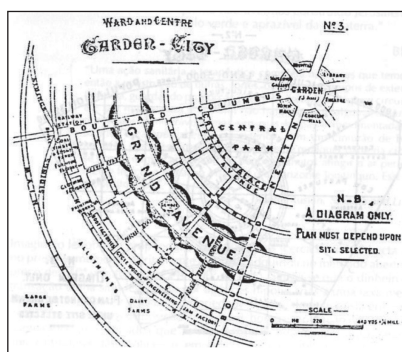


Figura 3. Distrito e Centro da Cidade Jardim – Século XIX.

Fonte: Howard (1996, p. 114).

Segundo Howard (1996) as Figuras 2 e 3 representam a distribuição da Cidade Jardim na Inglaterra.

Os diagramas mostram uma cidade circular dividida em 6 setores. Estes são delimitados por 6 bulevares arborizados com 36 metros de largura, que se irradiam no parque central e se estendem até o perímetro externo, circundado pela ferrovia que, após envolver a cidade, transforma-se em estrada de penetração no

ambiente rural. Completam a estrutura viária da Cidade Jardim cinco avenidas, também arborizadas, concêntricas ao parque central. A terceira delas, a Grande avenida, possui largura de 128 metros por 4,8 Km de extensão e é proposta como um grande parque, lembrando a Avenue Foch de Paris com seus 120 metros de largura (Howard, 1996, p. 41).

Contudo, sua gênese e característica, não se iguala à Cidade Jardim de Porto Alegre. As ideias de Ebenezer possuíam relação com um conteúdo social mais idealizado, pois seu projeto inicial previa uma vida comunitária. Ele compartilhava de uma socialização do solo urbano, não se constituindo em propriedade do governo, não possuindo gerência pelo mesmo. A ideia de Ebenezer era reduzir o Estado à Municipalidade, pois não acreditava na atuação do Estado Inglês, derivado de um pensamento liberal, assim como não acreditava na atuação do Estado Socialista, controlando todas as atividades. Conforme Howard (1996):

A municipalidade, por sua vez, é controlada de perto pelos habitantes. Seu grau de empreendimento e dimensão dependerá exclusivamente da vontade dos munícipes em pagar maiores ou menores cotas de participação e crescerá à razão direta da eficácia e honestidade com que é levada a cabo atuação municipal (Howard, 1996, p. 42).

Este projeto contribuiu para o fortalecimento e necessidade de planejamento de grandes cidades em diversos países. No Brasil, o exemplo mais consolidado, deu-se em São Paulo com a criação do bairro Jardim América, em 1913. Entretanto, o Jardim América não possuía as mesmas características de autossuficiência da Cidade Jardim proposta por Howard. O Jardim América tornou-se um bairro residencial cujas moradias não podiam exceder a área de projeção de 1/5 do terreno, sendo que os jardins permeiam todo o bairro.

Em Porto Alegre, a área denominada Cidade Jardim pelo PDDUA (2006) possui uma relação imagética com a proposta de Ebenezer, uma vez que em sua totalidade há uma forte presença de elementos da natureza intercalados com outros espaços sociais e culturalmente construídos. Horizontalizando olhares e percorrendo espaços, essa condição torna-se reveladora, entretanto, por diferentes paisagens marcadas por uma heterogeneidade espacial, cujos conflitos estão fortemente ligados a uma fragmentação socioeconômica e cultural. Estas não se integram, e fortalecem um cenário crescente na zona sul de Porto Alegre: conjuntos residenciais e loteamentos fechados e isolados, de um lado, ocupações irregulares e clandestinas e conjuntos habitacionais populares, de outro.

Nesse sentido, procura-se refletir sobre a apropriação conceitual de paisagem, bem como contribuir para o seu entendimento a partir de sua importância na compreensão do espaço geográfico enquanto materialização de ações constantes que ficam registradas no tempo. A Geografia pode evidenciar a dialética do concreto (processo de produção dos objetos geográficos) e a dialética do discurso (a informação flexibilizando a produção e a apropriação do espaço) através da paisagem (Santos, 1996). Segundo George Benko (1996), o espaço observado “é apenas uma fração de tempo, ou mais exatamente, uma projeção de tempo sobre uma fração de espaço”.

Os objetos e as ações ganham corporeidade através das paisagens que são configuradas, constantemente, por novas formas e consumidas, muitas vezes, pela aceleração contemporânea e pela reprodução de espaços universais que, por sua vez, são verticalizados, principalmente por ações econômicas, políticas, e culturais, legitimando-as de forma inquestionável. Esses espaços, na medida em que se tornam invisíveis aos próprios olhos daqueles que habitam os mesmos, traçam novas formas de convivência, novos trajetos, hábitos e costumes que transformam a paisagem.

O paradoxo é compreender que o todo não é homogêneo e sim diverso, plural. A relação entre espaço geográfico e paisagem está na unidade do múltiplo, onde as partes se inter-relacionam para construir o todo, porém reservando sua individualidade. Conforme Morin:

A ideia de unidade complexa adquire densidade se pressentimos que não podemos reduzir nem o todo às partes, nem as partes ao todo, nem o um ao múltiplo, nem o múltiplo ao um, mas que precisamos tentar conceber em conjunto, de modo complementar e antagônico, as noções de todo e de partes, de um e de diversos (Morin, 2003, p. 105).

É preciso analisar a complexidade espacial, ao mesmo tempo disjunta e associativa, permitindo, assim, a compreensão da realidade sem reduzi-la a unidades ou leis universais. *Unitas Multiplex* é reconhecer a pluralidade no um. É perceber o um e o diverso, não somente como relações antagônicas ou concorrentes, mas acima de tudo complementares. Morin ainda expressa:

É ainda mais difícil pensar o um e o diverso juntos: aquele que privilegia o Uno (com princípio fundamental) desvaloriza o diverso (como aparência fenomenal); aquele que privilegia o diverso (como realidade diversa) desvaloriza o uno (como princípio abstrato). A ciência clássica se fundou no Uno reducionista e imperialista, que rejeita o diverso como epifenômeno ou escória. Ora, sem um princípio de inteligibilidade que perceba o uno na diversidade e a diversidade no uno somos incapazes de conceber a originalidade do sistema. O sistema é

uma compleição (conjunto de partes diversas inter-relacionadas); a ideia de compleição nos conduz à complexidade quando se associa o um e o diverso. O sistema é uma unidade que vem da diversidade, que liga a diversidade, que traz em si a diversidade, que organiza a diversidade, que produz a diversidade (Morin, 2003, p. 182).

Paisagem: a singularidade na unidade complexa

O conceito de paisagem é retomado para representar a dinâmica espacial da Cidade Jardim, segundo suas singularidades e pluralidades complexas – marcadas pela identidade territorial – que os elementos do espaço possuem entre si, tornando os limites reconhecíveis. Segundo Roberto Lobato Corrêa

[...] a retomada do conceito de paisagem, que se verificou após 1970, trouxe novas acepções fundadas em outras matrizes epistemológicas. Na realidade, a paisagem geográfica apresenta simultaneamente várias dimensões que cada matriz epistemológica privilegia. Ela tem uma dimensão morfológica, ou seja, é um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana, e dimensão funcional, isto é, apresenta relações entre as suas diversas partes. Produto da ação humana ao longo do tempo, a paisagem apresenta uma dimensão histórica. Na medida em que uma mesma paisagem ocorre em certa área da superfície terrestre, apresenta uma dimensão espacial. Mas a paisagem é portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias: tem assim uma dimensão simbólica (Corrêa, 1998, p. 8).

Tendo em vista as palavras de Corrêa, entende-se que a paisagem não é somente conteúdo, mas representa um contexto imerso em significados e saberes produzidos pelas partes que a compõem. Não pode ser entendida como uma justaposição de elementos, mas uma expressão do mundo vivido e das experiências produzidas pelo homem no seu espaço. Cada paisagem tem seu próprio conjunto e significados. Conforme Relph (1979) qualquer paisagem é diferente e ao mesmo tempo possui similaridades com outras paisagens, porque o nosso olhar está compelido a observar objetos e formas similares com os mesmos preconceitos. As palavras de Relph chamam a atenção para a *leitura* do espaço, pois há dificuldades de superar o olhar para além do visível, para além do nosso cotidiano imediato, pois a paisagem apresenta singularidades experienciadas por conflitos em diferentes escalas (local, regional, nacional, global – não necessariamente nesta ordem).

Acrescenta-se, ainda, a essa discussão as conexões que Suertegaray propõe (2002) ao retratar o espaço geográfico como uno e múltiplo aberto à sua di-

versidade de categorias: paisagem, território, lugar, ambiente, possibilitando diferentes leituras e representando sua dinâmica. A partir dessa concepção observa-se a unidade complexa entre espaço geográfico e paisagem. Conforme Dirce Suertegaray

Paisagem é um conceito operacional, ou seja, um conceito que nos permite analisar o espaço geográfico sob a dimensão, qual seja o da conjunção de elementos naturais/tecnificados, socioeconômicos e culturais. Ao optarmos pela análise geográfica a partir do conceito de paisagem, poderemos concebê-la como forma (formação) e funcionalidade (organização). Não necessariamente entendendo forma-funcionalidade como uma relação causa-efeito, mas percebendo-a como um processo de constituição/reconstituição de formas na sua conjugação com a dinâmica social. Neste sentido, a paisagem pode ser analisada como a materialização das condições sociais de existência diacrônica e sincronicamente. Nela poderão persistir elementos naturais, embora já transfigurados (ou natureza artificializada). O conceito de paisagem privilegia a coexistência de objetos e ações sociais na sua face econômica e cultural manifesta (Suertegaray, 2002, p. 22).

Na compreensão dessa dinâmica, o caminho a ser construído pode se dar a partir de uma perspectiva interpretativa. Este fazer rompe, epistemologicamente, com o viés da visão naturalista e encaminha uma proposta sob a concepção de hermenêutica, compreendendo a paisagem numa relação complexa. A hermenêutica nos leva ao ponto de partida deste capítulo que foram as indagações acerca da compreensão da paisagem. Interrogar a paisagem significa retomar discursos e conceitos em relação ao espaço. Refletindo sobre as categorias, proposta por Dirce Suertegaray, verifica-se a importância de provocar o sentido que a ciência geográfica proporciona aos discursos e as práticas em relação ao mundo.

Tradicionalmente, a paisagem representava o encontro com visão e pelo viés positivista e garantiu o sentido da verdade para os discursos geográficos. Os métodos que davam conta desta postura científica eram o indutivo-idiográfico ou dedutivo-nomotético. Jean-Marc Besse (2006) abre para uma concepção mais aberta e flexível no que diz respeito a questão metodológica para a geografia ao falar sobre o ofício do geógrafo:

Este não é um estudo da significação ou dos métodos da geografia, mas antes um ensaio de teoria do conhecimento geográfico. Os tratados metodológicos de Hartshorne analisam e desenvolvem os princípios lógicos da geografia como ciência profissional, “uma forma de conhecimento diz ele, que é diferente das vias do instinto, da intuição, da dedução a priori ou da revelação”. Minha pesquisa epistemológica, ao contrário, tem a ver com todo o pensamento

geográfico, científico ou não: “A natureza e a expressão das ideias geográficas no passado e no presente [...] as ideias geográficas, verdadeiras e falsas, de todos os tipos de pessoas – não somente geógrafos, mas também fazendeiros e pescadores, homens de negócios e poetas, romancistas e pintores, Beduínos e Hetentotes” (Besse, 2006, p. 77-78).

Estas palavras suscitam outras possibilidades à ciência geográfica, abrindo ao interesse pela percepção, representação e atitudes diante do espaço, desvelando que diferentes discursos são portadores de saberes e significações geográficas. A Terra, nas palavras de Besse, torna-se um grande livro a interpretar, no interior do qual todas as manifestações da vida num lugar da superfície terrestre estão reunidas. É neste sentido que se resgata a obra de Eric Dardel, onde o fato geográfico se apresenta como escritura.¹

Esta superfície terrestre escrita é a paisagem. O significado da palavra geografia acompanha este sentido. Segundo Dardel

Há uma *grafia* objetiva da Terra, e o saber geográfico é fundamentalmente o de empreender a leitura e a decodificação destes signos da escrita que são os desenhos das costas, os contornos das montanhas, as sinuosidades dos rios e também as diferentes formas de estabelecimento humano sobre a Terra. O conhecimento geográfico tem por objeto a elucidação destes signos, disto que a Terra revela ao homem sobre sua condição humana e seu destino (Dardel *apud* Besse, 2006, p. 70).

O desafio de uma abordagem hermenêutica está na forma como se apreende a interpretação. No estudo da paisagem, esta pode estar aprisionada na singularidade de seus detalhes, ou simplesmente ser validada pelo olhar, pelo ponto de vista, pela imagem de um horizonte ou, ainda, apresentar-se como uma relação topológica a partir de imagens de satélites e/ou mapas. Não se pode negar a estrutura que a paisagem apresenta, pois ela vai refletir as discontinuidades, qualitativas e quantitativas, atravessadas por redes socioculturais que compõem o espaço. Entretanto, quando se fala em estrutura da paisagem há uma relação direta com o conceito de fisionomia. Segundo Humboldt

Do mesmo modo que se reconhece nos indivíduos isolados uma fisionomia distinta, e que a botânica e a zoologia descritivas, tomadas na sua acepção mais estrita, se dedicam a separar em grupos os animais e as plantas segundo a analogia

¹ Segundo Eric Dardel, *la géographie est, selon l'étymologie, la "description" de la Terre, plus rigoureusement, le terme grec suggère que la Terre est une écriture à déchiffrer, que le dessin du rivage, les découpures de la montagne, les sinuosités de fleuves forment les signes de cette écriture. La connaissance géographique a pour objet de mettre en clair ces signes, ce que la Terre révèle à l'homme sur sa condition humaine et son destin* (Dardel, 1952, p. 2).

de suas formas, também existe uma fisionomia natural que pertence exclusivamente a cada uma das regiões da Terra (Humboldt *apud* Besse, 2006, p. 72).²

Epistemologicamente, ao considerar-se a paisagem tendo por base a relação de sua estrutura com sua fisionomia, passa-se a atribuir a esta características identitárias próprias que assumem uma autonomia, uma essência que independe de quem observa, como se houvesse um “espírito do lugar”. Daí sua relação direta com o campo visual que nossos precursores científicos remetiam às características próprias do espaço e que Yves Lacoste, na década de 1970, denominava de geografismos.

Metodologicamente, na perspectiva da geografia clássica, há um método que guia o olhar do geógrafo na compreensão das paisagens. Primeiro, o olhar deve distinguir diferentes elementos singulares, naturais e humanos que compõem a paisagem. Num segundo momento, este olhar converge para uma visão sintética do conjunto desta paisagem. Nesta correlação, a paisagem está aprisionada pelo olhar do sujeito e o campo da visão predomina enquanto saber em relação a outros campos de forças que atuam no espaço e que não pode ser apreendido somente pelo olhar.

Contudo, a paisagem não se restringe aos elementos geográficos visíveis, conferindo suas delimitações ao plano da realidade. Compreende-se que identidades tomam formas que se configuram em padrões espaciais. As condições relacionais – entre natureza e sociedade – auxiliam na construção da paisagem em processo – dinâmica da paisagem. A paisagem – depende do seu observador e seus interesses. Está intimamente ligada ao olhar e as imagens que são subjetivas. Segundo Simon Schama (1996), a natureza não se designa a si mesma como tal, são os humanos o que o fazem, portanto existe uma complexa relação entre percepção, cultura, vivência e experiência.

Paisagens são vivenciadas pelas pessoas que tem nela a construção de seu cotidiano. O pesquisador – não raro um estranho ao lugar – se insere por um determinado tempo e partilha desse cotidiano, bem como partilha suas experiências. A paisagem não pode ser concebida apenas pelo universo teórico e existencial do observador, pois corre o risco de construir estereótipos. A paisagem se revela a partir de uma vivência comum. Disso resulta a necessidade de compreender o significado da paisagem além da percepção visual dos objetos que se encontram nela.

Desse universo podemos buscar suas propriedades que evidenciarão interações e interdependências de escalas diversas, compreensão de proces-

² Citação A. Von Humboldt, *Tableaux de la nature*. Paris: Gide, 1868, p. 344.

sos, sua morfologia, sua apropriação simbólica, suas potencialidades. Estas características específicas permitem compreender diferentes relações que se processam no lugar, estabelecendo o grau de intensidade de diferentes conflitos, ou ao menos torná-los mais conhecidos. As alterações espaciais – espontâneas ou induzidas – da área estudada foram analisadas através de diferentes relações econômicas, políticas, sociais e culturais. São intervenções que atuam no espaço a todo o instante, gerando a auto-organização entre os elementos que o constitui. Segundo Georges Bertrand

Le paysage n'existe pas en lui même. Quand un regard croise un territoire, c'est un processus entre quequ'un qui regard et surtout qui voit un paysage, qui met sa mémoire en marche et qui le traduit dans sa matérialité, en fait un paysage. La question est de savoir comment combiner cette subjectivité avec la matérialité d'un territoire. On sait reconnaître la matérialité d'un territoire qui sont fonctions des différents usages qu'en fait cet individu. Comment saisir la subjectivité? (Bertrand, 2003, p. 2).

Como aproveitar a subjetividade? Esta, sem dúvida, impõe uma outra questão metodológica, pois a paisagem representa um conjunto identitário, cuja forma se dá por ações que passam a constituir o referencial territorial para o exercício de diferentes relações de poder. O território expressa a tensão entre relações sociais, políticas, econômicas e culturais que estão localizadas num determinado tempo e espaço. Nessa perspectiva, a paisagem assume importância territorial devido a materialização de conflitos entre, por exemplo, gênero, classe, etnias, sistemas naturais (artificializados ou não), sendo referência das atividades sociais, onde se verificam as contradições entre as formas de apropriação da natureza e a (re)produção do espaço social. Sua individualidade, mesmo retratando ações de desenvolvimento global, representa a territorialidade. Esta, conforme Raffestin (1993), reflete a multidimensionalidade do “vivido” territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens “vivem”, ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas. A relação e o sentimento de pertença territorial indicam representações coletivas do espaço, dando sentido ao lugar e explicando os vínculos territoriais. Essa relação se processa em tensões identitárias entre subjetividades individuais e coletivas e/ou contextual e universal. Como a geografia pode ressignificar a paisagem nesta perspectiva?

A ciência geográfica não pode explicar a relação entre todos os fenômenos no espaço, entretanto, pode-se compreender o mundo geograficamente. Essa construção depende de rupturas epistemológicas, principalmente com discursos pautados na perspectiva do pensamento positivista. Segundo Jean-Marc Besse

O espaço geográfico é como um prolongamento de uma série de devaneios da matéria, porque a materialidade terrestre não está fechada nela mesma, na indiferença simples de uma pura facticidade, porque ela é, fundamentalmente, fisionomia, por ela manifestar direções de sentido numa coexistência própria, em suma, porque ela excede sua pura facticidade e se apresenta irredutivelmente carregada de qualidade (Besse, 2006, p. 89).

O espaço carrega um conjunto de elementos densamente entrelaçados e a interpretação geográfica se abre para especificações complexas. Assim, a paisagem não pode ser compreendida como um círculo fechado. A espacialidade da paisagem abre o olhar numa perspectiva do *além lugar*, portanto não se encerra nele. O *aqui* (o lugar) é o centro de significações imediatas que coexistem com um espaço mais aberto, além do campo visual, mas intimamente ligado a um conjunto de experiências que pode ser chamado de um prolongamento da *ambiência*. Na concepção de Nelson Rego (2000), ambiência pode ser entendida como a situação onde se localizam os sujeitos e que a partir deste centro relativo há uma comunicação com o mundo em forma de redes, onde o espaço condiciona e é condicionado por elas. Esse prolongamento referencia percepções e representações da paisagem. Contudo, essa relação só ganha sentido porque é dotada de significações pautadas no mundo vivido – o *aqui* (o lugar) e o *além lugar* (a paisagem).

O caminho metodológico para compreensão da paisagem na Cidade Jardim

Tendo em vista que pelo PDDUA a Cidade Jardim possui unidades territoriais com “vocações” ou “tendências” ambientais que podem ser reconhecidas a partir de seus usos (áreas de preservação e/ou conservação), a organização territorial acaba gerando conflitos políticos, econômicos, culturais, ecológicos em diferentes escalas. Estes conflitos derivam, em parte, do significado espacial atribuído pelo planejamento da cidade e este olhar remete a um conjunto de significados que não coincidem necessariamente com as pessoas que vivem neste espaço. Daí surge a necessidade de realizar uma interpretação espacial da paisagem na Cidade Jardim a partir de entrevistas com moradores e frequentadores desse espaço e assim analisar questões ideológicas, culturais e simbólicas a partir das “falas” de seus moradores.

A expressão “fala” não é apenas a palavra oral manifestada ou escrita, é também, a expressão de determinada ideia ou sentimento em relação ao espaço. Esta relação pode ser observada e percebida através de ações individuais e/ou coletivas, pois percebe que cada paisagem é única e ao mesmo tempo

possui uma identidade globalizada. O desafio é compreender os significados que a diferenciam. Toda paisagem é *una e múltipla*, diferente e ao mesmo tempo similar com outras.

A leitura e interpretação das “falas” parte da premissa de que, reconhecendo a complexidade espacial nas suas geografidades pode-se compreender a intensidade de diversas transformações espaciais, ou melhor, se perguntando: quem é da “cidade” e quem não é? Este questionamento pode nos revelar o sentido de pertencimento no espaço urbano. Trata-se de um desafio à gestão urbana, pois sabe-se da necessidade de conhecer melhor a produção de urbanidades para melhor integrar a cidade não somente na sua relação funcional, mas acima de tudo numa perspectiva mais solidária.

O enfoque da percepção da paisagem na gestão territorial consiste em entender como as pessoas percebem o lugar e o além-lugar por eles vivenciados e como reagem frente às condições espaciais existentes e como este processo reflete na construção de diferentes espaços. Segundo Relph

[...] o espaço não é euclidiano ou alguma outra superfície ou forma geométrica, na qual nos movimentamos e que percebemos como sendo separado de nós. Nós não somente apreendemos espaço através de nossos sentidos, mas vivemos nele e nele projetamos nossa personalidade e a ele somos ligados por limites emocionais (Relph, 1979, p. 54).

Contudo, entende-se que a percepção se revela muito através de conflitos, alguns intoleráveis por parte de quem pesquisa, porém aceitáveis por parte das comunidades locais que estão sendo analisadas e vice-versa. O caminho da percepção permite avaliar e compreender o contexto da paisagem, contribuindo para o discernimento da diferenciação da configuração espacial, num movimento contínuo de (re)criação de espaços.

Por isso, o estudo da paisagem torna-se um importante referencial, tendo em vista que a percepção de fenômenos produzidos no espaço revela seus significados e até mesmo a eficácia ou não das políticas implementadas pelo PDDUA. O reconhecimento territorial do mundo-vivido (re)produz práticas, estéticas e sujeitos sociais, desvelando o sentido de pertencimento e de alteridade, traçando as linhas de fraturas socioculturais e também de políticas públicas para o espaço. Para a construção de uma cidade solidária, o seu projeto político e jurídico-administrativo não pode construir sua identidade a partir da recusa do “outro”, que na prática configura a parcela da população condicionada à exclusão socioespacial.

A construção de uma base interpretativa pautada na “fala” dos sujeitos, rompe, epistemologicamente, com o viés da visão naturalista e tecnicista, en-

caminhando uma proposta sob a concepção hermenêutica, compreendendo, assim, a paisagem numa relação complexa. Isto não significa que paisagens não possam ser inventariadas, cartografadas e analisadas sob diferentes formas, estruturas e funções, mas que, acima de tudo, também é necessário compreender suas relações subjetivas (relação do sujeito com o mundo) e identitárias. Nesse sentido, na implementação de políticas públicas para a cidade, é necessário apreender as diferentes percepções, valorações, imaginários e significações que ligam o sujeito ou o coletivo à dinâmica e apropriação espacial. Essa perspectiva requer mudanças nos resultados investigativos, ou seja, além do tratamento descritivo e quantitativo, devem-se compreender as narrativas dos sujeitos e espaços sociais. Afinal, são nas paisagens que construímos um espaço para ser observado como também se observar através dela. Pela maneira como nos observam, pode-se compreender a forma como nos projetamos, e pela forma projetada, podemos entender como ela quer ser vista. Cada sociedade constrói os significados simbólicos de suas paisagens, indicando a forma como percebem(-se) (n) o mundo.

Referências

- BENKO, George. *Economia, Espaço e Globalização na Aurora do Século XXI*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- BERTRAND, George. *Le Paysage, une Géographie Traversière*. Cafés Géographiques. Outubro, 2003. Disponível em <ww.café-geo-net>. Acessado em: 4 abr. 2004.
- BESSE, Jean-Marc. *Ver a Terra: Seis Ensaio sobre a Paisagem e a Geografia*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- CORREA, Roberto L.; ROSENDHAL, Zeny (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro, UERJ, 1998.
- CORREA, Roberto L.; ROSENDHAL, Zeny (Org.). *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
- DARDEL, Eric. *L'Homme et la Terre: Nature de la Réalité Géographique*. Paris: Boulevard Saint-Germain, 1952.
- HOWARD, Ebenezer. *Cidades Jardins do Amanhã*. Trad. Dacio Araújo Benedito Ottoni. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MELO, Vera M. Paisagem e Simbolismo. In: ROSENDHAL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.
- MORIN, Edgar. *O Método*. A Natureza da Natureza. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2003.
- PDDUA. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Disponível em <www.portoalegre.rs.gov.br>. Acessado em 20 out. 2006.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ed. Ática, 1995.

REGO, Nelson *et al.* *Geografia e Educação: Geração de Ambiências*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

REGO, Nelson; AIGNER, Carlos; PIRES, Cláudia; LINDAU, Heloísa. *Um Pouco do Mundo Cabe nas Mãos: Geografizando em Educação – o Local e o Global*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2003.

RELPH, Edward C. As bases fenomenológicas da Geografia. In: *Geografia*, Rio Claro, 4 (7), 1979.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. *Técnica, Espaço e Tempo: Globalização e Meio Técnico Científico Informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SUERTEGARAY, Dirce M. A. Espaço Geográfico: Uno e Múltiplo. In: SUERTEGARAY, D.; BASSO, L.; VERDUM, R. (Org.). *Ambiente e Lugar no Urbano – A Grande Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

A Geografia e o estudo da percepção da água na paisagem urbana

Mario Luiz Rangel

Introdução

A paisagem, em uma definição mais abrangente, pode ser entendida como a composição de elementos da natureza no espaço, dentre os quais a fauna e a flora, o homem e as edificações que constrói com a sua ação no espaço geográfico. A Geografia, enquanto ciência, estuda a paisagem por diferentes vertentes do pensamento geográfico de distintas maneiras. Mas todas têm como consenso que a paisagem é a materialização resultante da interação do homem e os elementos da natureza.

A paisagem também pode ser tudo que pode se ver num lance de vista ou o “conjunto de componentes naturais ou não de um espaço externo que pode ser apreendido pelo olhar” (Houaiss, 2001, p. 2105). A polissemia da paisagem traz consigo muitas definições. Entre estas, a de Santos (2002), que diz que “a paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas reações localizadas entre homem e natureza”. Santos, aqui, agrega à paisagem o fator da temporalidade na sua constituição.

Assim, ao longo da história, as diferentes abordagens sobre paisagem tentam não somente descrevê-la enquanto conceito geográfico. A paisagem é diferenciada e compartimentada entre paisagem natural, que reflete a interação dos elementos naturais (relevo, vegetação, solo, rios, etc.), e paisagem cultural, como o resultado da ação do homem e da sociedade sobre a natureza, da qual resultam os espaços urbanos e rurais. Mas, também, a paisagem como objeto que pode ser sentida pelo homem, trazendo-lhe inúmeras sensações e sentimentos.

Berque (1998) afirma que a paisagem é uma *marca*, pois expressa uma civilização, mas é também uma *matriz*, porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura, que canaliza, em um

certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza e, portanto, corresponde a paisagem do ecúmeno.

Bertrand (1968), ao propor o estudo de Geografia Física Global, pensou a paisagem como “resultado sobre uma certa porção do espaço, da combinação dinâmica e, portanto, instável dos elementos físicos, biológicos e antrópicos, que, interagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável em contínua evolução”. A paisagem também pode ser tida como a “configuração de símbolos e signos” (Cosgrove e Jackson, 2003, p. 137), sendo que a “linha interpretativa da Geografia Cultural recente desenvolve a metáfora da paisagem como ‘texto’, a ser lido como documento social”.

Dessa maneira, o estudo geográfico da paisagem apresenta dois enfoques principais. Um que a considera total e a identifica como o conjunto do meio, contemplando a este como indicador e síntese das inter-relações entre os elementos inertes: rocha, água e ar, e os vivos: plantas, animais e homem. E o outro que considera a paisagem visual percebida como a expressão dos valores estéticos, plásticos e emocionais do meio.

A paisagem, em seu conjunto, reúne todos esses fatores, e aos quais se adiciona a possibilidade de valores expressivos e de significação cultural. Os mesmos podem compreender conteúdos estéticos e conotações significativas, constituindo-se como um tema de inspiração para o homem.

Ao tratar sobre a origem e a conformação do processo de produção de uma paisagem, seja ela natural ou cultural, intervém um conjunto de fatores geológicos, geográficos e biológicos, que não permitem analisá-la como ente independente do ser humano e sobre sua incidência no mesmo, posto que sua ideologia, desenvolvimento e cultura modificam em maior ou menor grau tais fatores. Essa correlação entre o homem e esses fatores daria lugar à história de uma paisagem. Não se pode realizar uma análise específica de um lugar sem considerar os aspectos gerais, que tornariam esse estudo mais completo.

Em *The Morphology of Landscape*, Sauer (1925) argumenta que a paisagem geográfica é formada pelo conjunto de formas naturais e culturais associadas a uma dada área e analisada morfológicamente, a integração das formas entre si e o caráter orgânico delas. Portanto, a paisagem cultural ou geográfica é uma resultante da ação, ao longo do tempo, da cultura sobre a paisagem natural. Sauer também considera que a “paisagem possui uma identidade, sustentada por uma constituição reconhecível, limites e uma relação com outras paisagens, para construir um sistema geral”.

O estudo da paisagem cultural proporciona uma base para a classificação regional, possibilita um *insight* sobre o papel do homem nas transformações

geográficas e esclarece sobre certos aspectos da cultura e de comunidades culturais em si mesmas. Busca diferenças na paisagem que possam ser atribuídas a diferenças de conduta humana sob diferentes culturas, e procura desvios de condições “naturais” esperadas, causados pelo homem.

A paisagem cultural aborda a associação de características humanas, biológicas e físicas sobre a superfície da Terra (especialmente as que são visualmente perceptíveis), alteradas ou não pela ação humana. Como a paisagem, é considerada a materialização da ação humana no espaço, através da necessidade de adaptação à sobrevivência do homem na natureza, e, atualmente, a sociedade, de alguma maneira, está presente em quase toda a superfície terrestre, podemos dizer que, nessas circunstâncias, não mais existe uma paisagem natural. Haja vista que toda a paisagem, mesmo que aparentemente intocada, já perdeu a sua “naturalidade”, pois foi, segundo Santos (2002), *coisificada*. Mesmo que o homem não tenha nela colocado os seus pés, já lhe foi atribuído algum significado e, portanto, faz parte de uma cultura, até mesmo de uma cultura capitalista, na qual faz parte o “racionalismo econômico” (Leff, 2006) a tudo dá valor. Assim sendo, mesmo de maneira genérica, poder-se-ia dizer que toda a paisagem é cultural, pois mesmo nos recantos intocados das florestas tropicais há a incidência dos valores sociais atribuídos pelo homem.

Tomando como base essas definições, podemos dizer que:

[...] a paisagem que vemos hoje não será a que veremos amanhã e nem tão pouco é a que foi vista ontem, pois a paisagem é produzida e reproduzida no decorrer do tempo, através da ação do homem e da sociedade sobre o território, levando em conta que cada ator social tem seu tempo próprio no espaço. Assim, a paisagem é, por conseguinte, objeto, concreto, material, físico e efetivo e é percebida através dos seus elementos, pelos nossos cinco sentidos, é sentida pelos homens afetivamente e culturalmente (Beringuier, 1991, p. 7, tradução nossa).

A paisagem como suporte para a leitura da percepção

A percepção da paisagem tem como pressuposto que seja produzida segundo a cultura das pessoas que nela estão inseridas. Assim, não há como entender a paisagem sem levarmos em consideração os preceitos metodológicos e teóricos da Geografia Cultural.

A Geografia Cultural é tida como um ramo das ciências geográficas preocupado com a distribuição espacial das manifestações culturais, como: religiões, crenças, rituais, artes, formas de trabalho; enfim, tudo que é resultado de uma criação ou transformação do homem sobre a natureza ou das

suas relações com o espaço, seja no planeta, em um continente, país, etc., a exemplos dos estudos sobre “espaço e religião; espaço e cultura popular; espaço e simbolismo; paisagem e cultura; percepção ambiental e cultural; espaço e simbolismo...” (Corrêa, 1995, p. 3-11).

Atualmente, pode-se pensar na Geografia Cultural como aquela que considera os sentimentos e as ideias de um grupo ou povo sobre o espaço a partir da experiência vivida. Trata-se de uma geografia do lugar. Também pode ser considerada como a dimensão espacial da cultura. Tradicionalmente, desde o começo do século XX, essa dimensão espacial tem sido focalizada por intermédio de temas como os gêneros de vida, a paisagem cultural, as áreas culturais, a história da cultura no espaço e a ecologia cultural. Para Cosgrove (2003, p. 103) “a tarefa da Geografia Cultural é apreender e compreender a dimensão da interação humana com a Natureza e seu papel na ordenação do espaço”.

Como dito anteriormente, é impossível falar na Geografia Cultural sem citar Sauer ou a “Escola de Berkeley”, que denomina a corrente do pensamento geográfico fundamentada a partir de sua obra. A Geografia Cultural surgiu no início do século XX, na Alemanha: era a “Kulturlandschaft”. Na Geografia Cultural alemã, as paisagens correspondiam a um conhecimento específico, que servia para diferenciá-la das outras ciências.

Essa Geografia considerava a paisagem como uma unidade espacial definida em termos formais, funcionais e genéticos. A primeira obra teórica importante de Sauer foi *The Morphology of Landscape*. Neste importante trabalho, Sauer estabelece conceitos que fundamentaram a Geografia Cultural, principalmente a norte-americana, entre eles: a valorização da relação do homem com a paisagem (ambiente), que por ele é formatada e transformada em *habitat*; a análise dessa relação sempre é feita a partir da comparação com outras paisagens, formatadas organicamente, o que gera uma visão integral da paisagem que individualiza a Geografia enquanto disciplina.

Ao longo dos anos, outros conhecimentos vêm fazer parte da Geografia Cultural, enriquecendo as pesquisas geográficas que enfatizam a cultura como agente transformador do espaço. São incorporadas diversas referências teóricas e metodológicas, tais como os ramos da filosofia dos significados, da fenomenologia, do materialismo histórico e dialético e das humanidades em geral.

A esses aprofundamentos também são agregados à Geografia Cultural temas que não eram por ela tratados anteriormente. Nessa mudança, o conceito de cultura é repensado. A cultura não é mais vista como entidade supraorgânica, nem como superestrutura. A cultura diz respeito às coisas do cotidiano, comuns, apreendidas na vida diária, na família, no trabalho e no

ambiente local. As ideias, habilidades, linguagem, relações em geral, propósitos e significados comuns a um grupo social são elaborados e reelaborados a partir da experiência, contatos e descobertas – tudo isto é cultura.

A cultura pode ser vista, também, como o conjunto de manifestações humanas que contrastam com a natureza ou comportamento natural, a soma total dos modos de vida construídos por um grupo de seres humanos e transmitidos de uma geração para outra, ser considerada uma propriedade ou atributo inerente aos seres humanos, ou ainda ser meramente um artifício intelectual para generalizar convenientemente a respeito de atitudes e comportamentos humanos (Wagner e Mikesell, 2003).

A noção de cultura não considera indivíduos isolados ou as características pessoais que possam possuir, mas comunidades de pessoas que ocupam um espaço determinado, amplo e geralmente contínuo. Assim, a cultura está asentada em uma base geográfica. Dessa maneira, a Geografia Cultural é a aplicação da ideia de cultura aos problemas geográficos, os aspectos da Terra, em particular aqueles produzidos ou modificados pela ação do homem (sociedade). Distingue, descreve e classifica os complexos típicos de aspectos ambientais, incluindo aqueles realizados pelo homem, que coincidem com cada comunidade cultural, considerando-os como paisagens culturais e procurando origens na história cultural. Assim, a cultura, ao produzir e reproduzir o espaço, deixa a sua marca visível, o resultado material da interação do homem com o meio: a paisagem ou a paisagem cultural.

Qualquer cultura é limitada em sua capacidade de transformar o *habitat* por meio de conhecimento técnico, administração e organização institucional, preferências, proibições, etc. “O geógrafo cultural não está preocupado em explicar o funcionamento interno da cultura [...], mas avaliar o potencial técnico de comunidades humanas para usar e modificar seus *habitats*” (Wagner e Mikesell, 2003, p. 31).

As pesquisas em Geografia Cultural se dão através da investigação sobre a distribuição passada e presente de características da cultura, que constitui a base para o reconhecimento e as delimitações de áreas culturais. A área cultural implica uma uniformidade relativa ao invés de absoluta. A similaridade cultural relativa aparece em diferentes graus, desde a identidade virtual de atitudes e aptidões em um pequeno território até semelhanças gerais ou ampla disseminação de características individuais ou elementos da cultura em grandes áreas (Wagner e Mikesell, 2003, p. 32). Em termos geográficos, uma área cultural pode constituir uma região, forma uma unidade definível no espaço, caracterizada pela relativa homogeneidade interna com referência a certos critérios. A associação típica de características geográficas concretas

numa região ou em qualquer outra subdivisão espacial da superfície terrestre pode ser descrita como paisagem.

A paisagem, em seu conjunto, reúne esses fatores e adiciona a possibilidade de valores expressivos e de significação cultural, os mesmos podem compreender conteúdos estéticos e conotações significativas, havendo se constituído como um tema de inspiração para o homem.

Para Nassauer (1995), a cultura e a paisagem interagem em uma constante realimentação, na qual a cultura estrutura as paisagens e as paisagens incorporam a cultura. Há, por conseguinte, um *feedback*, em que a percepção do meio, através dos filtros da cultura, determina valores paisagísticos que são atribuídos a uma paisagem, que, por sua vez, podem ser modificados se houver uma mudança na paisagem. Essa dinâmica ajuda a explicar a estrutura da paisagem de duas maneiras: primeiro como um efeito da cultura, segundo como um produto das mudanças culturais.

Toda a paisagem somente é paisagem, quando é vista, sentida e percebida. Não podemos lembrar ou descrever alguma paisagem que nunca tenhamos visto, mesmo por intermédio de algum artifício (filme, fotografia, desenho, pintura, etc.). Então, a paisagem somente existe na relação do homem com o meio. E essa relação é sempre repleta de significados que são influenciados pela cultura de um determinado lugar e seu povo. Nesse caso, os estudos da paisagem como texto podem descrever os significados da ação humana sobre o processo histórico de sua formação e sua percepção.

Pode-se comparar a percepção da paisagem a um sistema de “filtros” e relacionar esses filtros como se fossem a lente de uma câmara fotográfica. Tenta mostrar que a significação individual da paisagem depende de múltiplos fatores, e dentre eles estão os culturais (Figura 1).

Cada indivíduo tem a sua concepção a respeito da paisagem e, sendo o indivíduo parte de uma sociedade que tem sua cultura distinta, cada cultura tem, então, o seu ideal de paisagem. E essa paisagem vai também refletir esse ideal, que juntamente com outros fatores vão influenciar na percepção da paisagem. Assim, qualquer estudo dessa natureza que não inclua a questão cultural em sua análise poderá resultar incompleto, sem um componente indispensável: o homem e a sua ação no espaço.

Assim, é importante que se inclua nesses estudos da interação homem/meio, sociedade/natureza, o estudo das paisagens culturais, pois essas consideram não apenas os atores, mas também as ações que elaboraram e continuam a elaborar as paisagens (Wagner e Mikesell, 2003, p. 46).

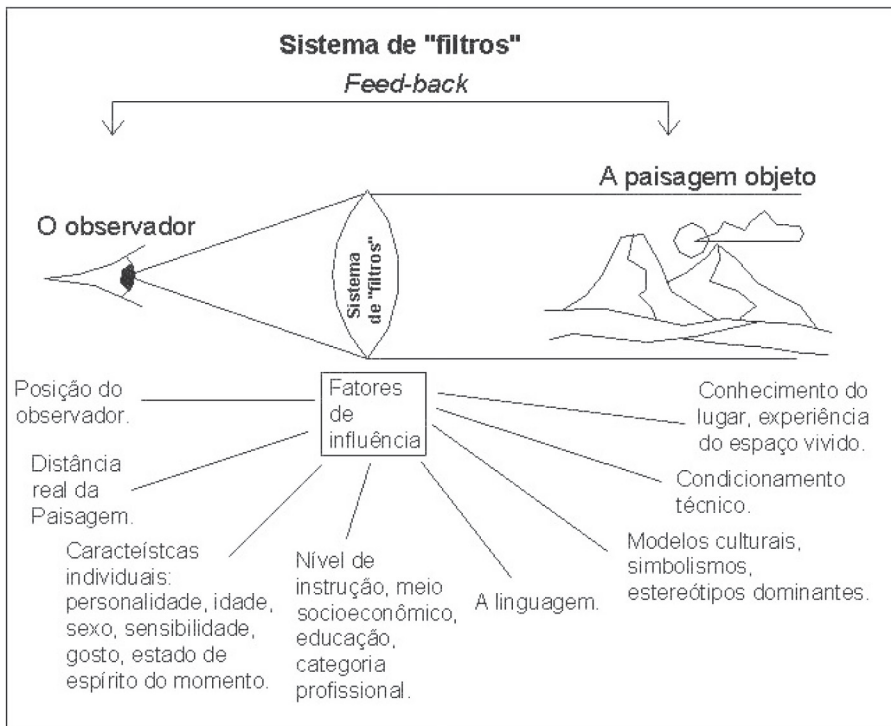


Figura 1. *Les représentations mentales en géographie.*
 Fonte: Paulet (2002).

Hoje em dia não se pode negar a relação entre cultura e urbano. Mas nem sempre foi assim. Até o final da década de 1960, não era esse o “objeto” de estudo dos geógrafos, que se debruçavam sobre as pesquisas relacionadas ao urbano. Somente a partir do início dos anos 1970 começa a se entender essa imbricação. Segundo Corrêa (2003, p. 167),

[...] o urbano pode ser analisado sobre diversas dimensões que se interpenetram. A dimensão cultural é uma delas. Por seu intermédio amplia-se a compreensão da sociedade em termos econômicos, sociais e políticos, assim como se tornam inteligíveis as espacialidades e temporalidades expressas na cidade, na rede urbana e no processo urbano.

Sendo assim, os geógrafos passaram a perceber a dimensão cultural do urbano, em que essa relação passa a ser mais valorizada e problematizada, coincidindo com “as transformações em curso na sociedade, que se torna mais urbana e multicultural [...]” (Corrêa, 2003, p. 168).

O urbano está repleto de significações culturais, desde a forma de organização e de uso do solo, nas suas materialidades, que são expressas em suas construções (ruas, casas, avenidas, edifícios, praças, parques, monumentos, etc.) ou nas suas relações econômicas e sociais, redes técnicas e informacionais (Santos, 2002, p. 263). Pode-se dizer também que a cidade abriga atualmente um contingente majoritário da população, e os interesses individuais são contraditórios. No espaço urbano, os diferentes interesses, relacionados à ocupação e uso do solo, estão repletos dessas contradições (Carlos, 2005, p. 42). Santos (2002, p. 78) diz que “através do trabalho, o homem exerce a ação sobre a natureza, isto é, sobre o meio, ele muda a si mesmo, sua natureza íntima, ao mesmo tempo em que modifica a natureza externa”. E como a paisagem é a materialização do processo relacional homem/meio, a paisagem urbana tem, sem dúvidas, esse significado.

Corrêa (2002, p. 175) diz que, mesmo não se encerrando as possibilidades temáticas, as relações entre cultura e urbano podem se manifestar de diferentes modos. Mas ele relaciona aqui três dessas manifestações. Primeiro, a toponímia e identidade que, segundo Corrêa, “constitui-se em relevante marca cultural e expressa uma efetiva apropriação do espaço por um dado grupo cultural” (2002, p. 176). Segundo, a cidade e a produção de formas simbólicas, “sendo que, em parte, por meio das formas simbólicas é que a cidade expressa uma dada cultura e realiza o seu papel de transformação cultural” (2002, p. 177). E, em terceiro, a paisagem urbana e seus significados, sendo esta que “constitui-se em importante temática, tendo atraído a atenção dos geógrafos [...]” (2002, p. 179).

Até a década de 1960, o foco central dos estudos da paisagem estava na sua morfologia, sendo a contribuição de Sauer, em seu artigo, já referido, *The Morphology of Landscape*, uma das mais importantes nesse sentido. A partir do final da década de 1970, Corrêa (2003, p. 179) sublinha que diversos autores, entre eles Meinig (1979), introduzem, nos estudos da paisagem, a interpretação. Assim, pode-se dizer que a paisagem urbana é um campo rico para a interpretação, permitindo “múltiplas leituras a partir de diversos contextos histórico-culturais, envolvendo diferenças sociais, poder, crenças e valores”. Portanto, a paisagem urbana é repleta de signos e símbolos, e seus significados podem ter inúmeros sentidos.

Partindo-se do pressuposto que a paisagem urbana é o produto e a materialização do trabalho social, ela está profundamente impregnada de relações sociais e conflitos (Corrêa, 2003, p. 181), e é constantemente ressignificada, para que possa viabilizar a circulação do capital na paisagem urbana, evidenciando, dessa forma, um valor simbólico, “repositório de símbolos de classes

sociais e de herança étnica”. Essa dialética está presente nas diferenças das paisagens urbanas, tanto internamente, nas zonas residenciais populares e de classes mais abastadas, “que se justapõem, superpõem, contrapõem no uso da cidade” (Santos, 2002, p. 326), quanto externamente, nas diferenças entre as cidades. Assim, os diferentes grupos sociais, que ocupam áreas distintas das cidades e/ou cidades diferentes produzirão, de acordo com o seu modo de vida e de ocupação do solo, diferentes formas e diferentes paisagens no espaço urbano. Essas diferentes paisagens serão percebidas de inúmeras maneiras e com distintos significados, pois cada indivíduo “enxerga” a paisagem através dos seus “filtros”, dentre os quais o filtro da cultura.

A água na paisagem urbana

Nas áreas urbanas, a percepção da água na paisagem tende a ser mais intuitiva e/ou subjetiva, pois o processo de urbanização que ocorre na maioria das cidades brasileiras e no mundo tratou de canalizar e esconder os cursos d’água, que geralmente servirão para escoar o esgoto de seus moradores e das indústrias ali instaladas. E, ao adotar a premissa de que as paisagens urbanas se formam a partir das relações entre as pessoas, o território e os processos naturais, podemos dizer que são paisagens culturais, transformando-se no tempo e no espaço. Essa transformação tende, em muitos casos, a não levar em consideração a relação homem/natureza. Para Costa (2002), “tem-se que destacar a importância do *design* paisagístico,¹ da percepção e acessibilidade pública aos seus rios”. A acessibilidade também pode ser obtida através da visibilidade da paisagem, pois, como essa autora, acreditamos que o acesso visual propicia um comportamento ambientalmente responsável em relação à água no espaço urbano.

Nas cidades, devido à efetiva impermeabilização dos solos pela ocupação imobiliária, pelas vias de transporte e pelo material utilizado nas canalizações, há pouca ou nenhuma realimentação do lençol freático e dos cursos d’água pela chuva, transformando-os exclusivamente em redes de esgotos. No atual processo de urbanização, a característica natural da rede de drenagem é totalmente modificada, assim como a vegetação natural é degradada ou suprimida, o relevo alterado e, até mesmo, a relação do homem com o seu meio sofre influência desse processo.

¹ O *design* paisagístico deve ser entendido neste contexto, como a forma da paisagem resultante da intervenção planejada no ambiente urbano, visando qualificá-lo.

Somente nas periferias das cidades é que ainda existem redes de drenagem não canalizadas. Mas, nesses locais, os pequenos cursos d'água, sofrem com o despejo contínuo de esgotos e lixo, decorrentes da “quase total inexistência de uma política de uso e ocupação do solo” (Rangel, 2002, p. 20).

Nas periferias das cidades, onde ocorre a expansão urbana, esta se dá, em grande parte, em áreas impróprias ou de forma inadequada, tendo-se como consequência inúmeros problemas ao meio físico, à própria população assentada e aos poderes públicos responsáveis pelos serviços de infraestrutura nessas áreas.

Tem-se como premissa a ser estudada que as populações desses locais dificilmente percebem os problemas ambientais de onde vivem e não têm consciência de que são responsáveis por esse ambiente, pois estão demasiadamente envolvidas na sua própria subsistência. Essas populações sofrem com a degradação ambiental, mas já estão “acostumadas” ao lugar. A sua paisagem já foi totalmente modificada. O solo, a vegetação e, principalmente, a água já estão seriamente comprometidos.

É preciso entender como se dá o processo de percepção da paisagem pelas populações locais e, principalmente, a percepção da água na paisagem. É importante entender como os diversos grupos sociais a percebem e como é a sua relação com os conflitos inseridos no seu espaço. Pois, para se efetuar qualquer estudo geográfico a respeito da percepção da paisagem, visando a implementação de medidas mitigadoras ou de reorganização do espaço urbano e de ocupação territorial, tem-se que entender como é que as pessoas sentem e entendem o lugar em que vivem, se esperam alguma mudança e quais as mudanças que querem que sejam implementadas para melhorar a sua qualidade de vida.

Não se pode tratar dos impactos ambientais relacionados à qualidade dos recursos hídricos em áreas urbanas de forma isolada. A comunidade científica tem por coquete compartimentar o estudo da água. No entanto, “a água precisa ser pensada enquanto inscrição da sociedade na natureza, com todas as contradições implicadas no processo de apropriação da natureza pelos homens e mulheres por meio das relações sociais e de poder” (Porto-Gonçalves, 2004, p. 152). Segundo este autor, “o ciclo da água não é externo à sociedade, ele a contém com todas as suas contradições”.

O presente processo de intensificação da urbanização da sociedade afeta cada vez mais os corpos d'água e a sua qualidade, assim como implica uma maior demanda por água. Essa contradição é motivo de conflitos de uso. Afinal, “um habitante urbano consome em média três vezes mais água do que um habitante rural” (Porto-Gonçalves, 2004, p. 153). Outro ponto a ser de-

stacado é que a água está sendo trazida de mananciais cada vez mais distantes, pois as fontes para o abastecimento nos grandes centros estão inviabilizadas pela crescente poluição.

Mas, como se pode, através do estudo da percepção da paisagem, saber que um dos seus elementos, nesse caso a água, está degradado? E como é que a população pode, através de sua percepção, propor melhorias na qualidade do espaço urbano e da água na paisagem?

Propõe-se então, como referencial para os estudos que pretendam avaliar a percepção da água na paisagem urbana, a comparação entre a percepção da paisagem e da água na paisagem pela população local, com as análises físico-químicas dos cursos d'água. Desta maneira, pode-se saber como está a saúde da rede hídrica na realidade e, de outra forma, como é percebida esta realidade pela população. Assim então, a partir dessa comparação, se terá subsídios para futuras intervenções na paisagem urbana, que tenham o objetivo qualificá-la, assim como qualificar as paisagens onde a água está inserida.

Referências

- BERINGUIER, C.; BERINGUIER, P. Manières paysagères une méthode d'étude, des pratiques. *GEODOC*, Toulouse, p. 5-25, 1991.
- BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1998, p. 84-91.
- BERTRAND, G. Paysage et géographie physique globale. Esquisse méthodologique. *Revue géographique des Pyrénées et du SO*, Toulouse, 39 (2), p. 249-272, 1968.
- CARLOS, A. F. A. *A cidade*. São Paulo: Contexto, 2005.
- CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. *Espaço e Cultura*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ/NEPEC, 1995.
- _____. (Org.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 2003.
- COSGROVE, D. E.; JACKSON, P. Novos rumos da Geografia Cultural In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- COSTA, L. M. Rios Urbanos e Valores Ambientais. In: DEL RIO, Vicente; DUARTE, Cristiane Rose; RHEINGANTZ, Paulo Afonso (Org.). *Projeto do Lugar*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/PROARQ, 2002.
- HUOAISS, A. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.
- LEFF, H. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

- NASSAUER, J. I. Culture and changing landscape structure. *Landscape Ecology*, Amsterdam, v. 10, n. 4, p. 229-237, 1995.
- PAULET, J. P. Les représentations mentales en géographie. *Anthropos*, Paris, p. 8, 2002. Adaptado da internet: <<http://www.geoeco.ulg.ac.be/lmg/articles/paysage/cdrom-paysage/filtres.htm>>.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. *O desafio ambiental*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- RANGEL, M. L. *A influência da Ocupação Urbana na Qualidade da Água da Barragem Mãe D'Água*. Trabalho de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002.
- WAGNER, P.; MIKESELL, M. Temas em geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Percepções e conectividades de caminhantes nas paisagens dos areais pampeanos

Luís Alberto Pires da Silva

Todos os que se iniciam no conhecimento das ciências da natureza – mais cedo ou mais tarde, por um caminho ou por outro – atingem a ideia de que a paisagem é sempre uma herança.
Ab'Sáber (2003, p. 9)

Introdução

Ousaria afirmar que o andar ereto lançou o antropeide em direção ao horizonte geográfico e à evolução biológica pela qual passa nossa espécie. Afastou sua cabeça, centro receptor e processador de estímulos, do solo e como bípede lhe ofertou uma linha mais longínqua da paisagem savânica, berço desse antropeide, que ainda traz registrada em sua estrutura de sustentação o quadrúpede ancestral.

Uma miríade de sensações no horizonte, ao seduzir esse animal ousadamente bípede, impregnou seu pequeno encéfalo. Patas agora apreendem e vasculham superfícies em busca de novas sensações. A carga extra de material biológico neuroprocessador, de onde emana sua mente, impõe mais subsistemas ao sistema complexo já constituído, propiciou a pata/mão, liberta do caminhar, a possibilidade de “agarrar” a *paisagem*, sorvê-la por horas ou utilizá-las para confrontar duas rochas até libertarem centelhas de luz e moldar a paisagem pela energia que emana delas e que produz fogo. A necessidade de escolha marcará para todo o sempre esse novo arquiteto de paisagens. O *caminhar* o transforma, e ao se transformar, explora outros caminhos no horizonte, sedento de sensações e explicações, imerso na sua *intersensibilidade*, buscando cultivar representações para compartilhar com seu grupo social.

Périplo nos areais gaudérios

Ao caminhar “[...] pode se reconhecer cotidianamente na *paisagem*, verdadeiro repositório de símbolos e marcos de sua biografia pessoal [...]” (Duarte Jr., 2001, p. 81) e estar sujeito a *intersensibilidade* que Rubem Alves (1999) propõe ao vivenciarmos a interação dos vários sentidos; do conjunto de sensações e percepções emerge uma nova identidade de sentir.

No coração da campanha gaúcha, sudoeste sul-rio-grandense, em meio ao pampa tomado pela vegetação campestre, ofuscado pelo esbanjamento de luz que chega a nossa mente, após ondular pelas coxinhas nos deparamos com os *areais gaudérios*, não é possível dar privilégio a nenhum tipo de sensação, se faz necessário *intersensibilizar-se*. ‘*É paixão a primeira pisada!*’ Atração avassaladora se dará diante de uma configuração de cenário de caráter insólito. Num relance a paisagem nos revela praias de areias vermelhas em plena campanha gaúcha, onde o mar não é azul, como num projeto imaginário romântico, mas verde, o verde da cobertura vegetal campestre, que banha com movimentos pendulares lentos, impondo limites às manchas dos areais. Em outro lampejo relacionaríamos essa paisagem com um deserto enxertado no pampa rio-grandense. O inusitado da cena é o contraste da aparente paisagem desolada e com escassez hídrica, com os indícios da significativa abundância de água, pois essa deixa suas marcas em diferentes superfícies morfológicas, nas múltiplas formações ao alcance do olhar.

Caminhos à Paisagem

Não falta quem afirme seriamente, com o reforço abonatório de alguma citação clássica, que a *paisagem* é um estado de alma, o que, posto em palavras comuns, quererá dizer que a impressão causada pela contemplação de uma *paisagem* sempre estará dependente das variações temperamentais e do humor jovial ou atribilioso que estivermos atuando dentro de nós no preciso momento em que a tivermos diante dos olhos (Saramago, 2006, p. 18).

Ao se referir à paisagem o romancista, poeta e teatrólogo lusitano José Saramago, prêmio Nobel de Literatura em 1998, evoca as emoções para traduzir o estado que estará vivenciando o observador contemplativo expondo-se a um gradiente que vai da alegria descomprometida e singela das primeiras décadas de vida, ao supostamente predomínio da *atribilis*, contaminando a alma das prometidas vítimas do mestre *tempo*; nesse último estágio da existência estará entregue as garras do instável *humor* (a bilis negra, supunha-se que

fosse secretada pelas glândulas supra-renais ou pelo baço) a que os antigos atribuíam o temperamento melancólico, a irascibilidade. Mas aos inúmeros atributos que vinculamos a palavra paisagem distam das suas associações etiológicas originais.

É fundamental na abordagem de uma *práxis* de paisagem considerar os elementos peculiares que constitui o olhar e o perceber humano e a complexidade associada entre os sistemas organizacionais e seu acoplamento interacional com o meio que o sustenta, seus limites físico-químicos e os ilimitados processos mentais despertados, ou “*de pensar sobre...*”.

Em distintos idiomas o termo *paisagem* está associado ao espaço e aos limites do poder de uma nação ou cultura, o território. Nos idiomas latinos sua raiz é *pagus*; já no idioma germânico, está associada à palavra *land* (território): *landscape*, *landschaft*, sendo empregado há mais de mil anos, sofrendo evolução linguística significativa, desde então. Da raiz latina *pagus* derivará os termos *paisage*, no espanhol, *paesaggio*, no italiano e no idioma francês *pay-sage*, esse último atrela-se a *pays*, ou país, conotação que marca as fronteiras, o território de uma nação, da mesma forma que o termo germânico *landschaft*, onde *land* relaciona-se a associação de estados que formam a república federal, originando, por sua vez, os termos *landscape*, nos países de língua inglesa, e *landschap*, para os holandeses. Em relação a associação original da paisagem com a configuração *territorial*, Santos (1999), registra: “[...] quando se fala em paisagem, há, também, referência à configuração territorial e, em muitos idiomas, o uso das duas expressões é indiferente”.

Venturi (2004 *apud* Guerra e Marçal, 2006) vinculará importante transformação do conceito paisagem no decorrer do século XIX, quando os naturalistas alemães lhe conferem um significado passível de ser articulado no ambiente acadêmico; o conceito geográfico (*landschaft*) de paisagem terá uma derivação: *paisagem natural* (*naturlandschaft*) e *paisagem cultural* (*kulturlandschaft*). Ao refletir sobre essa disjunção fica insustentável desarticular o “intocável” pela mão humana e as paisagens sujeitas a sua remodelação, transformação. Ainda mais, se considerarmos que atualmente “[...] a perspectiva de análise integrada do sistema natural e a inter-relação entre os sistemas naturais, sociais e econômicos vêm dando um novo redirecionamento a interpretação ao conceito paisagem” (Guerra e Marçal, 2006, p. 102).

A relevância da *paisagem*, tanto sua abordagem estética-descritiva quanto à articulação nas ciências, está materializada na legislação brasileira há muitas décadas: de acordo com o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, assinado pelo então Presidente da República o sr. Getúlio Vargas, estabelece e organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Defini no

seu Art. 1º o que constitui patrimônio histórico e artístico nacional, chamo atenção para o parágrafo 2º:

Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo, e são também sujeitos a tombamento, os monumentos naturais bem como os sítios e *paisagens* que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana (Carvalho, 1999, p. 159).

A aplicação do termo *paisagem* ressurgiu pela expressão literária pictórica, pré-romantismo germânico, explorando a descrição do cenário pátrio onde se desenvolve a ação dos personagens. Mas o termo ganha força pelas mãos artísticas pictóricas, de acordo com Figueiró (1998), a conceituação histórica de paisagem pode-se dividir em dois momentos: período pré-renascentista e o período representado pela pintura de influência da Igreja Católica, renascentista. A expressão pictórica renascentista explora e enfatiza a representação tridimensional conferindo, também, um caráter onírico e idealizado, onde o conjunto de seus constituintes provoca sensações que tendem a ser exploradas nas manifestações de cunho religioso. Até então, os artistas não valorizavam o preciosismo tridimensional matemático, buscando representar cenas bidimensionais factuais, onde o humano era tema central.

A Geografia, ao se debruçar analiticamente sobre suas representações do espaço percebido, também vivencia períodos históricos diferenciais, ao construir múltiplas leituras do espaço geográfico, dentre essas, a *paisagem*, onde essa é a “materialidade e a concretude da representação simbólica da sociedade” (Luchiari, 2000). Ao extrapolar o princípio de contemplativo de “olhar o horizonte até onde alcança a vista”, Cosgrove (1998), ampliando essa premissa cotidiana, partindo para “[...] uma ‘*maneira de ver*’, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma ‘cena’, em uma unidade visual. Assim, considerando, implicaria em: 1. um foco nas formas visíveis de nosso mundo, sua composição e estrutura espacial; 2. unidade, coerência e ordem ou concepção racional do meio ambiente; 3. a ideia de intervenção humana e controle das forças que modelam nosso mundo” (Cosgrove, 1998, p. 99).

Nas articulações teóricas propostas pela profª. dra. Dirce Suertegaray (2000), ao retomar a construção histórica do termo paisagem em uma definição clássica é “[...] a expressão materializada das relações do homem com a natureza num espaço circunscrito”, e ao apresentar o “[...] limite da paisagem atrelava-se à possibilidade visual”, estabelece suas fronteiras de operacionalidade na análise do espaço, segundo o ponto de vista da morfologia dos elementos que constituem a paisagem. Por isso, ressalta que “[...] para além da forma: Troll (1950) concebia-a como o conjunto das interações homem/meio, com

dupla análise – a da forma (configuração) e a da funcionalidade (interações)”. Referindo ainda sobre o mesmo autor identifica a paisagem como “[...] algo além do visível, é resultado de um processo de articulação entre os elementos constituintes”. Necessitando ser “[...] estudada na sua morfologia, estrutura e divisão, além da ecologia da paisagem, nível máximo de interação entre os diferentes elementos”. Dessa forma, paisagem passa a ser tema que ultrapassa os aspectos estéticos contemplativos. A configuração dos elementos é o movimento inicial no sentido de desdobrar as múltiplas formas de perceber as interações estabelecidas, subjetividades intrínsecas à percepção, entre outras dimensões.

Areais: paisagens em transformação

Por estarem relacionados com a *paisagem* onde são criados, os mitos são tão diferentes quanto a diversidade de ecossistemas existentes no planeta. Cada lugar propicia uma visão própria de mundo que identifica a cultura e a *paisagem* daqueles que ali habitam. E, quando a *paisagem* sofre transformações, a cultura também precisa mudar para que as estratégias de sobrevivência do grupo sejam readaptadas às novas condições, possibilitando que cada indivíduo reencontre o sentido da vida humana e da própria sociedade. Essa é a função primordial do mito no entendimento do mundo, em uma época que os humanos viviam em aldeias e cidades com até 10.000 habitantes (citação de um painel da Exposição Visões da Terra, Museu da UFRGS, junho de 2008).

Não só as articulações conceituais de *paisagem*, em diferentes épocas e no contexto de cada cultura, sugerem as características dos grupamentos sociais humanos, suas culturas, mas também suas conexões, como estabelecem suas organizações e o modo de construir paisagens, interferindo e moldando as necessidades do grupo. Não deixando de considerar que as necessidades humanas sempre estavam sujeitas a “ordem natural” estabelecida pela paisagem, essa “ordem” fica impressa nos mitos articulados pelas culturas que se sucedem.

No sudoeste do Rio Grande do Sul, no sul do Brasil, estaremos expostos às paisagens singulares que contam com a presença de áreas arenosas, desprovidas ou de rala cobertura vegetal e frágil sistema ecológico estabelecido. Circunscrito nos limites geográficos de latitudes de 29°00’ S e 31°00’ S e as longitudes de 54°30’ W Gr e 58°45’ W Gr a paisagem dos areais acompanha a percepção de todo caminhante.

Ao invadir os limites da Campanha, estamos ofertando ao perceber humano um mosaico de fatores e elementos singulares que regem essas paisagens,

partilhado com os primeiros caminhantes humanos que aqui buscaram viver, há aproximadamente 10.000 anos Antes do Presente (A.P.), estabelecendo o lugar e território de várias etnias de povos pré-colombinos, que o denominaram *Pampa*. Termo de origem *quíchua*,¹ uma das línguas utilizadas na comunicação desses primeiros humanos autóctones, significa “região plana” e está associada à paisagem dominante de extensas planícies cobertas de vegetação rasteira, características do extremo sul do território brasileiro e reunindo sobre o mesmo manto campestre os *hermanos* das repúblicas platinas.

O *Pampa*, hoje com *status* de Bioma,² é a reunião de formações ecológicas que se inter cruzam em uma formação *ecopaisagística* única, com intenso tráfego de matéria, energia e vida entre diferentes formações: campos, matas ciliares, capões de mato e mata de galeria. Envolve uma área de 176.496 km². Extensas planícies, relevo suave com altimetrias que não ultrapassam os 200m, destacam-se os tabuleiros, *cerros* na denominação local, e as *coxilhas*, dominantes formas mamelonares compondo suaves ondulações por onde correm famílias de *ema* ou *nhandu* (*Rhea americana*), ave pernalta que é um referencial crioulo desse chão.

Ao fazermos uma *leitura* da trama ofertada pelas paisagens com areais, buscando o papel de narrador de sua gênese e dinâmica, nos deparamos com o substrato, palco dessa dinâmica: a formação *Botucatu*³ (do tupi *ibi'tu* ‘vento’ + *ka'tu* ‘bom’). Essa formação está constituída, predominantemente, por arenitos de estratificação cruzada, resultante da deposição eólica, com inclinação de 30°. Os grãos que o compõem são arredondados, os maiores com mais de 0,5mm, tendo a superfície fosca e repleta de orifícios diminutos (outro vestígio da ação eólica). Essa formação arenítica se estende por toda a formação geológica da Bacia do Paraná, raramente ultrapassa 100m de espessura. A formação do Botucatu pertence à supersequência estratigráfica de segunda

¹ *Quechua* é a língua indígena da América do Sul, também falada no império Inca, pampa corresponderia a uma região plana.

² A denominação *Bioma* é a associação entre *ecossistemas* (de uso corrente pelos biólogos) e *paisagens* (expressão que articula uma série de elementos temáticos e de maior abrangência conceitual para os geógrafos). Ele serve tanto para classificar grandes paisagens quanto para designar unidades geográficas contínuas, ainda que sejam compostas por uma miríade de ecossistemas. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) *Bioma*, que também é conhecido como *Domínio* entre os geógrafos, é um conjunto da vida (conjunto de todas as suas expressões) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional, com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, resultando em uma diversidade biológica própria.

³ No Uruguai é denominado *Taquarembó*, no Paraguai *Misiones*. Na Argentina, são conhecidos como *Misiones*, na província de mesmo nome e como membro *Solari* da formação Curuzú Cuatiá, na bacia Chaco-Paraná (Almeida e Carneiro, 1988).

ordem denominada Supersequência Gondwana III, tendo sido depositada do Jurássico ao Cretáceo.

As dimensões do supercontinente Pangeia e a sua disposição, no seu tráfego superficial pelo planeta ao longo das eras, denominado deriva continental, estava, naquelas épocas, ao redor do Equador, e por isso são apontados pelos paleoclimatólogos como responsáveis por esse aquecimento em escala global, superior aos encontrados atualmente. A paisagem do Rio Grande do Sul era dominada por um ambiente de planícies, com ondulações de poucos metros de altura, com a presença de lagos de pouca profundidade e larga extensão, configurando refúgio da vida local, separados por planícies pouco vegetadas (Holz, 1999). Esse ambiente árido era intercalado por períodos de chuvas torrenciais que provocavam enchentes de grande magnitude nas planícies pampeanas em formação.

Essas paisagens sofreram mudanças bruscas influenciadas pelos movimentos tectônicos, acompanhado pelo vulcanismo de fissuras em toda a Bacia do Paraná, marcando o início da fragmentação do supercontinente Pangeia na região hoje conhecida como sul do Brasil. Neste contexto, associados ao aquecimento climático, paisagens de lagos e rios do Triássico são substituídos por sedimentos de origem eólica que dominaram o horizonte. A crescente aridez do clima no início do Jurássico havia transformado o nosso estado num deserto. As areias dos campos de dunas jurássicas estendiam-se desde o norte da Argentina até os estados de São Paulo e Mato Grosso, cobrindo praticamente toda a bacia do Paraná (Holz, 1999, p. 114).

É dessa rocha sedimentar de origem eólica que se obtêm a popular “laje grés”, muito comum no calçamento da cidade dos porto-alegrenses, memória do imenso deserto que já cobriu todo o nosso estado.

Assentando-se, *despreocupadamente* por milhares de anos sobre o Botucatu, encontramos estratificados depósitos arenosos que, na ausência da ação de alguns fatores físico-químicos contribuidores da coesão/adesão entre seus componentes, não se consolidaram; a origem desses depósitos esta relacionada a uma ação eólica e hídrica, por Suertegaray (1998) que as denominou *Unidades A e B*, formados no transcórrer das épocas do Pleistoceno (15 mil A.P.) e do Holoceno (11 mil A.P.) do Cenozóico. A mobilização dos sedimentos pouco ou não consolidados das unidades estratigráficas *A e B*, pela ação conjugada do vento e da água, amplificados, no presente, pelo mau uso do solo nas atividades agropastoris humanas abrem uma *janela temporal* de uma paisagem relictas: Os “(...) *areais* são, sobretudo, depósitos areníticos inconsolidados, desprovidos de vegetação e retrabalhados sob os processos característicos do clima atual” (Suertegaray, 1998, p. 32).

Areais: ecossistemas *testemunho*, uma *janela temporal*

A conjunção de processos morfogênicos que resultam em paisagens restritivas a presença e/ou fixação de comunidades vegetais, transportará suas restrições ao estabelecimento de outras comunidades heterotróficas nessas áreas. A observação da fauna que mantém seu nicho ecológico parcialmente ou totalmente dentro dos campos de areia reflete, em parte, os processos dinâmicos estabelecidos entre o meio e a vida sustentada por ele. A congruência das transformações do meio com as promovidas pela matéria viva estabelece uma *conservação da adaptação*, um *acoplamento estrutural* dos seres vivos com o meio (Maturana, 2001a), ou seja:

O meio, enquanto o espaço no qual um sistema funciona como um todo tem uma dinâmica estrutural independente da dinâmica estrutural dos sistemas que ele contém, apesar de ser modulado pelos seus encontros com eles. Portanto, o meio e os sistemas que ele contém estão em mudanças estruturais contínuas, cada um de acordo com sua própria dinâmica estrutural, e cada um modulado pelas mudanças estruturais que eles desencadeiam um no outro através de seus encontros recursivos [...] todos os sistemas em interações recursivas mudam juntos, congruentemente (Maturana, 2001a, p. 177).

Dessa forma, Maturana (2001b) evidencia que não há um progresso nem otimização do uso do ambiente por parte dos seres vivos, e sim uma conservação da adaptação e da *autopoiese*, num processo em que os organismos e o ambiente permanecem num contínuo *acoplamento estrutural*. Enquanto os seres vivos variam segundo a diversidade ofertada em cada etapa reprodutiva o ambiente varia em uma dinâmica diferente, do encontro dessas variações surgirão estabilidade e diversificação estrutural (fenotípica), como resultado do processo de conservação da adaptação e da autopoiese.

Enquanto um ser vivo não entrar em rota de interação destrutiva com seu ambiente, veremos que entre a estrutura do ambiente e a do sistema vivo há uma compatibilidade. A permanência dessa compatibilidade ou comensurabilidade, ambiente ↔ sistema vivo, atuarão como fontes de perturbação mútuas e desencadearão mutuamente mudanças de estado. Esse processo continuado, Maturana (1997, 1998, 2001a, 2001b) denominará *acoplamento estrutural*.

A sintonia estabelecida entre a vida e o ambiente, nas múltiplas interações de duplo sentido, atrelam o ambiente às diversas formas de expressão material da vida. A paisagem dos areais abre janelas à multiplicidade de processos que comungam no estabelecimento de sua singularidade ecológica e morfogênica,

abre *janelas temporais* de tempos pretéritos diversos do presente. Diante de nós erguem-se *harmonias sutis*.

Os sistemas vivos (como todos os sistemas) existem somente com conservação de sua adaptação, e que suas ontogenias são necessariamente históricas de mudanças estruturais em congruência com um meio que, quer seja estático ou cambiável, lhes permite a realização de seus respectivos nichos, e que, quando não ocorre, eles se desintegram (Maturana, 1997, p. 87).

No encontro de mútuas transformações, ambiente e organismos acoplados estruturalmente sofrem transformações. A fauna dos areais revela leituras desse acoplamento mútuo.

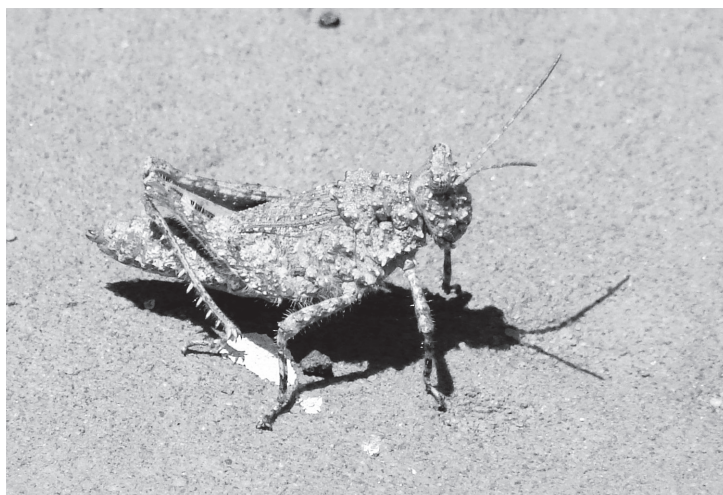


Figura 1. Ortóptero, gafanhoto-das-areais, no areal do município de Manoel Viana (RS), foto de Luis Alberto Pires da Silva (out. 2008)

Ao buscar o entendimento do conjunto de organismo que se vale das manchas de areias, como parte do seu nicho ecológico, não se desvencilha da ideia dessa porção, unidade da paisagem do Bioma Pampa, como uma *Janela temporal*. Ao olhar atentamente ao ortóptero (Figura 1), e buscar uma justificativa para uma camuflagem com tamanha afinidade com o substrato arenítico, fica impossível relacionar essa façanha à evolução dessa espécie em congruência com o ambiente que vive num espaço temporal recente. Esse, entre outras manifestações de vida encontradas nos areais, nos aproxima de uma *janela* do tempo que pode reproduzir parte das condições ambientais dominantes

nessa região há milhares de anos antes do presente. Ao procurar descrever as sensações primeiras mobilizadas pela paisagem dos areais e percorrendo a sua fisionomia, nos vemos diante de um recorte temporal das condições biotípicas reinantes em tempos pretéritos. Somos espectadores privilegiados diante de uma *janela*, onde a paisagem se confunde no tempo. Materialmente ancorados no presente, nossa mente nos remete ao passado longínquo. Evidências no substrato da paisagem dos areais e os organismos vivos que a compõe, *testemunham* condições ambientais, singulares não sustentadas pelos dados climáticos atuais.

Com o termo *ecossistema testemunho* procurou-se explicar a *janela temporal* aberta pela paisagem dos areais, que nos fornece vestígios de adaptações estruturais e fisiológicas da vida diante das restrições ambientais impostas em tempos pretéritos, mantendo o *acoplamento* biótoto ↔ biocenose e *testemunhado* pelo ecossistema dos areais.

O termo *ecossistema testemunho* surgiu na cumplicidade do caminhar pelo areal, na propriedade do senhor Anair Bem (município de São Francisco de Assis, RS), proposto pelo prof. dr. Roberto Verдум. Assimilada a minha percepção ansiosa, direcionei meus interesses em busca de argumentos no sentido de auxiliar a legitimação desse *testemunho*.

As divagações encontraram solo fértil nos encontros com a fauna local, no decorrer das atividades de campo e associadas à leitura do trabalho sobre a diversidade botânica junto aos areais, da bióloga Elisete Maria de Freitas (2006), que aborda a *fitossociologia* da vegetação do areal junto à base do Cerro da Esquina, localizado no município de São Francisco de Assis. Esses estudos revelaram a alta diversidade florística de espécies na área de estudo: em aproximadamente 20m² foram identificados 102 espécies; contudo, também foi evidenciada a baixa densidade do conjunto e o domínio de algumas espécies de gramíneas reptantes: *Paspalum stellatum* e *Paspalum nicorae*.

As limitações impostas pelos macro e micronutrientes disponíveis nestes solos que caracterizam as áreas sujeitas ao processo de arenização e fatores climáticos (Verдум, 2004), também são determinantes no movimento pendular do avanço da vegetação ou recuo desta em decorrência do soterramento pelos sedimentos advindos da encosta do Cerro, trazidos pelas enxurradas torrenciais, em períodos que concentram grande precipitação. Mas são esses fatores limitantes que imperam junto às manchas de areias, os agentes do acoplamento evolutivo da vida que se estabelecem nessa paisagem, evidenciado pela morfo-fisiologia da comunidade ecológica ali sediada.

A composição florística diversificada apresenta grande número de características morfológicas e fisiológicas típicas de organismos sujeitos a um constante estresse hídrico. Chama atenção pelas circunstâncias climáticas

atuais dessas manchas de areais na paisagem pampeana, remetendo a um passado pretérito de escassez na oferta hídrica para um eficiente desempenho do metabolismo vegetal. O que nos leva ao passado geológico do pampa e das evidências estabelecidas nos registros geomorfológicos desse mosaico de paisagens.

A vegetação autóctone se estabelece sob um substrato formado pela deposição eólica (*Unidade litológica B* (Suertegaray, 1992)), assim, deveria contar com estruturas morfológicas que otimizassem o uso da água no metabolismo e enfrentassem o constante deslocamento eólico das partículas do substrato. Essas adaptações alicerçaram a existência de organismos vegetais no passado e ainda são evidentes nas plantas que guardam essa herança no presente úmido, encontradas nos areais gaúchos.

As espécies vegetais *ecotípicas* que encontramos junto aos areais nos apontam as paisagens características dos períodos glaciais Quaternários, com vegetação *reptante* e *xerófilas*, como cactáceas, além de áreas desprovidas do tapete verde como as prováveis dunas de grande mobilidade àquela época (Suertegaray, 1992). As cactáceas, como morfologia adaptada ao armazenamento de água, ainda são marcantes nos areais gaúchos, constituindo o que Eugene P. Odum e Gary W. Barrett vão denominar de *ecotípicas*, são “[...] subespécies geneticamente diferenciadas e que estão adaptadas a um conjunto de condições ambientais particulares” (Odum e Barrett, 2007, p. 183), como é o caso do *Parodia ottomis* em flor observado junto ao areal do Cerro da Esquina em São Francisco de Assis. O avanço do tapete vegetal sobre áreas abandonadas em períodos prolongados de estresse hídrico, motivados por fraca precipitação, recupera-se em meses de precipitações mais favoráveis, mas raramente fecha a *janela*.

A *ativação* dos areais, exposição do substrato arenítico inconsolidado, não está sendo acionado pelas condições climáticas de aridez, mas sim pelo clima úmido. O que hoje acompanhamos na paisagem do sudoeste gaúcho tem sua gênese no grande fluxo hídrico superficial concentrado, removendo parte do sedimento e da vegetação a ele associado.

Algumas plantas são as pegadas impressas na paisagem dos areais que abrem a janela temporal e nos revelam condições ambientais reinantes que os organismos vivos ficaram sujeitos em tempos pretéritos nessa região. O grupo botânico das Mirtáceas aponta acoplamentos das estruturas orgânicas e o ambiente pretérito, residual na atualidade, algumas espécies estão providas de raízes pivotantes muito extensas, atingindo horizontes profundos do solo, determinando um bom suprimento de água e ancoramento do organismo, diante da mobilidade da superfície. Outros vegetais, alguns desse mesmo grupo botânico, apresentam estruturas mergulhadas nesses sedimentos areníticos que

lhes conferem resistência às condições do substrato e climáticas inibidoras. Os *xilopódios* presente nesses organismos são porções caulinares, tubérculos lenhosos e gemíferos de certas plantas vivazes, orquestrado a um período de escassez hídrica, armazenam água e nutrientes nesse período, possibilitando o brotamento de novos ramos ao fim do mesmo.

Os fatores que geram a energia de ativação da arenização no presente estão relacionados ao grande gradiente da distribuição pluviométrica ao longo do ano nessa região gaúcha. Temos grande volume pluviométrico concentrado em determinados períodos, tornando a água o principal agente erosivo e mobilizador de sedimentos. Seguem-se períodos pluviométricos mais modestos e/ou total escassez hídrica, quando entra em cena a ação funesta das rajadas de vento. Neste período último temos o domínio eólico como agente erosivo, carreador de grandes volumes de sedimentos não consolidados da Unidade B.

As sucessões de agentes erosivos da atualidade, ativadores do processo de arenização, repetem a própria marca temporal climática deixada no sedimento, como as *unidades A e B*, descritas por Suertegaray (1992). Sendo a primeira uma formação *fluvial*, cuja sequência se expressa pelo contato erosivo, mais profundo e direto com a formação Botucatu. A segunda, a Unidade B, mais superficial e sujeita a exposição pelos agentes erosivos da atualidade, é um sedimento de estratificação cruzada, indicando ser um ambiente de deposição *eólica*. Alternam-se na evolução paleoclimática períodos áridos com períodos de atenuação da aridez, acompanhados pelos organismos num acoplamento evolutivo, com a finalidade de manutenção da *autopoiese*.

Organismos e meio variam de modo independente; os organismos variam em cada etapa reprodutiva e o meio segundo uma dinâmica diferente. Do encontro dessas duas variações surgirão a estabilização e a diversificação fenotípica, como resultado do mesmo processo de conservação da adaptação e da autopoiese, a depender dos momentos desse encontro: estabilização, quando o meio muda lentamente; diversificação, quando ele o faz de modo abrupto (Maturana e Varela, 2001, p. 125).

Assim, temos que considerar que, ao contrário dos indícios, não são as variações do meio as determinantes na trajetória evolutiva dos organismos, e sim a conservação do acoplamento estrutural dos organismos com seu meio (estabelecimento e manutenção dinâmica de seu *niche*). Ou, ainda, um termo que explora essa ligação entre vida e substrato que a sustenta, articulado e concebido pelo biólogo e filósofo alemão Jacob V. Uexkull (1864-1944), o estabelecimento por cada manifestação da vida, o *Umwelt*, “mundo ao redor”, ou seja, qualquer espécie ao agir e interagir no mundo está elaborando seu

Umwelt, no sentido de extrair de determinado ambiente suas formas de autonomia para conseguir sua perpetuação (Moscovici, 2002, p. 167).

Onde a cobertura vegetal e as demais expressões vivas, ocultadas pelo manto verde, eram atratores de questões e narrativas, encontro-me agora, ao norte do município de São Francisco de Assis, “enxergando” variados processos, em conluio, atuando para configurarem inusitada unidade de paisagem *gaudéria*. Vejo-me um *grafista da terra* explorando novas sensações, novas possibilidades do explicar, cúmplice de neófilos em busca da totalidade.

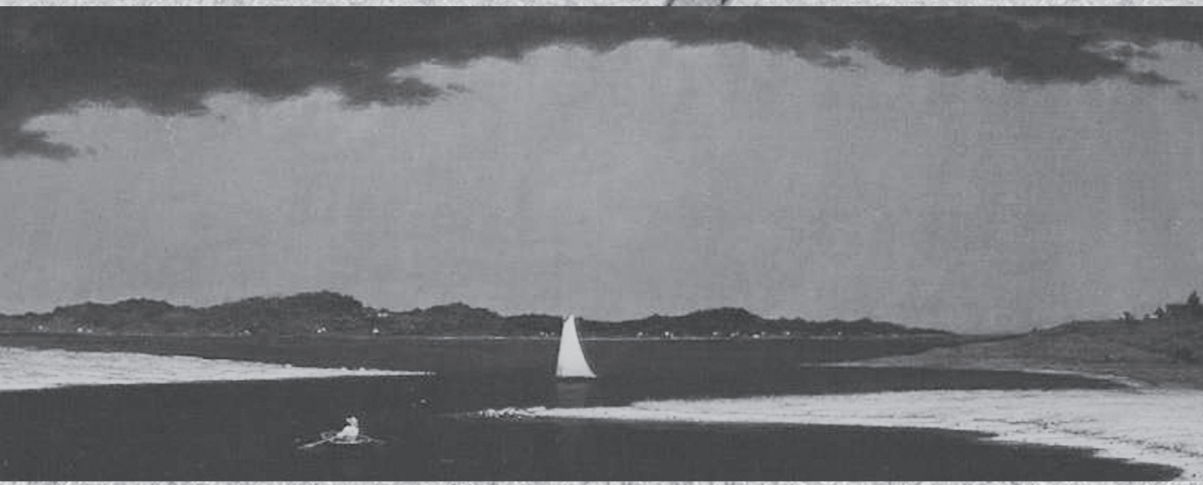
Referências

- AB’SÁBER, Aziz Nacib. *Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- ALMEIDA, Fernando F. M.; CARNEIRO, Celso Dal Ré. Botucatu o grande deserto brasileiro. *Revista Ciência Hoje*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 143, p. 36-43, out. 1998.
- BELLANCA, Eri Tonietti; SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Sítios arqueológicos e areais no sudoeste do Rio Grande do Sul. *Mercator*. Revista de Geografia da UFC, Fortaleza, ano 2, n. 4, p. 99-114, 2003.
- CARVALHO, Carlos Gomes de. *Legislação Ambiental Brasileira: Contribuição para um Código Nacional do Ambiente*. São Paulo: Editora de Direito Ltda., 1999.
- CASSETI, Valter. A natureza e o espaço geográfico. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette. *Elementos de epistemologia da Geografia contemporânea*. Curitiba: Editora UFPR, 2002.
- CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- CHARBONNEAU, J. P. *et al.* Enciclopédia de Ecologia. In: DUSSART, B. *Conceitos e unidades em Ecologia*. Traduzido pelo Dep. de Língua Francesa da Univ. de São Paulo. São Paulo: EPU/Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.
- CORDEIRO, Copérnico de Arruda; SOARES, Lúcio de Castro. A erosão nos solos da região sudoeste do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, (39) 4, p. 82-150, out./dez. 1977.
- COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L. (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 1998.
- DURAND, Gilbert. A imaginação simbólica. In: REGO, Nelson *et al.* (Org.). *Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2006.
- DUARTE JR., J. *O que é realidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. *O Sentido dos sentidos: a educação (do) sensível*. Curitiba: Criar edições, 2001.
- FIGUERÓ, S. Adriano. Evolução do Conceito de Paisagem: Uma breve revisão. *Revista Geo Sul*, Florianópolis, v. 13, n. 26, jul./dez. 1998.

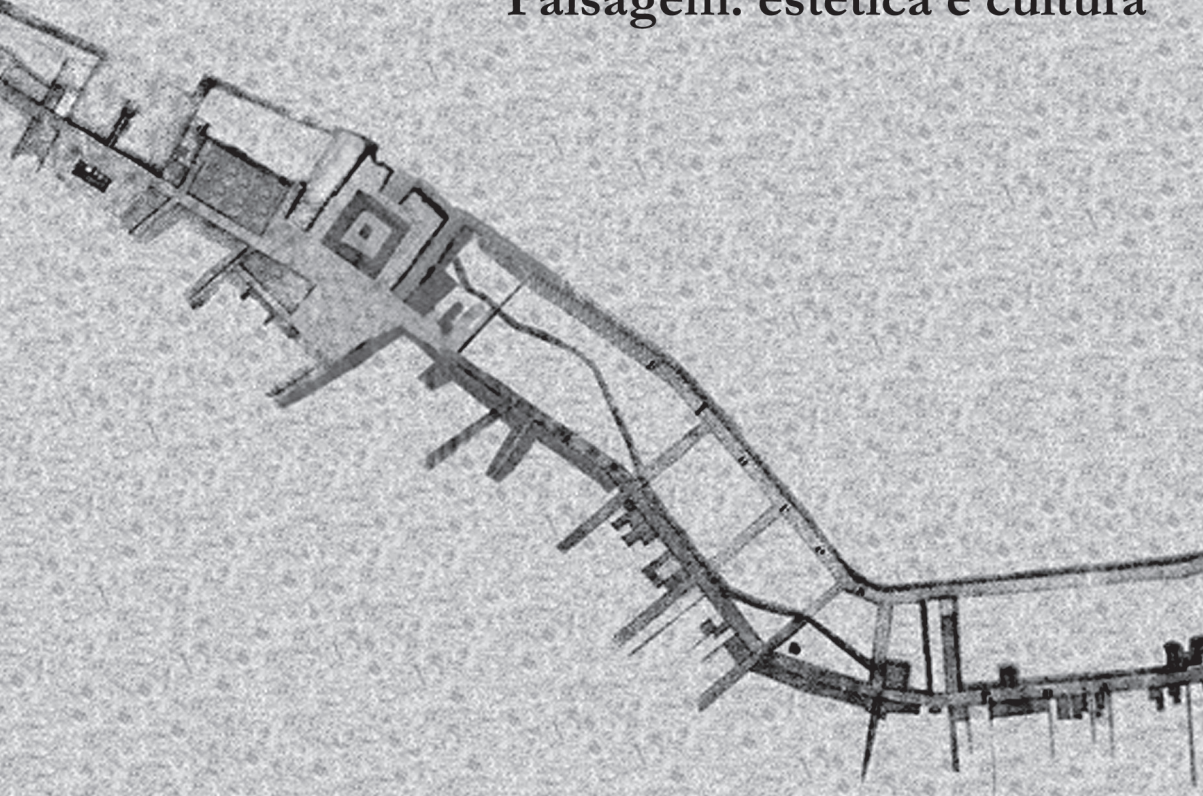
- FONTANA, C.; BENCKE, G.; REIS, R. (Org.). *Livro Vermelho da Fauna ameaçada de extinção no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.
- GONÇALVES, Carlos W. P. Os (Des)Caminhos do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 1998.
- ESCHER, M. C. *Gravuras e Desenhos*. [s/l]: Paisagem distribuidora de Livros Ltda., 2006 (Edição original Holanda, 1989).
- GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. *Novo dicionário Geológico-Geomorfológico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- HEEMANN, Ademar. *Natureza e ética: dilemas e perspectivas educacionais*. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.
- IHERING, Rodolpho Von. *Da vida dos nossos animais: Fauna do Brasil*. São Leopoldo: Rotermond S.A., 1967.
- JOLY, M. *Introdução à análise da imagem*. Campinas: Papirus, 1978.
- KERSTEN, Bernd. Do jeito que a gente gosta. *Revista Viver Mente e Cérebro*, São Paulo, ano XIV, n. 163, ago. 2006.
- KESSERLRING, Thomas. O conceito de natureza na história do pensamento ocidental. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, v. 3, n. 5, p. 19-39, jul./dez. 1992.
- LEITE, Maria Ângela F. P. A natureza e a cidade discutindo suas relações. In: SOUZA, Maria. *Natureza e Sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. São Paulo: Hucitec-Anpur, 2002.
- LUHMANN, Niklas. *A nova teoria dos sistemas*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 1997.
- MARCHIORI, J. N. M. Areais no sudoeste do Rio Grande do Sul: elementos para uma História Natural. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, n. 3, p. 89, 1992.
- MATURANA, H. *Emoções e linguagem na educação e na política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- _____. *Cognição, Ciência e Vida Cotidiana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
- MOREIRA, Ruy. *O que é Geografia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- MONTEIRO, Kathia V.; BLAUTH, Nely. *Pampa in Almanaque Brasil Socioambiental*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2008, p. 163-176.
- MOSCOVICI, Serge. *Natureza: para pensar a ecologia*. Rio de Janeiro: MauadX/Instituto Gaia, 2007.
- ODUM, Eugene. *Ecologia*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara Koogan AS, 1983.
- PRIGOGINE, Ilya. *O fim das certezas: Tempo, Caos e as Leis da Natureza*. São Paulo: Editora UNESP, 1996.
- RIBEIRO, Pedro Augusto. Os mais Antigos Caçadores-Coletores do Sul do Brasil. In: TENÓRIO, Maria Cristina (Org.). *Pré-História da Terra Brasilis*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- RIBEIRO, Nitheroy. *Chasques e Lendas Gaúchas*. Da Academia da Fronteira Oeste e Estância da Poesias Crioula: Rio Grande do Sul. [s/n]: [s/l], 1966.

- SANTOS, Milton. *Por Uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- _____. *Pensando o Espaço do Homem*. São Paulo: EdUSP, 2004.
- SILVA, Flávio. *Mamíferos Silvestres – Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do RS, 1994.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. *Deserto Grande do Sul: controvérsia*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.
- _____. Espaço Geográfico Uno Múltiplo. In: SUERTEGARAY, D. M. A.; BASSO, L. A.; VERDUM, Roberto (Org.). *Ambiente e lugar no urbano: a Grande Porto Alegre*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.
- _____. Ambiência e pensamento complexo: Resignific(ação) da Geografia. In: SILVA, A. D.; GALENO, A. (Org.). *Geografia Ciência do Complexus – Ensaio transdisciplinares*. Porto Alegre: Editora Sulina, 2003a.
- _____. *Terra feições ilustradas*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2003b.
- SARAMAGO, José. *As pequenas memórias*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2006.
- TOWNSEND, Colin R. *Fundamentos em Ecologia*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. *Pensamento Sistêmico: O novo paradigma da Ciência*. Campinas: Papirus, 2002.
- VIEIRA, Eurípedes Falcão. *Rio Grande do Sul: Geografia da População*. Porto Alegre: Sagra, 1985.
- VERDUM, Roberto. Depressão periférica e planalto. Potencial ecológico e utilização social da natureza. In: VERDUM, R.; BASSO, L. A.; SURTEGARAY, D. M. A. *Rio Grande do Sul: Paisagens e territórios em transformação*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2004.





Paisagem: estética e cultura



Planta de Manoel José Nunes Azevedo (1877) disponível em: http://www.ibgrgs.org.br/cd_mapas_rs/Inicio.htm#; "Approaching Thunder Storm", pintura de Martin Johnson Heade (1859) disponível em: <http://www.metmuseum.org/Collections/search-the-collections/20011406>

O estudo das paisagens e suas representações a partir de produtos culturais

Lucas Manassi Panitz

Introdução

O objetivo deste texto é apresentar algumas formas de estudo das paisagens e suas representações através de produtos culturais, tais como a literatura, as artes visuais e a música. Para tanto, seleciono algumas abordagens contemporâneas, sobretudo em geografia – tanto da matriz latina quanto anglo-saxônica¹ – que vêm apontando para esse caminho de estudo. Primeiramente parto da definição de representação nas ciências sociais, como significação das práticas humanas, produção de significado através da linguagem e uma forma de conhecimento para compartilhar sentidos coletivamente.

Apresento em seguida algumas proposições teóricas e exemplos práticos na geografia que nas últimas três décadas têm centrado suas análises da paisagem a partir de produtos culturais, no intuito de decodificar esses significados, por meio da interpretação. Destaco também algumas potencialidades e limitações do uso desta forma de estudo, reforçando a necessidade de usá-los em conjunto, sempre que possível, com outras fontes documentais. Por fim, falo da importância deste tipo de abordagem para geógrafos que desejam compor equipes de estudos ambientais e sociais que prescindam de análises puramente socioeconômicas e demográficas, tornando mais rico o processo que se tem chamado de *ordenamento territorial da paisagem*.

Chamo a atenção, ainda, que a paisagem deve ser operada com outros conceitos operacionais do espaço geográfico, tais como território, lugar e região. Concluindo, destaco o valor do uso destes produtos, capazes de infor-

¹ Dedico este pequeno texto à memória do geógrafo inglês Denis Cosgrove (1940-2008), o qual teve papel fundamental na formação da geografia cultural renovada anglosaxã e mundial. Sobre a contribuição de Cosgrove aos estudos culturais em geografia no Brasil, foi imprescindível o trabalho do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura (Nepec), que traduziu e editou diversos textos do autor para a língua portuguesa.

mar simultaneamente aspectos subjetivos e objetivos que estão expressos nas paisagens humanas.

A virada cultural nos estudos geográficos e da paisagem

Há pelo menos cinco décadas que os geógrafos iniciaram um período de renovação e aprofundamento nas análises qualitativas dentro da ciência geográfica. É possível dizer que Eric Dardel, na França do recém pós-guerra, já lançava as bases de uma nova fase na ciência geográfica com o livro *L'homme et la terre* (Claval, 2003) que, quase três décadas depois, aliado a outras propostas emergentes em todos os âmbitos das ciências sociais, passarão a influenciar o movimento que se denominou *cultural turn* nos países de língua anglosaxã (Duncan, 2000, p. 62). De fato, essa virada cultural se passou naqueles países como contestação ao paradigma quantitativo vigente e a partir dessa virada é que surgiram as geografias radicais e humanistas em seus diversos matizes. Em vez de explicar distribuição espacial dos fatos, foi essencial focar-se na experiência das pessoas ao habitar e experimentar os lugares (Claval, 2000, p. 45) e também compreender os significados que os contextos culturais empreendem ao espaço. Nesse período, entre as décadas de 1970 e 1980, surgem à cena geógrafos como David Lowenthal, Yi-fu Tuan e Anne Buttimer nos Estados Unidos, Edward Relph no Canadá, Denis Cosgrove e Stephen Daniels na Inglaterra, Armand Frémont e Claude Raffestin na França, Joan Nogué i Font e Aurora García Ballestros na Espanha, só para citar alguns dos disseminadores das geografias de abordagem cultural.²

Com esses geógrafos surge um período de críticas ao modelo teórico de Carl Sauer – focado nos aspectos materiais da cultura e na teoria da cultura como entidade supraorgânica – e o estudo da paisagem, assim como de outros conceitos em geografia, retorna com novas propostas, ancoradas nas filosofias do significado, tais como a fenomenologia e o existencialismo. A paisagem passou a ser considerada não como a expressão de uma cultura acessível somente

² A lista de geógrafos(as) proeminentes nos estudos culturais é extensa. Sugiro uma leitura mais aprofundada em Ballestros (1992), Valcárcel (2000) e Claval (2003). No Brasil, as publicações do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a série Geografia Cultural e a revista Espaço e Cultura, são os principais meios para divulgação de trabalhos de geógrafos identificados com as temáticas culturais. Outros núcleos brasileiros são divulgadores dessas abordagens, como é o caso do Núcleo de Estudos em Espaço e Representação – NEER, que congrega atualmente grupos de pesquisa de nove universidades brasileiras, realiza colóquios anuais e publicações na área.

a partir de sua materialidade, mas dotada de subjetividades e significados que podiam ser apreendidos através da vivência e do uso de métodos consagrados na antropologia, na linguística e na história da arte. Esses métodos vêm sendo usados amplamente para o estudo das representações das paisagens. Mas afinal, a quem nos referimos quando falamos em representações?

Representação: uma prática de significação

Leve a uma mesma paisagem um caçador, um pintor e um lavrador: os olhos de cada um verão ingredientes distintos da campina, afirma o filósofo Ortega y Gasset. Cada um leva consigo visões diferentes de uma mesma paisagem e possuem, portanto, formas distintas de representá-la e comunicá-la. Tomando por base a afirmação do geógrafo Manuel de Terán que “*el hombre no solo ve, sino que mira la naturaleza*”³ (Martinez de Pison, 1978), é possível dizer que o ato de contemplar a natureza não é natural. De acordo com Almeida o ato de olhar é resultante de uma instituição da cultura que inventou essa contemplação e lhe conferiu significação e valor (Almeida, 2003, p. 71). Stuart Hall, por sua vez, destaca que a cultura é o meio pelo qual as pessoas transformam o fenômeno cotidiano do mundo material num mundo de símbolos significativos, ao qual dão sentido e atrelam valores (Hall *apud* Cosgrove, 2000, p. 25). Para o mesmo autor, a representação deve ser considerada como uma prática de significação; nesta prática, a linguagem opera como um *sistema representacional*, um meio através do qual pensamentos, ideias e sentimentos são comunicados (Hall, 1997, p. 1). Prática de significação, pois como afirma o autor “*representation is an essential part of the process by which meaning is produced and exchanged between members of a culture. It does involve the use of language, of signs and images which stand for represent things*” (Hall, 1997, p.15). O próprio autor resume: “*representation is the production of meaning through language*” (Hall, 1997, p. 16). Para Hall, portanto, a representação é uma prática de significação operada através da linguagem em um sentido amplo; sendo assim, a música, a fotografia, a dança, a moda, a publicidade, dentre outras manifestações, são linguagens através das quais circulam as representações. Num certo sentido, Cosgrove (1998) e Berque (1998), no campo da geografia, também propõem incorporar os produtos culturais nas análises

³ Embora seja necessário concordar com Tuan quando afirma que “uma pessoa que simplesmente ‘vê’ é um espectador, um observador, alguém que não está envolvido com a cena [...] um ser humano percebe o mundo simultaneamente através de todos os seus sentidos” (1978, p.12).

geográficas para o conhecimento da paisagem. A teoria das representações sociais proposta por Serge Moscovici e Denise Jodelet também nos permite avançar nessa compreensão. Segundo Jodelet

[...] por meio [de] várias significações, as representações expressam aqueles (indivíduos ou grupos) que as forjam e dão uma definição específica ao objeto por elas representado. Estas definições partilhadas pelos membros de um mesmo grupo constroem uma visão consensual da realidade para esse grupo (2001, p. 21).

Jodelet completa ainda que as representações são “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 2001, p. 22). Esse saber, conforme a autora, tem objetivo prático, porque se refere à experiência a partir da qual, segundo os contextos e condições, ele é produzido – e também ao fato de a representação estar orientada à ação sobre o mundo e o outro. As representações são *sociais*, pois como afirma Moscovici, elas são frutos também da divisão do trabalho; por isso ele defende que existe uma categoria de pessoas que comumente têm o ofício de criá-las: “são todos aqueles que se dedicam à difusão dos conhecimentos científicos e artísticos: médicos terapeutas, trabalhadores sociais, animadores culturais, especialistas de mídias [...]” (Moscovici, 2001, p. 63). Dessa forma, vê-se que o artista e os profissionais de mídia possuem um papel claro. Moscovici enfatiza que eles são peças importantes na geração de representações para o conjunto da sociedade, sendo eles formuladores das ideias acerca do espaço e da identidade que circulam na sociedade.

Através do estudo das representações é possível acessar os significados atribuídos às coisas em uma dada cultura, que o geógrafo compreenderá em um contexto espaço-temporal. Ou seja, tornar possível compreender como uma cultura, em determinado momento e lugar, valora o mundo e lhe atribui significado através das formas com que comunica esse mesmo mundo – ou ao menos um recorte dele. Tal abordagem parece importante quando consideramos o papel que os produtos culturais assumiram e assumem na representação das paisagens humanas. É importante ressaltar que a cultura não é uma realidade supraorgânica, não é algo que “funciona através dos seres humanos; pelo contrário, tem que ser constantemente reproduzida por eles em suas ações, muitas das quais são ações não reflexivas, rotineiras da vida cotidiana” (Cosgrove, 1998, p. 101). A cultura é, por isso mesmo, simultaneamente determinada por e determinante da consciência e das práticas humanas. No capítulo a seguir, veremos algumas proposições teóricas de geógrafos(as) que trataram as paisagens sob ótica das representações.

A paisagem representada e sua leitura

São entendidos cada vez mais como fundamentais os estudos que buscam a dimensão cultural do espaço geográfico, por sua característica em compreender as formas de perceber, significar e representar o mundo. São importantes, portanto, as considerações do geógrafo inglês Denis Cosgrove quando afirma que é estranho para muitos geógrafos o estudo das paisagens através de um filme, um romance ou um poema. Portanto, ao reduzirem as análises às forças demográficas e econômicas, deixam-se escapar muitos dos significados expressos nas paisagens humanas (Cosgrove, 1998, p. 97). O autor sugere superar o uso exclusivo de fontes documentais tradicionais e cartográficas, buscando as evidências das paisagens nos produtos culturais – como pinturas, poemas, romances, contos populares, músicas, filmes e canções. Nesse sentido, é essencial considerar o conceito de Paisagem-marca e Paisagem-matriz de Augustin Berque; ele afirma que a paisagem, ao mesmo tempo em que é *marca*, porque expressa uma civilização, também é *matriz*, porque participa dos esquemas da percepção humana (Berque, 1998, p. 85). Paisagem-marca é um dado perceptível, passível de ser inventariado através da quantificação e das relações que determinam suas formas. Paisagem-matriz, ao contrário, é um dado sensível, que expressa a maneira como essa foi apreendida e valorada. Em termos de trabalho, Berque destaca que o papel do geógrafo, estudando as paisagens, é o de inventariar as formas da epiderme terrestre, percebidas numa escala humana. Portanto, ao contrário da maioria das ciências sociais, a geografia cultural sempre levará cuidadosamente em conta o material físico, no qual cada cultura imprime a marca que lhe é própria – marca que ela considerará como uma *geo-grafia* em primeiro grau: a escrita da terra por uma sociedade. Essa marca, como vimos, possui um sentido que implica toda uma cadeia de processos físicos, mentais e sociais na qual a paisagem desempenha um papel perpétuo e simultâneo de marca e de matriz (Berque, 1998, p. 87-88).

Berque sugere, como um dos procedimentos ao estudo das paisagens, o *inventário das representações*, ou seja, como a paisagem é percebida, como é evocada e idealizada sua relação com a natureza através da pintura, da literatura, de jardins dentre outros (Berque, 1998, p. 88). Considerar as representações da paisagem, tomando-a como marca e matriz, é admitir, simultaneamente, a paisagem como o espaço objetivo na qual o indivíduo se encontra, a paisagem como o mundo-vivido⁴ e os significados que ela toma para esse indivíduo que a

⁴ Eric Dardel considera a paisagem como uma das dimensões do mundo vivido. Para ele a paisagem é “um conjunto, uma convergência, um momento vivido [e] uma ligação interna que une todos os

representa, e ainda o papel que essa representação desempenha para afirmá-la, reproduzi-la e ressignificá-la. Como afirma Berque (*apud* Haesbaert, 2002, p. 144), a paisagem não existe “senão na medida em que ela é experimentada, interpretada e organizada por uma sociedade”. A leitura da paisagem através das representações permite reconhecer não só a *marca*, mas os significados que são atribuídos à paisagem e que serão elementos constitutivos da percepção dos indivíduos – reconhecer, portanto, a *matriz*. Essas representações podem resgatar o passado, reafirmar o presente, apontar para o futuro e modificar seu conteúdo simbólico, sendo ela mesma uma imagem que serve como base para uma nova *marca*, que mantém significados existentes e apresentam outros.

Para compreender as paisagens humanas, o estadunidense James Duncan sugere a leitura da paisagem como um texto, através de uma abordagem hermenêutica, revelando seus significados através da interpretação. Apoiado no sistema signifiante de Raymond Williams e na antropologia interpretativa de Clifford Geertz, Duncan, considerando a paisagem como codificadora de informações, afirma que ela se apresenta como um texto em um contexto de intertextualidade; ou seja, o contexto de qualquer texto são outros textos. Para Duncan, portanto, no caso das paisagens, o contexto em que são produzidas e lidas podem ser textos escritos em outros meios (Melo, 2001, p. 42). Assim há uma intertextualidade entre diversas manifestações, que convergem em um texto, que se pode ler na paisagem e que permite múltiplas leituras. Duncan toma os termos *discurso* e *campo discursivo* como forma de situar atores hegemônicos, grupos sociais e conflitos. Com isso, centrando a atenção no significado e na retórica da paisagem, é possível compreender os conflitos nela expressos. Cosgrove (2000), considerando o método de Duncan, afirma que tratar a paisagem como texto é uma abordagem que preserva o significado da ação humana e da sobreposição das camadas de significado. Porém, ele ressalta que, como a paisagem é concebida através de uma forma de ver e representar historicamente dadas, a iconografia – subdisciplina da história da arte – é também um ótimo método de interpretação de imagens visuais, que recentemente tem sido utilizada pelos geógrafos.

As representações do espaço nas artes

Como afirmei anteriormente, a linguagem aqui é entendida em um sentido amplo. Da mesma forma é necessário considerar os produtos culturais

elementos” (*apud* Relph, 1978, p. 14).

em seu sentido mais amplo – toda a linguagem que se propõe a representar algo é produto da cultura, é, pois, um produto cultural. Como exemplo, utilizo alguns produtos, em particular os produtos culturais artísticos, tais como a música, a literatura e as artes visuais. Contudo, não entendamos que essas fontes esgotem o rol de produtos culturais existentes. Poderíamos pensar as festas populares e religiosas, peregrinações, moda, dança, movimentos culturais diversos, peças publicitárias e todo e qualquer produto que é fruto da ação humana e que por meio da linguagem representa algo do mundo.

O estudo da paisagem através da música, da literatura e das artes visuais emergiu juntamente com a virada cultural nas ciências humanas, quando se buscava compreender os significados das paisagens para os grupos humanos. Segundo Barbosa, a obra artística se apresenta como uma leitura reveladora do mundo e possui “uma importante dimensão histórica de leitura do espaço socialmente produzido e se traduz como um instrumento de percepção e reconhecimento da realidade” (Barbosa, 2000, p. 69-70) e também que ela é “um ato essencial para a própria vida e um momento importante para a existência humana, pois a arte significa um modo de entender e agir no mundo” (Barbosa, 2000, p. 71). Captar as representações do espaço, e particularmente da paisagem, através da arte, é mergulhar nos significados que são atribuídos a ela e compreender a própria obra de arte como uma das *matrizes* da paisagem; ou seja, ela tanto expressa significados de quem a representa quanto fará parte dos significados de quem a recebe, de quem a consome, de quem a considera.

Cloke (Cloke *et al.*, 2004) denominam os produtos culturais artísticos de *fontes imaginativas*. Para os autores, é importante considerar essas fontes como produtos de uma dada sociedade, deixando um pouco de lado as considerações mais fenomenológicas para focar-se nos contextos sociais e materiais das sociedades que as produziram, as formas de reprodução das obras de arte, a relação da arte com a sociedade e as relações sociais que podem ser *lidas* nesses produtos: obras literárias como poemas, romances e peças teatrais, músicas, pinturas e outros. Em direção semelhante, porém um pouco mais abrangente, Cosgrove sugere um diálogo entre a fenomenologia e o marxismo, com vistas a compreender o mundo vivido de grupos humanos, mas reconhecer que esse mundo vivido, além de simbolicamente constituído, é também material e objetivo (Cosgrove, 2003). Duncan por sua vez afirma que é preciso buscar “um caminho intermediário entre o empirismo e o teoreticismo, por meio do qual nossa ‘concepção textual do mundo’ e a ‘projeção própria’ da paisagem se confrontem mutuamente” (Duncan, 2004, p. 101). A seguir, exponho alguns resultados práticos da leitura da paisagem por meio de produtos culturais e suas diferentes abordagens.

As representações das paisagens nos produtos culturais

Não é pequena a lista de geógrafos que usam os produtos culturais para o estudo da paisagem, ainda que as abordagens sejam bem heterogêneas. Os trabalhos publicados pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura (Nepec), pelo Núcleo de Estudos em Espaço e Representação (Neer) e pelo Grupo de Pesquisa em Geografia Humanista Cultural, possuem boas referências de trabalhos sobre o tema. Meu intuito neste texto, porém, é citar apenas algumas abordagens e trabalhos em geografia realizados nas últimas três décadas, sem a intenção de esgotar o assunto ou fornecer um panorama geral. Portanto, são exemplos aleatórios, mas de importante contribuição; sendo assim, reconheço a riqueza e a complexidade do tema em questão. Nos exemplos, estão contidas abordagens diversas: ora mais focada na percepção, ora no uso das suas representações como estratégia de criação de identidade, ora nas relações de poder expressas nas paisagens, ora nas formas de valoração dos *de fora* e dos *de dentro* ou ainda nas relações com o imaginário e com a memória. Em todos eles, cada qual a seu modo, a leitura das representações da paisagem foi feita no intuito de compreender seus significados.

Joan Nogué i Font (1984) estudou cinco grupos denominados *grupos de experiência ambiental* na comarca catalã de Garrotxa, mostrando as formas com que distintos grupos experimentavam e representavam aquela paisagem – excursionistas/viajantes, veranistas, pintores, neorrurais e camponeses. Através deste método de trabalho o geógrafo conseguiu uma representação de parte da paisagem de Garrotxa na virada dos séculos XIX e XX e do cotidiano daquele lugar, considerando as representações pictóricas dos pintores, a oralidade dos camponeses tradicionais e dos relatos escritos e fotográficos de viajantes. Também pôde compreender os significados que a paisagem adquiria para os veranistas e para os novos habitantes – os neorrurais. Em síntese, Nogué buscou através das representações uma maneira de compreender as formas distintas de sentir, habitar e comunicar aquela paisagem, para os cinco grupos de experiência ambiental. Para tanto, Nogué realizou trabalhos de campo – focados na experiência para compartilhar da intersubjetividade dos grupos – e também realizou entrevistas em profundidade, uso de textos literários (ensaios, poemas, novelas, notícias) e registros fotográficos dos séculos XIX e XX.

Ana Maria Daou (2001), analisando a produção do ilustrador Percy Lau e a série *Tipos e Aspectos do Brasil*, publicada pelo IBGE a partir da década de 1930, a autora fez considerações importantes sobre o projeto de formação da identidade nacional durante o Estado Novo de Getúlio Vargas. Daou situa o contexto do artista, o contexto histórico e político do país e realiza uma

etnografia das publicações e da produção visual de Percy Lau, interpretando os significados daquelas representações visuais que ressaltavam as paisagens brasileiras e a ideia dos distintos gêneros de vida tipicamente rurais do território brasileiro, colocando em evidência suas habilidades técnicas condizentes ao meio e às raízes rurais – estas raízes como herança cultural comum aos brasileiros. A autora buscou, portanto, esclarecer as representações visuais do artista, relacionando-as com as estratégias de unidade nacional almejada pelo Estado Novo.

O geógrafo norte-americano James Duncan usou sua proposição de leitura da paisagem como texto no reino de Kandy no Sri Lanka. Através da organização espacial da paisagem e dos símbolos expressos na arquitetura, Duncan pôde compreender como a paisagem funcionava como uma forma de afirmar o poder do rei como um poder divino. A paisagem de Kandy é uma “narrativa alegórica do poder do rei, e de como seu poder é espacial e temporalmente contíguo ao poder dos deuses e dos reis-heróis de antigamente” (Duncan, 2004, p. 110). O autor considera que a paisagem possui uma retórica e atua como um instrumento de transmissão que reproduz a ordem social. Ler a paisagem nos termos de Duncan pressupõe ler na paisagem a organização do espaço e os símbolos que atuam como um discurso que legitima um poder e reafirma uma ordem social, assim como também ler as manifestações que se opõem a esse poder – para isso o autor lança mão de figuras de linguagem análogas ao espaço. Como exemplo, ele usa a analogia da metonímia, no qual discute o título conferido ao rei de Kandy, *O Grande Portão*. O nome indica tanto o rei quanto os grandes portões da entrada de seu palácio – limite de passagem do mundo dos humanos para o mundo dos deuses. A metonímia acontece quando uma palavra ou ícone representa toda uma cadeia sintagmática completa de objetos, quando através desse ícone passa a referir-se ao conceito que toda essa cadeia representa (Duncan, 2004, p. 114-115). Dessa forma, os grandes portões do palácio são uma extensão do próprio rei, uma figura de linguagem que apontam para o próprio rei e também para sua divindade e para seu poder superior.

Uma contribuição importante para as representações do espaço sertanejo é o trabalho de Maria Geralda de Almeida, que buscou as diferentes formas de falar do sertão brasileiro (Almeida, 2003). Almeida centrou-se duplamente nas narrativas dos *de fora*, tais como viajantes e cronistas, e também dos *de dentro*, que resgatam o sertão como espaço de vida das populações – considerou as representações do sertão tanto em termos de paisagem como cenário quanto em termos de lugar como espaço vivido. Confrontou as narrativas de *estrangeiros*, como o naturalista Saint-Hilaire e os escritores Oscar Leal e

Euclides da Cunha, com as narrativas dos *locais* como a escritora Raquel de Queiroz e também de moradores que enfatizam os saberes, o imaginário e o cotidiano do sertanejo. Almeida vai tecendo as visões do sertão, as maneiras com que o sertão vai sendo representado e revela os sentidos da paisagem sertaneja, essa paisagem multiforme de realidades, de valores e de gestos, dupla criação da cultura, a “de quem olha e apreende, e a cultura daquele que a cria, a inventa” (Almeida, 2003, p. 86).

Fora do âmbito da geografia, chama a atenção o trabalho da historiadora Simone Pereira Luci (2005), pelo seu conteúdo de interesse geográfico e a pela forma de trabalho adotada para estudar a construção do imaginário da capital carioca através da Bossa Nova. Luci contextualiza toda a realidade carioca urbana e econômica da época, situa os locais onde nasceu a Bossa Nova e as canções que falavam de um Rio de Janeiro idílico; mas ao invés de centrar-se somente na audição e na leitura das canções propriamente ditas, Luci recorre à memória de ouvintes da Bossa Nova para compreender os sentidos e os lugares significativos que a cidade vai adquirindo para estes. Embora a autora não se refira diretamente ao conceito de paisagem, mas sim ao espaço urbano carioca em geral, é interessante como a autora reconheceu por parte dos ouvintes/memorialistas os símbolos naturais que se referiam diretamente à cidade, como a Baía de Guanabara, o Corcovado, o Cristo Redentor. Para autora, a Bossa Nova enfatizava a natureza do Rio de Janeiro e também um sentimento de perda onde a vida urbana alterara a maneira de olhar, escutar e perceber essa natureza. A autora centra o estudo sobre o imaginário do Rio de Janeiro das décadas de 1950 e 1960, não através de uma leitura exclusiva dos produtos culturais em si, mas na maneira como elas construíram nos ouvintes referenciais espaciais e memórias sobre a cidade. A isso me refiro sobre a importância do conceito de paisagem marca e matriz de Augustin Berque e também ao papel dos produtos culturais, como a música. Esses produtos criam imagens que permanecem nos ouvintes, falam de representações, em um determinado espaço e tempo, que perduram nos indivíduos e coexistem com outras formas.

Produtos culturais: alguns tipos, vantagens e limitações

Para explorar os produtos culturais, organizo alguns tipos com vias a reconhecer suas potencialidades de uso. É importante ressaltar que nenhuma classificação aqui é definitiva. Assim, características próprias da música, por exemplo, podem estar presentes na literatura ou em outras formas; potencialidades do cinema também podem ser encontradas na arquitetura, e vice-versa.

Portanto, coube-me muito mais ressaltar as características mais ou menos relevantes de cada um, sem preocupar-me com categorizações estanques. Cabe a todos os interessados desenvolverem outros potenciais de uso dos produtos culturais, inclusive aqueles os quais não cito no presente texto. Suas limitações dizem respeito à própria característica dos produtos artísticos – eles são recortes de uma realidade tanto objetiva quanto subjetiva e imaginária, preenchida de valores e significados daqueles que os criam. Porém, como afirmam Cloke (Cloke *et al.*, 2004), é preciso desmistificar o processo de criação: os indivíduos da arte estão inseridos numa ordem social e participam dos esquemas da indústria cultural e do mercado em geral; eles são uma das tantas peças que envolvem a cadeia do consumo da arte. Por isso, os significados e valores representados dizem respeito ao seu mundo pessoal, sua história de vida, mas também ao mundo social no qual nos encontramos. Em termos de análise, portanto, se deve contextualizar a produção dos produtos culturais no espaço e no tempo em que foram criados.

Artes visuais

Fotos, pinturas, gravuras, ilustrações, obras cinematográficas, guias visuais, são fontes importantes e largamente trabalhadas pelos geógrafos culturais. Diferentes correntes analisam as paisagens através das artes visuais, as quais podemos dividir em dois grandes grupos: a corrente humanista toma as representações pictóricas da paisagem como *frames* do mundo vivido; a corrente cultural de matriz crítica aborda as relações de poder expressas nas paisagens e os contextos históricos envolvidos. Por isso, através das artes visuais é possível captar a maneira com que são representados os modos de vida, costumes, organização espacial, valorização de símbolos espaciais – como rios, prédios, ruas, morros, monumentos – que se instituem como referentes a um espaço como um todo, aquilo que Duncan conceitua como sinédoque (2004). Um exemplo de sinédoque pode ser apreendido através de postais, onde determinados lugares representam toda uma cidade – o Cristo Redentor no Rio de Janeiro, o Big Ben em Londres, o Taj Mahal em Agra e assim por diante. Utilizam-se amplamente as artes visuais no reconhecimento das relações do indivíduo com o campo e com a cidade e também o tratamento dado a questões de gênero e etnia no espaço, modos de produção e classe social inscritos no ambiente (Green, 2003). Outro caso bem conhecido é o do climatologista Hans Neuberger, que estudou mais de 12 mil pinturas de paisagens criadas entre 1400 e 1967, analisando a chamada Pequena Idade do Gelo através das representações cromáticas do céu e das nuvens. Isso mostra que as represen-

tações das paisagens podem ir além das considerações propriamente sociais e culturais e servirem como dados de ciências consideradas *duras*, sem perderem sua validade e poder explicativo.

Literatura

A literatura, desde Dardel e mais adiante com a geografia humanista e cultural renovada, teve um papel fundamental na compreensão das paisagens humanas. Como observa Gomes os estudos humanistas em geografia “dividem-se em grande parte, entre descrições de experiências do espaço vivido e estudos sobre autores ou obras literárias” (Gomes, 1996, p. 314). Nogué nos fornece uma visão clara da importância da literatura na geografia quando afirma que

La literatura té un missatge universal, una gran capacitat per a captar la naturalesa humana, un enorme poder interpretatiu, creatiu i suggestiu. Tot i la seva gran carrega d'imaginació, creació, ficció i emoció, la literatura és un mirall, un petit microcosmos de la realitat. A cada època i cada context la literatura crea les bases per a una nova percepció del món i, alhora, ella mateixa és producte d'una percepció, és percepció. Ens permet d'explorar la base experiencial del nostre món i tot un seguit de conceptes fonamentals per a la geografia humanística (Nogué, 1982, p. 1).

Porém, não somente com a finalidade de estudar a percepção, a literatura em geral (poemas, romances e novelas), serve para situarmos os lugares de onde as narrativas provêm – se *de fora* ou *de dentro*, o contexto social que muitas vezes é expresso como o pano de fundo de uma trama, as relações sociais e os referenciais espaciais de determinado lugar que vão sendo construídos através dos textos. Informações sobre características físicas do ambiente também são válidas, visto que a literatura, sobretudo a partir do romantismo, apela para descrições de sugestão visual de forma exaustiva e estas servem como importantes fontes de informação.

Música

No Brasil, ao longo dos últimos vinte anos, mais de uma dezena de teses e dissertações já foram produzidas sobre o tema, valorizando não só a paisagem como também o território e o espaço urbano. Seu estudo, porém, ainda é incipiente. A exaltação de símbolos nas paisagens, o conto de causos, a narração de costumes e contextos linguísticos associados a um determinado

espaço, o espaço de vida, contidos em sua grande parte na música popular e folclórica, têm grande poder em comunicar as relações entre indivíduos e paisagens. A música folclórica pode ser um elemento chave na compreensão dos discursos regionais e dos tradicionalismos – em grande parte ela ressalta as paisagens onde determinada cultura está territorializada, os ambientes rurais, os mitos fundadores das tradições; a música folclórica rio-grandense é um bom exemplo disso. A música popular, por outro lado, é fruto de transculturações, hibridações de elementos locais e globais – mistura ritmos e timbres, línguas de diferentes lugares, linguagens de fronteira, paisagens imaginárias e possui um forte conteúdo social e ambiental, de apurada apreensão da realidade. Por ser extremamente dinâmica e ordinária, a música popular é por isso mesmo um excelente produto cultural para estudar fenômenos contemporâneos e a relação cotidiana com as paisagens.

Peças publicitárias

Antropólogos e comunicólogos interessaram-se bastante pelo estudo de peças publicitárias.⁵ Contudo seu uso por parte dos geógrafos ainda é incipiente. A publicidade liga a paisagem ao mercado, fetichizando-a. Bons exemplos são encontrados na publicidade turística, na forma com que a paisagem é apresentada e valorados determinados símbolos nela contida. O Arco do Triunfo é um dos símbolos turísticos de Paris, contudo está situado em uma rótula de intenso tráfego na área central da cidade, onde seguramente não possui tanta importância *cenográfica* para os parisienses quanto para um turista. Tais símbolos são parte de uma história – a história que os poderosos contam sobre eles mesmos, como afirma Duncan – que é vendida aos *de fora* e que não possuem os mesmos significados que para os *de dentro*. Nas revistas de turismo e esportes ressaltam-se novas valorações das paisagens, transformando o antes inóspito em objeto de desejo e desafio, também a divulgação de renovadas estratégias para promoção turística vinculada aos esportes e ao consumo turístico seletivo. Também se pode pensar na publicidade que divulga novas formas de habitar, como os condomínios temáticos. Esses espaços recriam cidades gregas, italianas, inglesas, em um tom de modernidade, importando paisagens, deslocadas

⁵ Considero aqui a publicidade como um produto cultural de cunho artístico, pois é notável o apelo estético que possui. *Designers* e publicitários possuem uma formação apoiada nas artes e nos conhecimentos de *marketing* e vendas, de modo com que seus desenhos, vídeos ou textos estejam repletos de referências a pintores, escritores e artistas em geral, realizando uma afirmação da arte mais em termos de consumo que de reflexão e prazer estético.

dos contextos espaciais e temporais nos quais foram criadas. Na publicidade, sobretudo ligada à promoção imobiliária, se podem ler os discursos sobre a segurança pessoal e privada, transformando a paisagem urbana moderna em objeto de perigo com vistas à novas formas de produção no espaço urbano; ainda, a representação da natureza em objeto de consumo incorporado nos empreendimentos imobiliários remete a um cotidiano exótico, vinculado à diferenças de classe e consumo diferenciados, bem como a possibilidade de viver em lugares idílicos ou extremamente (pós)modernos ou, preferencialmente, as duas coisas ao mesmo tempo.

O ordenamento territorial da paisagem e os produtos culturais

A importância da paisagem, para além dos debates acadêmicos, também surge com força na atualidade. A preservação dos recursos naturais, do patrimônio histórico, das comunidades indígenas e tradicionais, emerge com grande interface à paisagem. Conforme Mata (2006, p. 17), a deterioração de conjuntos paisagísticos valiosos, a perda de tramas construídas no passado e sua substituição por configurações repetidas e banais, é fruto da crise contemporânea que cria formas insustentáveis de uso do território; é importante, portanto, perceber a relação intrínseca entre paisagem e território. De um lado, há a consciência crescente quanto à preservação dos recursos naturais, por meio de políticas territoriais que visam proteger os grandes ecossistemas e também ecossistemas singulares, menores, mas com grande função ecológica. De outro lado, são crescentes as políticas de preservação do patrimônio histórico, que são bens culturais que evidenciam uma leitura da paisagem que aponta para os signos e símbolos da história territorial. Mata afirma que a territorialização da paisagem, ou seja, o reconhecimento de que cada território se apresenta paisagisticamente em uma fisionomia singular e dinâmica, faz da paisagem um importante aspecto na qualidade de vida da população; ela é um elemento de afinidade e identidade territorial, manifestação da diversidade do espaço geográfico, tanto na materialidade de cada paisagem quanto nas suas representações sociais. Por isso, o autor afirma que o entendimento territorial da paisagem requer um compromisso de caráter político para com as diversas expressões da paisagem, tanto as mais notáveis e exóticas quanto as mais habituais, ordinárias, rurais, urbanas e periurbanas, que constituem o cenário de vida de milhões de cidadãos. Por isso, paisagem e gestão do território devem caminhar juntas (Mata, 2006, p. 18-19).

Se a paisagem é expressão territorial de uma sociedade e parte fundamental da vida cotidiana das populações que nela se movem, sua política de ordena-

ção só será efetivamente democrática quando levar em conta simultaneamente os aspectos objetivos – sociais, econômicos, demográficos, infraestruturais – e subjetivos – culturais, cotidianos, fruto da relação sensível que as pessoas mantêm com a paisagem. Esta paisagem pode ser um bairro, um parque, uma parcela litorânea ou qualquer outro elemento espacial de importância cultural, estética ou econômica para a população. Por isso, trabalhar no estudo das paisagens através de produtos culturais é trabalhar na esfera do que Nogué e Romero chamam de *intangível* – aquilo que não é propriamente invisível, mas sim de difícil apreensão (Nogué e Romero, 2006, p. 45). Determinados produtos culturais como a música, as expressões visuais, as literaturas, entre outros, evidenciam a importância dos entornos paisagísticos, pois estes são elementos recorrentes nessas representações, resultado de seu contato sensível. Por isso, cabe aos geógrafos interessados evidenciar o intangível como válido e como elemento argumentativo para os estudos de análise ambiental e territorial, buscando mostrar a importância da valoração subjetiva da paisagem. O uso dos produtos culturais, aliado a outros métodos qualitativos como as etnografias, as descrições e entrevistas em profundidade, são caminhos para um entendimento mais completo dos significados das paisagens, quer para os estudos acadêmicos, quer para compor equipes de estudos ambientais e territoriais para fins de planejamento. Como bem afirma Bertrand, “*reducido a realidad objetivable y neutralmente cuantificable, el paisaje perderia su significado primario de proceso interactivo, de observación cruzada entre ideas y materialidad*” (Bertrand *apud* Mata, 2006, p. 22). Seria interessante, portanto, para fins de ordenamento territorial da paisagem, considerá-la tal como faz a Convenção Europeia de Paisagem, quando a define como “uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da interacção de factores naturais e ou humanos” (Conseil de L’Europe, 2000).

Algumas considerações

Apresentei neste texto algumas reflexões sobre o uso dos produtos culturais para estudo das representações das paisagens. Para tanto fiz uma breve introdução às geografias humanista e cultural renovada, que a partir da segunda metade do século XX iniciaram seu interesse pelas análises destes produtos para o estudo das representações do espaço geográfico, e em particular das paisagens. Usei o conceito de representação de Stuart Hall, tido como significação de práticas, produção de sentido através da linguagem, em sua acepção mais abrangente; também a ideia das representações sociais de Moscovici e Jodelet,

como uma forma de conhecimento da realidade usada para compartilhar sentidos e informações. Em seguida, vimos algumas proposições teóricas e práticas de geógrafos(as) como Denis Cosgrove, James Duncan, Joan Nogué, Ana Maria Daou e Maria Geralda e de outros ramos das humanidades como a historiadora Simone Luci Pereira. Também listei algumas possíveis potencialidades dos produtos culturais para o estudo das paisagens, destacando tanto proposições mais recorrentes na geografia cultural, como o uso da literatura e artes visuais, quanto de elementos ainda pouco usados, como a música e a publicidade. Por fim, ressaltar a importância do uso deste tipo de análise qualitativa para o ordenamento territorial da paisagem, com a finalidade de evidenciar elementos intangíveis, mas indiscutivelmente importantes.

No entanto, nem tudo é paisagem: “campos de representação e de identidades se referem muitas vezes mais a territorialidades do que a um campo de paisagem na qual se entrecruzam processos locais, universais de variados matizes” (Heidrich, 2007, p. 2). Alguns espaços não possuem paisagens, como bem afirma Heidrich; mas também podemos dizer que toda paisagem é uma das expressões do espaço geográfico e é necessário admitir a relação com outros conceitos operacionais da geografia (Suertegaray, 2001), como território, lugar e região. Também devemos relacionar a paisagem com as escalas às quais ela se conecta, desde o lugar como espaço de vida, até as redes do capital global que alteram a morfologia dos ambientes, forçando a criação de paisagens homogêneas mundializadas sobre bases sociais, culturais e ambientais tão diversas. Um bom caso seria pensar nas transnacionais de produção de celulose, ou de empreendimentos da construção civil, ou de redes logísticas tais como estradas, linhas de montagem e seus sistematistas ou portos internacionais. Também cito, entre tantas manifestações artísticas contemporâneas que expressam interesse geográfico, os movimentos musicais sul-americanos como a música popular platina (Panitz, 2010) e o *rock chacarero* no noroeste argentino, que usam elementos folclóricos com elementos globais da indústria cultural como forma de afirmação das novas identidades no espaço sul-americano; no caso da música platina, nota-se a paisagem como um elemento fundador na criação de suas concepções estéticas. As políticas culturais supranacionais, como a Bienal de Arte do Mercosul, também merecem atenção dos geógrafos(as), pois ao passo que criam paisagens temporárias na cidade de Porto Alegre a partir do conceito de *landart*, também vão adicionando ao longo de suas edições outros monumentos e intervenções plásticas que se fixam na paisagem urbana. O simples fato de uma bienal de arte estar ligada a formas de organização supranacionais, como o Mercosul, já nos fornece interesse, pois remetem diretamente à formação de novos territórios

políticos, econômicos e culturais a partir de eventos de arte onde alguns símbolos que os representam – ou remetem a eles – estão sendo adicionados à paisagem da cidade, transformando-a constantemente.

É importante reconhecer que determinadas abordagens servem para contextos específicos. Cabe explorar ao máximo as potencialidades e a natureza das fontes de dados, em consonância com os objetivos de cada trabalho. Os produtos culturais, por serem objetos de representação, nos permitem compreender a significação das práticas humanas, que estão permeadas de sentidos pessoais e sociais mais amplos. Por isso, sua importância se deve ao fato de expressarem aspectos subjetivos/pessoais e objetivos/contextuais. Para tanto, os geógrafos interessados em estudá-los devem estar dispostos a trabalhar sobre bases teóricas que escapam às considerações unicamente demográficas, econômicas ou políticas. A interface de estudo que se coloca, aponta não só para sociologia, ciência política e economia, mas também para antropologia, estudos culturais, história, arte, comunicação e filosofia. Como afirmam Nogué e Romero (2006, p. 45), “*hay que aprender a mirar lo que no se ve, como aquellos historiadores del arte que son capaces de intuir que debajo de una pintura visible hay otra invisible, por lo general más interesante que la primera*”.

Referências

- ALMEIDA, Maria Geralda de. Em busca do poético do Sertão: um estudo de representações. In: ALMEIDA, Maria Geralda de; RATTTS, Alecsandro. *Geografia Leituras Culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003, p. 71-88.
- BALLESTROS, Aurora García. *Geografía y Humanismo*. Barcelona: Oikos Tau, 1992.
- BARBOSA, Jorge Luiz. A arte de representar como reconhecimento do mundo: o espaço geográfico, o cinema e o imaginário social. *Geographia*, Rio Janeiro, n. 3, p. 69-88, 2000.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para uma Geografia Cultural. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 84-91.
- CLAVAL, Paul. Contribuição francesa ao desenvolvimento da abordagem cultural na Geografia. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). *Introdução a Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000, p. 147-166.
- _____. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Matrizes da Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 45-86.
- CLOKE, Paul *et al.* *Practising Human Geography*. London: Sage Publications Inc, 2004.
- CONSEIL DE L'EUROPE. *Convention Européene du Paysage*. 2000. Disponível em <<http://conventions.coe.int/Treaty/fr/Treaties/Html/176.htm>>. Acesso em 26 de agosto de 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia, literatura e música popular – uma bibliografia*. Disponível em: <<http://www.nepec.com.br/biliolobat2.htm>>. Acesso em: 1 ago. 2007.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 92-122.

_____. Mundos de significados: Geografia Cultural e Imaginação. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Geografia Cultural: um século* (2). Trad. Tania Shepherd. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000, p. 33-57.

_____. Em direção a uma geografia cultura radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Introdução à geografia cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 103-134.

COSGROVE, Denis; JACKSON, Peter. Novos Rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. *Geografia Cultural: um século* (2). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000, p. 15-32.

DAOU, Ana Maria. Tipos e aspectos do Brasil: imagens e imagem do Brasil. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 135-162.

DUNCAN, James S. O supraorgânico na Geografia Cultural Americana. *Revista Espaço e Cultura*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 7-27, dez. 1996.

_____. Paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagens, Textos e Identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004, p. 91-144.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GREEN, Eric. Looking at the Landscape: Class Formation and the Visual. In: HIRSCH, E.; O'HANLON, M. *The anthropology of landscape: perspectives on place and space*. New York: Oxford University Press, 2003, p. 30-42.

HALL, Stuart (Ed.). *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Sage, 1997.

HEIDRICH, Álvaro. *Um problema para a abordagem cultural em geografia: os espaços sem paisagem*. Conferência II Colóquio Nacional do NEER. Universidade Federal da Bahia, 2007.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 17-44.

MARTINEZ DE PISON, Eduardo. El paisaje interior. In: GUTIERREZ, Manuel; ANTONIO, Jesus (Coord.). *Homenaje a Julio Caro Baroja*. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas, 1978, p. 755-769.

MELO, Vera Mayrinck. Paisagem e Simbolismo. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 29-48.

- MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 45-66.
- NOGUÉ I FONT, Joan. *De com la literatura pot ser útil a la geografia: reflexions arran de la lectura d'un llibre*. Documents d'anàlisi geogràfica, n. 3. Barcelona: UAB, 1983, p. 201-206.
- _____. *Un metode de treball humanista*. Documents d'anàlisi geogràfica, n. 6. Barcelona: UAB, 1985, p. 67-80.
- NOGUÉ I FONT, Joan; ROMERO, Joan. Otras Geografias, otros tiempos. Nuevas y viejas preguntas, viejas y nuevas respuestas. In: NOGUÉ, Joan; ROMERO, Joan (Org.). *Las otras geografias*. Valencia: Tirant lè Blanch, 2006, p. 15-50.
- PANITZ, Lucas. *Por uma geografia da música: o espaço geográfico da música popular platina*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.
- PEREIRA, Simone Luci. O nome, o olhar e a escuta da cidade: memórias de ouvintes. In: ULHÔA, Martha; OCHOA, Ana Maria (Org.). *Música Popular na América Latina: Pontos de Escuta*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2005.
- RELPH, Eric. As bases fenomenológicas da Geografia. *Geografia*, Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 1-25, 1979.
- SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. *Revista Geocrítica Scripta Nova*, Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 93, 2001.
- TUAN, Yi-fu. *Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. São Paulo: Difel, 1978.
- VALCÁRCEL, José Ortega. *Los horizontes de la geografia: Teoria de la Geografia*. Barcelona: Ariel, 2000.

Interpretar a paisagem: uma lógica narrativa

Daniele Caron

Introdução

Nos últimos anos, a paisagem tem sido um tema recorrente nas estratégias de planejamento urbano e territorial. Apesar de cada vez mais suscitar a criação de instrumentos para sua proteção, o conceito de paisagem é dinâmico e possui múltiplas dimensões, o que sugere a aplicação de metodologias que evitem cristalizar a realidade urbana e rural durante o processo de conservação dos valores ambientais e culturais.

Por um lado, a reconstrução de realidades passadas busca materializar a memória, valorizar acontecimentos, lugares, personagens de tempos vividos.¹ Por outro, o crescimento abusivo das cidades em termos de consumo do território, em função de uma ocupação de baixa densidade e do desenvolvimento de grandes eixos de transporte, acolhendo sobretudo os setores industrial e logístico, contribui com a extrapolação dos limites da ‘cidade central’. Gera novas paisagens, híbridas, onde a transição entre o urbano e o rural compõe uma faixa territorial às vezes caótica, definida pela complexidade de funções que pretende abarcar.

A velocidade de transformação dessas paisagens altera substancialmente sua legibilidade semiótica por parte dos habitantes do lugar, podendo provocar perdas de continuidade histórica e um abismo entre o cotidiano atual e as referências de paisagens transmitidas pela pintura, fotografia e literatura através das gerações (Nogué i Font, 2008, p. 4). Nessa ruptura, se altera também o sentido de identificação e pertencimento ao lugar, uma vez que não existe controle sobre a criação de paisagens mudas e desumanizadas, ou sobre a conservação daquelas que possuem uma forte carga simbólica pra os cidadãos.

¹ Steiner (2004, p. 26) comenta em seu livro “[...] *cuando caminamos entre estos espectros sólidos, nos invade una sensación extraña y profunda tristeza. Hay alguna cosa que no funciona en toda esta corrección. [...] El aura del tiempo auténtico, el tiempo como proceso vivido, proporciona juegos de luz sobre la piedra, sobre los patios, sobre los tejados.*”

Como consequência desse processo antagônico de valorizar a permanência dos valores de paisagem e, ao mesmo tempo, permitir o desenvolvimento das cidades e a contínua antropização do território, surgem iniciativas técnicas e científicas que pretendem aportar soluções coerentes com uma nova ordenação territorial. O Conselho da Europa estabelece em 2000 o Convênio Europeu de Paisagem como “instrumento consagrado exclusivamente à proteção, gestão e ordenação de todas paisagens de Europa” (Consejo de Europa, 2000, p. 3), cuja ação consiste em fomentar os Catálogos e Cartas de Paisagem, em âmbitos nacionais e locais.

Na Catalunha, comunidade autônoma do nordeste da Espanha, com a lei 8/2005 de proteção, gestão e ordenação da paisagem é criado o ‘Catálogo de Paisagem’, a fim de introduzir objetivos paisagísticos no planejamento territorial da Catalunha, além de fomentar políticas setoriais. O Catálogo tem como objetivo a identificação e caracterização de todo tipo de paisagens que se estende pelo território catalão. Esse documento entende como *identificação* “determinar aqueles elementos naturais, culturais – tangíveis e intangíveis – e visuais que distinguem uma determinada paisagem da outra” e como *caracterização* “o processo de identificação, cartografia e descrição de áreas que apresentem uma certa coesão interna e um carácter próprio” (Nogué e Sala, 2006, p. 28).

Nesse sentido, estão presentes tanto a ideia de diversidade de elementos e valores de uma paisagem, como a integração ou coesão entre eles; o que pode, segundo o Catálogo, determinar uma *unidade de paisagem*.² É importante salientar que o documento propõe mudanças relevantes na análise urbana e territorial tradicional com a incorporação da dimensão cultural da paisagem, e conceitos como visibilidade e sentido de lugar.

Entretanto, a divisão do território em unidades de paisagem não deixa de ser uma classificação, uma síntese, uma categorização do espaço que pode solapar os aspectos do cotidiano que não são estáticos. Além disso, nos bordes híbridos entre campo e cidade, onde a sobreposição de elementos e processos desenha uma paisagem de formas complexas, resulta difícil enquadrá-la dentro de uma classificação. Não se trata de refazer uma paisagem tradicional, e sim trabalhar com um sistema aberto: identificar os temas que constroem a narrativa do lugar e que podem revelar múltiplas identidades, em última análise, a maior riqueza deste território.

² Nogué e Sala (2006, p. 30) comentam que “*les unitats de paisatge són porcions del territori amb un mateix caràcter, és a dir, són caracteritzades per un conjunt d'elements que, com ja s'ha esmentat, contribueixen a fer que un paisatge sigui diferent de l'altre, i no millor o pitjor*”.

A cada esquematização analítica e projetual que traçamos, estamos sujeitos a perdas importantes, em termos de dimensão cultural da paisagem. As referências ou personagens são muitos, a paisagem tem múltiplas ressonâncias. Essa é a realidade urbana e territorial que nos interessa hoje em dia.³

Como referência ao urbanismo atual, propomos a ideia de *suburbanismo*, defendida por Marot (2006) como uma espécie de subversão da disciplina; como terceiro estado de um território, entre a cidade e o campo; o *subúrbio* como pátria histórica da arquitetura da paisagem, sua utopia concreta; finalmente o conceito refere-se ao *substrato* de nossas práticas na ordenação, já que apresenta o entorno ou a paisagem como matriz para o projeto, enquanto o programa é utilizado como instrumento de exploração, de leitura, de invenção e de representação dessa paisagem.

Fazendo uma reflexão sobre a evolução do planejamento atual na Catalunha, com relação aos tópicos que estão crescendo em importância nos últimos anos, é possível colocar a preocupação ambiental e o desenvolvimento sustentável. Entretanto, Torres i Capell comenta que, no planejamento futuro, a atenção à paisagem tem que ser entendida prioritariamente como a intersecção dos fluxos de matérias e energia que transcorrem pelas malhas de infraestruturas próprias da cidade, e que são próprias do meio ambiente; e não relegá-la a uma questão de impacto ambiental. Em suma, o autor propõe ações de planejamento num nível ‘intermediário’, fazendo uma crítica ao planejamento baseado em critérios unificadores de planos globais, avessos às particularidades de cada lugar.

O desenvolvimento de projetos intermediários pode ser o porvir mais interessante do planejamento atual. Trata-se de projetos que não estão nem a nível superior, nem a nível inferior, e sim situados ‘entre’. Contém tantas determinações próprias de nível geral como outras muito relacionadas com a problemática interna do lugar. Nunca estão subordinadas à globalidade do planejamento (Torres i Capell, 1999, p. 130).

Nesse contexto, a presente investigação busca um novo ponto de vista sobre a paisagem e o estudo de sua dimensão cultural, utilizando a definição de Cosgrove (1998) que explica a paisagem “com um texto cultural, oferecendo a possibilidade de leituras distintas simultâneas e igualmente válidas” (Cosgrove, 1998, p. 98 e 101). Um caminho alternativo que permita manter a diversidade cultural, valorizar o parcial como coexistência de distintas paisagens imaginárias, originárias de memórias coletivas sobrepostas no espaço.

³ Como afirma Dematties, ‘con la esquematización se pierden muchas de las referencias o sugerencias que relacionarían otros dibujos analógico-metafóricos con los fenómenos humanos o culturales’.

Trata-se de desenvolver um método de interpretação da paisagem que possa ser aplicado ao contexto contemporâneo, admitindo as sobreposições e intersecções entre o urbano e o rural, e também as contradições das diferentes *lógicas narrativas*, a modo de sistema aberto. Busca apontar algumas estratégias analíticas e projetuais ao planejamento urbano e territorial que complementem as Cartas e Catálogos de Paisagem, no sentido de aproximar a paisagem à cultura do lugar e aos valores do cotidiano.

A Garrotxa como estudo de caso

Aspectos Gerais do território

Una de les sorpresas més grans que tindran els catalans el dia que descobreixin el seu país serà la de constatar que Catalunya és un dels països més plens de muntanyes que hi ha. N'hi ha per a donar i per a vendre, més que un foc no en cremaria; n'hi ha tantes que el dia que se sàpiga la gent quedarà veient visions. Se'ns ha fet el retret que Catalunya es un país petit. És veritat. La pell del país fa unes arrugues profundíssimes i uns alts i baixos completament inútils. Però ens pot servir de consol pensar que el dia que sigui possible estirar aquesta pell fins a treure'n les arrugues el país en què vivim quedarà almenys multiplicat per deu i no ens passarà com ara, que cada vegada que escrivim una carta no sabem si tirar-la al correu o anar-la a portar nosaltres mateixos tot passejant (Pla, 1989a, p. 32).

O texto de Josep Pla (1989a), um dos escritores que melhor descreveu a paisagem da Catalunha, provavelmente seja o melhor modo de compreender os valores da paisagem dessas terras. Como parte de um território '*plegado*' (arrugado, dobrado) e de certo modo, uma das suas melhores representações, está a *Comarca da Garrotxa*, catalogada como *Comarca de Muntanya* com uma extensão de 734 km² e 21 municípios.

A *Cuenca del Rio Fluvià* é o eixo vertebral dessa comarca, que se caracteriza especialmente por possuir uma zona vulcânica e uma topografia muito peculiar. A existência desse substrato vulcânico e rochas sedimentares e um regime de chuvas abundantes e repartidas uniformemente durante o ano possibilitou uma situação propícia para formação de uma verdadeira malha de cultivos, que ocupam as planas do Rio Fluvià.

Segundo Nogué I Font (1985, p. 247), até o final da década de 1950, a paisagem da Garrotxa foi visualmente diferente, tradicional, marcando movimentos, pensamentos e ações de poetas, romancistas e cronistas locais, pintores paisagistas e aficionados pelo nascimento da fotografia. O fato de que

historicamente a Garrotxa ficasse deslocada dos grande eixos de comunicação e de crescimento econômico da Catalunha contribuiu para o equilíbrio da paisagem, no que se refere à permanência da natureza e ao desenvolvimento dos povoados, tornando possível a origem e a continuidade dos movimentos culturais e tradição artística.

Paralelamente ao caráter bucólico e rural da Comarca, desde o século XVIII, a *Cuenca del Rio Fluvià* impulsiona a atividade industrial, consolidando alguns núcleos urbanos como Olot, que foi o centro industrial principal no início do século XX, e hoje é a capital da comarca.

Em 1965 se consolida a indústria de caráter manufatureiro na Garrotxa. Desse modo, as planícies dos vales se caracterizam pela sua vocação agrícola, enquanto o eixo vertebral da comarca desenvolve a atividade industrial.

A necessidade de incrementar as infraestruturas viárias para o desenvolvimento de ambas as atividades, agrícola e industrial, somadas ao aparecimento do turismo como nova atividade econômica da região, começa a provocar mudanças estruturais nessa paisagem, transformando rapidamente a fisionomia dos povoados, sobretudo no entorno do Rio Fluvià.

Contexto territorial atual – limites entre um parque natural e um sistema urbano dinâmico

Atualmente a Zona Vulcânica da Garrotxa é reconhecida como maior expoente de vulcanismo da Península Ibérica, pelo bom estado de conservação de sua morfologia vulcânica (Pla Territorial, 2007, p. 54). Em 1982, inicia o processo de proteção da zona vulcânica; em 1997 se dá a aprovação do Parc Natural de la Zona Volcànica de la Garrotxa (PNZVG), sendo o decreto 41/2008, de 26 de fevereiro, a mais recente modificação a respeito dos limites e reservas naturais do Parque.

Quanto ao seu encaixe territorial, o PNZVG possui a peculiaridade de englobar os principais núcleos urbanos da Comarca, fato que gera tensões territoriais que derivam da expectativa de expansão urbana, e problemáticas periurbanas, o que em algumas ocasiões origina paisagens híbridas. Além disso, o crescente desenvolvimento das infraestruturas viárias está provocando a fragmentação do parque natural quanto à conectividade ecológica no entorno do Rio Fluvià.⁴

⁴ Além das considerações do referido Plano Especial (Pla Especial, 2006, p. 9), cabe comentar a construção da autoestrada A-26, que tem provocado profundas mudanças na estrutura dos lugares por onde se desenvolve. É o caso de Castellfollit de la Roca, município de valor paisagístico único, por onde passava a antiga estrada principal da Comarca. Atualmente, o lugar sofre um processo de

Nesse sentido, cabe apresentar a Zona Vulcânica como território vulnerável, com a necessidade de uma gestão e ordenação territorial mais complexa, que tenha em conta os valores e dimensões da paisagem da Garrotxa, trabalhando com as tensões entre os âmbitos urbano, rural e natural.

Uma metodologia a modo de sistema aberto

Un río, un conjunto de lugares tema. No partiendo de un programa, sino que se construye una narrativa referida a un hecho geográfico.

Manuel de Torres i Capel (1993)

Diversidade de temas e ritmos: premissas teóricas para uma delimitação territorial

A presente investigação objetiva a leitura dos fragmentos de paisagem como modo de aproximação às memórias e identidades do lugar, tendo como primeiro recorte territorial a Zona Vulcânica da Garrotxa. Busca compreender as sucessivas camadas de tempo através das narrativas do lugar a fim de encontrar alguns padrões chave para interpretar e intervir nesse território.

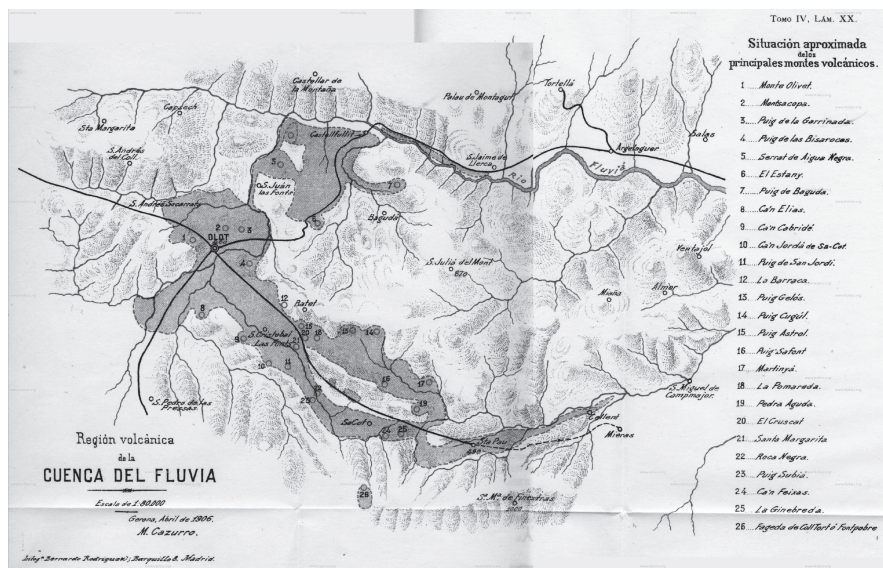
Deste modo, utilizamos duas metáforas: *palimpsesto*, definido por Corboz (1983)⁵ como “um tabuleiro de escritura em duas dimensões que se transforma em uma matriz tridimensional de signos, inscrições e textos sobrepostos”; e o *puzzle* (Perec, 1992), que faz referência à ideia da composição dos fragmentos na paisagem, à relação entre as peças, e acima de tudo, à dialética entre signos e regras.

Nesses termos, interpretar essa paisagem segundo a sobreposição de tempos e a relação entre seus fragmentos, por trabalhar com uma escala de temas de paisagem, requer uma delimitação, um recorte de certo modo abstrato do território cartográfico. Ao trabalhar com a ideia de sistema aberto valorizamos

isolamento, estando à margem de um túnel que conduz a nova autoestrada até a capital, Olot. Outro caso é o projeto de um eixo viário entre Vic e Olot, com uma autoestrada destinada à circulação de tráfego pesado e longa distância do interior da Catalunha até a França, que implica a construção do “Túnel de Bracons”. Segundo a ONG “Salvem les Valls”, o projeto se baseia na ação ordenadora e dinamizadora da implantação de uma rede viária como modelo de desenvolvimento do território, e causará profundos impactos socioeconômicos e ambientais no âmbito local e na comarca em geral.

⁵ Corboz (1983) afirma que “*el territorio no es un paquete perdido o un producto de consumo que pueda reemplazarse. Cada territorio es único, de ahí la necesidad de ‘reciclar’, de raspar una vez más (pero con el mayor cuidado posible) el viejo texto que los hombres han grabado sobre el material irremplazable que es el terreno, para dejar uno nuevo que responda a las necesidades actuales antes de que, a su vez, éste sea borrado*”.

a delimitação territorial inicial como ponto de partida para a investigação. As narrativas que nos conduzem aos temas de paisagem apontarão novas tensões entre os elementos tangíveis e intangíveis, e o limite do território de estudo traçado sobre o mapa transformar-se-á de acordo com esse processo.



Mapa da Região Vulcânica da 'Cuenca del Río Fluvià'
 Fonte: Instituto Cartográfico da Catalunha

Os fragmentos de paisagem da Zona Vulcânica são delimitados tendo em conta a ideia de ritmo, na sobreposição de camadas temporais. Se distinguem entre si pelo grau de transformação ou antropização do território, que supõe a passagem do tempo a ritmos distintos.

Sobre a relação entre tempo e paisagem, Corner (2007, p. 157) comenta que

[...] a paisagem está irremediavelmente delimitada pelos caminhos do processo e do tempo. Na paisagem não existe nada fixo, estático ou imutável; se trata de um meio dinâmico e mutável, sempre em marcha, delimitado pelo clima, a história, a ecologia e as imprevisíveis contingências do tempo. Este dinamismo é o que faz da paisagem um meio tão extraordinário e experimentalmente rico e, ao mesmo tempo, tão desconcertante e difícil de manipular.

Concretamente, a investigação proposta concentra as experiências de campo em quatro fragmentos de paisagem que pertencem ao âmbito da Zona

Vulcânica da Garrotxa, no entorno das nascentes do Rio Fluvià: Vall d'En Bas, intersecções entre a cidade de Olot e a zona rural circundante, Altiplano de Batet e Santa Pau. Fonte de inspiração para inúmeras expressões artísticas desde o início do século XX na pintura, literatura e fotografia, os fragmentos escolhidos concentram uma série de memórias e narrativas que caracterizam a paisagem da Comarca.

As diferenças e semelhanças entre os fragmentos de estudo aparecerão de acordo com os temas encontrados, ocasionando uma leitura aprofundada da paisagem da Garrotxa e a elaboração de uma 'gramática' própria para a Comarca. Desse modo, é possível iniciar uma explicação não unitária da Zona Vulcânica e dessa parte da Cuenca, construindo diagramas que simbolizam as tensões entre os elementos tangíveis e intangíveis de cada um desses fragmentos da paisagem.

[...] el fragmento es como la idea musical de un ciclo [...]; cada pieza es necesaria, y sin embargo no es más que el intersticio de sus vecinas: la obra sólo se hace fuera del texto (Barthes *apud* Zagari, 2007, p. 167).

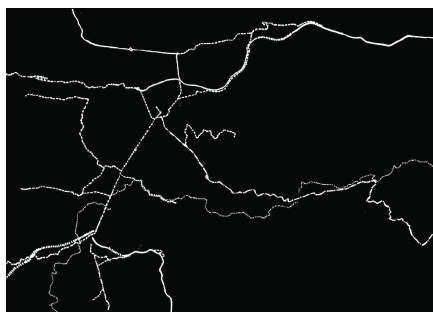
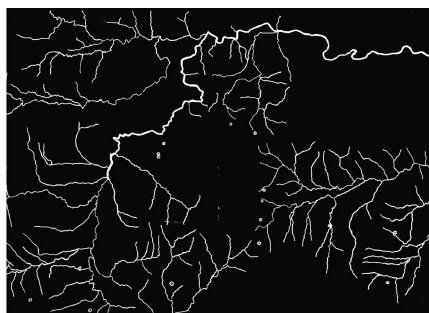
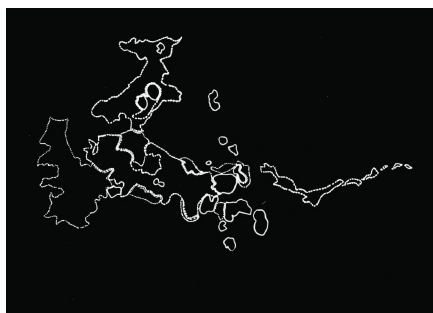
Ferramentas de Narração

A metodologia contempla os elementos tangíveis e intangíveis da composição da paisagem, tendo como premissa que a memória coletiva se concentra em ambos os aspectos. Ou seja, a memória pode se materializar na paisagem através do tempo, toda vez que um grupo determinado inscreve cotidianamente suas narrativas sobre um suporte físico, material, deixando suas marcas, contribuindo para a manutenção das relações identitárias com o lugar.

Estruturar um processo de valorização da paisagem significa compreender as regras em tensão existentes entre os elementos tangíveis e intangíveis do lugar. Revelá-las a modo de sistema aberto significa descobrir alguns temas que compõem essa paisagem, justapondo aspectos intangíveis – elementos da percepção visual, pictórica e escrita do lugar – à cartografia procedente de diferentes momentos históricos, de base tangível, utilizando distintas escalas de acordo com a particularidade de cada tema ou lugar que se quer explicar. Torres i Capell (1993) comenta que as escalas de detalhe se comportam como “cartografias de agrupação e inter-relação territorial das diversas problemáticas de intervenção e possibilitam a intermediação dos elementos intangíveis.”

Construir pontes que ligam nossa realidade com outras passadas permite criar paisagens simbólicas que, mais além das formas, estão feitas de intensi-

dades e fragmentos;⁶ uma diversidade de narrativas que sobrepostas podem ser a chave para transpor nova informação, revelar os padrões-chave da paisagem e gerar uma atuação consciente sobre o território.



Cartografias por temas na Zona Vulcânica. Geomorfologia vulcânica; Rios, riachos e fontes; caminhos; povoados.

Fonte: Elaboração própria a partir das bases cartográficas, escala 1:50.000, do Instituto Cartográfico da Catalunha.

A metodologia proposta para essa investigação começa com a revisão bibliográfica da produção literária, pictórica e fotográfica da Garrotxa; elaboração de fichas sobre os ‘temas de paisagem’ encontrados na etapa anterior e através da percepção local de visita de campo; busca de cartografias antigas dos fragmentos de paisagem escolhidos, descobrimento dos vestígios de tempos passados na cartografia atual; transposição dos temas encontrados em diagramas e elaboração de cartografias temáticas; análise das sobreposições e intersecções das cartografias temáticas; elaboração de novas cartografias des-

⁶ “Hacer visible”, disse Spiller (1956), “no mostrar o reproducir lo visible. Por ello, las fuerzas que deben ser capturadas ya no son las de la tierra, que constituían todavía una gran forma expresiva. Ahora son las fuerzas de un cosmos energético, informal e inmaterial. Lo esencial no reside ya en las formas, en las materias o en los temas, sino en las fuerzas, en las densidades, en las intensidades.”

membrando os padrões da paisagem; retorno às fontes bibliográficas iniciais para complementação; estudo dos instrumentos legislativos, planos territoriais e parciais e catálogos de paisagem referentes à Zona Vulcânica da Garrotxa; discussão dos resultados com relação aos documentos legislativos; elaboração das conclusões.

Como premissa básica para o seguimento da metodologia, a investigação propõe a leitura da paisagem *in loco*, além da conversação informal com os habitantes do lugar, que nos dá pistas sobre as tensões que existem entre os elementos tangíveis e intangíveis da paisagem, com base nas histórias cotidianas no lugar.

A fotografia, rapto instantâneo da realidade

Gairebé segur que ha anat a diverses vegades al mateix lloc, a fi de coincidir en el moment en què la llum és tal com ell la desitja captar. Tot i així, amb la combinació de l'obertura de l'objectiu i la velocitat aconseguirà donar al conjunt un to lumínic i de grisos que li permet d'expressar així les emocions, la interpretació personal, la modulació de la realitat, a fin d'expressar el que ell sent, creu i pensa davant de cada realitat
(Permanyer e Schnaith, 2006).

Cada imagem leva consigo a subjetividade do artista, o sentimento, o imaginário, a relação com o ambiente, uma série de fatores determinantes no momento de sua obtenção. Como relata o fotógrafo e artista Cunha (2003), “a fotografia nos enfrenta constantemente a um mistério, nunca a uma certeza. Nos obriga a interrogar-nos sobre nossas vidas e sobre nosso entorno.”

Nesse sentido, se reforça a ideia da fotografia como rapto instantâneo de um fragmento de realidade. As fotografias possibilitam a composição de uma narrativa visual que convida a uma atitude reflexiva sobre essa sobreposição de fragmentos vividos na paisagem.

O estudo das primeiras imagens tomadas *in loco* e encontradas em arquivos locais permite a elaboração de alguns diagramas⁷ interpretativos que, por sua vez, revelam padrões que se repetem na paisagem da Garrotxa. A tentativa de fotografar um âmbito amplo desencadeia uma série de *frames*, nos quais

⁷ [...] *el diagrama obedece a una doble funció: es una forma de anotació, analítica y reflexiva, pero también crea. [...] Idealmente, el diagrama sirve como una herramienta conceptual a través de la cual las cosas evolucionan, reapareciendo transformadas eventualmente* (Lootsma, 2002).

fica evidente o ‘espaço fechado’, uma sucessão de planos verticais e horizontais que se interpõe ao observador.



“Espacio Cerrado”, em Santa Pau: visita de campo, diagrama correspondente.
Fonte: Autoria própria, maio de 2008.

Romances e poemários, uma Garrotxa contada por escritores

A vasta literatura local composta de romances, poemas, contos e canções, permite identificar expressões com relação às sensações produzidas por essa paisagem no indivíduo que escreve, tanto quanto a influência do texto sobre o ambiente percebido. Na obra *Atles Literari de les Terres de Girona* (Aragó e Villalonga, 2003), os autores comentam sobre a profunda relação de um escritor com seu entorno imediato, do condicionamento que um determinado espaço exerce sobre a escritura, e da ressonância que a literatura acaba tendo na criação e permanência de uma paisagem.

A literatura local oferece uma porta de acesso a um conjunto de valores referentes a outros momentos históricos, os quais estão ordenados e reordenados pelas memórias coletivas. Sobre essas impressões no tempo passado e presente com respeito à estrutura da memória, Halbwachs (2004)⁸ comenta um caminho de ida e volta, nos recorda a própria noção de paisagem, que estabelece um contínuo movimento de avanço e retorno às referências espaciais.

⁸ [...] cada vez que colocamos una de nuestras impresiones en el marco de nuestras presentes ideas, el marco transforma la impresión, pero a su vez, la impresión modifica el marco. Es un espacio inédito y un nuevo momento que se agregan a nuestro tiempo y espacio, es un nuevo aspecto de nuestro grupo, el que nos lo permite percibir desde una perspectiva diferente. Lo que conduce a un trabajo de adaptación permanente que nos obliga, en la circunstancia de cada acontecimiento, a regresar sobre el conjunto de nociones elaboradas en acontecimientos pasados (Halbwachs, 2004, p. 159).

Ao estudar uma paisagem seguindo os passos da literatura, vemo-nos capturados por uma série de histórias que têm por si mesmas um fio condutor. O modo como se constrói a narrativa, a lógica de ordenação e tensão entre os fragmentos, possibilita, em ocasiões, diversas ‘entradas’ na paisagem, com distintos focos de interesse que frequentemente indicam chaves de interpretação do contexto atual. Ou seja, apontam detalhes que podem passar despercebidos a um observador *in loco*, já que estamos sujeitos à velocidade do olhar contemporâneo.

A expressão das referências culturais na paisagem através da pintura

A pintura de paisagens, com grande tradição na Garrotxa, atinge seu ponto alto em 1934 quando a Generalitat de Catalunya estrutura a atividade dos pintores de paisagens ‘olotinas’ em nível de ensino artístico, fundando em Olot a ‘Escola Superior de Paisatge’.

Seja com a riqueza de detalhes de Joaquín Vayreda, seja com uma visão mais atmosférica da paisagem em Joseph Berga i Boix, a Garrotxa aparece como paisagem humanizada, o equilíbrio entre natureza e a vida dos *pagesos* (pessoas do campo). Estudar as obras pictóricas da geração de pintores do início do século XX na comarca permite identificar cenas da vida cotidiana misturadas com o resgate da paisagem tradicional, dotando a representação da paisagem de uma função ideológica e simbólica.



Pintores Paisagistas Catalães: Joaquin Vayreda, “La Siega”, e Josep Berga i Boix, “La Vall d’Olot”
Fonte: Aragó e Villalonga (2003).

A pintura reproduz uma parte de conteúdo da paisagem que se refere a um grau elevado de intimidade com o ambiente, uma busca de equilíbrio entre o que é observado e o que é concebido. A velocidade com a qual o pintor ‘captura’ a paisagem possibilita um processo criativo que põe em

tensão e contraste os elementos ou aspectos observados com suas próprias referências culturais.⁹

Temas de interpretação: tensões entre as narrativas da paisagem

Com vistas à construção de uma gramática própria da paisagem da Zona Vulcânica da Garrotxa, a partir do uso das ferramentas de narração e de um olhar desfocado *in loco*, é possível encontrar *temas* nos fragmentos de estudo. Os temas são tensões entre os elementos da paisagem, que seguindo a lógica narrativa de um *puzzle* ou de uma novela, desenvolvem-se em função da relação entre signos e regras.

No caso da Zona Vulcânica da Garrotxa, as memórias parecem estar sedimentadas em alguns padrões de inter-relação do homem que cultiva, produz e habita a terra e a natureza exuberante e selvagem das montanhas. São estruturas, formas e dinâmicas de paisagem que condicionam, estimulam, embelezam e confortam o cotidiano dos habitantes do lugar.¹⁰

A presente investigação, através de algumas experiências de campo para definir a metodologia a ser adotada, encontrou alguns temas nos fragmentos de paisagem definidos anteriormente, aos quais dificilmente chegaríamos através de uma análise urbanística tradicional. Ao explicar essas estruturas, somos conscientes do reflexo fragmentário e desordenado do caminho. É um sistema aberto sempre a novas perspectivas sobre o lugar e, em geral, a nossa experiência pessoal sobre o urbanismo atual. Não pretendemos, então, falar de uma totalidade, e sim capturar, mediante a experiência, a lógica de coesão entre as peças do *puzzle*, colocando-as em evidência e reflexão.¹¹

⁹ “De entrada vale decir que el pintor tiene una visión del paisaje muchos mas global [...] Está acostumbrado a ver los diferentes elementos del paisaje como un conjunto de formas, masas y colores, la suma de los cuales dona como un resultado final, una composición pictórica” (Bennet apud Nogué I Font, 1985, p.133).

¹⁰ Joan Teixidor comenta a paisagem da Garrotxa contando que “la primera impressió es que estic tancat. És com si de cop m’bagués enfonsat en un pou de vegetació on tot conspira per allunyar-me del món. No hi ha cel que s’obri en una àmplia perspectiva; l’horitzó es reclou, oprimit per successius plans de muntanyes que a penes ens poden donar una sensació de distància. Hi ha, a més, els arbres, alzines, roures, fàigs que toco de seguida si allargo la mà. Sempre un primer terme i el paisatge que s’esmuny en el petit escenari emmarcat per les branques i les fulles. S’ha de mirar amb molta pausa i no com si engolíssim esbojarradament una visió dilata i instantània, sinó com si ho féssim a glopets per no perdre cap detall, aquest petit detall que en aquest cas es decisiu” (Aragó e Villalonga, 2003, p. 416).

¹¹ O autor comenta que “revelar os significados da paisagem cultural exige a habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de modo consciente e representar esta paisagem a um nível em que seus significados possam ser expostos e refletidos” (Cosgrove, 1998, p. 103).

Pequeno ensaio sobre temas encontrados na paisagem

Ao encontrar a ideia de ‘espaço fechado’ em obras literárias sobre a comarca, começamos a registrar situações *in loco*. As lentes objetivas buscam um olhar sobre o tema, e o processo fotográfico se ajusta a uma intenção, como se perseguíssemos o fio condutor de uma história. Em fotografias de espaços fechados, descobrimos a ‘linha do bosque’, ou seja, o limite-interface entre as zonas de cultivo agrícola dos vales e o bosque. Eizaguirre (1990) entende este tema como ‘linha do colonizador’, ou margem de contato entre a natureza e o espaço domesticado, lugar de domínio do território desde a montanha.



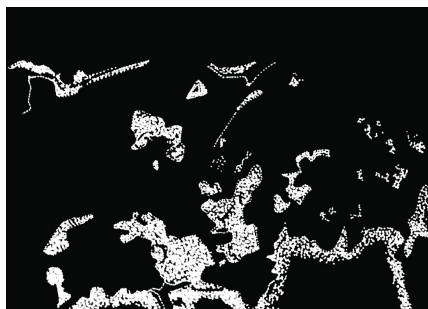
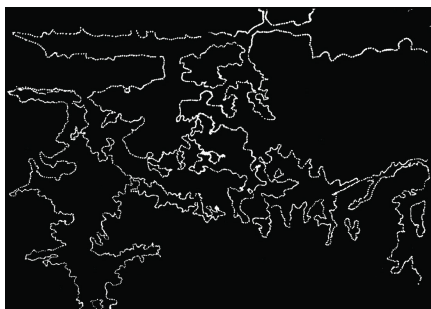
“Línea del Bosque”, entre Parc Nou e Font Moixina: visita de campo, diagrama correspondente.
Fonte: autoria própria, maio de 2008.

É a oportunidade de transpôr uma nova informação ao plano: traçamos a linha do bosque, utilizando a cartografia atual e/ou histórica. Começam a surgir diagramas que representam a vida cotidiana dessa paisagem, ficando evidente a lógica do *puzzle*, narrativa na qual as peças compõem uma realidade que supera sua fragmentação.

A partir da abstração cartográfica da linha do bosque, encontramos o tema da ‘*masía*’, protagonista da paisagem da Garrotxa. A *masía* (casa rural catalana) atua como elemento de concentração do texto cultural inscrito sobre essa paisagem. Segundo Teixidor, romancista da região no início do século XX, “a *masía* é depósito de memória, de lembrança, dos ideais e desígnios perdidos” (Aragó e Villalonga, 2003, p. 480).

A *masía* tem por essência uma ligação íntima com a paisagem. Supõe uma harmonia estética com a mesma, sendo suficientemente complexa para representar o coroamento da relação entre homem e natureza, e ao mesmo tempo simples e orgânica para encaixar-se na paisagem sem romper sua

fisionomia natural. Sua forma, orientação, suas relações com os diagramas topográficos, hidrográficos, com a vegetação, com a rede de caminhos, podem indicar também chaves de intervenção e gestão da zona vulcânica. A *masía* se configura como elemento de repetição nos fragmentos de estudo escolhidos, e sua persistência no tempo e espaço a relacionam ao conceito de memória.



Cartografias da “Línea del Bosque”, elaboradas através de distintas escalas: Zona Volcânica elaborada com 1:50.000, e interface híbrida entre zona urbana e rural em Olot, com 1:5000.

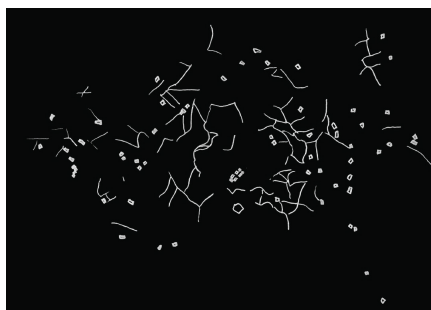
Fonte: elaboração própria a partir das bases cartográficas do Instituto Cartográfico da Catalunha.

O tema da *masía* que compõe e é composta pela paisagem possui em si mesmo a complexidade do sentido de lugar, ou seja, reflete em sua forma, cor, estrutura e ruína as histórias da paisagem humanizada da Garrotxa. Nas palavras de Arboix (1969, p. 87), “a casa é a primeira criação de um povo, com suas paredes e janelas, com seus telhados, a casa é como um rosto; é o rosto da terra, da pátria, é como o espelho da sua gente”.



Masía de Olot. Ao centro o povoado de Hostalets d'En Bas e o Macizo de Puigsacalm ao fundo.

Fonte: Arboix, 1976.

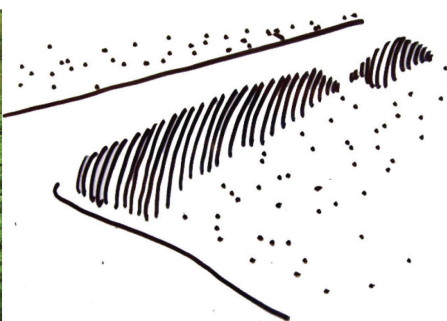


Masías e outras construções dispersas na interface híbrida entre zona urbana e rural em Olot.

Fonte: elaboração própria a partir da foto aérea do Instituto Cartográfico da Catalunha, escala 1:5.000.

O ‘*pliegue*’ (dobra, ruga, prega) é outro tema descoberto nos diagramas feitos a partir de fotografias – tempo presente – e pinturas dos pintores paisagistas da Garrotxa – tempo passado. O *pliegue*, por vezes, aparece junto à linha de bosque e reforça o modo como foi moldado esse território: terraços, caminhos, infinidade de curvaturas que abrigam memórias de outros tempos, como contornos cheios de intenções e valores de quem percorre, semeia ou habita esse lugar.

[...] *oquedades, surcos, resaltes, bordes y ejes de todo tipo, son pliegues, bien definidos por sólidos que le dan la forma en la que lo percibimos o cuya amplitud, a veces, permite que habitemos en su curvatura. [...] Si fabrica cubos o poliedros, cilindros y conos, con paneles de cartón, se habrá convertido en maquetista o topólogo, y, en ambos casos, sabrá que un volumen aparece bajo un pliegue, como implicado por sus bordes* (Serres, 1995, p. 45).



“*Pliegues*”, no Altiplano de Batet e Olot, respectivamente: visita de campo, diagrama correspondente. Fonte: autoria própria, maio de 2008.

Trata-se de um território rugoso, ‘plegado’, tal como descreve Pla (1989b, p. 32); os diagramas de *pliegue* sugerem uma dimensão cultural da paisagem.

Desenhar os *pliegues* na cartografia da zona vulcânica da Garrotxa nos dá pistas das distintas escrituras que compuseram essa paisagem – metáfora do *palimpsesto*.

Ao representar na cartografia os caminhos, as linhas, as margens, os *pliegues* e a água que percorrem o território, os diagramas começam a demonstrar uma estrutura de ‘*fios*’ que contam histórias sobre essa paisagem. Os fios não se fecham, aparecem como um sistema aberto, cumprem a função de fazer chegar alguém ou algo a um destino. Revelam a sobreposição de ritmos entre o núcleo urbano, o campo e o bosque.



Cartografias de “Fios”, em Olot y Santa Pau, respectivamente

Fonte: Elaboração própria a partir das bases cartográficas em escala 1:5.000, do Instituto Cartográfico da Catalunha.

Ao deslocar-nos do espaço urbano para o rural, notamos que as relações entre os elementos da paisagem e os percursos transformam totalmente sua estrutura. Enquanto que na cidade a leitura dos percursos se faz dentro de uma trama, com uma lógica geométrica, no campo, nos movemos por *fios*, buscando o destino de um lugar em concreto, muitas vezes, sem visualizar o caminho. Serres (1995, p. 71) comenta esse desdobre no território, “a geometria canoniza as distâncias que identificamos com a vista, enquanto que o tato, ao que alegamos sem cessar, mais perto da topologia, revela maravilhosamente as proximidades. Na geometria habito, a topologia me ronda”.

Breve epílogo

Os fios, o *pliegue*, a *masía*, a linha do bosque, o espaço fechado, montam uma sequência que segue a lógica narrativa da paisagem. Como um sistema aberto, esses temas podem em algumas ocasiões contar outras histórias, encade-

ando novelas, poemas, fotografias e pinturas que refletem outras memórias inscritas no lugar.

O desenvolvimento de uma metodologia a modo de sistema aberto, cujas ferramentas relacionam aspectos tangíveis e intangíveis da paisagem, permite transladar escalas, pontos de vista e múltiplos programas, abrindo-se à memória e ao olhar contemporâneo. É um modo de dinamizar o estudo da paisagem, incluindo a ideia de ritmo e de sobreposição de camadas de tempo sobre um território. O fato de trabalhar com *temas* de paisagem possibilita também a inclusão da ideia de diversidade em um processo de conservação; complementando metodologias que tendem a agrupar paisagens segundo aspectos mais gerais de sua forma e estrutura, deixando de lado elementos fundamentais do cotidiano, matéria-prima da vida.

Finalmente, após o trabalho de campo e elaboração das novas cartografias temáticas, a investigação proporá a discussão de alguns parâmetros adotados na elaboração dos documentos que influenciam a gestão da zona vulcânica, buscando complementar-lhes com aportações que aceitem a condição complexa das intersecções entre os opostos: zona urbana, zona rural, zona natural. Pretende facilitar a intervenção projetual que deverá trabalhar sobre o duplo movimento de ‘conservar’ sem cristalizar a paisagem, e ‘intervir’ sem permanecer alheio aos padrões identitários desse território.

Referências

- ARAGÓ, N. J.; VILLALONGA, M. *Atles Literari de les Terres de Girona*. Girona: Diputació de Girona, 2003.
- ARBOIX, J. C. *El parlament de Catalunya (1932-1936)*. Barcelona: Edicions 62, 1976. (Cultura Catalana Contemporània, v. 4).
- ARBOIX, J. C. *La masia catalana*. Barcelona: Editorial Aedos, 1969.
- CONSEJO DE EUROPA. *Convenio Europeo de Paisaje*. Florencia, 20 de octubre de 2000.
- CORBOZ, A. Il territorio comme palimpsesto. *Revista Casabella*, 1983.
- CORNER, J. Proceso. In: COLAFRANCESCHI, Daniela (Org.). *Landscape + 100 palabras para habitarlo*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2007.
- COSGROVE, D. A Geografia está em toda parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- CUNHA, E. V. *O olhar passageiro*. Porto Alegre: Editorial Fumproarte/Prefeitura de Porto Alegre, 2003.
- EIZAGUIRRE I GARAITAGOITIA, X. *Las Componentes formales del territorio rural*. Tesis Doctoral. Publicació Universitat Politècnica de Catalunya, Barcelona, 1990.

- HALBWACHS, M. *Los marcos sociales de la memoria*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2004.
- LOOTSMA, Bart. El debate sobre el diagrama o el arquitecto esquizofrénico en Fisuras de la cultura contemporánea. *Revista de bolsillo sobre arquitectura*, jul. 2002.
- MAROT, Sebastien. *Suburbanismo y el arte de la memoria*. Land & Scape Series. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2006.
- MARTINEZ, A.; CARON, D. *El espacio intermedio*. Atas del Congreso Europeo de Investigación en Arquitectura y Urbanismo 2008. Madrid, 2008. (o artigo contém o marco teórico da presente investigação, com respectiva bibliografia).
- NOGUÉ I FONT, J. *Una lectura geogràfico-humanista del paisatge de la Garrotxa*. Tesis Doctoral. Girona: Col·legi Universitari de Girona/Diputació de Girona, 1985.
- _____. *La ciudad sin límites*. Espacios. Culturas. La Vanguardia. Barcelona, 30 de abril de 2008.
- NOGUÉ I FONT, J.; SALA, P. *Prototipus de Catàleg de Paisatge*. Documento de referència per als grups de treball (edición revisada). Barcelona i Olot. Maig 2006.
- PEREC, G. *La vida: instrucciones de uso*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1992.
- PERMANYER, L.; SCHNAITH, N. *Huellas – Humberto Rivas*. Catálogo de la exposición. Barcelona: Ed. Generalitat de Catalunya/Departament de Cultura, 2006.
- PLA ESPECIAL de la Zona Volcánica de la Garrotxa. *Memoria*. Juliol 2006, p. 9.
- PLA TERRITORIAL de la Garrotxa. *Memoria*. Text d'Aprovació Inicial. Juny 2007, p. 54.
- PLA, J. *De l'Epordanet a Andorra*. Barcelona: Ed. Destino, 1989, p. 32.
- SERRES, M. *Atlas*. Madrid: Editorial Cátedra, 1995, p. 45. (Colección Teorema).
- SPILLER, J. *Paul Klee*. Das Bildnerische Denken: Schiften zur Form-und Gestaltungslehre. Basilea/Stuttgart: Benno Schwabe, 1956.
- STEINER, G. *La idea d'Europa*. Barcelona: Editorial Arcadia, 2004.
- TORRES I CAPELL, M. Entrevistes: 27 visions. In: FERRER A., SABATÉ, J. Introducció: l'urbanisme municipal vist pels professionals. *Papers*, Regió Metropolitana de Barcelona, n. 32, març 1999, p. 130.
- TORRES I CAPELL, M. Notes sobre l'orientació recent de la urbanística del territori. In: ARANDA, R.; FORTIÀ, P.; PIGEM, C.; VILALTA, R. (Org.). *El Fluvià com Pretext*. Estudi i intervenció en el paisatge. Girona: Diputació de Girona, 1993.
- ZAGARI, F. Relación. In: COLAFRANCESCHI, Daniela (Org.). *Landscape + 100 palabras para habitarlo*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2007.

Paisagem, territorialidades múltiplas e temporalidades diversas: uma leitura da paisagem do Vale do Rio Três Forquilhas (RS)

**Álvaro Luiz Heidrich
Nola Patricia Gamalho**

Introdução

Caminhar pelo Vale do Rio Três Forquilhas é um misto de vivenciar tempos distintos. Mesclam-se o bucólico do verde da encosta com o colorido da várzea, preenchido por extensões de hortaliças, cuja monotonia é rompida pelo transitar dos tratores e trabalhadores. Seguindo pela estrada de terra, acompanhada pelo som das águas do Três Forquilhas, logo surge uma carroça puxada por bois, meio de transporte que insiste em resistir, mecanismo de sobrevivência, mas que traz consigo um tom nostálgico. O cumprimento é regra, mesmo que o olhar revele o estranhamento, a identificação de que se é um forasteiro, alguém que não pertence ao lugar. O sol que impregna os dias rápido se oculta atrás dos morros. Para o forasteiro é melhor um retorno sem demora, pois apenas passos sabidos dão conta de retornar em meio à escuridão que invade a estrada.

O Vale do Rio Três Forquilhas¹ se caracteriza por uma economia predominantemente agrícola, de baixo impacto ambiental se comparada com as áreas de intensa mecanização da lavoura empresarial existentes no Rio

¹ O Vale do Rio Três Forquilhas situa-se na área de escarpa, em posição Leste do Planalto Meridional do Brasil, no Rio Grande do Sul. Integra o Litoral Norte do Rio Grande do Sul e abriga importantes fragmentos da mata nativa pertencente à Zona Núcleo da reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Compreende a antiga colônia alemã localizada no Vale do Rio Três Forquilhas, entre o trecho da antiga Estrada da Renascença, atual Rota do Sol (RS-486), e a Serra Geral. Este texto retrata parcialmente os resultados de nossa participação numa pesquisa que buscou analisar as dinâmicas socioeconômicas e as mudanças na paisagem, com apoio do CNPq e da Fapergs. A fase inicial da pesquisa contou com a participação de Camila Xavier Nunes. Agradecemos os comentários de Sumirê da Silva Hinata, brasileira de ascendência japonesa e antiga moradora do Vale do Rio Três Forquilhas.

Grande do Sul. Há no vale um uso da terra bem compartimentado, em que predominam a produção de bananas nas encostas, hortigranjeiros e floricultura nas planícies de fundo de vale. O perfil desta região se destaca pelos aspectos de uma dinâmica socioeconômica vinculada ao setor primário, em que as relações, tanto com a região serrana como com o litoral, se dão por ocasião da comercialização da produção local. Por isso as observações aqui delineadas consideram a identificação do uso da terra o elemento inicial para a definição dos aspectos culturais ali presentes, para em seguida lançar o olhar sobre o cotidiano dos moradores, seu modo de pensar e uma esperada combinação entre os elementos materiais e simbólicos.

A paisagem do Vale é formada por múltiplas esferas que se intersectam, se sobrepõem e se relacionam, compondo um mosaico de referências. Desta forma, uma primeira reflexão nos obriga a reconhecer em toda essa composição o que é que define a paisagem cultural nesta área. Por outro lado, um outro questionamento é cabível, dada a diferença com que se concebe atualmente a paisagem cultural, em relação aos estudos tradicionais. Trata-se, neste caso, de também contemplar o que não é visto de antemão, o que não é exatamente imagem (Duncan, 1990).

A imagem,² enquanto é fator fundamental para a identificação dos compartimentos ambientais (Silveira, 2006, p. 7), é utilizada na dimensão cultural como um dos pontos de partida para o levantamento das informações, da mesma maneira que informações estatísticas e de levantamento de campo podem auxiliar na definição de detalhamentos posteriores. A relação sociedade-natureza, a história dos municípios, os usos da terra e as diferenças étnicas e religiosas são alguns dos referenciais que se entrelaçam na produção da paisagem cultural do Vale.

Por um lado, nos apoiamos na concepção de paisagem cultural como uma relação que pressupõe tanto a transformação da natureza quanto do homem, entendendo a “paisagem natural como o meio, a cultura como o agente transformador (modelador) e a paisagem cultural como resultado, não final, mas contínuo, da ação do homem” (Neves, 2003, p. 16). Por outro lado, se “a paisagem é um conceito impreciso” (Dolfuss, 1998, p. 89), sua compreensão se efetiva no momento que vêm à tona seus referentes empíricos.

Colocada a questão desta forma, acolhemos como objeto de discussão neste texto refletir sobre o uso do conceito para revelar a compreensão das

² Neste caso a autora está se referindo a imagem de satélite, contudo, adotamos a imagem em sentido mais amplo. Nesse sentido, um texto, um poema, uma fotografia, uma bandeira, entre outros, podem ser lidos como imagem.

manifestações da cultura em relação ao espaço em que ocorrem e reconhecer a paisagem cultural do Vale, por meio dos seus elementos definidores.

Reflexões sobre o conceito

Um estudo dos fenômenos do espaço que parta do conceito de paisagem cultural traz consigo a perspectiva de apreender a realidade a partir de sua complexidade, levando em conta as inúmeras dimensões que a compõem. É uma complexidade que envolve desde o olhar do observador, que vê e sente a paisagem, mas também precisa interpretá-la e decodificá-la a partir de suas significações, das mais objetivas às mais subjetivas.

Paisagem pode ser tanto uma concepção utilizada no senso comum quanto um recurso teórico. No senso comum pode ser compreendida como uma pintura, uma fotografia, ou uma cena tomada por um golpe de vista. Como recurso teórico consiste em conceito que explicita um modo de se identificar o fato geográfico. A paisagem é uma feição do espaço e sua abordagem deve identificar o arranjo dos objetos e as formas da geografia. Se a enfocamos como paisagem cultural, então se quer selecionar as expressões humanas, o trabalho, as atitudes, as heranças, as etnias, as intersubjetividades, as representações, etc.

Durante as perspectivas descritivas, o estudo da paisagem consistia em uma técnica que buscava identificar as porções do espaço com características físicas ou culturais homogêneas. Como método analítico, buscava-se apreender os dados objetivos que pudessem revelar a particularidade de uma determinada área. As contribuições que procuraram dar cunho explicativo ao conceito manifestaram a indissociável relação entre grupos humanos e natureza, pois conforme Sauer (1998, p. 23) a paisagem pode ser “definida como uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais”.

Sob esta abordagem três importantes aspectos são predominantes: (a) a aplicação do conceito serve de recurso para distinguir e classificar regiões culturais; (b) consiste no conjunto de aspectos perceptíveis à visão, que podem ser os atributos que espelham o caráter particular de uma área; e (c) baseia-se no princípio de que a paisagem é produto da ação humana sobre um ambiente natural. É considerada

[...] um produto concreto e característico da interação complicada entre uma determinada comunidade humana, abrangendo certas preferências e potenciais culturais, e um conjunto particular de circunstâncias naturais (Wagner e Mikesell, 2000, p. 135).

Com o conjunto intrincado das interações entre as opções dos grupos humanos e as condições naturais capazes de configurar um determinado *habitat*, ou uma forma particular de uso da terra, era possível de explicitar as formas de organização da vida em determinada área. Por exemplo, como se constroem as casas para se conservar a temperatura ou o manejo particular de cultivos com vistas ao melhor aproveitamento das características locais de solo e clima. O que revelava a paisagem cultural era resultado de uma expressão particular da vida humana em condições naturais também específicas. Compreendeu-se essa relação com o conceito de gênero de vida para falar dos diferentes modos de organização de um cotidiano, com instrumentos, técnicas e rituais com os quais se identificavam as diferentes regiões (Sorre, 1963).

Estas já não são, unicamente, as condições encontradas nas paisagens de hoje nas situações de integração com o mercado e com a indústria ou que tiveram influências de diversas origens. Da mesma forma que o intercâmbio, a urbanização e a padronização do consumo implicam em obstáculos à compreensão dos diferentes gêneros de vida (Sorre, 1964), também o estudo da paisagem cultural requer a consideração desta complexidade.

Considerar os aspectos culturais para a compreensão das paisagens implica compreender tanto as relações que transformam a natureza³ como a própria sociedade, pois “[...] a cultura é, ao mesmo tempo, determinada por e determinante da consciência e das práticas humanas” (Cosgrove, 1998, p. 102). Os próprios objetos naturais transformam-se em objetos culturais em consequência de seu significado simbólico.

Os aspectos objetivos da paisagem podem ser vistos pela articulação entre forma, função e estrutura, dos seus referentes empíricos, pois, segundo Carl Sauer (1998, p. 42),

[...] não podemos formar uma ideia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas ao espaço. Ela está em um processo constante de dissolução e substituição.

Os fenômenos que compõem a forma, que dão sentido a função e que alicerçam a estrutura são dinâmicos e inconstantes, estando sujeitos a diversas influências: étnicas, econômicas, temporais, físicas, políticas, entre outras. Entretanto, os fatos objetivos não captam integralmente a amplitude das manifestações culturais e cada vez menos se assentam sobre o conteúdo material,

³ Conforme a concepção de Santos (2002), em que esta pode ser dividida conforme a intencionalidade e uso de técnicas em sua transformação.

mas também aos “sistemas de representação e valores, que permitem às pessoas se afirmar, se reconhecer e constituir coletividades” (Claval, 1999, p. 63).

A paisagem é composta por dados objetivos, concretos, mensuráveis e por dados subjetivos. Muitos dos significados da paisagem estão ocultos na *inocente* rotina cotidiana, que embora possa parecer irrelevante para os sujeitos diretamente envolvidos, uma simples sucessão de dias, é nessa rotina que a história dos lugares e dos sujeitos é produzida e significada. Justifica-se, então, a necessidade de praticar uma observação que possibilite, a partir da organização cotidiana, apreender elementos da organização social. As relações que envolvem técnica, a natureza e a construção de significados encontram-se reforçadas no cotidiano, como pode ser observado nesta afirmação de Cosgrove (1998, p. 101):

A cultura não é algo que funciona através dos seres humanos; pelo contrário, tem que ser constantemente reproduzida por eles em suas ações, muitas das quais são ações não reflexivas, rotineiras da vida cotidiana.

A partir desta lógica, destaca-se a necessidade de realizar uma leitura da paisagem que apreenda também suas marcas, pois “interpretar os significados indica decifrar os modos de vida, as ações humanas, enfim, as marcas que o homem imprime no espaço” (Neves, 2003, p. 17). As relações de constituição da paisagem cultural são influenciadas por duas temporalidades, denominadas por Berque (1998) de *paisagem-marca* e *paisagem-matriz*. A primeira expressa uma civilização, ou seja, sua trajetória de composição do *viver* cotidiano atual. A segunda, a paisagem-matriz, é posta como atuante no processo de percepção, concepção e ação do sujeito, ou seja, é dinâmica, atual e mutável. Para Neves (2003, p. 17),

[...] o processo histórico, a ação do tempo, revela-se de fundamental importância, possibilitando o estabelecimento de uma concretude espacial rica e plural, reconhecida como resultante da ação humana (como marca) para o desenvolvimento de ações (matriz).

Neste sentido, a paisagem cultural apresenta temporalidades que, embora distintas, são contemporâneas para a percepção que determinada sociedade tem de si e, conseqüentemente na construção de significados que concernem sentido e identidade à ação humana. Em determinados grupos a valorização da memória funciona dessa forma, como uma espécie de resistência, confrontando os viveres de tempos diferentes. Tem-se então a relação entre a marca e a matriz, pois a modernização se insere no território sem eliminar por completo as realidades pretéritas.

A compreensão se enriquece à medida que seja possível associar, ou apreender a partir da análise da paisagem cultural, os elementos que compõem o pertencer de um grupo à sua localidade, ou seja, sua territorialidade e identidade. Os símbolos (bandeiras, hinos, entre outros) revelam representações do espaço e das relações que uma coletividade tem com ele. São construções humanas cujo intuito é o de legitimar e reforçar ao longo do tempo sua relação com o espaço e o território.

Quando um sistema simbólico é predominante ou hegemônico em determinada área há compartilhamento de compreensões e valores, uma cultura. A marca disso no espaço conforma determinada territorialidade, mas não quer dizer que a paisagem seja exclusivamente expressão disto. As relações da sociedade com o espaço, que se expressam por uma condição territorial, implicam na produção de marcas que produzem ao mesmo tempo território e paisagem, mas enquanto o território é compreendido pelo seu conjunto, a paisagem revela as derivações. O território expressa a força dos poderes e a paisagem um complexo de formas, inclusive daquilo que é submetido aos poderes.

Reportando-se a Erwin Straus (1989), Jean-Marc Besse (2006, p. 80) compreende certa desconexão entre paisagem e território, não sendo possível considerá-la uma “extensão de território que se pode abarcar num lance de vista”. Diz ele: “por ser ausência de totalização, é antes de mais nada a experiência da proximidade das coisas”. De modo similar, Cosgrove (1998, p. 100) compara com outros conceitos geográficos:

Ao contrário do conceito de lugar; lembra-nos sobre nossa posição no esquema da natureza. Ao contrário de meio ambiente ou espaço, lembra-nos que apenas através da consciência e razão humanas este esquema é conhecido por nós, e apenas através da técnica podemos participar dela como seres humanos.

A relação dialética *marca-matriz* também se expressa em territorialidade, posto que não se trata de um território absoluto, mas de uma relação e de um processo. Se o território “é produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugadas e mutuamente reforçadas, ora desconectadas e contraditoriamente articuladas” (Haesbaert, 2002, p. 121), a territorialidade pressupõe “interação, movimentação e contato humano que são transmitidos pela energia e informação para afetar, controlar e influenciar ideias e ações de outros e ter acesso aos recursos destes” (Sack, 1980, p. 26).

A objetividade de uma territorialidade, na qual se visualize certa singularidade da relação sociedade-espaço, é resultado de vínculos que um grupo, uma coletividade ou um sujeito estabelece com o espaço. Pode ser em função

da ocupação (de estar, de se localizar), do uso (da produção econômica e de transformação do meio em utilidade social e cultural), ou da representação que se faz disso (Heidrich, 2006, p. 26-29). Nesse sentido, toma-se apoio na proposição de leitura da paisagem, tal como se fosse um texto, passível de ser lido e interpretado, como um sistema significante, “como uma reunião ordenada de objetos [...], através do qual um sistema social é comunicado, reproduzido, experimentado, e explorado” (Duncan, 1990, p. 17).

Compreende-se assim, a territorialidade e a paisagem como fatos imbricados, que envolvem um espaço ocupado, usos e concepções de uso, sentimento de pertencimento e de identidade. Pelo fato de haver tal imbricação não se quer dizer, porém, que toda paisagem corresponde uma territorialidade e vice-versa. Muito embora toda porção de espaço compreenda paisagem e territorialidade, elas não são obrigatoriamente conformes.

Imagens e cotidiano: as temporalidades na paisagem

Uma primeira aproximação da paisagem cultural pode ser obtida pelo uso da terra, meio pelo qual se dá a relação da posse e uso dos recursos, em relação às necessidades de reprodução social e inserção dos habitantes num sistema de relações de produção e de troca. Trata-se de uma imagem objetiva e elementar da paisagem, que também manifesta aspectos da cultura. Os usos da terra no Vale podem ser compreendidos em seis grandes grupos (Figura 1): cultivo de bananas e policultura e pastagem nas encostas, culturas hortigranjeiras nas planícies do vale, pastagem natural, e culturas de aipim e abacaxi na planície arenosa e cultivo de arroz nas várzeas. Em todo o Vale, tanto em termos de área plantada como em valor da produção, há destacada predominância da produção de bananas na lavoura permanente. Por outro lado, a lavoura temporária, em meio a uma policultura característica da pequena produção familiar, destaca-se o cultivo de tomate e hortigranjeiros nos municípios de Itati e Três Forquilhas, e de abacaxi em Terra de Areia. Neste, também há destacado uso da terra em pastagem.

De forma predominante, os pequenos produtores trazem uma história pregressa de um *espaço-tempo vivido camponês* que se distingue em dois usos: a produção de uma pequena agricultura diversificada que se adentra ao vale e a criação de gado nas áreas planas. Enquanto a policultura de pequena produção familiar sofreu forte modernização com a produção de hortigranjeiros e especialização no uso das encostas para a produção de banana, a pecuária ainda mantém aspectos tradicionais, que se revela pela rusticidade das instalações e produção não intensiva.

A modernização da agricultura não ocorreu de modo homogêneo nesta geografia. Atualmente se compõe por uma espécie de mosaico, com diferentes níveis técnicos, dependendo da combinação entre uso da terra, articulação com os mercados, custo de produção, mão de obra, tecnologia e a relação com o próprio meio. Não há, nesse sentido, uma configuração de paisagem cultural reveladora de um encaixe ou uma unidade que revele a combinação entre usos da terra e manifestações da cultura, claramente delineados e coerentes entre si. Revela-se, ao contrário, a ocorrência de uma multiplicidade de influências que se intercambiam e conferem completa dinamicidade à paisagem.

Desta dinâmica pode-se apontar o cruzamento entre uma herança das origens desde a ocupação do lugar, uma integração local e uma articulação com o mundo. As unidades não são de paisagem, são muitas vezes de indivíduos ou de famílias e seus estabelecimentos (Figura 2). Na paisagem produzem uma visão complexa, que por vezes se agrupam e sugerem a interpretação em função do que se vê em primeiro plano (Figura 3). Contudo, esta é uma dinâmica bastante atual, que decorre da melhoria das estradas a estas localidades, pois o isolamento e a sua precariedade foram durante muito tempo condicionantes para os agricultores locais.

Anteriormente à especialização e produção para o mercado, a agricultura era basicamente de subsistência e comercialização com os tropeiros que desciam o planalto. No Vale há uma dinâmica da atividade agrícola que se divide em dois momentos, como sugere Sorj (1980, p. 11). O primeiro na década de 1920 onde “a produção agrícola passa a se orientar para o mercado interno, no começo como simples expressão da crise do setor exportador e logo depois como expressão e demanda do setor urbano-industrial”. O segundo momento – cujo início data da década de 1960 – é responsável pela inserção tecnológica na agricultura que “passa a se reestruturar a partir de sua inclusão imediata no circuito de produção industrial, seja como consumidora de insumos e maquinarias, seja como produtora de matéria prima”. Há, nesse sentido, uma dupla articulação com o mercado, primeiramente devido à sua posição como abastecedores de produtos primários para a região metropolitana de Porto Alegre e litoral norte e, segundo, pelo alto consumo de maquinário e insumos, consolidando-se uma nova temporalidade.

A política de inserção do litoral norte à economia regional levou o então presidente do Estado, Borges de Medeiros, a abrir canais de ligação entre as lagoas Itapeva e Quadros, entre outras. Possibilitou-se, então, o contato através do Rio Três Forquilhas, com a localidade de Porto Alágio – atual município de Três Forquilhas. Esta dinâmica favoreceu a incorporação da região no circuito econômico regional, e conseqüentemente a diminuição do isolamento destes municípios. Segundo o relato de alguns moradores, a receita

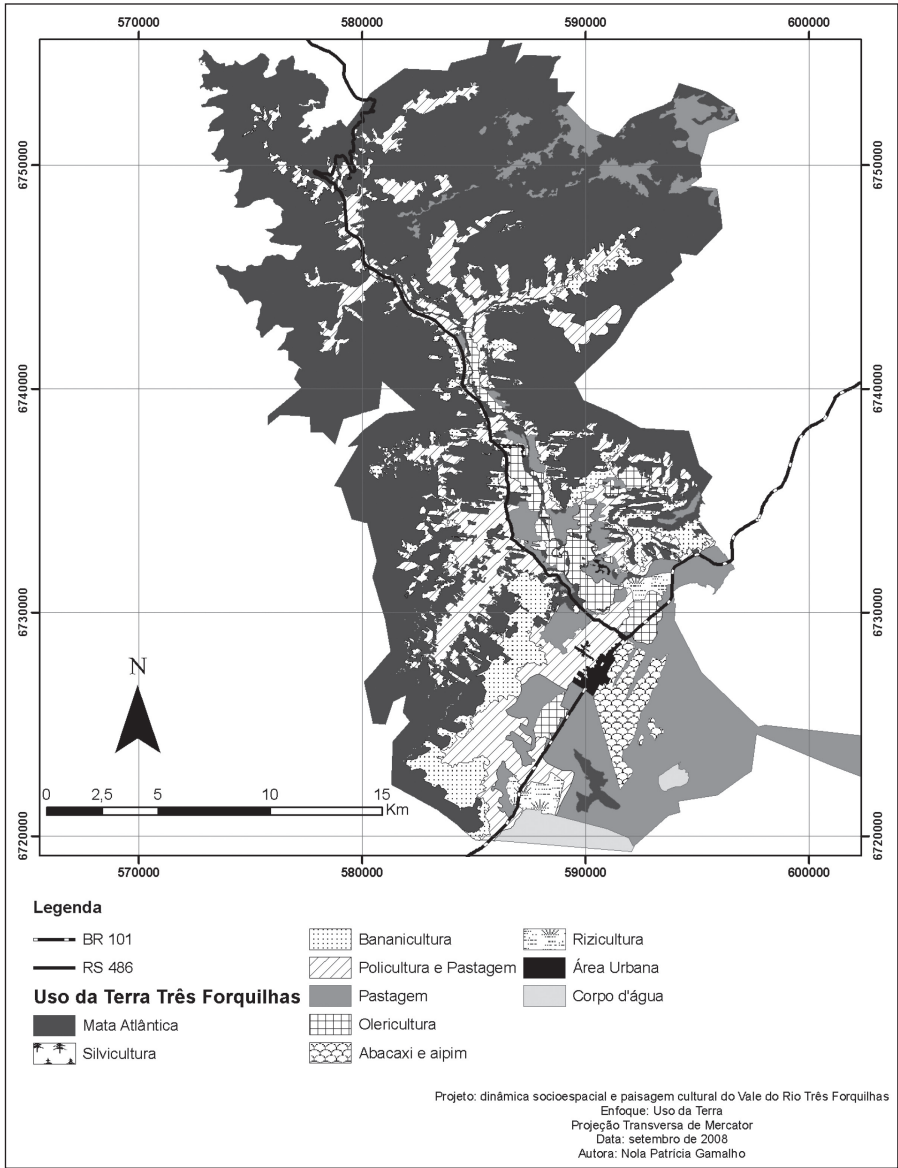


Figura 1. Mapa de uso da terra.



Figura 2. Produtores de cana-de-açúcar e cachaça, Itati.
Foto: Nola Gamalho, 2004.



Figura 3. Horticultura irrigada, Três Forquilhas.
Foto: Nola Gamalho, 2005.

dos municípios há 50 anos atrás se originava da produção de cana-de-açúcar, milho e feijão. “Tiravam um caminhão de açúcar todo ano. A cana perdeu mercado e ficou cara. O serviço com a cana é muito pesado” (depoimento em entrevista, município de Três Forquilhas). A economia centrava-se no cultivo de cana-de-açúcar e beneficiamento de seus derivados: “O tempo deles não era de plantar cenoura, era de vender rapadura” (morador de Três Forquilhas lembrando sua infância e as memórias de seu pai). A precariedade das estradas possibilitava apenas o transporte com carro de boi. A mercadoria era posta em uma broca – mala de couro – ou em balaios.

Me criei trabalhando na roça. Havia o engenho de cana e produzíamos açúcar. Nesta época chegava no município apenas o vapor. Com um carro de boi, puxavam a mercadoria. O vapor levava até Osório (moradora de Três Forquilhas).

Da mesma forma chegavam mercadorias nos municípios. Também havia o contato entre os tropeiros que “vinham buscar rapadura e açúcar [...]. Traziam pinhão para vender” (morador de Itati). Por meio destes relatos é possível reconhecer a importância dos fatores que contribuíram para a mudança do uso da terra no Vale: a melhoria das estradas, a dificuldade com o manejo da cana-de-açúcar e sua incorporação no circuito econômico como fornecedores de matéria-prima e consumidores de insumos e maquinários.

Associado a essa transformação tem se elaborado representações de alteridades vinculadas principalmente à violência e furtos. Uma moradora lembra de sua infância com saudades fazendo alusão a outra temporalidade: “Com a melhoria nas estradas aumentou muito a população. Tem muitas pessoas de fora, sempre chegam moradores novos”.⁴ A melhoria das estradas facilitou o

⁴ Moradora de Terra de Areia.

contato do Vale com outras regiões, contudo, segundo os moradores, também cresceu o número de acidentes nas estradas. A energia elétrica chegou ao Vale apenas na década de 1970. Mas a inserção destes municípios como abastecedores da região metropolitana e dos balneários no período de verão contribuiu com muitas mudanças.

Coexistem diferentes formas de inserção ao mercado. Há desde uma agricultura de subsistência, com a comercialização do excedente na comunidade; unidades familiares produtoras de mercadorias, plenamente inseridas na dinâmica do mercado e até mesmo produtores capitalizados. Por outro lado, mesmo que se note o predomínio de pequenos agricultores, que recorrem essencialmente à força de trabalho familiar, alguns aspectos ligados à alteração da dinâmica da agricultura são reveladores de que a paisagem formada pelo arranjo espacial da pequena produção familiar, ligada a uma reprodução simples e relações de vizinhança apoiadas na autoajuda já não são mais tão comuns.

Os produtores mais capitalizados, principalmente alguns produtores de banana nas encostas e horticultores na várzea, recorrem ao uso da mão de obra assalariada. Parte desta é oriunda de outras regiões, como aqueles requisitados para a colheita da banana. Não há, porém, apenas uso de trabalhadores safristas, pois tanto o trabalho nos bananais como na olericultura e na floricultura exigem tratos durante o ano inteiro.

A paisagem, que mescla formas e processos antigos e atuais, é reveladora das temporalidades de isolamento e da inserção regional do Vale numa divisão inter-regional do trabalho. Isto se observa não apenas pela forma dos objetos, como a casa e os galpões do tempo da ocupação da região contrapostos aos estabelecimentos comerciais do tempo atual. Embora se mantenha parcialmente um comércio local – aproximadamente em $1/3^5$ –, inclusive com vizinhos, o principal destino da produção é externo, principalmente para o abastecimento da região metropolitana de Porto Alegre e, em segundo lugar aos balneários do litoral norte. Este cenário, que demonstra a inserção do Vale em outros contextos é o mesmo que implica na diminuição da rentabilidade, à medida que parte deste comércio externo se realiza com a intermediação de atacadistas.

Ao mesmo tempo os moradores expressam afeição com esse cotidiano e sua paisagem, e queixas pelo isolamento a que estão submetidos, especialmente quando se reportam ao estado precário das estradas. Da mesma forma, também expressam descontentamento com o custo dos insumos para a produção agrícola e a “necessidade” do uso de agrotóxicos. Entretanto, ainda que existam relações de conflito relativas a estas dificuldades, há uma forte relação dos mo-

⁵ Levantamento de campo, 2005.

radores com seu ofício, perpassando entre todos os segmentos a identidade de produtores rurais de hortigranjeiros, banana e abacaxi, vinculados à paisagem e ao cotidiano próprios do Vale.

Identidade e simbolismo: o hibridismo na paisagem

A formação (territorial) do Rio Grande do Sul, que do ponto de vista étnico caracterizou-se pela diversidade, também ocorreu no litoral norte. A partir das políticas de colonização, tem-se o estabelecimento de imigrantes açorianos e alemães na região. Em 1826 o Vale do Rio Três Forquilhas foi ocupado por alemães protestantes, recebendo posteriormente, também africanos (escravos) e italianos. Por fim, nos anos 1960, houve a inserção de imigrantes de etnia japonesa em Itati. Destaca-se, no entanto o grande predomínio da herança étnica alemã e portuguesa, mas não se observa uma exacerbação de aspectos estigmatizadores ou de segregação entre essas populações.

Muito embora a diferenciação de origem étnica repercute na paisagem da vida religiosa da população, já que há significativa predominância das igrejas católica e protestante (Figura 4 e 5), muitas famílias que, estando longe do local de realização da cerimônia de sua religião, frequentam a cerimônia da outra. Mas, ainda que afirmando a inexistência de conflitos, alguns moradores deixam claro a sua individualidade religiosa: “Eles na deles e nós na nossa”;⁶ “Frequento só a minha igreja, dos outros eu não sei”.⁷ No entanto, outros moradores relatam sobre uma convivência harmoniosa entre protestantes e católicos: “É quase a mesma coisa, tem protestante que comunga na católica”, “Tem pouca diferença, alguma reza ou outra”.⁸

Um maior estranhamento ocorre com a difusão das igrejas “Assembleia de Deus” e do “Evangelho Quadrangular”.⁹ Estas igrejas foram introduzidas recentemente no Vale e se localizam junto às populações de menor renda. Elas estão em grande número no município de Terra de Areia, que apresenta expansão urbana decorrente de migrações, e nas localidades onde se empregam os maiores contingentes de trabalhadores safristas.

⁶ Morador católico de Três Forquilhas.

⁷ Morador protestante de Itati.

⁸ Moradores católico de Três Forquilhas.

⁹ Embora não se tenha registro de religiões evangélicas nas entrevistas, tanto na observação em campo quanto nos relatos de entrevistados de outras religiões reconheceu-se não apenas a ocorrência, mas também o franco crescimento destas igrejas.



Figura 4. Igreja Católica, Três Forquilhas.
Foto: Nola Gamalho, 2005.



Figura 5. Igreja Protestante, Itati
Foto: Nola Gamalho, 2005.

Há forte territorialização das religiões, pela presença de templos e cemitérios que marcam as localidades. Os protestantes estão espacialmente mais concentrados em Itati, que não possui cemitério católico. Há participação de descendentes de japoneses na religião protestante, como resultado da integração por meio de casamentos e vizinhança. A iniciativa de moradores de descendência africana na construção de uma igreja católica também é um indicativo da necessidade de territorialização do símbolo de suas crenças e da segmentação das religiões por etnias. Territorialidade e paisagem se mesclam nesse referencial simbólico. A ação de marcar (por uma capela ou um cemitério) produz um fato, um nó de um tecido, como afirma Raffestin (1988) e exerce força na leitura do espaço, na assimilação do que ele seja representativo. A paisagem, porém, pode revelar além do representativo, a existência menor, como a subsunção singular, o detalhe.

Outro aspecto que se revela como importante elemento de identidade e reconhecimento da geografia do Vale é o imaginário acerca da natureza e do progresso. Valorizam-se aspectos da paisagem, bem como fatos socioculturais, que se tornam representação daquilo que é próprio, como uma personalidade do “lugar”. Como se depreende deste poema:

Foi deus quem fez esta Terra / Cercada de natureza / Na bandeira estão os símbolos / Cada símbolo uma beleza / A estrada representa / A ida e o regresso / Túnel cortando montanhas / Representando o progresso / O carro de boi representa / A primeira imigração / Abrindo novos caminhos / Começa a população /

Também nossa agricultura / Um símbolo representando / O sol que faz crescer / Nosso alimento sagrado.¹⁰

A agricultura, juntamente com a religião, é um importante universo mediador das representações culturais e de como a população se reconhece. A terra no Vale possui a dimensão de símbolo da vida, do sustento, das alegrias (quando se tem uma boa produção a um bom preço) e das tristezas (quando as intempéries ou a dinâmica econômica desvalorizam uma safra). A relação da sociedade está contida nas duas principais comemorações do Vale: a Festa da Cenoura e a Festa da Colheita (a primeira ecumênica, realizada em Três Forquilhas e a segunda protestante, realizada em Itati). A festa contribui para “tecer a malha” do território (Raffestin, 1988), pois implica o percurso das pessoas ao local, o espalhamento da sua divulgação, do vínculo de cada um com o evento, a preparação dos materiais, etc.

Alguns elementos são desagregadores ou de expressão de diferença. A dicotomia política tem sido uma constante, ou se pertence ao partido da oposição ou da situação, ou se é *graxaim* ou *galo*. Nas moradias, em sua maioria, há clara exposição, através de cartazes e faixas, da opção política do morador. Em Terra de Areia há a divisão entre o “Brasil” (lado leste da rodovia BR-101) e o “Paraguai” (lado oeste) (Figura 6). No lado leste tem-se uma maior concentração de serviços, estabelecimentos comerciais, assim como escolas; no lado oeste, no Paraguai, há um aspecto associado ao crescimento desordenado, predominando uma população de baixa renda, moradias irregulares e precariedade de saneamento e infraestrutura. No lugar se reconhece distinto valor do morador conforme a localidade de sua moradia, como expressões respectivas de centro e de periferia.

Muitos dos significados desta paisagem estão ocultos na rotina cotidiana, em que as ações não são reflexivas. Por outro lado, estes elementos atuam de forma a reforçar o vínculo de identidade do morador com seu território e paisagem. Esta territorialidade envolve, principalmente, uma relação que compreende sentimentos e vínculos de posse, uso e pertencimento.

Por isso, paisagem e territorialidade apresentam-se imbricadas em temporalidades que mesclam tradicional e moderno, e cruzam múltiplas identificações que não se conformam a encaixes. As próprias famílias apresentam este “tempo diferencial”. Os mais velhos mantêm vínculos mais fortes com o “viver rural”, enquanto as atitudes dos jovens demonstram não destoarem

¹⁰ Poema escrito pelo professor Antônio Rodrigues de Matos e recitado pelos alunos da escola fundamental Dr. Nelson Silveira de Souza, na comemoração do 6º aniversário do município de Itati.

daquilo que se manifesta nas grandes cidades, seja pelo uso do vocabulário, do vestuário, assim como pela importância dada a determinadas práticas, como os jogos de computador, ou a prática de *skate*, por exemplo.

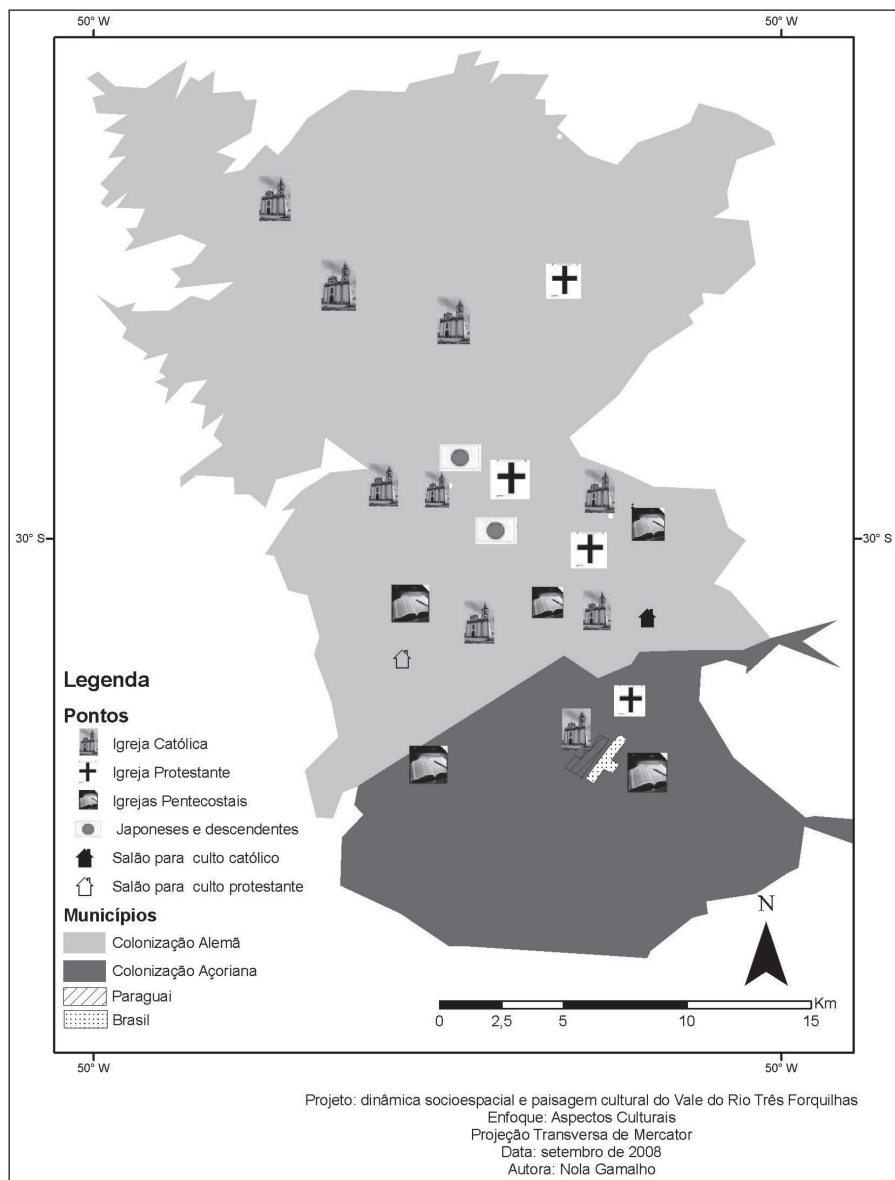


Figura 6. Mapa dos aspectos culturais.

Considerações para uma leitura

Os vínculos dos moradores com o Vale são formados por um rico quadro de diversos fatores: desde sua relação com o meio, como forma de apropriação e sustento, os aspectos étnico-religiosos, a condição de pequeno agricultor, que é predominante, a influência do progresso em combinação com a permanência de elementos do passado. O processo de colonização e, conseqüentemente a diversidade étnica e religiosa, a inserção do agricultor em uma economia de mercado ou sua relativa continuidade em um modo de viver camponês, assim como as influências externas, são elementos responsáveis pela composição de sua paisagem. É forte a permanência de um cotidiano rural em que o espaço-tempo é percebido como continuidade, embora contraditoriamente articulado com temporalidades externas.

Desta forma, não há encaixe, onde uma paisagem se apresente na articulação coerente entre a materialidade dos objetos e as representações e sentimentos. Como se viu, as unidades são muitas vezes individuais, familiares ou de pequenos grupos, mescladas com aspectos comunitários. Configura-se como uma paisagem híbrida, carregada de símbolos e significados onde os diversos elementos se cruzam na composição da identidade do seu morador. Ao mesmo tempo em que se expõem as marcas de tempos passados, há influências do novo, como um mosaico de vida humana com muitos patamares de significado. As identidades, assim, são múltiplas, resultantes de uma grande superposição de significações singularmente confinadas ao Vale e outras resultantes da sua abertura e articulação com o global. Poderia se expressar, considerando a contemporaneidade que as manifestações culturais da paisagem contêm, uma espécie de *transglossia*, como propôs originalmente Ortiz (1999), para se referir ao “lugar”, como um cruzamento de diversas espacialidades.

Do ponto de vista do método, portanto, deve-se considerar o conceito de paisagem cultural como um meio de desconfiar (face às amplas referências que lhe deram origem) e um objetivo a se chegar, com a intenção de leitura, como propôs Duncan, como um propósito de revelar territorialidades não encaixadas, a maneira de um mundo transglóssico.

Referências

BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 75-83.

- BESSE, Jean-Marc. *Ver a Terra: seis ensaios sobre a paisagem e a geografia*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- CLAVAL, Paul. Geografia Cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 59-97.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 92-122.
- _____. Geografia cultural: passado e futuro: uma introdução. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 49-58.
- COSGROVE, Denis. A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 92-122.
- _____. Geografia cultural do milênio. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999, p. 17-46.
- DOLFUSS, Olivier. A produção do meio. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: 1998, p. 89-91.
- DUNCAN, J. *The city as text: the politics of landscapes interpretation in the Kandyen Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- HAESBAERT, R. *Territórios Alternativos*. Niterói/São Paulo: EdUFF/Contexto, 2002.
- _____. Da desterritorialização a multiterritorialidade. *Boletim Gaúcho de Geografia*, Porto Alegre, n. 29, p. 11-24, jun. 2003.
- HEIDRICH, Álvaro Luiz. Territorialidades de inclusão e exclusão social. In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. (Org.). *Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 21-44.
- NEVES, Leonardo Azevedo. Um novo tempo para novas urbanidades: o papel da paisagem cultural nos estudos do mundo rural. In: MARAFON, Gláucio José; RIBEIRO, Miguel Ângelo. (Org.). *Revisitando o território fluminense*. Rio de Janeiro: NEGEF, 2003, p. 11-30.
- ORTIZ, Renato. Um outro território. In: BOLAÑO, C. R. S. (Org.). *Globalização e regionalização das comunicações*. São Paulo: EDUC/UFS, 1999, p. 51-72.
- RAFFESTIN, Claude. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, Gabriel et al. *Reseaux territoriaux*. Caen: Paradigme, 1988.
- SACK, Robert. *Human territoriality. Theory and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004, p. 384.
- SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 12-74.
- SILVEIRA, Camila Thomaz da. *Paisagem do Vale do Rio Três Forquilhas*. Relatório de pesquisa. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

SORRE, Max. A noção de gênero de vida e seu valor atual. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, n. 172, 1963.

_____. A noção de gênero de vida e seu valor atual. *Boletim Geográfico*, n. 177, Rio de Janeiro, 1964.

STRAUS, Erwin. *Du sens de sens*. Contribution à l'étude des ondements da la psychologie. Grenoble: Jérôme Millon, 1989.

WAGNER, Philip L.; MIKESELL, Marwin W. Temas da geografia cultural. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia Cultural: um século* (1). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2000.

A Paisagem na Fotografia: uma possibilidade de interpretação

Letícia Castilhos Coelho

Introdução

A paisagem, em suas múltiplas possibilidades de enfoques, permite um olhar para a cidade que integra diversos aspectos sobre a relação homem-natureza e, ao expressar os diferentes momentos da ação de uma cultura sobre o espaço é também uma acumulação de tempos. Ao ser pensada como um momento de reconciliação frente aos conflitos e rupturas com os quais convive o habitante da cidade, a paisagem, desde o início de sua apreensão como fenômeno visível, esteve no centro do conflito entre objetivo e subjetivo, sensível e factual, físico e fenomenológico – portanto, pensá-la em toda a sua complexidade é estar ciente destas dicotomias.

A intenção de representar algo ausente ou no todo inapreensível revela o caráter subjetivo desse processo. Assim, enquanto representação, a paisagem é portadora de significados e expressa os diferentes momentos de desenvolvimento de uma sociedade, adquirindo uma dimensão simbólica passível de leituras espaço-temporais.

Conduzidos por esse desafio de decifrar as representações, tendo a paisagem como tema e objeto, é preciso desenvolver um olhar especial que permita alcançar as diversas dimensões do espaço e do tempo. Se admitirmos que a dimensão espacial que se oferece ao olhar tem marcada sobre si a passagem do tempo, é possível ver no espaço transformado, destruído, desgastado, renovado pelo tempo, a cidade do passado e sua memória. Como um palimpsesto, um enigma a ser interpretado, a paisagem se apresenta em imagens como possibilidade de compreensão do tempo presente. Assim, a reflexão que pretende este trabalho surge da necessidade de melhor compreender a cidade em relação às dinâmicas de suas paisagens, interpretando-as através dos vestígios espaço-temporais encontrados em fotografias.

Por que estudar a paisagem?

Nos últimos anos, frente às rápidas transformações urbanas – que em muitas ocasiões colocam em risco os valores naturais, culturais e históricos das paisagens – surgem diversas iniciativas com o objetivo de uma adequada gestão da paisagem. Considerando a necessidade de que a gestão da paisagem passe a integrar as políticas públicas urbanas, um importante desafio, e contribuição que pretende este trabalho, é o de propor uma possibilidade metodológica para seu estudo, interpretação e avaliação.

Normalmente, ao olhar para a paisagem contemporânea de muitas cidades brasileiras, nos deparamos com uma imagem confusa em sua organização espacial e em suas representações simbólicas. Com frequência somos tomados por um sentimento de nostalgia e acreditamos que no passado o espaço urbano era de melhor qualidade, sensações essas que caracterizam a inquietação estética e ecológica do momento em que vivemos. Essa nostalgia, ao nos depararmos com paisagens que foram degradadas ou transformadas, levou muitos estudiosos a admitirem a “morte da paisagem”, esquecendo-se que a mesma, como resultado das interações entre a sociedade e a natureza, é um sistema de valores construído historicamente e apreendido diferentemente, no tempo-espaço, pela percepção humana (Luchiari, 2001).

Ao se referir a Alain Roger em seu *Breve tratado da paisagem*, Luchiari (2001) apresenta as duas principais posições que levaram a essa consideração sobre a “morte da paisagem”. A primeira remete à destruição e à descaracterização de paisagens tradicionais pela sociedade contemporânea e se fundamenta na materialidade das paisagens e em certa nostalgia pelas paisagens do passado, colocando em questão os modelos de desenvolvimento e os processos que orientam o crescimento urbano. Nesse sentido, cabe ressaltar que a valorização dos elementos simbólicos e da memória coletiva é essencial para o fortalecimento cultural e para a construção de uma sociedade em que os aspectos econômicos não sejam os únicos determinantes nas transformações urbanas. A segunda posição aponta para a inexistência de um modelo visual que nos permita apreciar as paisagens que temos à nossa disposição no mundo contemporâneo. Sem dúvida, temos um novo modelo de paisagem, mas não sabemos como decifrá-lo. Essa incapacidade de leitura invade nossa visão e não nos deixa ver que existem, sim, belas paisagens.¹

¹ Nesse sentido, Yves Lacoste (1987), ao buscar definir a paisagem, pergunta-se “o que é uma bela paisagem?” e argumenta que, ao se tornarem valores de mercado, muitas vezes essa pergunta se relaciona somente aos preços de terrenos de onde se tem uma boa vista para a paisagem, mas se olhar

Contudo, se considerarmos que a paisagem contemporânea é decorrente de processos de transformação construídos socialmente, entenderemos que a paisagem não se esgota, e que o desaparecimento de uma paisagem significa a substituição daquela paisagem por outra, não sua morte (embora essas substituições nem sempre representem mudanças positivas, acontecendo muitas vezes de forma autoritária e aleatória).

Ao pensarmos a paisagem como resultado da ação da cultura sobre a natureza, veremos que a passagem do tempo também altera suas formas. Abrigando os espaços construídos em múltiplas combinações por superposição, substituição ou composição, a cidade, enquanto materialidade, é composta por várias camadas, mais ou menos aparentes. Se as formas se alteram pela ação do tempo sobre o espaço, as funções e significados também se transformam, fazendo com que a cidade esteja constantemente se refazendo.

Nessa construção, a paisagem contemporânea é concebida como uma paisagem híbrida, um palimpsesto, “uma paisagem de mil folhas” que exige a convivência de várias paisagens, ritmos, percepções, escalas e perspectivas (Luchiani, 2001). Ao contrário do que nos fez acreditar o projeto de modernidade, a natureza não está mais “fora” para ser dominada, a sociedade e a natureza agora devem ser vistas de forma integrada e o olhar sobre a paisagem nos permite esta integração e uma possibilidade de reconciliação entre sujeito e objeto. Reside nesse potencial um campo de revisitação das práticas que exercemos e da ideia de paisagem que propagamos ao longo do tempo, enquanto uma relação entre natureza e cultura.

Apontamentos sobre o conceito de paisagem

A paisagem enquanto representação resulta da apreensão do olhar, é um enquadramento, uma seleção que existe a partir do indivíduo que organiza, combina e promove arranjos de conteúdo e forma. Comporta uma pluralidade semântica, sempre associada à ideia de recorte espacial, bem como evoca o caráter de coleção e conjunto. Entretanto, sua representação também comporta aspectos subjetivos, pois remete ao universo do simbólico.

Segundo Georg Simmel, em *A Filosofia da Paisagem*,² para que se adquira a consciência para “ver uma paisagem”, precisamos que um certo con-

uma paisagem serve para encontrar sua beleza, o interesse sensível sobre a mesma requer algumas mudanças culturais.

² O texto *A Filosofia da paisagem*, de Georg Simmel, data de 1913, sendo um dos primeiros filósofos a tratar da temática da paisagem. Seu texto representa uma importante referência sobre o assunto.

teúdo do campo de visão cativa o nosso espírito e tenha, além dos elementos, um novo conjunto, uma nova unidade. “Um pedaço de natureza”, conforme o autor argumenta, trata-se de uma contradição, pois a “natureza não tem pedaços, ela é a unidade de um todo”, e ao destacar-lhe um fragmento, este não será mais inteiramente natureza. Assim, olhar como uma paisagem é considerar uma parcela de natureza como uma unidade. Para Simmel, o que permite um determinado “pedaço de natureza” constituir-se em uma paisagem é um sentimento da ordem da subjetividade e da afetividade, ao qual o autor denomina *Stimmung*, um estado de espírito, tom, tonalidade, sentimento pessoal.

Simone Maldonado,³ ao apresentar o texto de Simmel, mostra que o autor fala de *Stimmung* como um “horizonte, o conceito unificador que confere sentido aos construtos do olhar que, ao delimitar a base material da paisagem, isola um trecho, que não necessariamente se constituiria como paisagem”. É a subjetividade do olhar que permite falar em paisagem quando o que se poderia ter ao “dissociar elementos da natureza, seja na fruição da vista seja na inscrição pictórica da obra de arte, nada mais seria do que um pedaço de natureza”. Pois o que nós dominamos com um olhar não é a paisagem – no máximo a sua matéria, que se torna uma a partir do instante em que um certo conceito unificador a envolve.

Em relação à emergência da paisagem, é importante destacar que a iniciativa de colocar a natureza em perspectiva e de construí-la como paisagem se inscreve na modernidade. Esse é um olhar do homem da cidade, que por não estar mais em contato direto com a natureza, o que gera um distanciamento, faz este recorte estético. A cidade também passa a ser foco de atenção dos artistas que procuram encontrar o belo onde ele não era normalmente encontrado, a valorizar o pitoresco e o cotidiano, que passam a ser incorporados como paisagem de uma vida. A cidade passa a ser representada como paisagem, assim o homem se apropria da natureza e da cidade como paisagem com um olhar que não mais nos abandonará.

Na sociedade ocidental, a concepção de paisagem emerge no mesmo período em que a ciência enfatiza a dicotomia entre sociedade e natureza. Porém, contraditoriamente, ao separar-se da natureza, a sociedade moderna inventou e valorizou a concepção de paisagem. Seu significado estético, pleno de subjetividade, transformou o gosto pela paisagem em antídoto para o homem moderno (Luchiani, 2001).

³ A autora fez, em 1996, a tradução do texto de Simmel para o português e, em uma apresentação sobre o trabalho, comenta as principais ideias tratadas pelo filósofo alemão.

Esse dualismo, no qual, segundo Simmel, “o detalhe aspira a se tornar um todo, enquanto que o seu pertencimento a um conjunto mais amplo lhe concede apenas o papel de membro”, resulta em inúmeros conflitos e rupturas de ordem social e técnica, espiritual e moral. Porém, esse mesmo modelo, diante da natureza, produz “a riqueza conciliante da paisagem, entidade individual, homogênea, apaziguada em si, que não obstante permanece tributária, sem contradição, do todo da natureza e da sua unidade”.

Ao pensar nesse duplo processo do olhar que seleciona e do sentimento que unifica (*Stimmung*) surge a questão a respeito de qual deles se desencadeia primeiro, Simmel (1996) afirma nesse sentido:

Sempre que, diante da paisagem, por exemplo, a unidade da existência natural se esforça por nos integrar ao seu tecido, a brecha entre um eu que vê e um eu que sente, se mostra duplamente visível. É com toda a nossa pessoa que nos plantamos diante da paisagem, seja ela natural ou artística, e o ato que a cria para nós é simultaneamente um ver e um sentir, cindido em instâncias isoladas pela reflexão.

Na perspectiva da paisagem como mediação das dicotomias entre subjetivo e objetivo, sensível e factual, físico e fenomenológico, o geógrafo Augustin Berque afirma que “a paisagem não reside somente no objeto, nem somente no sujeito, mas na interação complexa entre os dois termos. Esta relação que coloca em jogo diversas escalas de tempo e espaço implica tanto a instituição mental da realidade quanto a constituição material das coisas” (Berque, 1998).

Nessa mudança filosófica e epistemológica de uma rejeição ao dualismo cartesiano, Berque (1998) apresenta a ideia de *trajection*:

A ideia expressa por *tra* (tra) é a de um limite, de passar para o outro lado. O limite, no caso, é aquele que o dualismo moderno instituiu entre o mundo interior subjetivo e o mundo exterior objetivo. Ora, essa dicotomia é radicalmente incapaz de explicar a realidade do ecúmeno, logo, da paisagem. Com efeito, como mostrou a fenomenologia (principalmente Watsuji) e a antropologia pré-histórica (principalmente Leroi-Gourhan), os ambientes humanos são, por assim dizer, uma extensão de nosso próprio corpo, tanto pelo símbolo quanto pela técnica. A técnica estende materialmente as funções do corpo humano [...]. O símbolo, inversamente, anula materialmente as distâncias. A *trajection* conjuga, assim, transferência material e metáfora imaterial (Berque, 1998).

Entendemos, pois, que a paisagem no contexto da cidade contemporânea oportuniza um trabalho de cruzamento de dados objetivos – obras, traços, sinais que nos chegam, sob a forma de imagens – com as subjetividades e suas

possibilidades de leitura para muito além do espaço, encaminhando-se para as representações simbólicas da paisagem.

A paisagem como fenômeno visível e sua dimensão cultural

As paisagens de artistas, geógrafos, arquitetos, turistas, ecologistas, planejadores e pessoas comuns não recobrem a mesma realidade, a materialidade pode ser a mesma, mas são diferentes representações. Ao longo da história, a paisagem assumiu vários significados, sendo usada com as mais variadas conotações. Assim, ao tratar das representações simbólicas buscando interpretar a (re)significação da paisagem na sociedade contemporânea, entra-se em contato direto com sua dimensão cultural.

Para se entender o papel que as paisagens desempenham dentro dos sistemas culturais, é necessário centrar nossa atenção na significação da paisagem, assim como investigar o papel da intertextualidade no debate dos discursos e nos conflitos sobre o significado das paisagens (Duncan, 2001).

Se as intervenções humanas na natureza envolvem sua transformação em cultura, todas as paisagens possuem significados simbólicos enquanto produto da apropriação e transformação da natureza pelo homem. Dessa forma, a paisagem existe na sua relação com um sujeito coletivo: a sociedade que a produziu, que a reproduz e a transforma em função de uma certa lógica. Procurar definir essa lógica para compreender seu sentido é o ponto de vista cultural (Berque, 1998).

Em relação às representações em imagem, a pintura busca reproduzir objetivamente um fragmento de natureza, mas o ponto de observação, o ângulo e o enquadramento da vista resultam de uma escolha; existe, portanto, uma dimensão subjetiva na base de uma representação. A representação de paisagem aparece como uma expressão popular, acompanhada por uma arte florescente de incluir a paisagem na pintura, na poesia, no teatro e na concepção de parques e jardins (Cosgrove, 1998).

A ideia de paisagem sempre esteve intimamente relacionada à sua representação. Simmel (1996) argumenta que essa visão da forma artística é naturalmente desencadeada ao vermos uma paisagem:

O que o artista faz – subtrair ao fluxo caótico e infinito do mundo, como imediatamente dado, um pedaço delimitado, o alcançar e o formar como unidade aquilo que até então encontra em si seu próprio sentido e cortar os fios que a ligam ao universo – é precisamente o que nós também fazemos, em dimensões

menores, sem tantos princípios e de modo fragmentário, pouco seguro das suas fronteiras, quando temos a visão de uma paisagem no lugar de um prado e de uma casa, de um riacho e de um cortejo de nuvens. [...] Sempre que vejamos uma paisagem e não mais um agregado de objetos naturais, teremos uma obra de arte *in statu nascendi* [...] uma tal visão da forma artística se torna viva em nós, atua, e que, sem poder aceder a essa criatividade própria, vibra pelo menos no desejo desta, da sua antecipação anterior.

Enquanto gênero artístico as origens da representação de paisagem remontam ao *Quattrocento*, quando surge na Europa o seu enquadramento pictórico (Donadieu, 2007). O surgimento da paisagem como forma de pintura é uma das consequências da revolução que o uso da perspectiva introduz.

Para Paul Claval (2004) a invenção decisiva, na história da paisagem ocidental, é a da janela na pintura flamenga da primeira metade do século XV. A aparição da janela no interior do quadro permite que a perspectiva isole o exterior, dando autonomia à paisagem. Jan Van Eyck na pintura *Madona com o Chanceler Rolin* (1433) (Figura 1), representa três planos sucessivos de uma característica paisagem flamenga.

Ao conceber um enquadramento, um quadro no quadro, permite-se que a passagem por essa *veduta* (a vista pela janela) – embora se deva a uma redução, ou seja, a uma miniaturização –, afaste o observador da cena religiosa, que geralmente ocupava a frente da cena, assim, ao se laicizar a vista ela se transforma em paisagem autônoma (Claval, 2004).



Figura 1. Jan Van Eyck, *Madona com o Chanceler Rolin*, 1433.

É importante ressaltar que a representação de paisagem foi alterada sucessivamente na história. No Ocidente medieval, a paisagem não existia como representação. É a partir do século XVI que a noção de paisagem emerge das novas técnicas de pintura e se expande para a literatura, ainda sem possuir um sentido de unidade, era um sentimento da natureza, reproduzido.

Até o século XVIII, a paisagem era sinônimo de pintura, e foi na mediação com a arte que o sítio adquiriu estatuto de paisagem. Um momento significativo na história da representação de paisagens é aquele quando as paisagens pintadas se apropriam da totalidade do quadro, tratando não somente dos objetos, mas da relação entre eles. Nasce a arte da paisagem moderna. Com Patinir e Dürer, as paisagens ocupam toda a cena e não oferecem a ver somente os objetos, mas a relação entre eles. Na Figura 2, podemos ver exemplos de paisagens representativas desse momento.



Figura 2. À esquerda pintura de Patinir (s/d), e à direita de Albrecht Dürer, 1495.

Estes quadros apresentam paisagens panorâmicas realistas e oferecem visões bastante diferentes do “quadro-janela”, sem um ponto de fuga central. Jan Van Goyen (1596-1656), Vermeer (1632-1675) e Meindert Hobbema (1638-1709) são representantes prestigiados na pintura de paisagens, graças a suas representações realistas de cidades, rios e campanhas flamengas, conforme nos mostra as pinturas da Figura 3.

O século XIX é paisagista por excelência, tanto na Europa quanto nos países da colonização, período esse que corresponde às grandes transformações advindas da modernidade. Na França foi marcado por duas importantes escolas de pintura: a escola de Barbizon (com Jean-Baptiste Corot) e a dos impressionistas (Monet, Daubigny, Pissaro e outros). A subjetividade ganha maior expressão com Van Gogh, Cézanne e os fauvistas até superar o dualismo que distanciava o artista da paisagem (Figura 4).



Figura 3. À esquerda pintura de Johannes Vermeer, 1659-1660, e à direita de Jan van Goyen, 1650.



Figura 4. Cézanne (esquerda) e Van Gogh (direita), exemplos de expressão subjetiva na pintura.

Após a invenção do daguerreótipo em 1838, é a fotografia que dá continuidade à produção de imagens de paisagem, contribuindo para popularizar as cenas de paisagens pitorescas graças aos cartões postais, e posteriormente a todo tipo de mídia desenvolvida no fim do século XX. A imagem de paisagem é assim tornada popular.

A transição da pintura para a fotografia na representação de paisagens envolve algumas mudanças conceituais, pois o surgimento da fotografia representou também uma mudança na maneira de olhar. A fotografia surge no momento em que o mundo vive grandes transformações na forma de produção e consumo, gerando um desejo por novas imagens. A busca por captar o instantâneo e registrar as mudanças que estavam ocorrendo faz com que a arte também se preocupe em registrar a transitoriedade da vida moderna. A fotografia gera uma revolução na pintura devido aos processos de mudança do olhar, e a paisagem também está inserida nessa transformação da representação da realidade. Diversos pintores passam a utilizar a fotografia como recurso técnico, produzindo vistas da natureza a partir de fotografias.

Conforme Walter Benjamin,⁴ no momento em que Daguerre conseguiu fixar as imagens (Figura 5), os técnicos substituíram os pintores; contudo, a pintura de paisagem não foi a maior vítima da fotografia, pois não chegou a ser substituída por esta, como no caso do retrato em miniatura.



Figura 5. Fotografias de Daguerre, final do século XIX.

Em relação à representação da paisagem na fotografia, difunde-se no final do século XIX a produção de panoramas e vistas de cidades que são vendidos em álbuns. Esse estilo de fotografia conhecido como “vistas urbanas” seria o precursor dos instantâneos, técnica que já permitiria maior agilidade na reprodução, atingindo seu ápice com a febre dos cartões-postais, onde os novos padrões visuais urbanos de acordo com o ideário da burguesia eram veiculados. Na Figura 6 encontram-se exemplos dessas vistas urbanas.

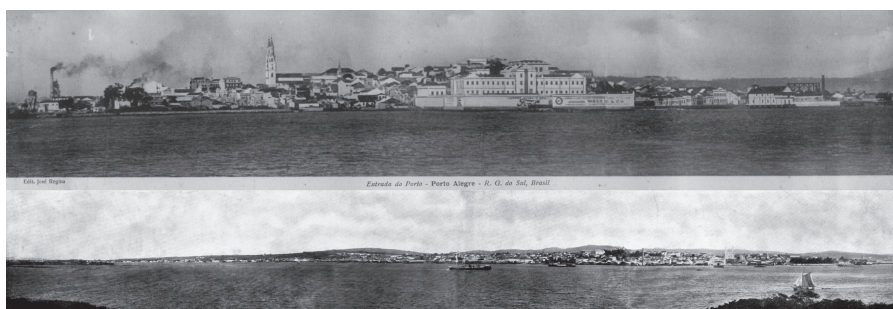


Figura 6. Vistas de Porto Alegre, início do século XX.

Fonte: Acervo do Museu de Comunicação Hipólito José da Costa.

⁴ Em *Pequena história da fotografia*, Walter Benjamin traça a trajetória da fotografia desde o seu surgimento e as possíveis transformações que esta técnica traria na relação do ser humano com as imagens.

A imagem como fonte para o estudo da paisagem

Ao adotar a imagem como fonte podemos realizar um percurso no tempo, através do uso de fotografias de diferentes períodos, em busca dos traços que revelem as dinâmicas de (trans)formação da paisagem. As imagens históricas servem de subsídio para a compreensão do tempo presente, possibilitando desvelar as diferentes camadas espaço-temporais superpostas na paisagem.

Nessa perspectiva, somos conduzidos a um campo do conhecimento que trata das criações e produções humanas e valoriza os registros deixados pelo homem como uma experiência sensível do mundo, podendo se oferecer à leitura e permitindo a apreensão de seus significados (Pesavento, 2002).

Segundo Sandra Pesavento,⁵ a história cultural, ao trabalhar com as representações, opera um retorno sobre o social, pois centra a atenção sobre as estratégias simbólicas valorizando não somente os processos econômicos que ocorrem na cidade, mas as representações que se constroem na e sobre a cidade, levando ao estudo do imaginário urbano.

Assim, a proposta desse campo do conhecimento está centrada em decifrar a realidade do passado por meio de suas representações, tentando acessar àquelas formas discursivas e imagéticas, pelas quais os homens expressaram a si próprios e o mundo. Um processo complexo que busca a leitura dos códigos de outros tempos através de registros e indícios do passado que chegam até o tempo presente.

Esses indícios substituem os fatos ocorridos, e ao encará-los como registros de significado para as questões que levanta, o pesquisador transforma essas representações do passado em fontes ou documentos para sua pesquisa, que muitas vezes podem parecer estranhas aos códigos e valores do momento presente.

São as experiências sensíveis do mundo – expressas em atos, em ritos, em palavras e imagens, em objetos da vida material, em materialidades do espaço construído – que revelam uma subjetividade ou uma sensibilidade partilhada, coletiva, e se oferece à leitura enquanto fonte, remetendo ao mundo do imaginário, da cultura e de seu conjunto de significações construído sobre determinada realidade.

A partir da interpretação de traços e registros de uma determinada cultura, acionamos uma estrutura espaço-temporal que permite a elaboração de

⁵ A respeito da abordagem trabalhada pela História Cultural, diversos trabalhos produzidos pela historiadora Sandra Jatahy Pesavento esclarecem e elucidam conceitos, procedimentos metodológicos e a interface com outras áreas do conhecimento.

tramas em um trabalho de construção capaz de produzir sentido, como em um *puzzle*. Aos poucos, as peças se articulam, oferecem diferentes combinações e revelam explicações que permitem uma leitura do espaço em diferentes tempos.

Se em cada época os homens constroem representações para conferir sentido ao real, o imaginário torna-se, assim, uma possibilidade de acessar as sensibilidades de outros tempos através dos registros e dos rastros que chegam até o presente, sejam eles falados, imagéticos ou materiais, e são passíveis de serem resgatados pelo pesquisador. Na construção do imaginário, o real é sempre o referente e remete ao cotidiano da vida dos homens, mas comporta também utopias e elaborações mentais sobre coisas que não existem, e ambos os aspectos constituem o que se entende por real.

Para ler uma imagem, deve-se ter em mente alguns objetivos, principalmente sobre o que se quer ver/ler. Podem ser identificados na leitura de uma imagem os aspectos referentes ao sentido e ao significado, que remetem ao plano do simbólico; pode-se buscar também a origem, a explicação de determinada realidade, pois as imagens guardam em si vestígios da realidade, caracterizando-se dessa forma como uma narrativa que conduz o espectador pelos caminhos do imaginário, pois, ao representar o real, cria-se uma nova realidade.

Nesse sentido, Alberto Manguel (2003) lança algumas questões: “Qualquer imagem pode ser lida? Qualquer imagem admite tradução em uma linguagem compreensível, revelando ao espectador aquilo que podemos chamar de Narrativa?”

A partir dessas indagações, esse mesmo autor traz para o debate o fato de que só podemos ver as coisas para as quais já possuímos imagens identificáveis, acionando, ao entrar em contato com uma imagem, outras imagens que temos à disposição em nosso arquivo de imagens, formado por elementos ligados a uma iconografia mundial, mas também por diferentes circunstâncias sociais, culturais, individuais. Ao acionar o vocabulário para interpretar uma imagem, as narrativas constroem-se por meio de outras narrativas, como consequência desse conhecimento técnico e histórico.

Reflexões sobre o trabalho com a fotografia

Historicamente, a fotografia compõe, juntamente com outros tipos de texto de caráter verbal e não verbal, a textualidade de uma determinada época. Tal ideia implica a noção de intertextualidade para a compreensão ampla das maneiras de ser e agir de um determinado contexto histórico: à medida que os textos históricos não são autônomos, necessitam de outros para sua interpre-

tação. Da mesma forma, a fotografia – para ser utilizada como fonte histórica, ultrapassando seu mero aspecto ilustrativo – deve compor uma série extensa e homogênea no sentido de dar conta das semelhanças e diferenças próprias ao conjunto de imagens que se escolheu analisar (Mauad, 1996).

Se considerarmos que as imagens são históricas, nos deparamos com as variáveis técnicas e estéticas do contexto em que foram produzidas e com as diferentes visões de mundo em torno das relações sociais envolvidas. Assim, as fotografias são suportes que guardam, em sua superfície sensível, as marcas do passado. No momento de sua produção foram memória presente, e ao “entrar em contato com este presente/passado o investimos de sentido, um sentido diverso daquele dado pelos contemporâneos da imagem, mas próprio à problemática a ser estudada” (Mauad, 1996). Aquele que analisa imagens do passado precisa desenvolver habilidades para, a partir do problema proposto e da construção do objeto de estudo, fazer a imagem falar, e para isso é necessário que perguntas sejam feitas.

Nesse sentido, se tivermos a intenção de compreender a paisagem contemporânea como resultado de uma superposição de tempos em um mesmo espaço, partindo da situação presente para resgatar no passado os vestígios deixados pelos homens de outras épocas, alguns questionamentos poderiam ser feitos: na paisagem contemporânea, quais são os indícios que nos informam sobre as rupturas e as permanências que simbolizam as expressões da relação sociedade-natureza – significativas para a memória coletiva? Como fazer a identificação e interpretação da paisagem para revelar seus valores e potenciais (para além do valor comercial) passíveis de serem incorporados/traduzidos em políticas de planejamento e gestão de paisagens?

Delineando uma proposição metodológica

As principais referências teórico-metodológicas para a descrição e interpretação da paisagem na fotografia são oferecidas pela História Cultural, através da leitura de imagens e do método da montagem de Walter Benjamin, associadas a construções metodológicas de caracterização da paisagem oferecidas pelo campo da Geografia.

O procedimento metodológico aqui apresentado propõe a leitura de imagens como forma de compreensão da paisagem. Essa leitura, a ser realizada pelo pesquisador-intérprete, acontece através de um processo de observação, descrição, análise e interpretação das imagens fotográficas. A abordagem, entendida como uma maneira de olhar, articula e confronta as múltiplas

dualidades que caracterizam a essência da paisagem, assim, entre o subjetivo e o objetivo, se o objeto não deve ser absorvido pelo sujeito, o sujeito está, portanto onipresente na paisagem (Beringuier, 1991).

Cabe salientar que o método da montagem surge como possibilidade teórico-metodológica para trabalhar as informações de maneira a construir uma trama que relaciona os traços e registros do passado através de um trabalho de construção, de quebra-cabeças, para então produzir sentido para uma “leitura” e obter a revelação da coerência de sentido de uma época. Sandra Pesavento (2005) enfatiza o processo da montagem:

[...] é preciso recolher traços e registros do passado, mas realizar com eles um trabalho de construção, verdadeiro quebra-cabeças, capaz de produzir sentido. Assim, as peças se articulam em composição ou justaposição, cruzando-se em todas as combinações possíveis, de modo a revelar analogias e relações de significado, ou então se combinam por contraste, a expor oposições ou discrepâncias. Nas múltiplas combinações que se estabelecem, argumenta Benjamin, algo será revelado, conexões serão desnudadas, explicações se oferecem para a leitura do passado.

Analisando a obra de Benjamin, Willi Bolle (1994) analisa a técnica da montagem, tomada de empréstimo das vanguardas artísticas do início do século XX, afirmando que o método benjaminiano, como construção, pressupõe um trabalho de “destruição e desmontagem” daquilo que o passado oferece, visando a uma nova construção, ditada pelo “agora”.

O autor sugere que, a partir dos diferentes métodos de montagem propostos por Benjamin, as técnicas de montagem por contraste e montagem por superposição seriam as mais indicadas para trabalhar a cidade. A montagem em forma de contraste, confronta as imagens antitéticas e, por conseguinte, dialéticas, para promover o “despertar” ou a revelação. Seguindo a estratégia metodológica da montagem por contraste, é possível pôr frente a frente as representações antagonicas da cidade que propicia aos seus habitantes visões contraditórias do espaço e das vivências que aí ocorrem, como aquelas que falam de progresso ou tradição, as que celebram o urbano ou idealizam o rural, o imaginário dos consumidores frente ao dos produtores do espaço, a visão das elites frente a dos populares (Pesavento, 2002).

Ainda obedecendo ao princípio da desmontagem e remontagem dos fragmentos do urbano, obtidos por ideias e imagens de representação coletiva que são contrastadas com o intuito de revelar uma nova constelação de significados, Willi Bolle indica uma outra técnica de inteligibilidade: a montagem por superposição. Refere que esta seria talvez “a mais propícia para radiografar

o imaginário coletivo”, pois nela a tomada de consciência se daria aos poucos e não por efeito da revelação por choque, mencionada anteriormente. Seria o processo metodológico através do qual se justapõem personagens, imagens, discursos, eventos, performances “reais” ou “imaginárias” da cidade.

Para Pesavento (1995), essa seria “a técnica que mais se aproxima ao que comumente se chamaria a contextualização, o referencial de circunstância ou, ainda, o quadro de contingências que demarca a situação a ser analisada”. As técnicas de montagem por justaposição e contraste não são, em si, excludentes, e, na prática, tanto se pode utilizar uma quanto a outra, contextualizando e opondo imagens e discursos antitéticos, na busca de significados e correspondências.

Nessa perspectiva, a estratégia metodológica pretende desenvolver algumas reflexões a respeito de como realizar a leitura e interpretação da paisagem como possibilidade para a compreensão de processos urbanos em uma trama construída a partir de registros visuais.

Desmontagem e (re)montagem, etapas a serem percorridas

Etapa 1 – Escolha das imagens

A escolha das imagens inicia com a documentação encontrada em pesquisas preliminares (acervos, coleções, álbuns, etc.). Segundo Panofsky (1991) “essa seleção do material para observação e exame é predeterminada, por uma teoria ou por uma concepção histórica genérica. Isso ainda é evidente dentro do próprio processo, onde cada passo rumo ao sistema que ‘faça sentido’ presuppõe os precedentes e os subseqüentes”.

A partir da seleção prévia podem ser compostos alguns “conjuntos de imagens” que permitem a identificação de características comuns – a linguagem estética, os enquadramentos, a técnica de representação, os artistas, o período – assim as imagens possibilitam um percurso no tempo através de diferentes olhares.

Essa etapa permite reconhecer uma visão de conjunto. Os modos de observação e os olhares lançados para a paisagem devem ser múltiplos para permitir que a diversidade de informações se complemente, oferecendo diferentes combinações possíveis. A escolha das imagens caracteriza-se como o momento de delimitação da paisagem no espaço, é a sua amplitude, olhada como um espaço globalmente abarcado pela visão.

Para orientar a seleção e os agrupamentos na formação dos “conjuntos de imagens”, alguns critérios podem ser seguidos:

a. Enquadramentos e pontos de vista: as escolhas buscam contemplar visões panorâmicas, que englobam o conjunto, oferecendo uma pluralidade de pontos de vista e enquadramentos.

b. Ângulos de visão: em função das direções da visão (horizontal e oblíqua) nas representações da paisagem. Esse critério permite observar as variações na maneira de representar a paisagem ao longo do tempo.

c. Escalas/zoom: refere-se ao grau de distanciamento do observador. Observa-se, também nesse critério, a multiplicidade de escalas, considerando que as imagens “distanciadas” permitem a visão da totalidade reforçando o efeito de massa, mas também de distanciamento do observador, e que as imagens “aproximadas” facilitam a apreensão dos detalhes, do refinamento do olhar sobre os elementos e principalmente aproximam o observador do elemento humano, sujeitos da interação com a paisagem.

d. Períodos: em relação aos períodos, as imagens são agrupadas segundo uma ordem cronológica, permitindo a observação das transformações ocorridas na paisagem, ou reunindo em um mesmo período as diferentes formas de apropriação e de manifestações da vida social cotidiana presentes na paisagem.

Etapa 2 – Análise – desmontagem

Esta etapa dá início à análise da paisagem e tem o propósito de decompor as imagens como estratégia analítica.

Ao ser feita a opção de compreender a paisagem contemporânea enquanto resultado de diversas transformações espaço-temporais, prioriza-se na análise o aspecto da dinâmica da paisagem, sua história ou evolução como via primordial de entendimento.

As paisagens são produtos históricos, que fixam o processo que as forma, pois acumulam heranças. A história de uma paisagem é, assim, um método e também um de seus valores, possibilitando a distinção de cronologias muito distintas segundo seus componentes. Contém em sua essência a característica da transformação através de suas modificações estruturais, morfológicas e funcionais, assim, o estudo de suas dinâmicas tem especial importância.

Está claro que a paisagem não é um cenário morto. É ativa como conjunto no tempo e no espaço e está composta por constituintes não inertes, senão também ativos. Não só está afetada por dinâmicas, senão que a paisagem é dinâmica, e esta é uma de suas propriedades fundamentais que perpassa tanto o conjunto da paisagem como os seus componentes. À luz dessa compreensão, inicia-se a desmontagem da imagem segundo suas diferentes camadas

superpostas com o objetivo de realizar a leitura de formas, funções, elementos e estruturas em relação às suas dinâmicas próprias:

a. *Forma* – pode ser entendida como a configuração adquirida em um dado momento, é o volume da paisagem visível, em cuja textura se realiza a existência. É a conformação e a figura, sendo o objetivo nessa fase identificar a “geometria” da paisagem, a partir de suas linhas, seus volumes e suas massas.

b. *Elementos* – os elementos de uma paisagem são múltiplos, diversificados e aparecem mesclados, combinados. As agrupações de elementos, se existem, são igualmente individualizáveis e classificáveis e podem ser compostas por: elementos edificados, ambiente físico e ambiente biológico.

c. *Função* – as funções preenchem as paisagens de substância. A paisagem se insere em redes territoriais e regionais maiores e tem funcionalidade em muitos níveis, fortemente formalizada com elementos materiais relacionando-se aos aspectos de utilidade no sentido de suprir as necessidades humanas.

d. *Estrutura* – revela a totalidade das relações na paisagem: transformações, autorregulação, formalização. Como um conjunto de elementos solidários entre si ou cujas partes são funções umas das outras, cujos componentes se inter-relacionam, articulam, compenetraram funcionalmente.

A partir da desmontagem realizada através da leitura nas diferentes camadas temporais, parte-se para a identificação dos diferentes traços presentes nessa paisagem.

Os traços referem-se aos vestígios relativos ao tempo, podem ser tanto atuais como antigos. Segundo Beringuier (1991), tomando a paisagem como um palimpsesto, os traços remetem ao relevo da história com seus múltiplos vestígios acomodados através das dinâmicas espaciais ao longo do tempo. Pode-se, então, descobrir na paisagem as tramas sucessivas de sua construção segundo os legados herdados e transformados, assim a paisagem se decompõe em camadas superpostas.

Para estudar esses tempos da paisagem, o mesmo autor sugere que se elabore uma estratificação da paisagem a partir dos processos de criação-decomposição-recomposição da paisagem. Assim, quatro gêneros podem ser distinguidos nas paisagens atuais:

a. Os traços fósseis, que resultam de formas de ordenação produzidas pelos sistemas sociais atualmente desaparecidos ou quase. Esses traços não necessariamente desapareceram, podem ser muito visíveis, mas são abandonados, sem real utilização social. Compõem paisagens do abandono com suas formas mais ou menos degradadas.

b. Os traços reinseridos têm graus de desaparecimento diversos. O essencial é que esses traços foram reutilizados por novas funções, frequentemente

por uma mudança de uso. Em algumas situações, mais ou menos modificados, continuam a obedecer à lógica funcional original.

c. Os traços mantidos no estado de origem, mesmo que sua função social tenha sido modificada, eles são os vestígios conservados de épocas anteriores, e por vezes as relíquias cuidadosamente preservadas por políticas de proteção do patrimônio.

d. Os traços da modernidade, que são os componentes contemporâneos da paisagem. Esses traços novos podem ser mais ou menos integrados à paisagem, mais ou menos aceitos pelos habitantes.

A paisagem resulta do entrecruzamento desses quatro tipos de traços, mesclados, justapostos, segundo sua própria ordenação. O pesquisador recomporá essas camadas mais ou menos harmoniosas sem esquecer a dimensão dos usos sociais.

Etapa 3 – Síntese – (re)montagem

Com os dados produzidos anteriormente, essa etapa opera o cruzamento das informações e a interpretação das análises, incorporando como resultado a síntese. No método da montagem, proposto por Walter Benjamin, o momento de entrelaçamento das informações e reconstrução da trama, que relaciona e articula os diversos significados, pretende aprofundar a análise e explorar suas possibilidades interpretativas produzindo sentido à “leitura” realizada. Nessa construção das tramas para produzir o sentido à leitura busca-se atribuir as qualidades e os “valores” da paisagem, seus aspectos simbólicos e as marcas da memória coletiva.

Nesse agrupamento das informações e reconstrução do mosaico da paisagem a síntese é guiada pela busca daquilo que é dominante na paisagem, nos dois sentidos do termo, o mais vigoroso ou forte, e também aquilo que é específico do meio estudado. O observador seleciona, escolhe e reúne os elementos que informam e dão a significação que permitem compreender e sentir a natureza da paisagem, aqueles que evocam o melhor movimento, que manifestam mais claramente os princípios de organização espacial do meio. Esses traços dominantes fazem a “assinatura” da paisagem, permitindo que se reconheça a sua especificidade, a sua identidade. A partir daí existe a possibilidade de serem apontadas as potencialidades e ameaças com vistas à proteção, gestão e ordenação da paisagem, enquanto possibilidades de cenários resultantes das dinâmicas espaço-temporais anteriormente analisadas.

Considerações

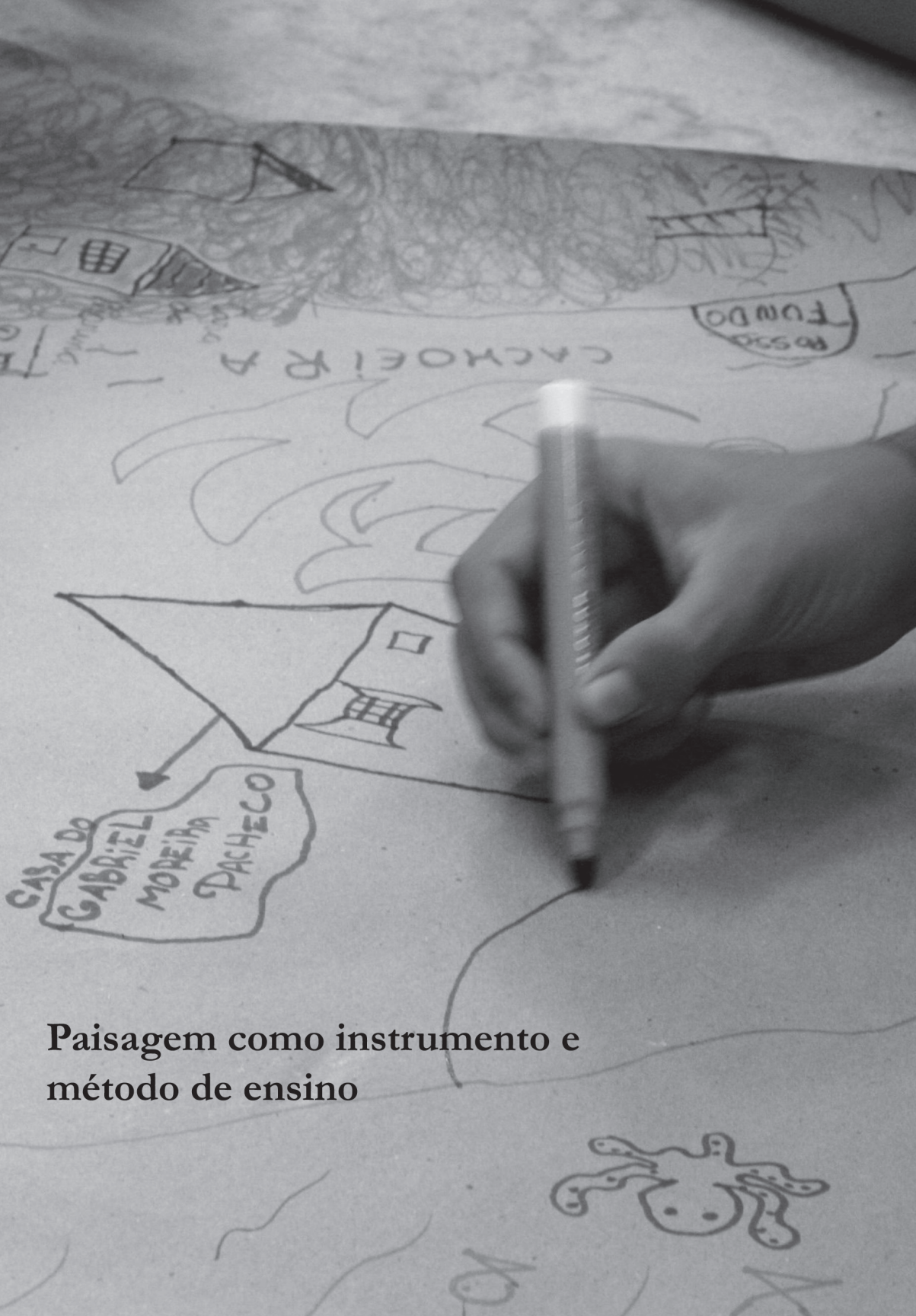
Tomando a paisagem a partir de registros visuais, acredita-se que sua leitura através da fotografia possa ser um instrumento teórico-metodológico, que possibilite a construção de uma das tantas interpretações possíveis de paisagens. As fotografias nos transportam para outros tempos e nos levam a reconstruir narrativas sobre as formas de interação que uma sociedade constrói na relação com a natureza e na transformação do espaço onde vive. Ao acessar alguns dos múltiplos significados contidos em uma paisagem, abre-se uma porta que permite compreender os diversos processos sociais e culturais impressos como traços e vestígios a serem decifrados.

Mas para que nasça a paisagem é necessário, é preciso inegavelmente que a pulsação da vida, na percepção e no sentimento, seja arrancada da homogeneidade da natureza e que o produto especial assim criado, depois de transferido para uma camada inteiramente nova, se abra ainda por assim dizer, à vida universal e acolha o ilimitado nos seus limites sem falhas (Simmel, 1996).

Referências

- AUMONT, Jacques. *A imagem*. Campinas: Papirus, 1993.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Obras Escolhidas, v. 1).
- BERINGUIER, C. Manieres paysageres une methode d'étude, des pratiques. *Geodoc*, documents de recherche de l'UFR Geographie et Amenagement, Toulouse, n. 35, 1991.
- BERQUE, Augustin. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- BOLLE, Willi. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Edusp, 1994.
- CLAVAL, Paul. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, textos e identidade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.
- CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda a parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.
- COSTA, Lucia Maria Sá Antunes (org). *Rios e paisagens urbanas em cidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: Ed. PROURB, 2006.

- DONADIEU, Pierre. PÉRIGORD, Michel. *Le paysage*. Paris: Armand Colin, 2007.
- GOMES, Edvânia Tôrres Aguiar. Natureza e Cultura – representações na paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- GUCHT, Daniel Vander; VARONE, Frédéric. *Le paysage à la croisée des regards*. Paris: La Lettre Volée, 2006. (Collection Essais).
- HOLZER, Werther. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. (Série Geografia Cultural).
- JAKOB, Michael. *L'urgence du paysage*. Paris: Infolio Éditions, 2004. (Collection Archigraphy Paysages).
- KOSSOY, Boris. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. Cotia: Ateliê Editorial, 2007.
- LACOSTE, Yves. Paysages en action. *Hérodote – paysages en action*, n. 44, jan./fev. 1987.
- LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significação da paisagem no período contemporâneo. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- MANGUEL, Alberto. *Leer imágenes*. Madrid: Alianza editorial, 2003.
- MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996, p. 73-98.
- MELO, Vera Mayrinck. Paisagem e simbolismo. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- PALOM, Anna Ribas. *Los paisajes del agua como paisajes culturales*. Conceptos, métodos y experiencias prácticas para su interpretación y valorización.
- PANOFSKY, Erwin. *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, 1995.
- _____. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris*, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- _____. *História & História Cultural*. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- _____. *Com os olhos no passado: a cidade como palimpsesto*. *Revista Esboços*, Florianópolis, n. 11, p. 25-30, 2004.
- PISÓN, Eduardo Martínez. Los componentes geográficos del paisaje. In: MADERUELO, Javier (Org.). *Paisaje y pensamiento*. Madrid: Abada editores, 2006.
- ROGER, Alain. *Court traité du paysage*. Paris: Éditions Gallimard, 1997.
- SIMMEL, Georg. A Filosofia da paisagem. Trad. Simone Carneiro Maldonado. *Política e trabalho*, n. 12, p. 5-9, set. 1996.



Paisagem como instrumento e método de ensino

Fotografia de Daniele Caron

O estudo da paisagem no Ensino Fundamental e Médio

Geovane Aparecida Puntel

Introdução

Este texto tem como propósito chamar a atenção para a importância do estudo da paisagem no ensino fundamental e médio. O estudo desse conceito pode contribuir para o entendimento do espaço geográfico, pois se a leitura da paisagem for bem conduzida, pode levar à compreensão da complexidade da relação da sociedade com a natureza.

No decorrer do texto, o trabalho de campo é enfatizado como uma possibilidade de estudo da paisagem, apresentando-se um estudo da paisagem com o uso de fotografias. O trabalho com fotografias justifica-se pela necessidade de os educandos compreenderem a complexidade da realidade em que vivem. Isso se inicia quando estes reconhecem o lugar, conseguem identificar as diferentes paisagens e entendem que elas são naturais, humanas, históricas e sociais. Além disso, é importante perceber que as paisagens existem e se justificam pelo trabalho da sociedade, construído nas relações sociais conectadas às dinâmicas da natureza.

O geógrafo francês Georges Bertrand considera que a paisagem deve ser estudada de forma homogênea e entende que a sociedade e a natureza estão relacionadas, formando uma unidade. O autor afirma que:

a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos disparatados. É, em uma determinada porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que, reagindo dialeticamente uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável, em perpétua evolução (Bertrand, 2004, p. 141).

Além disso, para o entendimento da paisagem, o geógrafo norte-americano Carl Sauer, em 1925, também destaca que é essencial a interação entre os elementos naturais e antrópicos. Assim, “a paisagem é uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais” (Corrêa

e Rosendhal, 1998, p. 23). “Não podemos formar uma ideia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas ao espaço” (Corrêa e Rosendhal, 1998, p. 42). A partir disso, fica subentendido que a paisagem deve ser analisada como um conjunto de formas naturais e culturais associadas.

Berque (1998) considera que a paisagem é a realidade, mas, ao mesmo tempo, é a representação dessa realidade, a imaginação, o olhar de cada um, que é único. Santos (1997) afirma que, grosseiramente, podemos dizer que a paisagem natural é aquela ainda não mudada pelo esforço humano. Se no passado havia a paisagem natural, hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais.

Além de pensar acerca da paisagem, acredita-se que é importante também desenvolver atividades que envolvam o mundo concreto da criança, ou seja,

[...] ler a paisagem, ler o mundo da vida, ler o espaço construído. Eis uma atividade que de um ou outro modo todos fazemos. E mais precisamente, é isto que se espera da Geografia no mundo atual. [...] O nosso grande trabalho é fazer esta leitura com referenciais teóricos que permitam teorizar, superando o senso comum e fazendo análises que possibilitem uma interpretação e compreensão dos mecanismos que constroem os espaços (Callai, 2003, p. 60-61).

Para isso, o trabalho de campo, como recurso didático, possibilita vivenciar e compreender o mundo e a vida para além da transmissão dos conteúdos. É uma prática em que o conteúdo pode tornar-se mais significativo, pois o aluno tem a oportunidade de vivenciá-lo, tornando-o parte de sua experiência pessoal.

Braun (2005) considera que o trabalho de campo possibilita diferentes leituras e uma reflexão/ação sobre o espaço geográfico. Assim, ultrapassando o caráter descritivo, não pode ser compreendido apenas como coleta de dados e informações, isto é, necessita ser compreendido como um processo de articulação do sujeito com a realidade, possibilitando a sua inserção na sociedade, a sua autorreconstrução e a sua prática social.

O ato de ir a campo pressupõe a interação e a vivência com a realidade pesquisada. Assim, importa aos educandos perceberem a paisagem de uma forma dinâmica, como algo que está em constante modificação, numa perspectiva histórica, em que, num mesmo espaço, encontram-se marcas e testemunhos que registram diferentes tempos, já que a paisagem pode ser entendida como “o velho no novo e o novo no velho” simultaneamente.

Essa é uma boa oportunidade para discutir com os alunos que, quando se fala de paisagem, ela deve ser entendida ao mesmo tempo como “uma fonte

constante de beleza e feiura, de acertos e erros, de alegria e sofrimento, tanto quanto é de ganho e perda” (Cosgrove, 1998, p. 100).

Os valores culturais das paisagens precisam ser ativamente reproduzidos para continuarem a ter significado. “Em grande parte isto é realizado na vida diária pelo simples reconhecimento dos edifícios, nomes dos lugares. [...] Decodificar as paisagens nos permite refletir sobre nossos próprios papéis para reproduzir a cultura e a Geografia humana de nosso mundo diário” (Cosgrove, 1998, p. 115-116).

É através dessas atividades de reconhecimento do lugar, de experiências do espaço vivido, que se expressam múltiplos significados, em que os alunos vão sentir e perceber que as paisagens estão cheias de representações e que fazem parte de suas vidas. Isso só vai acontecer no momento em que eles conseguirem decifrá-las, compreendendo que elas dizem muito sobre cada um que está inserido naquele contexto.

Berque, em 1984, define paisagem como uma marca e uma matriz. Marca no sentido de que a paisagem pode ser descrita e inventariada, expressando uma civilização. Ela também é matriz que é ação, relação de uma sociedade com o espaço e com a natureza.

Para entender a paisagem como marca e matriz, Berque afirma que

[...] é preciso compreender a paisagem de dois modos: por um lado ela é vista por um olhar, apreendida por uma consciência, valorizada por uma experiência, julgada por uma estética e uma moral, gerada por uma política, etc. e, por outro lado, ela é matriz, ou seja, determina em contrapartida, esse olhar, essa consciência, essa experiência, essa estética e essa moral, essa política, etc. (Corrêa e Rosendhal, 1998, p. 86).

Portanto, faz-se necessário, constantemente, instigar os alunos a debruçarem e a perceberem as diferentes variações de tempo e espaço contidas nas diversas representações analisadas. Pensando em subjetividade no ambiente escolar,

[...] a escola – espaço privilegiado para educar a intersubjetividade – pode ser também o espaço onde a Geografia supere a disciplinaridade coisificante para se converter na produção de saberes que façam da transformação do espaço vivido o objeto catalisador de pensamentos e ações dos educandos (Rego, 2000, p. 8).

A partir do estudo da paisagem, pode-se vivenciar um primeiro plano de identificação do lugar, criar elos afetivos e se sentir parte integrante daquele

espaço. Essa construção de significados acontece a partir das relações que se estabelecem entre o que se observa e o que se vivencia. Somente no momento em que se estabelecem laços afetivos com o lugar em que se vive é que as pessoas poderão tornar-se participativas e capazes de operarem transformações no espaço vivido, porque estão se sentido integrante do mesmo.

E a fotografia pode ser um recurso didático capaz de proporcionar a compreensão do lugar e da paisagem. Quanto ao seu uso nas aulas de Geografia, Callai e Zarth (1988) atentam para o seguinte:

Elas podem ser usadas tanto no estudo do espaço local possível de ser observado concretamente como na representação e no estudo do espaço maior e mais distante do aluno. No primeiro caso, o uso pode ser para início do estudo, no sentido de verificar posteriormente se a realidade confere com a fotografia. E aí aparece um dado muito importante, tanto na foto/figura quanto o espaço visível são a aparência do espaço num determinado momento e como tal apresentam uma realidade estética. É necessário então discutir/entender que formas aparecem nestas representações e na realidade não aparecem por acaso; elas representam certas circunstâncias, certas características que se sobrepõem às demais e por isso “aparecem”. A comparação entre a foto e a realidade que ela representa é interessante por que vai mostrar, inclusive que não são iguais, pois os momentos “retratados” são diversos. No segundo caso, onde não se pode observar a realidade concreta, deve ter o cuidado de trabalhar exatamente esta questão: a fotografia é uma representação da realidade, do espaço concreto num determinado momento (Callai e Zarth, 1988, p. 40-41).

Considerando o acima exposto, entende-se que são muitos os cuidados que se deve ter ao trabalhar com a fotografia como um recurso didático; porém, se esse trabalho for bem conduzido, é um instrumento que permite a rememoração da história de um povo e de um determinado lugar.

Ainda falando da fotografia como recurso didático, Laurence Le Du (2001) afirma:

A paisagem é fruto de uma evolução [...]. As mutações da paisagem podem ser simplesmente ilustradas por uma série de fotografias tiradas de um mesmo ponto de vista, como certos inventários praticados de maneira sistemática. Esta cronologia de imagens mostra as mutações progressivas ou as mudanças radicais, mas que de certa maneira sugerem questionamentos. Neste sentido, elas constituem uma alavanca didática particularmente eficaz (Le Du, 2001, p. 34).

Thémines (2001, p. 64) considera que, através das imagens, pode-se aprender por um procedimento exterior ao sujeito. O método que se aplica

sistematicamente às imagens permite produzir conhecimento. A utilização de fotografias de paisagem explora, antes de tudo, as relações de analogia qualitativa entre o mundo e as imagens. Através da fotografia, é possível perceber formas, cores, proporções, além do reconhecimento de pertencimento ao lugar.

Autores franceses, tais como Roumégous, Thémines, Roux, entendem que é fundamental trabalhar a paisagem com crianças e adolescentes, pois acreditam que a leitura da paisagem permite

[...] construir ou reconstruir o pertencimento no espaço geográfico, e levar o aluno a uma reflexão de mundo, relacionando com o meio em que vivem, tanto em nível individual como social, [...] contribui para uma reflexão de suas práticas no lugar. [...] se bem conduzida, contribui para o entendimento da complexidade entre homem e meio (Roumégous, 2001, p. 52).

Nos estudos de Calvalcanti (2004) sobre construção de conceitos no ensino, alicerçada pelas ideias de Milton Santos, considera-se que, para a construção do conceito de paisagem no ensino da Geografia, é importante levar em conta a aproximação do lugar como chave inicial para apreender as diversas determinações desse lugar, encaminhando, assim, a análise para o entendimento do espaço geográfico através de sucessivas aproximações com o real estudado.

Pensando e expressando a paisagem no espaço escolar

Neste texto, a descrição do trabalho sobre paisagem remete-se a uma proposta realizada com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos primeiros meses do ano letivo (2006), envolvendo estudantes de faixas etárias bastante variadas. Primeiramente, em sala de aula, foram trabalhadas as categorias da Geografia, ou seja, os conceitos básicos desta disciplina. Também foi abordado o significado de uma fotografia, isto é, que se trata de uma linguagem, um registro histórico e geográfico; uma representação da realidade.

A atividade solicitada aos alunos foi a seguinte: “a partir de fotografias de diferentes paisagens da cidade de Santa Cruz do Sul, registradas no século passado, proponho que seja registrado fotograficamente este mesmo ponto, com o objetivo de verificar as mudanças que ocorreram e o que justifica estas mudanças na paisagem urbana de nossa cidade”.

Tendo em mãos as fotografias, foi proposto fazer uma produção textual, referente às alterações ocorridas na paisagem de nossa cidade. Primeiramente, cada grupo buscou explicar o que mudou naquela paisagem; após, fez-se uma

produção em conjunto, buscando entender o que mudou e por que mudou a paisagem de Santa Cruz do Sul nos últimos cem anos.

Nesta atividade, foram fotografados os seguintes lugares da cidade:

- Quiosque da Praça da Bandeira (final do século XIX);
- Cruzamento da Marechal Floriano com a Júlio de Castilhos (início do século XX);
- Primeira usina de luz elétrica de Santa Cruz: Rua Sete de Setembro (1906-1935);
- Usina de luz elétrica da Várzea: Cel. Oscar Jost (1935);
- Reservatório de água do Parque da Gruta (1907);
- Estação Ferroviária de Santa Cruz (1930);
- Antigo Quartel da Várzea: Cel. Oscar Jost (1917);
- Primeiros Hotéis – Hotel Hübner: Marechal Floriano; Hotel Zum Ratskeller e Hotel Schütz: Rua Ten. Cel. Brito (1923);
- Primeira bomba de gasolina de Santa Cruz, localizada na esquina do atual Quiosque.

Fotografar um determinado lugar teve um grande sentido para os alunos, pois se perceberam sujeitos ativos, já que eles estavam vivenciando empiricamente a identificação do seu lugar através do estudo da paisagem. O trabalho foi muito significativo e proveitoso, visto que a maioria dos alunos participou da proposta, avaliando-a de forma positiva. Pode-se considerar que essa atividade possibilitou aos alunos perceberem a Geografia como algo dinâmico e vivo, uma disciplina do mundo e da vida.

É possível afirmar também que, nessa situação, a paisagem não foi trabalhada só como um conceito, mas serviu como um instrumento que proporcionou aos alunos compreenderem o lugar em que vivem, para, a partir daí, compreenderem outros lugares.

A Figura 1 a seguir possibilita visualizar o trabalho realizado pelos alunos:

Após estarem com as fotografias, coube aos alunos pensarem sobre os fatos e acontecimentos que contribuíram para as mudanças na paisagem de Santa Cruz do Sul. A partir desse estudo, foi possível compreender, ainda que parcialmente, a história da população da cidade, entendendo que os espaços são construídos e reconstruídos pelas pessoas que ocupam e neles interagem constantemente; cada um, direta ou indiretamente, ajuda a construir a paisagem que ocupa.

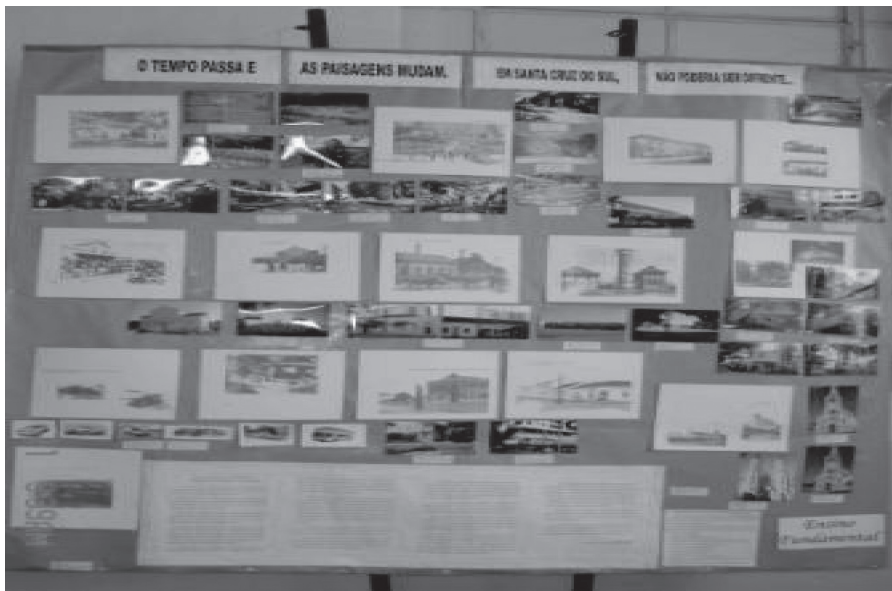


Figura 1. Paineis dos registros fotográficos dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos primeiros meses do ano letivo de 2006, das diferentes paisagens da cidade de Santa Cruz do Sul/RS.

A análise das fotografias resultou na seguinte reflexão:

**O tempo passa e as paisagens mudam,
não poderia ser diferente em Santa Cruz do Sul**

Santa Cruz do Sul é um município com muitas paisagens para serem recordadas. As transformações que ocorreram não conseguem apagar da memória a história que construiu e reconstruiu esta cidade, principalmente a partir da metade do século XX.

Embora a paisagem de Santa Cruz do Sul tenha passado por significativas alterações, ainda encontramos marcas e testemunhos que registram tempos passados, conforme pode ser visto na obra *Recortes do Passado de Santa Cruz*, de Hardy E. Martins. Assim, pode-se dizer que a paisagem é o velho no novo e o novo no velho!

Neste sentido, os alunos fotografaram diferentes lugares da nossa cidade, tendo como objetivo verificar as modificações e a justificativa de tais mudanças na paisagem urbana. O trabalho foi desenvolvido com fotografias, pois elas permitem a rememoração da história de um povo e de um determinado lugar.

No Parque da Gruta temos resquícios de um reservatório de água construído no início do século XX, a partir do qual a população teve oportunidade de ter água encanada nas suas residências. Atualmente o Parque da Gruta é um dos pontos turísticos mais visitados da cidade e, lamentavelmente, muitos turistas

e pessoas da própria comunidade que frequentam o lugar nem sabem que ali ainda se encontram os primeiros reservatórios que abasteciam a Vila de São João de Santa Cruz, como era chamada a nossa cidade na época.

A denominação Santa Cruz do Sul a nossa cidade aconteceu somente em 1944. Antes disso muitas coisas já haviam acontecido por aqui, como a inauguração, em 1905, do atual Centro Cultural Jornalista Francisco José Frantz, local onde ficava a Viação Férrea da Vila de Santa Cruz que a ligava com Ramiz Galvão, em Rio Pardo. Por ocasião deste evento, o Governador da época elevou a Vila de Santa Cruz a condição de cidade, porém o nome só foi trocado em 1944. A antiga Estação Férrea é um dos marcos da paisagem de Santa Cruz do Sul, já que foi preservada a arquitetura original desta edificação.

A cidade continuava a se modernizar. Primeiro foi o transporte, logo em seguida a energia elétrica. Hoje não nos imaginamos viver sem eletricidade, mas essa invenção tão necessária no nosso dia a dia só tem um século em Santa Cruz do Sul. Antes da instalação da primeira usina na Rua Sete de Setembro, as ruas eram iluminadas com lâmpões a querosene (conforme pode ser visto na imagem do Cruzamento da Marechal Floriano com a Júlio de Castilhos). Já imaginaram isso? E somente há cem anos atrás!!! Mas como a população ia crescendo, as necessidades energéticas também aumentavam. Por isso, construíram uma nova usina, hoje localizada na Rua Cel. Oscar Jost, provavelmente próximo a SMEC e o Ginásio Poliesportivo.

Também nestas imediações foi instalada, em 1917, a Primeira Unidade Militar de Santa Cruz, o Antigo Quartel da Várzea. Atualmente ainda temos um quartel na cidade, com uma arquitetura e estruturação totalmente diferente da apresentada no início do século XX.

Como numa mesma paisagem, o novo e o velho se encontram, temos na rua central do município, a Casa das Artes Regina Simonis, que preserva uma arquitetura majestosa e já abrigou o Banco Pelotense, o Banrisul e a Exatoria Estadual. Próximo a este prédio, localizava-se, no início do século XX, a primeira bomba de gasolina.

É quase impossível imaginarmos tantas modificações em um período de tempo tão curto. Nos dias atuais, considerando o caos do trânsito em que vivemos, está sendo pensada uma reengenharia para tentar solucionar o grande fluxo de automóveis que circulam diariamente. Há cem anos, apenas dois automóveis circulavam e as pessoas já se preocupavam com a confusão das carroças no “centro”. Uma grande novidade neste período foi a aquisição de dois veículos para realização de passeios coletivos.

Tudo mudou muito rápido nos últimos cinquenta anos. As multinacionais que se instalaram no Brasil passaram a produzir automóveis com uma tecnologia mais avançada e produção em larga escala. O transporte rodoviário ganhou grande impulso, superando os primeiros meios de locomoção a longa distância, como o transporte hidroviário e o ferroviário.

Santa Cruz crescia e precisava hospedar quem aqui chegava. Então, já no início do século, tínhamos hotéis na cidade. Muitos desapareceram e deram lugar a construções modernas, como é o caso do atual Banco do Brasil, na Rua Marechal Deodoro. Nesse espaço ficava o Hotel Hübner. Ao lado, ficava o Hotel Central, que hoje abriga um prédio quase acabado, onde funciona um restaurante, estacionamento, loja,...

Mas o ponto de encontro na cidade sempre foi o Quiosque. Muitas pessoas que viram e participaram da construção e da reconstrução da cidade tinham, e ainda têm esse lugar como ponto de referência para os bate-papos, cafezinhos, leituras, jogos... Em 2005, o Quiosque passou por profundas modificações e, com uma arquitetura moderna, tornou-se mais atraente e convidativo.

Outro ponto de encontro da população eram as igrejas, já que a religiosidade estava muito presente entre os colonizadores. A primeira Igreja Matriz Católica foi substituída pela atual Catedral São João Batista, que demorou quase cinquenta anos para ser concluída. Há pouco, ela passou por uma restauração e é um dos principais pontos turísticos da cidade por ser um dos maiores templos em estilo gótico da América do Sul. A Igreja Evangélica continua a mesma de 1924, passando somente por restaurações. Ao observarmos as imagens de como as pessoas iam à missa (de carroça, a cavalo ou mesmo a pé), temos a certeza de que as alterações na paisagem de nossa cidade foram muitas no século XX.

Tudo isso demonstra que a paisagem de um lugar é resultado da história de uma população, da cultura de um povo, das suas práticas sociais e da relação que se estabeleceu com a natureza, já que ela é resultado da vida das pessoas, dos processos produtivos e da transformação dos recursos naturais.

As alterações foram muitas, mas alguns elementos não mudaram. Esses são os testemunhos do passado, pois a paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento da sociedade e se altera continuamente para acompanhar as transformações e as novas necessidades. E cada um de nós, direta ou indiretamente, participa destas modificações.

Disciplina Geografia

Professora Geovane Puntel e alunos.

A paisagem como referência para construir história e lugar

Considerando o referencial teórico citado anteriormente e a atividade realizada, entende-se que a paisagem na Geografia oferece um estudo da heterogeneidade dos fenômenos e da variedade de processos que se desencadeiam nesse conjunto dinâmico que é a paisagem.

Dessa forma, tem-se o desafio e o compromisso de possibilitar aos educandos condições para que eles construam o seu conhecimento. Sabe-se da ineficácia de se ensinar apenas transmitindo o conceito definido no livro

ou o elaborado pelo professor; é preciso ir além, propiciando situações que estimulem o aluno a elaborar seus próprios conceitos e definições.

A realização de atividades práticas de experimentação facilita a construção do conhecimento, já que, nesse momento, está se desenvolvendo a capacidade de comparação e de compreensão do espaço além do concreto, ou seja, ampliando a abstração. Por isso, é fundamental buscar relacionar o real com o concebido, o imaginável.

Referências

BERQUE, Augustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: Elementos da Problemática para Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p. 84-91.

BERTRAND, Georges. Paisagem e Geografia Física Global. Esboço Metodológico. Trad. Olga Cruz. Trabalho publicado, originalmente, na Revue Géographique des Pyrénées et du Sud-Quest, Toulouse, v. 39, n. 3, p. 249-272, 1968. *R.RAÉ GA*, Curitiba, n. 8, 2004, p. 141-152.

BRAUN, Ani Maria Swarowky. *Rompendo os muros da sala de aula: o trabalho de campo como uma linguagem no ensino da Geografia*. Porto Alegre: UFRGS, 2005. (Dissertação de Mestrado).

CALLAI, Helena Copetti. Do ensinar Geografia ao produzir o pensamento geográfico. In: REGO, Nelson (Org.) et al. *Um Pouco do Mundo Cabe nas Mãos: Geografizando em Educação o Local e o Global*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003, p. 57-73.

CALLAI, Helena Copetti; ZARTH, Paulo. A. *O estudo do município e o ensino de História e Geografia*. Ijuí: Editora Unijuí, 1988.

CAVALCANTI, Lana de Souza. *Geografia, escola e construção de conhecimentos*. Campinas: Papirus, 2004.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998.

COSGROVE, Denis A. Geografia Está em Toda Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDHAL, Zeny (Org.). *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998, p. 92-121.

LAURENCE, Du Le. Le paysage et le regard du géographe, de la recherche à l'enseignement. In: ROUX, Anne Le. (Coord.). *Enseigner le paysage? Ecole élémentaire, collège, lycée*. [s/l]: IUFM, 2001, p. 27-37.

REGO, Nelson. Apresentando um pouco do que sejam ambiências e suas relações com a geografia e a educação. In: REGO, N.; SUERTEGARAY, D.; HEIDRICH, H. A *Geografia e a Educação: geração de ambiências*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000, p. 7-9.

ROUMÉGOUS, Micheline. Quel paysage enseigner. In: ROUX, Anne Le (Coord.). *Enseigner le paysage? Ecole élémentaire, collège, lycée*. [s/l]: IUFM, 2001, p. 41-61.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado*. 5.ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

THÉMINES, Jean-François. Quel paysage à enseigner en classe de 6^è? In: ROUX, Anne Le. (Coord.). *Enseigner le paysage?* Ecole élémentaire, collège, lycée. [s/l]: IUFM, 2001, p 63-77.

Perceber unidades de conservação e praticar educação ambiental

Lucimar de Fátima dos Santos Vieira
Roberto Verdum

Introdução

Este capítulo é um breve relato sobre o trabalho de Educação Ambiental realizado na Escola Pastor Voges, com alunos de 5ª a 8ª série do ensino fundamental, localizada no município de Itati, litoral norte do estado do Rio Grande do Sul. Fez parte do trabalho de Graduação para obtenção do título de Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, cujo objetivo geral era fazer com que os alunos compreendessem a importância da criação de uma Unidade de Conservação – a Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa – através da categoria de análise – Paisagem.

No processo de aprendizagem, a leitura da Paisagem é um recurso para apreender e compreender a dinâmica da natureza, pois esta permite desenvolver várias capacidades, como a observação e representação das suas formas e de elementos constitutivos quando a analisamos, e comparamos com outras paisagens. O estudo da Paisagem pode propiciar um maior contato da escola com o espaço e a comunidade local, facilitando a interligação entre as realidades locais, regionais e mundiais.

A Geografia possui na sua leitura a interpretação do espaço geográfico e na sua escrita a representação deste espaço. Este espaço pode ser analisado com diferentes escalas de análise, do local ao global, abrangendo várias situações que se multiplicam em paisagens diferentes. A leitura da Paisagem feita como uma técnica para a atividade de Educação Ambiental permite discutir os valores e atitudes de um grupo em relação a um determinado lugar – *locus* – importante para a compreensão de conceitos geográficos, biológicos e sociais.

Paisagem e educação ambiental

A Paisagem da Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa foi escolhida como objeto de estudo à prática de Educação Ambiental porque se considerava importante analisar os aspectos do ambiente natural e social, de tal modo que, analisando as informações e interações existentes, fosse possível chegar rapidamente à percepção da dinâmica desse ecossistema. Considerou-se também que tal procedimento fosse flexível e aplicável à Educação Ambiental evidenciando a importância da criação de uma Unidade de Conservação.

Para definir e mapear a compartimentação da Paisagem foi utilizado à metodologia dos autores Vilàs e Bovet Pla (Bolós, 1992). Os autores descrevem uma metodologia baseada na análise, diagnóstico, tratamento, prognóstico e síntese da Paisagem. De acordo com os autores, as fases mais importantes para o estudo da Paisagem é a análise e o diagnóstico. As seguintes são importantes quando se deseja elaborar o planejamento de um território. As condições para realizar o estudo da Paisagem são definir exatamente os objetivos e expectativas do estudo; delimitar as escalas espaciais e temporais; obter os dados adequados; elaborar metodicamente as conclusões; e apresentar os resultados ao grupo de decisão utilizando técnicas visuais e atrativas.

Para definir as distintas Unidades de Paisagem, baseou-se principalmente na combinação de dados dos elementos geológicos, geomorfológicos, pedológicos, da vegetação e do uso do solo. O diagnóstico da Paisagem da Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa foi feita através de um perfil que demonstra as relações entre os elementos descritos anteriormente. A opção pelo perfil foi feita para que houvesse um melhor entendimento por parte dos alunos, a fim de mostrar que a Paisagem é o resultado da interação dos fatores bióticos, abióticos e antrópicos.

Após definir a Paisagem da Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa e adequar esta compartimentação à linguagem escolar do ensino fundamental (de 5ª a 8ª séries) na perspectiva de um trabalho de Educação Ambiental, foi enfocada a importância da criação e preservação dessa Unidade de Conservação.

Concebe-se que as práticas desenvolvidas pela Educação Ambiental permitem ao aluno construir uma visão mais crítica da realidade e adquirir condições de analisar até que ponto a natureza está sendo transformada e então poderá tomar decisões, a fim de mudar seu comportamento.

Deve-se ter muito cuidado e ser criterioso quando se trata de Educação Ambiental. Costa e Trabjer (2001, p. 24 a 26), focalizam a importância da honestidade e do cuidado com as descrições de problemas, fatos e condições

ambientais. Segundo os autores, sempre se devem incluir opiniões de diferentes classes sociais, culturas, etnias, gêneros e idades, pois o objetivo de uma escola deve ser o de estimular o aprendiz a formar suas próprias opiniões.

A produção de um material sobre Educação Ambiental depende muito mais da compreensão de conceitos, conteúdos e problemas ambientais nos seus aspectos econômicos, sociais e ecológicos do que de “truques”, com tons sensacionalistas. Quem educa deve estar sempre atento aos sentimentos, aos valores, às atitudes e percepções dos aprendizes para respeitá-los ou até mesmo contribuir na formação de novos valores e conceitos, além de focar problemas ambientais do seu cotidiano.

A Educação Ambiental é um componente novo nos currículos escolares, mas não é uma disciplina curricular, porque os temas ambientais dizem respeito à relação da sociedade com a natureza, integrando assim várias disciplinas como Biologia, Ciências, História, Português e Geografia. Aos poucos o aluno terá uma visão mais crítica da realidade e adquirirá condições de analisar até que ponto o ambiente está sendo agredido e então poderá tomar decisões a fim de mudar seu comportamento. O estudo do meio ambiente pode propiciar um maior contato da escola com o espaço e a comunidade local, facilitando a interligação entre as realidades locais, regionais e mundiais (Viana *et al.*, 1992, p. 10).

Dias (1993, p. 120) aponta algumas finalidades e características da Educação Ambiental, da Conferência de Tbilisi:

- *ênfase educativo interdisciplinar e orientado para a resolução de problemas; a integração com a comunidade; ser permanente e orientada para o futuro;*
- *os aspectos biológicos e físicos constituem a base natural do meio ambiente. As dimensões socioculturais e econômicas definem as orientações e os instrumentos conceituais e técnicos com os quais o homem poderá compreender e utilizar melhor os recursos da natureza, para satisfazer suas necessidades;*
- *deve adaptar-se à realidade sociocultural, econômica e ecológica de cada sociedade e região, e particularmente, aos objetivos de seu desenvolvimento;*
- *permitir que a sociedade compreenda a natureza complexa do meio ambiente, resultante das interações dos seus aspectos biológicos, físicos, sociais e culturais;*
- *difundir informações sobre as modalidades de desenvolvimento que não repercutem negativamente no meio ambiente;*
- *apontar a resolução de problemas concretos. Que os indivíduos de qualquer nível percebam claramente os problemas que afetam o bem-estar individual ou coletivo e elucidem suas causas e determinem os meios para resolvê-los;*
- *mostrar com toda clareza as interdependências econômicas, políticas e ecológicas do mundo moderno no qual as decisões e comportamentos de todos os países podem ter consequências de alcance internacional.*

A metodologia usada foi baseada nas obras *Educação Ambiental: uma possível abordagem*, de Elísio Márcio de Oliveira (2000), *Educação Ambiental: diretrizes para a prática pedagógica*, de Jackson Muller (2000) e *Educação Ambiental: princípios e práticas*, de Genebaldo Freire Dias (1993) – mais especificamente, as características e finalidades da educação ambiental propostas na primeira conferência sobre o assunto, citada acima – e também na experiência da autora, em trabalhar com Educação Ambiental (inserida nas disciplinas de Ciências e de Biologia), durante dez anos, em escolas do ensino fundamental e médio.

De um referencial conservacionista a uma prática da paisagem

Uma das estratégias proposta por Dias (1993, p. 133) é a discussão em classe – envolvendo toda a classe e instigando a contribuição informal de cada aluno. Este recurso é utilizado pelo professor para permitir que os estudantes exponham suas opiniões oralmente a respeito de um dado problema, encorajando-os a desenvolver as habilidades de expressão oral e autoconfiança, além de compreender as questões que estão sendo feitas.

Oliveira (2000, p. 109) propõe que seja levantando um problema ou uma dada situação da realidade que se pretende mudar. Faz-se, então, um diagnóstico dos aspectos que envolvem a questão e delimitam-se as possíveis implicações sociais, políticas, econômicas e culturais que a caracterizam. Posteriormente, devem ser caracterizadas as possíveis soluções do problema e escolher uma delas, ou seja, definir claramente a nova situação desejada estabelecendo objetivos e metas a serem alcançados.

Dias (1993) propõe o desenvolvimento das habilidades dos alunos para que estejam aptos na identificação dos problemas ambientais. Utilizou-se como laboratório a Paisagem. Iniciando o processo pela escola, expandindo pela circunvizinhança e sucessivamente até a cidade, região, país, continente e planeta.

O trabalho na Escola Pastor Voges foi dividido em seis (6) encontros com os alunos, nos meses de outubro e novembro de 2003. O primeiro encontro realizou-se com o objetivo de verificar se a Educação Ambiental estava sendo efetuada na escola e se já havia um conhecimento prévio sobre as Unidades de Conservação presentes na área, em especial, a Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa. Conversando com os alunos no pátio da escola e mostrando toda a diversidade ambiental do local, constatou-se que o que mais chama a atenção deles são os animais, principalmente na área a que eles chamam de “Morro Grande”, que é a área da Encosta da Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa.

As técnicas utilizadas em sala de aula e os recursos didáticos – pesquisa; coleta de informações em livros, revistas e jornais; trabalhos em grupo; comunicação oral/visual; estudo do meio; e audiovisuais – foram baseados no autor Müller (2000).

No segundo encontro com os alunos, no primeiro momento, foi pedido que fizessem o desenho da Paisagem que mais gostassem ou com a qual mais se identificassem como mostra a Figura 1. Em todos os desenhos que retratavam uma “bela paisagem” os alunos não inseriram a sociedade. A sociedade foi reproduzida apenas naqueles desenhos que mostravam, de uma maneira ou de outra, a destruição da paisagem. Num segundo momento, os alunos foram questionados sobre a forma das paisagens. Quais eram os elementos formadores dessas paisagens? Será que elas eram apenas “visuais”? A partir das respostas fornecidas pelos alunos, foi montado um pequeno croqui sobre os elementos constituintes da Paisagem. Foram identificados os elementos como as rochas, o relevo, o clima, a água, o solo, a fauna, a vegetação e a sociedade.

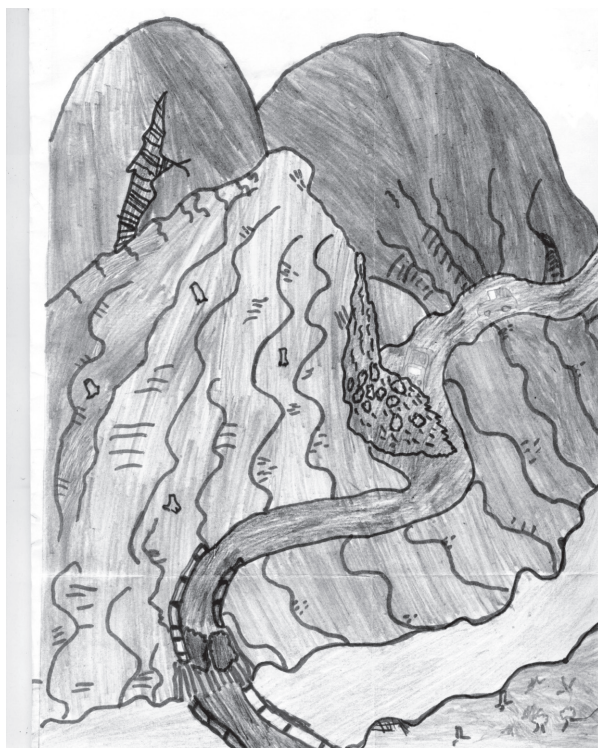


Figura 1. Desenho elaborado pelos alunos da Escola Pastor Voges.
Fonte: Vieira (2004).

Foram formuladas atividades articuladas entre si, de modo que todas, em seu conjunto, se integrassem para a execução dos objetivos propostos, que são o estudo da Paisagem e a importância da criação e preservação de uma Unidade de Conservação, e de maneira que cada turma escolheu um dos elementos da Paisagem (físicos, biológicos e/ou culturais). No Quadro 1 estão descritos todos os assuntos, atividades e temas que foram escolhidos pelos alunos da 5ª até a 8ª séries.

Os materiais sobre o solo, a água, a flora e a Reserva foram fornecidos pelo pesquisador, pela biblioteca da Escola, e também trazidos de casa pelos alunos. No penúltimo encontro, foram feitos todos os trabalhos práticos juntamente com os professores. Foi muito interessante, pois houve uma integração entre os professores, a direção da Escola, os funcionários e os alunos ao compartilharem o material. Esse trabalho de grupo fez com que cada turma fosse responsável pela execução de uma tarefa, a partir de um tema específico do interesse deles.

QUADRO 1
Atividades realizadas pelos alunos sobre alguns elementos da Paisagem

Série	Assunto	Atividade	Temas
5ª	Flora	* História em quadrinhos * Desenho * Pintura * Palavras cruzadas	* Qual a importância da vegetação, principalmente das florestas? * Quais as árvores ameaçadas de extinção?
6ª (61)	Água	* Desenho * Música * Jogos * Poesia	* Qual a importância da água? * Como não poluir as águas?
6ª (62)	Solo	* Desenho * Pintura	* Qual a importância do solo? * O que acontece quando ocorre desmatamento, queimadas e práticas agrícolas inadequadas? * O que fazer para evitar a erosão?
7ª (72)	Fauna	* Desenho * Pintura	* Quais são os animais que estão em extinção? * Quais são os animais que vivem na encosta e os que vivem na planície Mata Paludosa? * Escolher um animal que seja identificado como símbolo para a Reserva.
7ª (71)	Reserva Biológica	* Mural	* Qual a importância da Reserva Biológica Mata Paludosa? * O que significa o termo Mata Atlântica do RS?
8ª	Vegetação	* Redação	* Qual a importância das florestas?

Fonte: Vieira (2004).

No terceiro encontro foi feita uma atividade teórico-prática, com a participação dos alunos e dos professores, enfocando vários conceitos e materiais geográficos e biológicos, tais como:

- uma carta topográfica na escala de 1:50.000 para que os alunos localizassem as 10 Unidades de Conservação e os recursos hídricos da bacia hidrográfica do rio Três Forquilhas;
- uma imagem de satélite, para identificar os diferentes tipos de relevo e de vegetação; localizar na fotografia aérea da Reserva e do seu entorno o lugar onde residem, o rio Três Forquilhas e quais as atividades agrícolas praticadas;
- livros sobre a fauna e a flora do Estado, para identificar os animais e as plantas já conhecidas pelos alunos.

No quarto encontro foi exibido um vídeo sobre o Parque Estadual de Itapuã, com o objetivo de mostrar aos alunos e professores como foi criada e preservada essa Unidade de Conservação. Posteriormente, foi feita uma explanação sobre o que é a Reserva da Biosfera, principalmente sobre a Reserva da Biosfera da Mata Atlântica no Rio Grande do Sul, mais especificamente sobre sua biodiversidade. A partir da curiosidade dos alunos, em saber por que o lugar onde moram é tão diferente quando visto na imagem de satélite, foi explicada a evolução geológica da região – a formação do deserto de Botucatu; a fragmentação do continente Gondwana, que deu origem ao oceano Atlântico Sul; a separação da América do Sul e da África; o extravasamento de magma que cobriu grandes extensões sobre a superfície e, finalmente, a formação da Planície Costeira do estado do Rio Grande do Sul.

No final, foi feita uma explanação sobre a Reserva Biológica da Mata Paludosa. Através de um perfil topográfico, foram identificados todos os componentes da paisagem, como eles interagem entre si e qual a importância da criação e preservação desta Unidade. Cabe aqui ressaltar que os alunos conhecem a área da Encosta da Reserva como “Morro Grande”, por ser o morro que está mais próximo deles. Desde pequenos, muitos vão até lá, junto com seus pais, para conhecer os pássaros. Assim, ficou fácil de explicar a importância da criação da Reserva, mostrando que além dos pássaros, há uma infinidade de anfíbios e répteis. Também foi enfatizada a importância da preservação da natureza para a satisfação das necessidades humanas, a relação que há entre os elementos naturais e culturais do meio ambiente e como a sociedade se apropria e se utiliza desse ambiente, enfatizando que a alteração de um elemento acarreta a modificação da paisagem e do ecossistema.

No sexto encontro, o objetivo era fazer uma saída a campo com os alunos na Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa juntamente com seus professores, a direção da Escola, e os representantes da Secretaria Estadual do Meio Ambiente. A saída a campo contou também com um representante da empresa responsável pelo monitoramento ambiental da estrada RS-486, a “Rota do Sol”. No entanto, devido ao mau tempo, não foi possível que os alunos descessem do ônibus. Na escola, os representantes da Secretaria Estadual do Meio Ambiente ministraram uma palestra enfatizando a importância da criação da Reserva. Sendo assim, alunos e professores expuseram várias dúvidas, principalmente sobre o assoreamento do rio Três Forquilhas, a situação fundiária da Reserva, os corredores ecológicos e, principalmente, sobre o futuro do município. No final, foram entregues mudas de árvores nativas da Mata Atlântica para os alunos, com orientações sobre como plantar uma árvore.

Abaixo, destacam-se dois produtos elaborados pelos alunos, a partir da proposta apresentada acima:

O primeiro produto é uma adaptação da música “Sou Marisqueiro Sim”, do grupo Los Marisqueiros, adaptada para a atividade prática por um aluno da 6ª série:

“SOU PROTETOR SIM”

Sou protetor sim, é só você olhar pra mim, sou protetor sim, é só você olhar pra mim.

E as grandes poluições nós podemos combater, é só formar grandes multidões e a água defender.

Sou protetor sim, é só você olhar pra mim, sou protetor sim, é só você olhar pra mim.

E os grandes poluidores nós podemos combater, é só contar com a ajuda de todos e a natureza defender.

Sou protetor sim, é só você olhar pra mim, sou...

E o rio Três Forquilhas não podemos poluir, pois daqui alguns anos ele poderá até “sumir”,

Sou protetor sim, é só você olhar pra mim, sou protetor sim...

O segundo produto é uma poesia de uma aluna da 6ª série:

VAMOS TENTAR...

MAS...

PRECISO...

Preciso da ajuda de todos vocês para conseguir alcançar meu objetivo...

PENSE...

Pense em todos os benefícios e as utilidades que a água nos traz...

PARE...

Você já parou para pensar que estão dizendo que no ano de 2020 a água acabará?

POIS...

Pois, nós hoje, não vamos sofrer, mas nossos netos e bisnetos talvez já começarão a sofrer.

POR ISSO...

Não vamos poluir os rios, mas sim preservá-los. Tente.

ENTÃO...

Eu e todos os seres vivos agradeceremos. OBRIGADO!

Considerações finais

A Paisagem foi inserida como um elemento síntese de todos os outros, que pode ser captada visualmente, resultante da combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e sociais, que se inter-relacionam gerando um conjunto único em permanente evolução. A criação da Paisagem da Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa foi feita através da análise das percepções e imagens individuais e coletivas, constando-se os principais elementos da Paisagem, assim como das variações em que ela é percebida pelas pessoas. A análise dessas constatações levou ao conhecimento da importância da criação dessa Unidade de Conservação. As intervenções humanas feitas na área da Reserva, através dos sistemas de produção, utilizando os vários compartimentos do relevo, também foram importantes para identificar as formas de degradação dos recursos naturais e quais seriam os impactos sobre o ambiente.

Assim, a criação e a conservação da Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa é considerada importante:

- pela beleza cênica da encosta da Reserva. É a encosta que os alunos e a comunidade em geral identificam como “Morro Grande”, pois ao olhar todos os “morros” ao seu redor, além de ser o que está mais próximo, é o lugar preferido para a contemplação de animais, principalmente de pássaros;
- para proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica e cultural;
- para a recuperação das áreas degradadas através do plano de manejo, recuperando e preservando o ambiente;
- por ser integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica;
- por servir como um laboratório para aulas práticas nas disciplinas de geologia, hidrografia, geomorfologia, botânica, zoologia, biogeografia, pedologia, sociologia, geografia cultural, entre tantas outras;
- por estar seccionada em duas áreas devido a construção da RS-486, conhecida como Rota do Sol;
- pela exuberante e frágil Mata Paludosa. É a menor área de Mata Paludosa do Rio Grande do Sul, se desenvolve em solos periódicos ou permanentemente inundados da Planície Costeira do Estado, com representantes da fauna e da flora ameaçados de extinção no país;
- por ter uma área de Floresta Submontana bem preservada e de vegetação secundária em estágio de sucessão, também com representantes da fauna e da flora ameaçados de extinção no país;
- por ser a área de maior riqueza de espécies de anfíbios do Estado e com 17 espécies consideradas raras;
- por estar inserida como uma das áreas prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da Biodiversidade nos biomas brasileiros, pelo Ministério do Meio Ambiente, em 2002, para anfíbios, répteis e aves;

As Unidades de Conservação estão localizadas em áreas longe dos centros de decisões e, portanto, são criadas sem o conhecimento e o consentimento da comunidade local. A conscientização da comunidade local quanto aos benefícios da criação, instalação e gestão de uma Unidade de Conservação é o fator determinante para o êxito desta. Essa conscientização pode ser feita através das propostas de uma Educação Ambiental, dirigidas a populações circunvizinhas a estas áreas, propiciando um aumento de conhecimento e uma

experimentação direta com o ambiente, motivando o interesse e a integração das populações onde as áreas estão localizadas.

Os resultados mostraram ganhos cognitivos, mudanças de valores, além de um significativo envolvimento dos alunos e dos professores à criação e conservação da Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa.

Finalmente, é importante considerar o trabalho de educação ambiental realizado e que teve como objetivo fazer com que os alunos compreendessem a complexidade da natureza através da compartimentação da Paisagem, a partir de todos os seus aspectos biológicos, físicos, sociais, econômicos e culturais. Pois só assim é possível adquirir conhecimentos, valores, comportamentos e habilidades práticas para que o aluno possa participar de uma forma responsável e eficaz na preservação e conservação do ambiente e, talvez, na solução dos futuros problemas ambientais.

Referências

BOLÓS, Maria de (Org.). *Manual de Ciencia del paisaje – teorías, métodos y aplicaciones*. Barcelona: Ed. Masson S.A., 1992. (Colección de Geografía).

COSTA, Larissa B.; TRAJBER, Rachel (Org.). *Avaliando a educação ambiental no Brasil: materiais audiovisuais*. São Paulo: Instituto Ecoar para a cidadania/Editora Fundação Peirópolis, 2001.

DIAS, G. F. *Educação Ambiental: Princípios e Práticas*. 2.ed. São Paulo: Ed. Gaia Ltda., 1993.

MÜLLER, Jackson. *Educação Ambiental: diretrizes para a prática pedagógica*. Porto Alegre: Edição FAMURS (Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul), 2000.

OLIVEIRA, E. Márcio de. *Educação Ambiental: uma possível abordagem*. 2.ed. Brasília: Ed. IBAMA, 2000.

VIEIRA Lucimar F. S. *A Paisagem da Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa como um recurso de educação ambiental*. Porto Alegre: UFRGS, 2004. Trabalho de conclusão. Disponível em <<http://www.ufrgs.br>>.

Lista dos autores

Álvaro Luiz Heidrich

Departamento de Geografia – Instituto de Geociência – PPG em Geografia. – UFRGS.
E-mail: alvaro.heidrich@terra.com.br

Ana Rosa Severo Bered

Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM.
E-mail: anarb@fepam.rs.gov.br

Bruno Fleck Pinto

Geógrafo e Técnico em Monitoramento e Controle Ambiental.
E-mail: brunobiasi@gmail.com

Cláudia Luísa Zeferino Pires

Departamento de Geografia – Instituto de Geociência – PPG em Geografia – UFRGS.
E-mail: dirgeografia@ulbra.br

Daniele Caron

Arquiteta e Urbanista; Doutoranda em Urbanismo e Ordenação do Território - Universidad Politécnica de Cataluña.
E-mail: danicaron@hotmail.com

Geovane Aparecida Puntel

Governo do Estado do Rio Grande do Sul – Secretaria da Educação.
E-mail: gepuntel@viavale.com.br

Josiane Daitx

Centro de Processamento de Dados – UFRGS.
E-mail: josidaitx@gmail.com

Letícia Castilhos Coelho

Arquiteta e Urbanista; Mestre em Planejamento Urbano e Regional.
E-mail: leticiacoelho@hotmail.com

Lilian Maria Waquil Ferraro

Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM.
E-mail: lilianmwf@fepam.rs.gov.br

Lucas Manassi Panitz

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRGS.
E-mail: lucaspanitz@gmail.com

Lucimar de Fátima dos Santos Vieira

Bióloga; Geógrafa; Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFRGS.
E-mail: luci.ze@terra.com.br

Luis Alberto Pires da Silva

Biólogo; Mestre em Geografia.
E-mail: luisalbertopires@ibest.com.br

Mario Luiz Rangel

Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN.
E-mail: rangel1956@yahoo.com.br

Nola Gamalho

Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo.
E-mail: nolagamalho@yahoo.com.br

René Cabrales

Fotógrafo Profissional.
E-mail: renecabrales@terra.com.br

Roberto Verdum

Departamento de Geografia – Instituto de Geociência – PPG em Geografia e PPG em Desenvolvimento Rural – UFRGS.
E-mail: verdum@ufrgs.br

Silvia Pagel

Fundação Estadual de Proteção Ambiental – FEPAM.
E-mail: silviamp@fepam.rs.gov.br



Fotografia pinhole de Luciano Laner

A **Série Estudos Rurais** constitui-se de uma coleção de publicações que tem como objetivo divulgar estudos, pesquisas e obras científicas na forma de livro que focalizem temas adscritos à problemática da ruralidade e do desenvolvimento no campo das Ciências Sociais. Pretende contribuir para a compreensão dos processos rurais a partir de uma ampla variedade de enfoques analíticos, recuperando interpretações do passado e oferecendo análises sobre os temas e perspectivas emergentes que caracterizem o estado da arte das discussões sobre o desenvolvimento rural nas Ciências Sociais. A **Série Estudos Rurais** resulta de uma parceria da Editora da UFRGS com o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. As normas para publicação no **Série Estudos Rurais** estão disponíveis em www.ufrgs.br/pgdr (em "livros").

Comissão Editorial: Dr. Sergio Schneider (Coordenador e Editor, PGDR/UFRGS), Dra. Leonilde Sêrvolo de Medeiros (CPDA/UFRRJ); Dr. Jalcione Pereira de Almeida (PGDR/UFRGS), Dr. Walter Belik (IE/UNICAMP), Dr. Sergio Pereira Leite (CPDA/UFRRJ), Dra. Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UFPE), Dr. Gutemberg Armando Diniz Guerra (NEAF/UFP), Dra. Marilda Menezes (UFCG), Dr. Paulo Dabdab Waquil (PGDR/UFRGS), Dr. Alfio Brandenburg (UFPR), Dr. Fábio Dal Sóglio (PGDR/UFRGS), Dr. Eric Sabourin (CIRAD).

TÍTULOS PUBLICADOS

- 1. A questão agrária na década de 90 (4.ed.)**
João Pedro Stédile (org.)
- 2. Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**
Zander Navarro (org.)
- 3. Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável (3.ed.)**
Jalcione Almeida e Zander Navarro (org.)
- 4. A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas (2.ed.)**
Leonilde Sêrvolo Medeiros e Sérgio Leite (org.)
- 5. Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul (2.ed.)**
Sergio Schneider
- 6. Tecnologia e agricultura familiar (2.ed.)**
José Graziano da Silva
- 7. A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil (2.ed.)**
Jalcione Almeida
- 8. A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**
José Eli da Veiga
- 9. Agroecologia (4.ed.)**
Stephen Gliessman
- 10. Questão agrária, industrialização e crise urbana no Brasil (2.ed.)**
Ignácio Rangel (org. por José Graziano da Silva)
- 11. Políticas públicas e agricultura no Brasil (2.ed.)**
Sérgio Leite (org.)
- 12. A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil (3.ed.)**
Isabel Cristina de Moura Carvalho
- 13. O empoderamento da mulher: direitos à terra e direitos de propriedade na América Latina**
Carmen Diana Deere e Magdalena León
- 14. A pluriatividade na agricultura familiar (2.ed.)** Sergio Schneider
- 15. Travessias: a vivência da reforma agrária nos assentamentos (2.ed.)**
José de Souza Martins (org.)
- 16. Estado, macroeconomia e agricultura no Brasil**
Gervásio Castro de Rezende
- 17. O futuro das regiões rurais (2.ed.)**
Ricardo Abramovay
- 18. Políticas públicas e participação social no Brasil rural (2.ed.)**
Sergio Schneider, Marcelo K. Silva e Paulo E. Moruzzi Marques (org.)
- 19. Agricultura latino-americana: novos arranjos, velhas questões**
Anita Brumer e Diego Piñero (org.)
- 20. O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**
José de Souza Martins
- 21. A diversidade da agricultura familiar (2.ed.)**
Sergio Schneider (org.)
- 22. Agricultura familiar: interação entre políticas públicas e dinâmicas locais**
Jean Philippe Tonneau e Eric Sabourin (org.)
- 23. Camponeses e impérios alimentares**
Jan Douwe Van der Ploeg
- 24. Desenvolvimento rural (conceitos e aplicação ao caso brasileiro)**
Angela A. Kageyama
- 25. Desenvolvimento social e mediadores políticos**
Delma Pessanha Neves (org.)
- 26. Mercados redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**
John Wilkinson
- 27. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável (5.ed.)**
Miguel Altieri
- 28. O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**
Maria de Nazareth Baudel Wanderley
- 29. Os atores do desenvolvimento rural: perspectivas teóricas e práticas sociais**
Sergio Schneider e Marcio Gazolla (org.)
- 30. Turismo rural: iniciativas e inovações**
Marcelino de Souza e Ivo Elesbão (org.)
- 31. Sociedades e organizações camponesas: uma leitura através da reciprocidade**
Eric Sabourin
- 32. Dimensões socioculturais da alimentação: diálogos latino-americanos**
Renata Menasche, Marcelo Alvarez e Janine Collazo (org.)
- 33. Paisagem: leituras, significados e transformação**
Roberto Verdum, Lucimar de Fátima dos Santos Vieira, Bruno Fleck Pinto e Luís Alberto Pires da Silva (org.)

Tipologia utilizada no texto: Adobe Garamond 12,5/14,4

Off set 75g

Editora da UFRGS • Ramiro Barcelos, 2500 – Porto Alegre, RS – 90035-003 – Fone/fax (51) 3308-5645 – editora@ufrgs.br – www.editora.ufrgs.br • Direção: Sara Viola Rodrigues • Editoração: Luciane Delani (Coordenadora), Carla M. Luzzatto, Fernanda Kautzmann, Michele Bandeira e Rosângela de Mello; suporte editorial: Alexandre Giaparelli Colombo, Jeferson Mello Rocha e Renata Baum (bolsistas) • Administração: Najára Machado (coordenadora), Aline Vasconcelos da Silveira, Jaqueline Trombin, Laerte Balbinot Dias, Maria da Glória Almeida dos Santos e Valéria da Silva Gomes; suporte administrativo: Getúlio Ferreira de Almeida e Janer Bittencourt • Apoio: Laércio Fontoura.

Paisagem

Álvaro Luiz Heidrich

Ana Rosa Bered

Bruno Fleck Pinto

Camila Thomaz da Silveira

Cláudia Luísa Zeferino Pires

Daniele Caron

Geovane Aparecida Puntel

Josiane Daitx

Letícia Castilhos Coelho

Lílian Maria Waquil Ferraro

Lucas Manassi Panitz

Lucimar de Fátima dos Santos Vieira

Luís Alberto Pires da Silva

Mario Luiz Rangel

Nola Patrícia Gamalho

René Cabrales

Roberto Verdum

Silvia Mara Pagel